

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2016/2017

A
RUI BOAVENTURA
HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA



Editores Científicos: João Luís Cardoso e Rui Mataloto

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2016/2017

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2016/2017 ISSN: 0872-6086

EDITORES CIENTÍFICOS DESTE VOLUME - João Luís Cardoso e Rui Mataloto
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS	
Prefácio	
<i>Foreword</i>	9
JOÃO LUÍS CARDOSO & RUI MATALOTO	
Apresentação	
<i>Presentation</i>	11
RUI MATALOTO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Rui Boaventura (1971-2016), apontamento biográfico e bibliografia	
<i>Rui Boaventura (1971-2016), biographical note and bibliography</i>	13
RUI MATALOTO, MARCO ANTÓNIO ANDRADE & ANDRÉ PEREIRA	
O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema	
<i>The Megalithism of small dolmens: new data to an old problem</i>	33
ANDREA MARTINS	
Entre o Atlântico e o Maciço Calcário Estremenho: a arte rupestre da Estremadura	
<i>Between the Atlantic and the Maciço Calcário Estremenho: the rock art of Estremadura</i>	157
ANTÓNIO CARLOS VALERA & LINO ANDRÉ	
Aspectos da interacção transregional na Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdígões	
<i>Views on the transregional interaction in Iberian Southwest Recent Prehistory: questioning the shells and molluscs from Perdígões</i>	189
ANA MARIA SILVA & MARIA TERESA FERREIRA	
Perscrutando espólios antigos 5: Contributo da análise dos restos ósseos humanos	
<i>Examining old remains 5: the contribution of the study of human bones</i>	219
JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS	
O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014	
<i>The chalcolithic fortified settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra): Results of 2013 and 2014 field seasons</i>	233

JOÃO LUÍS CARDOSO	
Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941)	
<i>Correspondence sent by eminent Spanish pre-historians or who worked mainly in Spain to José Leite de Vasconcelos (1853-1941)</i>	393
ANA CATARINA SOUSA	
Os tempos do Neolítico na região de Lisboa: o povoamento	
<i>Times in the Neolithic from the region of Lisbon: the settlements</i>	459
DIRK BRANDHERM, MICHAŁ KRUEGER & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: a cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)	
<i>A new method for the absolute dating of cremated human bones: hut 2 at Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)</i>	519
JOÃO LUÍS CARDOSO	
A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas	
<i>Late Bronze materials recovered in the Historic Center of Oeiras. The artifacts of Rua das Alcássimas</i>	531
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS	
Relatório das actividades desenvolvidas em 2016	
<i>Report on activities carried out in 2016</i>	555

**O MEGALITISMO DAS PEQUENAS ANTAS:
NOVOS DADOS PARA UM VELHO PROBLEMA**

***THE MEGALITHISM OF SMALL DOLMENS:
NEW DATA TO AN OLD PROBLEM***

Rui Mataloto¹, Marco António Andrade² & André Pereira³

Abstract

The study of the megalithic phenomenon practically follows the development of Archeology as a Science, since the mid-19th century. During this time, one can recognize several stages of analysis, from the first normative readings, that consider this phenomenon as an univocal episode (explaining its different nuances by essentially contemporary cultural factors) to the formulation of the first evolutionary sequences, mainly by Manuel Heleno based on his field works of almost a decade in megalithic monuments in Alentejo. These evolutionary diagrams, conditioned by the historical-culturalist thinking of their Time, result in linear, overly simplistic explanations for a theme as intricate as the origin and development of Megalithism. Basically they advocate, in general lines, a sequential evolution from simple to complex, with the universal, reductionist “shelving” of architectures and votive sets.

The basic lines of this approach have remained in use until quite recently. New analyzes, mainly drawn since the 1980s, have presented alternative readings. Some plead for the total reversal of the *simple – complex* evolutionary sequence, almost like an “involution”; others consent the contemporaneity of several architectural solutions, admitting the cultural and chronological coexistence of simple and complex monuments. The works conducted by Rui Boaventura, mainly dedicated to the Megalithism of Alentejo and the Portuguese Estremadura, sought to order, filter and compile all the available information, as means to provide solid bases of analysis, grounded on critical readings and on the non-biased evaluation of data. In this regard, and as strictly as it was permitted, Rui Boaventura sought to characterize and define the key issue in the study of Megalithism: its actual origins and its various evolutionary levels. In this task, he recognizes the fallibility of linear readings and substantiates his analyses unconditionally on what data demonstrate, in terms of architectures, votive sets and absolute chronologies (preferentially on human samples).

In this paper, the authors intend to present a series of small simple megalithic monuments, excavated in collaboration with Rui Boaventura in the areas of Redondo and Monforte, under the projects he directed (COMONPH and MEGAGEO). These are small megalithic monuments, with simple artefactual sets and simple architectural features, of the type that is traditionally assumed to be the representative of a first moment of Megalithism. With an exclusive focus in the Southwestern Iberia, the authors seek to insert these monuments, with all the questions they raise, into the chrono-cultural levels of the megalithic phenomenon in this region, trying as well to define their evolutionary sequences, with regard to the architectural features of monuments, their funerary contents and available absolute dates.

It is acknowledged that, taking into account the currently available data, a simple evolution scheme could not be so applicable to the reality under consideration: even if one can accept that a substitution of architectural models had occurred, it would not have been as linear nor as chronologically detailed as normally assumed. In fact, rather than this instantaneous substitution, it seems that a gradual replacement, considerably expanded in Time, of simple monuments by complex monuments takes place, with the coexistence of tombs with various

¹Município do Redondo. rmataloto@gmail.com; rmataloto@cm-redondo.pt.

²UNIARQ: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. marcoandrade@campus.ul.pt.

³UNIARQ: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. andreperreira@letras.ulisboa.pt

architectural features still during a full moment of the 4th millennium BCE. In this scope, one must also consider the funerary uses of natural caves and artificial caves, apparently contemporary and culturally comparable, according to the generic characteristics of the votive sets. Megalithism is thus a multi-faceted phenomenon, balanced by its own dynamics.

Most of the ideas presented herein were widely discussed with Rui Boaventura, and the authors sought to remain faithful to his line of reasoning, which, in general terms (with the elementary personal nuances, of course), they shared.

Keywords: Architecture, Chronology, Complex, Megalithism, Simple.

“Change is one thing. Acceptance is another.”

“It is curious how sometimes the memory of death lives on for so much longer than the memory of the life that is purloined.”

“Little events, ordinary things, smashed and reconstituted. Suddenly, they become the bleached bones of a story.”

ARUNDHATI ROY, *The God of Small Things*, 1997

RUI MATALOTO

Rui Boaventura e o Megalitismo do nosso contentamento

Este texto acaba por ser o corolário de um percurso de estudo e pensamento em que um dos actores principais homenageamos neste volume, Rui Boaventura.

Não foi com o Rui que comecei a escavar antas, nem com ele ganhei o gosto de o fazer, esse vinha de antes, mas foi com o Rui que isso se tornou um desafio constante, onde a emoção da descoberta e a vontade de continuar, sempre, se tornou um propósito. Com ele aprendi, ou tentei aprender, a acutilância do olhar para os pequenos detalhes que tornam cada monumento único. A sensibilidade que apenas ele detinha ao observar cada anta era algo que tornava cada visita ao campo um verdadeiro prazer, pelo Amor que víamos transbordar por aquele amontoado de pedregulhos.

No Rui, o Amor pelo seu Megalitismo, com M grande, abrangente, que nunca quis resumir às práticas funerárias dos IV/III milénio, era o Ar que respirava. A sua capacidade de trabalho, detalhe, rigor e positivismo verdadeiramente Cartesiano, aliada a uma obstinação, verdadeira casmurrice, que partilhávamos “numa escala matalotina”, como nos disseram, eram peças-chave para um desbravar de caminho quando outros trilhavam os mesmos.

O Rui teve um percurso excessivamente breve para tudo aquilo que tomou em mãos: defender e estudar o megalitismo, anta a anta se preciso fosse, mas sempre com uma minúcia e rigor que a mim, e a muitos, nos exasperava. O seu caminho foi feito de sucessivos reveses, sempre impostos por factores externos, desde os tempos de Monforte, ou talvez mesmo antes, mas sempre persistiu, lutando desbravando e abrindo caminho, muitas vezes sozinho, mas quase sempre acompanhado, contra tudo e todos, mesmo contra mim, muitas vezes descrente nas suas vontades, mas não nas suas forças, acabava por ceder e acompanhava-o.

O MEGAGEO, de que este texto é muito devedor, foi a prova de tudo o que era capaz de construir, arregimentando todos, de todas as áreas, em prol de um objectivo único, conhecer melhor o Megalitismo e as antas.

A sua determinação pela memória futura impunha um rigor submilimétrico, com o qual escrutinava cada linha de cada documento antigo procurando nos grandes do Megalitismo o detalhe que exigia a si, enquanto

revolvia e punha em alvoroço meio MNA em busca de mais uma peça de uma anta, tantas vezes mal catalogada, como só ele se apercebia. No campo, só ele analisava pedra a pedra cada sepulcro, só ele descrevia cada minúsculo detalhe, sempre com a mesma determinação, sempre muito positivo e muito positivista.

A mim, a partida do Rui apenas foi como sempre era, um “vamos falando...”, continuando a estar em cada anta que visito ou escavo, ajudando-me a questionar e a buscar as respostas, estando ali, observando o que fazemos, e a exasperar-se pelo detalhe quando me perco nas minhas efabulações paisagísticas. Assim era o nosso modo de trabalhar, o Rui, com o seu conhecimento enciclopédico de antas, observava o detalhe de cada pedra e os paralelos de cada achado, eu, perdido e entusiasmado nas minhas leituras estratigráficas, que depressa passavam para ler cada cabeça, cada paisagem, buscando razões... e assim continuávamos, horas, de debate, conversa, que deixava sempre algo por dizer, pois o gosto que devotávamos pelas antas, com o Rui, dava sempre para mais.

Rui, aqui continuaremos, partilhando do entusiasmo contagiante que espalhavas junto de cada anta...

MARCO ANTÓNIO ANDRADE

Keep moving megaliths...

Ponderar, descrever e precisar relacionamentos, à distância fria de quase um ano de ausência, poderia agora estabelecer-se como um exercício pouco complexo, mesmo mantendo uma vertente essencialmente pessoal que, obviamente, não pode ser contornada. Optei, no entanto, por reproduzir um pequeno texto que publiquei numa determinada rede social, poucos dias depois da sua partida. Poderia reescrevê-lo, objectivá-lo e circunstanciá-lo ao contexto presente; contudo, entendendo que emoções e sentimentos não se relativizam e que as impressões iniciais são sempre as mais assertivas, mantive aqui as suas linhas gerais.

Conheci o Rui há pouco mais 15 anos, em Reguengos de Monsaraz, ainda como funcionário do antigo Instituto Português de Arqueologia, durante as suas visitas a STAM-3. E lembro-me que, entre o debate sobre arquitecturas e cronologias com o Professor Victor S. Gonçalves, achou particularmente estranho um jovem estudante que por lá andava com uma série de guizos presos no boné... A partir daí (e à parte o “incidente” de AGZ aqui recordado pelo André), quis o destino que os nossos caminhos científicos sempre se cruzassem, curiosamente investigando os mesmos temas nas mesmas regiões, desde a Estremadura ao Alto Alentejo.

O primeiro contacto “profissional” deu-se precisamente com o seu ingresso como arqueólogo no meu município de residência, em 2002, tendo como ele partilhado informações sobre uma “debilitada” Arqueologia que bem conhecia desde os meus tempos da Escola Secundária: desde logo, o Castelo da Amoreira, Pedreira do Aires, o Paleolítico do complexo basáltico e, obviamente, as Pedras Grandes (e todas as tentativas, até aí infrutíferas, de identificar o mais pequeno vestígio que restasse do conjunto megalítico do Trigache)...

O interesse pelo estudo dos Megalitismos do Alentejo foi também um ponto comum, particularmente materializado nos nossos projectos individuais na área de influência da Ribeira Grande (com uma estratégica fronteira teórica estabelecida pela Cabeça de Vaiamonte: “este lado é para ti, este lado é para mim...”). Mas essa pequena sobreposição de “interesses” nunca nos conduziu ao antagonismo – muito pelo contrário, a colaboração sempre foi uma das suas principais preocupações. O que era extremamente saudável, pois o Rui, sempre com uma visão alternativa, e quase sempre contrária à minha, obrigava-me a repensar as coisas, forçando-me a ser melhor que eu próprio.

Com o Rui também partilhei, durante os últimos anos, os dias frios de Inverno no Museu Nacional de Arqueologia, “fugindo” para junto dele quando me aborrecia de medir e contar machados e geométricos, com o

pretexto de manter “pretensos debates científicos”, mas com o verdadeiro intento de me aproximar do seu aquecedor, distraíndo-o assim dos seus Megageos e “pedras verdes”... Lembro, por sua parte, as suas constantes “invasões” à minha sala de trabalho – surgindo sempre, conhecedor da minha incondicional disponibilidade para embarcar em novas aventuras, com novos materiais para estudar, sem sequer esperar pela minha resposta. “Toma lá os calcários das Baútas”, “toma lá as placas do Caladinho”, “no MEGAGEO 2, vais estudar os líticos da Comenda da Igreja”... E a resposta, invariavelmente, era sempre a mesma... Pronto, seja...

Obviamente que é inútil falar sobre o Rui enquanto Investigador. O seu contributo para o estudo do Megalitismo, e da Arqueologia em geral, está bem evidente nas muitas e importantes linhas que nos deixou, assumindo-se já há algum tempo como uma referência incontornável... Como amigo? Quem o conhece, sabe com o que podia contar: com uma disponibilidade incondicional, com um espírito de cooperação sem par, com Amizade... E sempre, a sua boa disposição e energia inesgotável, que manteve até ao fim – lembrando que, ainda nos dias anteriores à sua partida, combinávamos uma sessão de trabalho em sua casa (“porque eu não posso conduzir até ao Museu, por causa da droga”, como ele jovialmente referiu).

Se era uma pessoa fácil de lidar? Não era, mas isso apenas se devia à sua honestidade e frontalidade – que o levava por vezes a ser um pouco “politicamente incorrecto”, o que lhe valeu alguns dissabores e algumas “inimizades”. Mas, a meu ver, isso apenas fazia dele uma pessoa melhor... Até melhor que as outras (eu incluído)...

Trabalhávamos em conjunto em alguns pequenos projectos: a ocupação calcolítica do centro urbano de Alter do Chão, as antas “helénicas” de Estremoz (com o Mataloto), a necrópole das Baútas e os seus artefactos votivos de calcário, a importância estética ou ritual do quartzo nas antas (depois de lhe descrever o espantoso esteio da anta da Gonçala 3, com a face interna cravejada de cristais de quartzo), sem esquecer a aparentemente “assombrada” escavação do “pequeno sepulcro simples” do Belo... Infelizmente, não os podemos concluir a tempo. Mas havemos de os acabar, estou certo. Aqui ou lá, continuará trabalhando connosco.

Penso que não poderei escrever uma linha sobre Megalitismo sem recordar o Rui, o que poderia ser potencialmente problemático visto ser a minha área fundamental de estudo. Mas não me preocupo, que sei que quando tal acontecer, sempre o recordarei com um sorriso... E de outra maneira não poderia ser, não é? Até já, seu méne! Keep moving megaliths...

ANDRÉ PEREIRA

O Mega-Rui

Escrever meia dezena de parágrafos sobre o Rui é uma tarefa árdua. Mais árdua se torna quando tentamos, invariavelmente, rever toda e qualquer construção frásica, palavra, acento, vírgula... tal como ele o faria. Assim era o Rui e, como ele, a sua paixão e a forma como estudava o megalitismo.

Recordo-me bem quando em visita à Anta Grande do Zambujeiro, no ano de 2001, no âmbito do colóquio “Arqueologia do Concelho de Évora”, eu e o Marco, jovens estudantes de arqueologia, ouvindo a conversa informal dos Ruis (Boaventura & Mataloto) sobre a recentemente escavada (também por nós) STAM-3, os abordámos. Depressa fomos ignorados... justificadamente. Foi um dos primeiros contactos com o Rui...

Em 2013, enquanto aguardava a abertura do café de São Bartolomeu de Galegos para retomar, com a bica do meio da manhã, mais um dia de acompanhamento arqueológico no Parque Eólico da Lourinhã, recebo uma chamada do Rui. Já nos tínhamos cruzado e cumprimentado, entretanto, diversas vezes. O Rui, em meia dúzia de frases, todas esclarecidas e bem medidas, convidou-me a participar no seu projecto da altura, o Megageo, para

rever todo o Megalitismo (!!!). E, perante o entusiasmo que colocou em cada palavra, conseguiu convencer-me (apesar de, cautelosamente, eu ter empurrado a resposta para depois). “Olha que será um trabalho mais de detective...” dizia.

Durante o tempo em que, como bolsheiro de investigação FCT, estive a 100% a colaborar com o Megageo (i.e. com o Rui), a ideia que tinha do Rui não se desvaneceu, antes cimentou: “Tens de questionar a base de dados e confirmar as fontes bibliográficas!”, “Vai à bibliografia de base e reinterpreta!”, “E no arquivo cartográfico, fotográfico e epistolar?”. Pés de barro não podiam existir!

Mesmo nas poucas saídas de campo que fizemos (para confirmar a localização de algumas antas), era vê-lo a esmiuçar todos os caracteres de um parágrafo em alemão dos Megalithgräber... para ver se estávamos nas coordenadas certas. Minúcia!

Em escavação, o rigor do registo. Na anta do Monte Serves (juntamente com os amigos vilafranquenses da “Escola Agrícola”, o Rui minucioso continuou a evidenciar-se; o mesmo Rui que, já com um cansaço evidente, descreveu, igualmente de forma meticulosa, os esteios da anta da Barroca, numa tarde “daquelas”, à “Universidade do Redondo”... Sempre, mas mesmo sempre, com uma paixão contagiante pelo Mundo Megalítico.

Apesar da sempre inglória tarefa de coligir legado de um amigo, e divulgá-lo, fazemo-lo com gosto, como uma sentida homenagem. E não são poucas as vezes que, durante o processo (e outros vindouros) pensamos (e pensaremos): “Ah, a falta que agora fazias para discutirmos isto, e aquilo”...

Este trabalho sobre antas pequenas é muito do Rui.

Do Mega-Rui.

1 – AS PEQUENAS ANTAS: BREVE SINOPSE DE LONGO PROBLEMA (Fig. 1)

O carácter emblemático dos monumentos megalíticos e o seu impacto simbólico, ao longo dos tempos, nas paisagens, não só físicas como também sociais e culturais, sempre os permitiu assumir como elementos de particular interesse. O seu estudo praticamente acompanha o desenvolvimento da Arqueologia enquanto ciência, principalmente em obras de carácter monográfico, como (no que ao Sudoeste peninsular diz respeito) os trabalhos pioneiros de Francisco Pereira da Costa (1868), Gabriel Pereira (1875), Joaquim Possidónio da Silva (1881), Joaquim José da Rocha Espanca (1894) e Francisco Tavares Proença Júnior (1910), ou os numerosos títulos publicados por José Leite de Vasconcelos (e outros investigadores) logo desde os primeiros números d’*O Archeólogo Português* (num dos quais, inclusivamente, apresenta uma das primeiras plantas publicadas de pequenos sepulcros alentejanos; VASCONCELOS, 1898, p. 126) (Fig. 2).

O lugar de destaque dos monumentos megalíticos em obras de carácter mais generalista também é evidenciado, como na *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*, de Augusto Filipe Simões (1878), *Les Âges préhistoriques*, de M. Émile Cartailhac (1886), nas *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos (1897) ou nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, de Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga (1886, 1887 e 1889) – sendo sempre aqui assumidos como um dos principais elementos caracterizadores das sociedades pré-histórica no território actualmente português.

Em relação concreta aos pequenos sepulcros megalíticos, o seu estudo efectivo ter-se-á iniciado, embora inadvertidamente, ainda durante a última década do século XIX. As intervenções de Manuel de Mattos Silva, juiz da comarca de Ponte de Sor, na área de Avis, contaram com a escavação de monumentos de média e grande dimensão, de câmara e corredor diferenciados, como o são a anta da Capela e “Anta Grande”

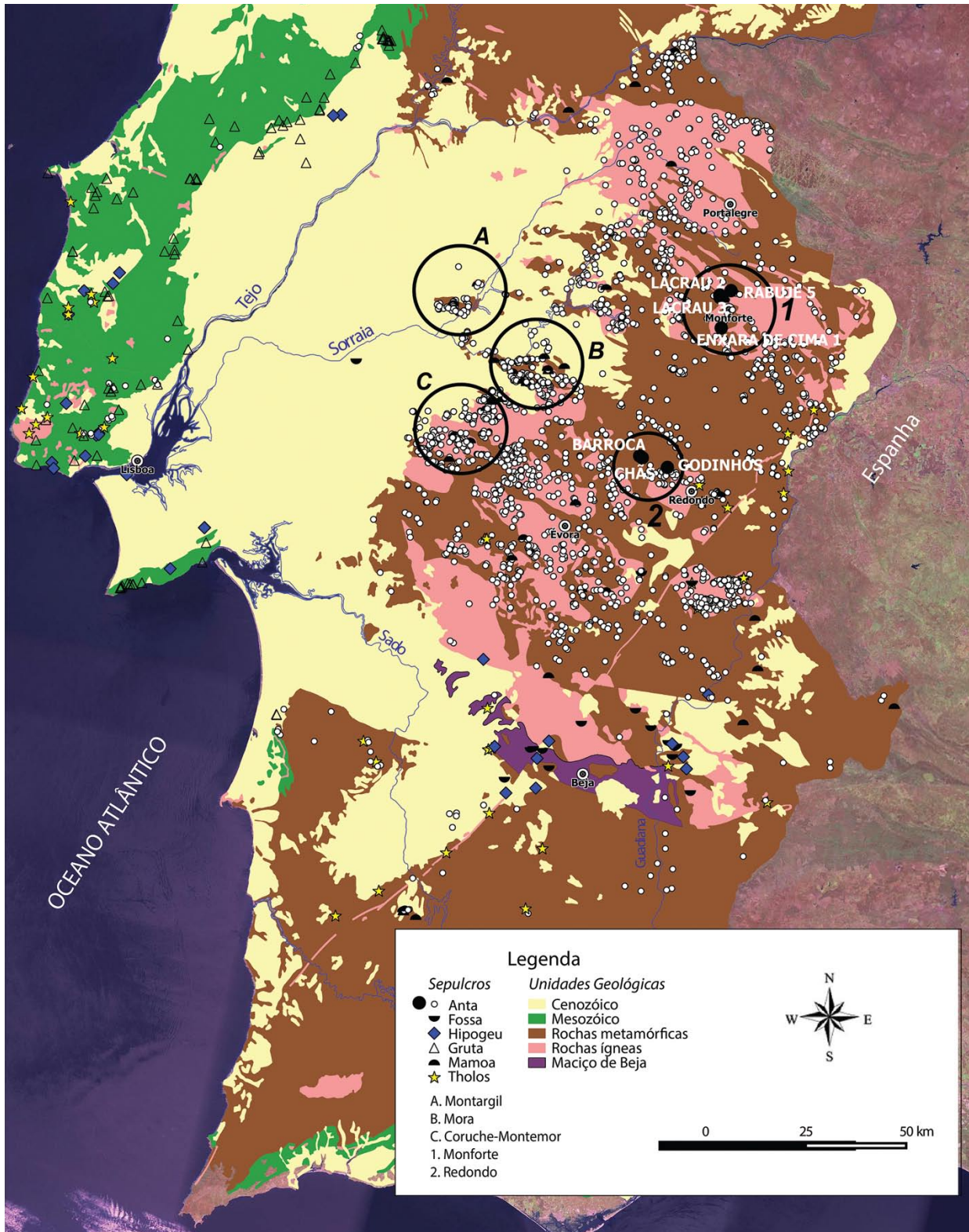


Fig. 1 – Sepulcros do Megalitismo do Centro Sul de Portugal sobre base geológica (actualizado em Novembro de 2015). Mapa elaborado no âmbito do Projecto MEGAGEO sob a coordenação de Rui Boaventura. Assinalam-se os núcleos de pequenos sepulcros das áreas de Montargil (A), Mora (B) e Coruche-Montemor (C) e sua relação geográfica com as áreas de Monforte (1) e Redondo (2), com indicação dos sepulcros apresentados.

da Ordem (cf. SILVA, 1895 a e 1895 b). Um outro monumento, a anta do Assobiador, foi intervencionado neste contexto, apresentando, como evidenciado por Manuel de Mattos Silva, diferenças arquitectónicas notórias em relação aos dois primeiros, sendo composta por uma câmara sub-rectangular alongada, de altura reduzida e sem corredor (SILVA, 1896, p. 239; cf. também ANDRADE, 2016).

As características arquitectónicas, assim como o espólio recuperado e atribuível à construção e primeira utilização deste monumento (integrando 11 artefactos de pedra polida, com machados de secção transversal subcircular / subelíptica e subquadrangular), permitem enquadrar este sepulcro no contexto das pequenas antas atribuíveis a uma etapa inicial do Megalitismo alentejano. No entanto, numa fase embrionária do estudo do Megalitismo, e da própria Arqueologia portuguesa, esta distinção cronológica, em relação aos restantes monumentos, não foi considerada. Da mesma maneira, não foram consideradas as distinções entre o espólio recuperado, revelando dois claros momentos de utilização (um original, de meados ou segunda metade do IV milénio a.n.e.,

um segundo de finais do III milénio a.n.e. ou inícios do seguinte). É hoje também evidente a atribuição a este sepulcro de elementos provenientes de um outro, igualmente do Assobiador, escavado em conjunto e designado, em missiva endereçada a José Leite de Vasconcelos, como “*anta grande*” em oposição a esta “*anta pequena*”, sem que tal seja referido no texto publicado n’*O Archeólogo Português* (cf. ANDRADE, 2016).

Posteriormente, em Junho de 1910, e de novo pela mão de Manuel de Mattos Silva em colaboração com José Leite de Vasconcelos, os trabalhos efectuados no conjunto megalítico de Montargil (Ponte de Sor) permitiram a identificação e escavação de alguns destes pequenos sepulcros (VASCONCELOS, 1910). No entanto, dado a corrente excessivamente “antiquarista” ainda vigente na época, fortemente normativa, estes monumentos não obtiveram a importância devida – sendo incluídos dentro de todo um contexto geral comum, devido talvez à efectiva carência de espólio identificado que, como se sabe actualmente, lhes é característica. A importância deste grupo, lida principalmente no âmbito da definição dos patamares evolutivos do Megalitismo, será salientada posteriormente por Georg e Vera Leisner, como veremos abaixo.

Os trabalhos de Vergílio Correia na área de Pavia (Mora), ainda na mesma década (durante as primaveras de 1914, 1915 e 1918), possibilitaram igualmente a identificação e escavação de uma série considerável de pequenos sepulcros megalíticos. Dos perto de 80 sepulcros intervencionados ou simplesmente referenciados merecem destaque neste âmbito os casos de Antões 2, Entreáguas 5, São Miguel, Madre de Deus 2, Casarão das Figueiras e Considreiro 2 – caracterizados como pequenos sepulcros de planta alongada ou em forma de “ferradura”, abertos (Fig. 3). Apesar de reconhecer divergências arquitectónicas claras entre estes e os monumentos de câmara e corredor diferenciados, Vergílio Correia segue ainda um esquema de interpretação essencialmente normativo, não considerando grandes distinções cronológicas de uns em relação a outros.

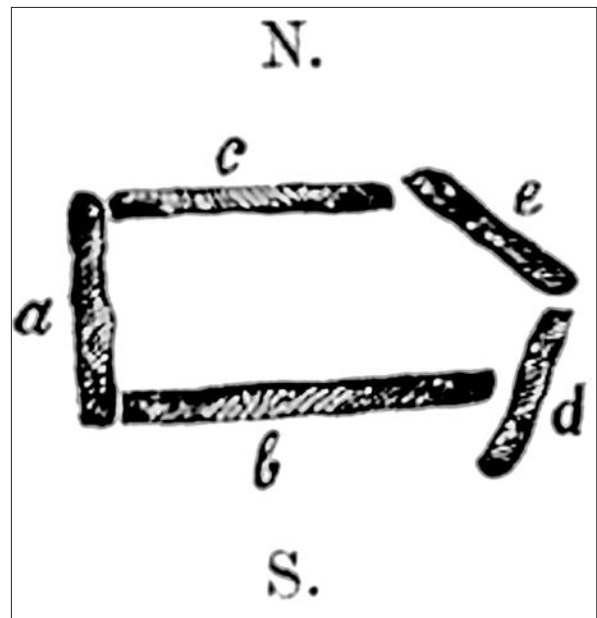


Fig. 2 – Planta esquemática de um dos primeiros pequenos sepulcros alentejanos a ser publicado: a sepultura do sítio do Eivado, na Quinta Grande (Évora), da qual não se conhece espólio (o que invalida a sua atribuição cronológica rigorosa). Da mesma maneira, não são apresentadas dimensões precisas pois, como explicado por José Leite de Vasconcelos, à falta de fita métrica, as medidas foram tiradas a palmo (adaptado de VASCONCELOS, 1898, p. 126).

Refere especificamente, neste sentido (CORREIA, 1921, p. 71): “*Las sepulturas encontradas [...] no pueden servir para establecer jalones de la evolución constructiva. Pertenecen a un tipo de sepulturas individuales, bien diferenciadas de los dólmenes, sepulcros colectivos. No se pasó de unas a otras, visto que los espolios son idénticos. Los dos sistemas no se sucedieron; coexistieron.*”

Segundo Vergílio Correia, não existem diferenças cronológicas entre estes dois tipos arquitectónicos, mas sim diferenças culturais reflectindo diferentes rituais funerários: uns caracterizados por inumações individuais, outros caracterizados por inumações colectivas, sendo contudo contemporâneos. Esta interpretação teve como base, segundo afirma, as semelhanças entre os espólios recolhidos

em ambos contextos – referindo-se possivelmente à presença ainda substancial de artefactos de pedra polida nos sepulcros de maior dimensão. No entanto, esta parece ser característica destes sepulcros na área do Norte alentejano, coexistindo com as placas de xisto gravadas, conforme demonstrado em numerosos exemplos (cf. GONÇALVES & ANDRADE, 2014) – sendo que, da mesma maneira, Vergílio Correia não equacionou a efectiva ausência de placas de xisto gravadas, um claro diferenciador cronológico, nestes pequenos sepulcros.

Outro ponto a referir nesta área é que os espólios destes pequenos sepulcros se compõem quase exclusivamente por artefactos de pedra polida, estando virtualmente ausentes as armaduras geométricas. Com efeito, são escassos, tanto nos pequenos monumentos como nos de maior dimensão escavados por Vergílio Correia na área de Pavia, os elementos de pequeno tamanho – como o são os geométricos, as pontas de seta ou as contas de colar (ROCHA, 2005, p. 73). Este facto poderá simplesmente dever-se à “metodologia” de escavação expedita empreendida, tendo sido escavadas muitas dezenas de antas em três curtas campanhas, podendo-se considerar que estas escavações não terão sido integrais ou que nem todo o espólio terá sido identificado e recolhido. Esta hipótese confirma-se nos monumentos de Brissos, primeiramente escavados por Vergílio Correia, tendo as intervenções posteriores de Manuel Heleno possibilitado a recuperação de um número ainda considerável de elementos – por exemplo, na anta de Brissos 6 (designada por Manuel Heleno como Brissos 1), as pontas de seta são escassas na colecção de Vergílio Correia, tendo as escavações posteriores possibilitado a recuperação de cerca de quatro dezenas destes elementos, para além de um número ainda considerável de recipientes cerâmicos, artefactos de pedra polida e placas de xisto gravadas.

A importância deste grupo voltará a merecer a atenção dos investigadores, primeiramente de Irisalva Moita e posteriormente de Leonor Rocha, como veremos abaixo.

O verdadeiro arranque do estudo dos pequenos sepulcros megalíticos, e da definição da sua exacta posição (e real importância) nos patamares evolutivos no Megalitismo do Sudoeste peninsular, regista-se durante a década de 30 do século passado. Para concretizar o seu projecto de caracterização da origem e desenvolvimento do Megalitismo português, Manuel Heleno conduziu escavações em perto de 300 monumentos alentejanos, nos concelhos de Coruche, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Mora e Estremoz (HELENO, 1956; CARDOSO, 2013).

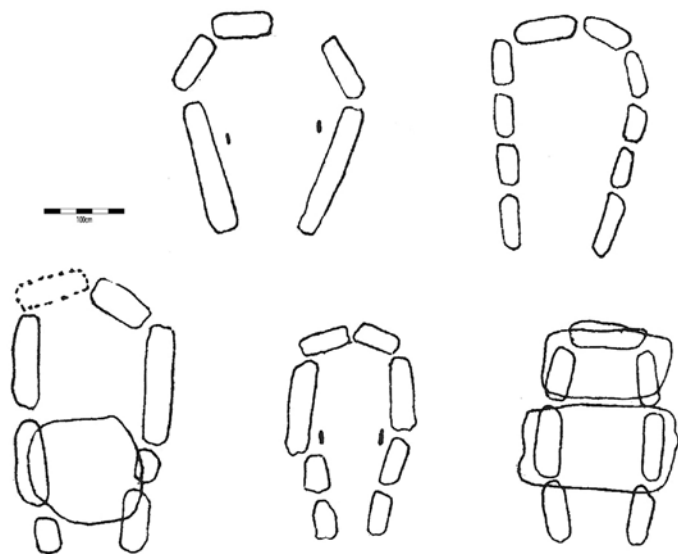


Fig. 3 – Exemplos paradigmáticos dos pequenos sepulcros da área de Pavia (Mora): Antões 2, Entreáguas 5, São Miguel, Madre de Deus 2 e Casarão das Figueiras (adaptado de CORREIA, 1921, p. 70, Fig. 55).

O facto de nunca ter publicado com rigor os resultados dos seus trabalhos fez com que o conhecimento das propostas evolutivas por si estabelecidas estivesse baseado somente nas informações avançadas nas suas lições das disciplinas de Arqueologia e Pré-História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ou nas informações parciais passadas a outros investigadores, como Georg e Vera Leisner (1951 a, 1959) ou de modo mais extenso a H. Savory (1969) – condicionando, de certa maneira, os estudos realizados nas décadas seguintes por outros investigadores. A oportuna recuperação e disponibilização dos seus *Cadernos dos Campo* (já compilados e filtrados em ROCHA, 2005) permitiu fazer corresponder o volume considerável de espólio arqueológico proveniente das suas escavações, patente nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, a monumentos concretos – e, mais importante, a arquitecturas concretas.

Da cifra de monumentos escavados acima apontada, cerca de metade corresponde a pequenos sepulcros (cf. ROCHA, 2005, p. 121) – o que indica um claro investimento e canalização de esforços para a resolução do problema das origens do Megalitismo alentejano.

Foram reconhecidos como representativos de um primeiro momento do fenómeno megalítico nesta área (Figs. 4 e 5), pequenos sepulcros de câmara elíptica (como Curral da Mosca), de câmara rectangular (como Cabeço da Areia, Vale do Freixo 1, Torre do Franco 1, Vale das Covas, Barrocais, Peral 5), câmara trapezoidal (como Mouchão das Azinheiras 1, Peral 6, Cabeceira 6 e 7) ou de câmara alongada, de tipo “pseudo-galeria” (como Casarões do Zambujeiro, Vale do Freixo 2, Barrada, Mouchão das Azinheiras 2, Santa Cruz, Peral 5). Os mobiliários votivos destes monumentos caracterizavam-se basicamente pela associação de artefactos de pedra polida (destacando-se os machados de secção subcircular / subelíptica e corpo picotado), armaduras geométricas (trapézios, crescentes e triângulos, por ordem de frequência) e pequenas lâminas ou lamelas não retocadas, sendo escassos ou inexistentes os recipientes cerâmicos. Pequenos sepulcros de corredor incipiente, com conjuntos artefactuais sensivelmente semelhantes (como Oliveira da Cruz ou Penedo do Bispo), seriam considerados como a transição entre estes mais pequenos e os monumentos considerados mais evoluídos, de câmara e corredor diferenciados.

Para a formulação deste esquema evolutivo, Manuel Heleno teve em particular atenção os dados recolhidos no importante conjunto do Deserto – um núcleo megalítico de características únicas, combinando num espaço circunscrito monumentos representativos de todos os tipos arquitectónicos (e, conseqüentemente, de todos patamares evolutivos do Megalitismo). Em 1936, Manuel Heleno refere especificamente (Caderno n.º 28, *Escavações em antas dos arredores do Siborro (Montemor-o-Novo), 6.ª campanha, Set. e Out. 1936*; APMH/2/1/11/28, fls. 2-3; acessível no Museu Nacional de Arqueologia) (Fig. 6):

“Atenção:

O estudo das antas do Deserto, adiante estudadas, parece levar a concluir que a arquitectura das antas evoluiu do seguinte modo:

I – antas de forma de caixa, irregulares, sem ou com pouca cerâmica, sílices semi-lunares e trapezoidais ou triangulares

II – antas do mesmo tipo mas alongadas, estranguladas ou divididas em dois compartimentos (colectiva).

A par desta subsistem os tipos antigos mais pequenos.

Daqui uma dupla evolução:

A) as grandes passam às de câmara e corredor

B) as pequenas, só as de câmara, que se alarga e sob a infl[uência] das cabanas se arredonda sucedendo o mesmo ao tipo que evoluciona para as de câmara e átrio redondo.”



Curral da Mosca



Courela de Fretes 2



Cabeceira 7



Peral 6



Deserto 8



Deserto 13



Peral 5



Santa Cruz 5

Fig. 4 – Exemplos paradigmáticos de pequenas antas escavadas nos anos 30 do século XX por Manuel Heleno: Curral da Mosca, Courela de Fretes 2, Cabeceira 7, Peral 6, Deserto 8, Deserto 13, Peral 5, Santa Cruz 5 (Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia – espólio Manuel Heleno).

Posteriormente, em 1937, após a escavação dos monumentos do Peral, Courela dos Fretes, Santa Cruz e Cabeceira, reformulando e simplificando o esquema inicialmente proposto, indica que o desenvolvimento do Megalitismo se teria processado do seguinte modo (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937*; APMH/2/1/11/31, fl. 30v; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

“Evolução

Antas de galeria, trapezoidaes ou circulares
Antas com dois compartimentos em galeria
Anta com câmara e corredor com esteios quase da mesma altura
Antas com câmara e corredor largo
Antas com câmara redonda e átrio redondo.”

Ainda nesse ano, sintetizando os dados por si recolhidos em todos os monumentos escavados nos anos anteriores (mas ainda não concluídas as suas intervenções, estendidas até 1939), aliando as características particulares das arquitecturas aos mobiliários votivos aí encontrados, Manuel Heleno ensaia uma “proposta final” para a origem e desenvolvimento do Megalitismo (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937*; APMH/2/1/11/32, fls. 19-25; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

“Conclusões gerais

No estado dos nossos conhecimentos actuais obtidos pelas escavações que datam de 1930 poderíamos fazer a seguinte classificação

I Grupo (vasos semi-esféricos)

- a) Antas com silices sem ceramica e sem machados*
- b) Antas em forma de caixa com ceramica, silices e sem machados*
- c) Antas em forma de caixa sem ceramica e com silices e machados*

II Grupo

Antas com silices com mossas, mta. ceramica e machados

- a) Forma de galeria, por motivo de se tornarem sepulturas colectivas*
- b) Antas divididas ao meio, em compartimento, precedidas por alongadas estranguladas*

III Grupo

Por influencia das formas redondas das cabanas derivaram:

Do I Grupo as antas só com câmara redonda, com a forma ovalada por transição

Do 2.º Grupo as antas de câmara e corredor, com a 1.ª fase com os tipos da Cruz da Oliveira, Bertandos, Pasmaceira.

Destes tipos passou-se às de câmara e galeria redonda, tipo Rabaçal com predomínio das setas de base convexa e chapões de cara.”

Salienta, contudo, que um esquema de evolução linear não deve ser rigorosamente seguido, apontando a possível origem múltipla do corredor e advertindo que, na classificação cronológica dos monumentos, devem ser tidas em consideração não só as características arquitectónicas mas também as características do espólio (e sua evolução) – referindo que existem “*formas arquitectónicas [sic] primitivas em períodos mais avançados e material supervivente (arcaizante) em antas modernas*”.

Compilando estas informações diversas, Leonor Rocha sintetiza o esquema evolutivo proposto por Manuel Heleno da seguinte forma (ROCHA, 2005, p. 101):

Monumentos primitivos:

Monumentos de câmara rectangular (Tipo A)

Monumentos de câmara trapezoidal (Tipo B)

Monumentos de câmara circular (Tipo C)

Monumentos de câmara trapezoidal ou circular com corredor incipiente

Monumentos evolucionados:

Monumentos de câmara circular e corredor

Monumentos de câmara grande e corredor longo

Monumentos com átrio

Sobre a “origem cultural” destes pequenos monumentos, Manuel Heleno também apresenta ideias concretas. Após a escavação do sepulcro de Vale do Freixo 2, tendo em conta a arquitectura e o espólio, inclui este sepulcro no “grupo das antas primitivas”, referindo que estas “teriam sido criadas pelos capsenses, como o provam os sílices deles análogos aos de Muge, os quais tendo os enterramentos nos concheiros, começam depois a fazê-los individualmente em sepulturas formadas por lages [sic], que com os enterramentos colectivos passaram de retangulares a sub-retangulares, à forma redonda e depois a anta de corredor” (Caderno n.º 14, *Escavações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Set. 1933*; APMH/2/1/11/14, fls. 14-15; acessível no Museu Nacional de Arqueologia).

Esta ideia de que as comunidades neolíticas, construtoras e utilizadoras dos primeiros monumentos megalíticos, evoluiriam localmente a partir das comunidades mesolíticas do Vale do Tejo expandindo-se para o interior como consequência permitia assumir esta região como um dos focos de emergência do fenómeno megalítico peninsular, recusando abertamente as teses orientalistas principalmente advogadas por V. Gordon Childe e G. Daniel (CARDOSO, 2013, p. 59). Na realidade, este deve ter sido um dos pontos de partida do seu pensamento, quando se lança no estudo do Megalitismo da região de Montemor-Coruche, ficando bem patente na seguinte afirmação, com base na avaliação da distribuição espacial dos pequenos sepulcros (Caderno n.º 39, *Escavações nos arredores do Siborro (cerca de S. Pedro da Gafanhoeira), Primavera 1939*; APMH/2/1/11/39, fl. 11-12; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

“Atenção – Julgo que as antas seguem roteiro de W para leste, isto é, da região em volta ou ao sul de Muge para leste (antas grandes com sílices à medida que se caminha para leste, pequenas perto do Vale do Tejo); por outro lado os chapões seguem roteiros de leste para oeste. Encontram-se 1.º com os dólmenes primitivos, mas já monumentais

W → antas

← chapões

À medida que do Deserto e Azinhal caminhamos para leste e das Águias para sul as antas primitivas aumentam de proporções.”

Nesta mesma década se iniciam os trabalhos de Georg e Vera Leisner na área alentejana. No âmbito específico da investigação dos pequenos sepulcros, conta-se a escavação de 1934, em colaboração com Hugo Obermaier e Manuel Heleno, do monumento de Azinhal 3 (designado como Vale das Covas por Manuel

Heleno; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 274). No mesmo ano realizam trabalhos de prospecção na área de Montargil – motivados, como referem, pela carência de publicação rigorosa dos trabalhos de José Leite de Vasconcelos e Manuel de Mattos Silva nesta área, nomeadamente ao nível das características arquitectónicas dos monumentos. No âmbito destas prospecções, não só procederam ao levantamento de plantas de monumentos já conhecidos como também identificaram uma série de monumentos inéditos (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 227-228).

A este núcleo voltariam em 1953, talvez devido aos dados pouco expressivos fornecidos pelos pequenos sepulcros por si escavados na década anterior na área de Reguengos de Monsaraz – não tendo contudo os resultados, conforme veremos abaixo, sido muito mais esclarecedores.

Com efeito, a escolha do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz como caso de estudo (em detrimento, por exemplo, do grupo de Évora, onde uma série de pequenos sepulcros foi igualmente identificada, destacando-se os conjuntos do Álamo e Almo; LEISNER, 1949) dever-se-á talvez às características particulares daquele, consideradas como ideais para ensaiar os modelos explicativos para a origem e desenvolvimento do Megalitismo (cf. GONÇALVES, 1992 e 1999; GONÇALVES & SOUSA, 1997).

Neste sentido, classificam os monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz em três grupos genéricos, de acordo com as suas características arquitectónicas (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 19):

- 1 – Antas sem corredor e “cistas” megalíticas
- 2 – Antas com corredor
- 3 – *Tholoi*

Salientam, contudo, a escassez de sepulcros do primeiro tipo em Reguengos de Monsaraz, admitindo que esta área se poderia tratar de um território de certo modo periférico na “expansão megalítica” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 21), indo um pouco de encontro às ideias de Manuel Heleno explanadas acima.

Da mesma maneira, a escavação de pequenos sepulcros como Areias 10, Areias 11 ou Falcoeiras (Fig. 7) forneceu escasso espólio que permitisse atestar a sua antiguidade em relação aos restantes componentes do conjunto. A pequena sepultura sub-rectangular aberta de Areias 10 forneceu escassos e inconclusivos fragmentos cerâmicos (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 274); a pequena câmara poligonal de Areias 11, sem corredor, entregou formas cerâmicas evoluídas, de bordo espessado, semelhantes às recolhidas na anta de Areias 5 que lhe fica contígua (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 274-275); o pequeno sepulcro

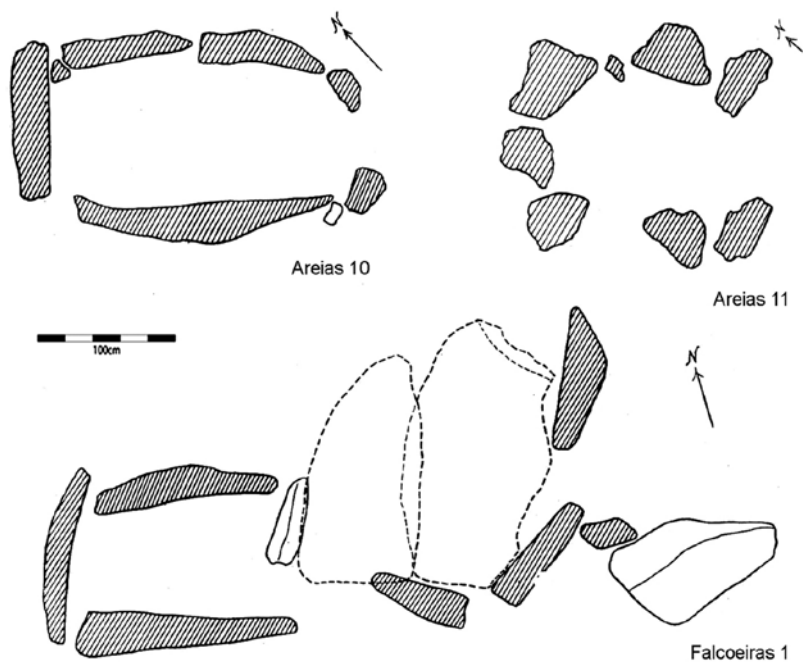


Fig. 7 – Pequenos sepulcros da área de Reguengos de Monsaraz: Areias 10, Areias 11 e Falcoeiras (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXXVII e XXXVIII).

“cistoide” das Falcoeiras, partilhando o *Tumulus* com uma pequena anta de corredor curto (Falcoeiras 1), não forneceu qualquer espólio, sugerindo Georg e Vera Leisner que poderia ser anterior ao sepulcro de corredor (mesmo admitindo a sua semelhança com as cistas da Idade do Bronze), visto que a construção deste terá cortado o acesso àquele (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 281-283).

Assim, para estabelecer o panorama de desenvolvimento do Megalitismo de Reguengos de Monsaraz, ressaltando a potencial falibilidade de modelos explicativos lineares baseados em informação truncada, procuram “*inserir os resultados das escavações das antas de Reguengos, num quadro geral de evolução ainda hipotética*” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 174).

Apesar da escassez de monumentos deste tipo em Reguengos de Monsaraz, e com base na troca de impressões com Manuel Heleno, afirmam que o género dos pequenos monumentos alongados “*teria sido, no Alentejo, o tipo mais antigo*” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 175). Na área de Reguengos de Monsaraz, sendo raro este tipo de monumentos e inconclusivos os que foram escavados (como dito acima), uma primeira fase megalítica sólida poderá ser estabelecida apenas a partir dos pequenos monumentos com corredor curto “com espólio neolítico”. Estes poderiam ser ainda divididos ainda em duas subfases, estabelecidas com base em certas particularidades arquitectónicas dos monumentos e em certas características dos espólios, nomeadamente a nível das cerâmicas e dos geométricos, sendo uma primeira representada por monumentos como Poço da Gateira 1, e uma segunda representada por monumentos como Vidigueiras 1, Vidigueiras 2 e Gorginos 2 (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 176-177). A partir daqui, evoluíam para os monumentos de corredor de maior dimensão, com “espólio eneolítico” (como Olival da Pega 1 e Passo 1) e, conseqüentemente para os *tholoi*.

Como referido acima, posteriormente aos trabalhos desenvolvidos em Reguengos de Monsaraz, Georg e Vera Leisner debruçam-se novamente sobre o grupo de Montargil (Fig. 8). Reconhecem aqui a existência de dois tipos construtivos genéricos: os monumentos de câmara e corredor diferenciados e as “pequenas construções alongadas, baixas e sem corredor” (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 228). Do segundo tipo, escavam os monumentos de Monte do Cabeço (em colaboração com Octávio da Veiga Ferreira), Besteiros 1, Portugal 1, Portugal 10 e Parceirinhos 2. Contudo, os resultados não foram muito elucidativos, sendo referido o seguinte (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 250-251): “Embora a freguesia de Montargil pertença àquela região, onde as galerias e cistas de tamanho reduzido são frequentes, o problema da posição cronológica destas pequenas construções megalíticas e da sua relação com os dólmenes desenvolvidos de câmara poligonal e corredor não pode ser resolvido saindo deles. Por causa da sua espoliação e conseqüentemente pela falta de material, a sua contribuição para os problemas citados limita-se quase unicamente a ampliar o quadro de divulgação geográfica deste tipo arquitectónico.”

Remetem assim para Manuel Heleno, com a publicação dos resultados das suas escavações nos monumentos de Montemor-o-Novo e Coruche, a “responsabilidade” sobre a correcta aferição cronológica deste tipo de monumentos. Todavia, principalmente com base nos resultados da escavação do pequeno sepulcro do Monte do Cabeço, afirmam que “*há certos aspectos que indicam que esta ligação das pequenas antas seja, em parte, um fenómeno cultural mais de que cronológico*” (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 251). Com efeito, a matriz de cobre recolhida neste monumento indicaria uma utilização já eminentemente calcolítica (ou até mesmo da Idade do Bronze), não admitindo a possibilidade de reutilizações tardias dado ter sido recolhida numa camada aparentemente não perturbada.

No volume de 1956 dos *Megalithgräber*, particularmente dedicado à qualificação das características arquitectónicas dos monumentos megalíticos do Ocidente peninsular compilando os dados até aí obtidos (sendo

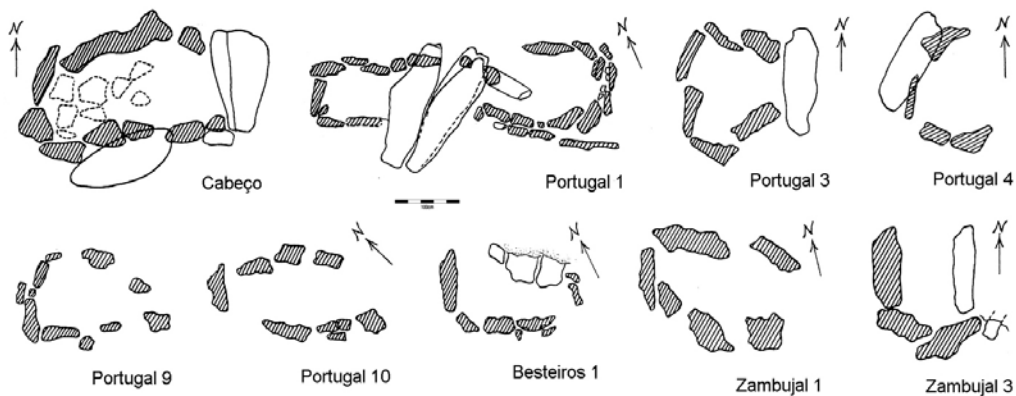
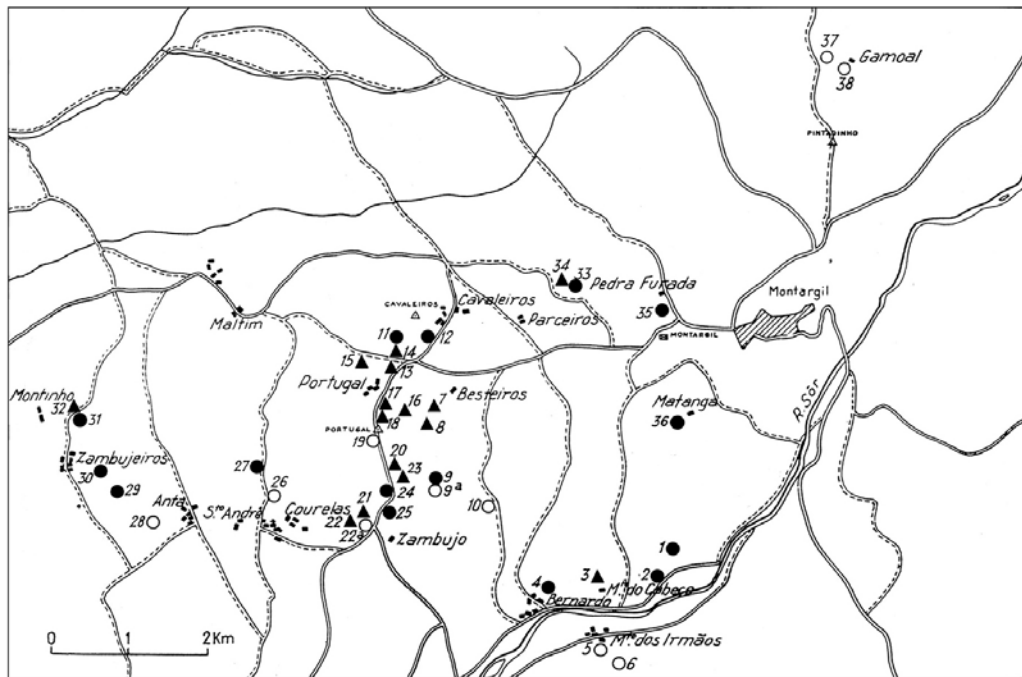


Fig. 8 – O núcleo megalítico de Montargil, com indicação dos pequenos sepulcros megalíticos (indicados pelos triângulos) e dos monumentos de média/grande dimensão com câmara e corredor diferenciados (indicados pelos círculos). Em baixo, exemplos dos pequenos sepulcros da área de Montargil: pequenos sepulcros de tendência “cistoide” e de câmara poligonal sem corredor – sendo de notar o monumento de Portugal 1, aparentando tratar-se de duas pequenas câmaras “cistoides” adossadas (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1953, Est. I e II).

os conjuntos votivos tratados no volume de 1959), Georg e Vera Leisner estabelecem três tipos genéricos para os pequenos sepulcros megalíticos:

- Pequenos sepulcros de câmara poligonal com ou sem corredor (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 51-59, Taf. 21-24);
- Pequenos sepulcros de câmara alongada (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 60-63, Taf. 24);
- Pequenos sepulcros de câmara rectangular ou de tendência “cistoide” (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 69-74, Taf. 28).

Em termos crono-culturais, em texto redigido originalmente em alemão sobre o faseamento do Neolítico (LEISNER, 1966), publicado posteriormente em português (LEISNER, 1983), Vera Leisner faz corresponder a sua *Fase IIa* (posterior ao Neolítico Antigo Evoluído, *Fase Ib*) a uma “pré e proto-fase dos megálitos decorrentes do Mesolítico” onde se encaixariam estes tipos de monumentos (LEISNER, 1983, p. 9).

Baseada na proximidade geográfica entre os concheiros e o limite ocidental do grupo megalítico alentejano, admite, tal como Manuel Heleno, que estes pequenos sepulcros teriam ascendência nas comunidades mesolíticas locais, salientando contudo que não se poderá confirmar a continuidade cronológica de uns em relação a outros. Refere precisamente (LEISNER, 1983, p. 9): “Desde logo, para uma relação entre o povo dos concheiros mesolíticos situados nas margens dos rios Tejo e Sado, apontaria a posição da primitiva cultura alentejana nas cumeadas vizinhas. No entanto, segundo as datações até agora apuradas para o Mesolítico português, não se vislumbra uma sequência cronológica.”

Aponta assim que os monumentos desta fase caracterizar-se-iam por pequenos sepulcros, de escassa altura e por vezes alongados – apresentando igualmente os conjuntos artefactuais aí registados, primeiramente constituídos por crescentes em número reduzido, registando-se posteriormente a sua substituição por trapézios (que vão aumentando em número e dimensão) até à sua associação a pequenas lâminas não retocadas e a artefactos de pedra polida (destacando os exemplares de secção subcircular e corpo picotado), sendo inexistente a cerâmica (LEISNER, 1983, p. 9-11).

Neste âmbito, considera o já mencionado sepulcro de Azinhal 3 (Fig. 9) como correspondendo a uma etapa terminal desta fase, antecedente dos monumentos de câmara e corredor – já atribuíveis à *Fase IIb*, como da

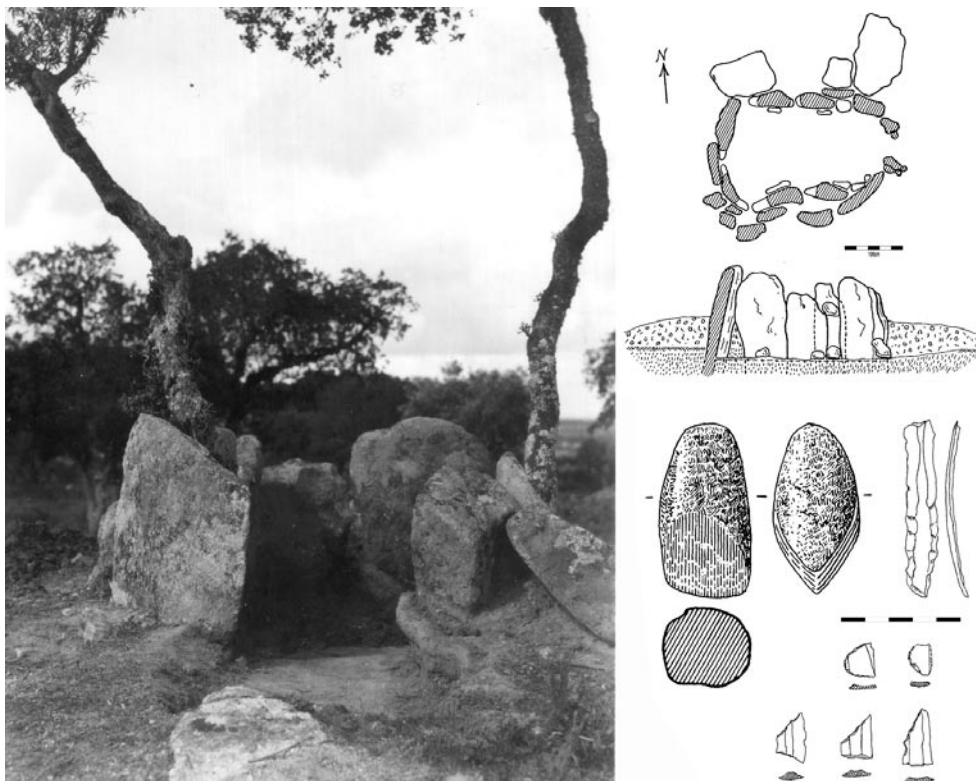


Fig. 9 – O pequeno sepulcro do Azinhal 3 (Vale das Covas, segundo Manuel Heleno) e espólio associado, notando-se a presença de dois crescentes (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24; LEISNER, 1966, p. 364, Fig. 1. Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia – espólio Manuel Heleno).

Poço da Gateira 1, com espólio lítico ainda de certa forma “arcaico”, mas já com a introdução de recipientes cerâmicos, com destaque para os exemplares almagradados (LEISNER, 1983, p. 13).

Estas observações baseiam-se igualmente no estudo que realizou sobre os geométricos e artefactos de pedra polida pertencentes às colecções de Manuel Heleno, onde, apesar de não ter informação concreta sobre as características dos monumentos (por carência de atribuição), apontou a sua integração cronológica (*Neolítico II* ou *III*) baseada nas características específicas dos artefactos (LEISNER, 1985). Da mesma maneira e pela mesma altura, também P. Bosch-Gimpera e H. N. Savory, possivelmente de acordo com informações prestadas por Manuel Heleno, atribuem estes monumentos a uma fase inicial do Megalitismo, caracterizada por enterramentos individuais em “sepulturas cistóides oblongas ou ovais, suficientemente grandes para conterem um cadáver estendido e constituídas por pequenos blocos de granito colocados à superfície, providas de um tecto de grosseira cúpula de modilhões e cobertas por montículos circulares” (SAVORY, 1969, p. 98) – apontando o primeiro autor uma cronologia relativa para estes sepulcros balizada entre 4000 e 3500 a.n.e. (BOSCH-GIMPERA, 1966, p. 265-266).

Nesta fase de investigação se incluem também os trabalhos conduzidos nas necrópoles de Monchique realizados por Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira entre finais da década de 30 e finais da década de 40 do século passado (VIANA & FORMOSINHO, 1942; FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1949, 1950 e 1954). Como se sabe, estas necrópoles são constituídas exclusivamente por sepulcros de pequena dimensão, tendo servido durante muito tempo como paradigma deste tipo de construções no Sudoeste peninsular. Contudo, estas leituras deverão ser efectuadas com precaução, dadas as características particulares deste grupo (GONÇALVES, 1989, p. 62-68, 73-77).

Com efeito, regista-se a presença de monumentos arquitectonicamente equiparáveis aos pequenos sepulcros alentejanos atribuíveis a uma fase inicial do Megalitismo, com espólios votivos de feição igualmente “arcaica” (como, por exemplo, Eira Cavada 2, Palmeira 2, 3, 6, 9, 10 e 11), podendo ser integráveis na mesma etapa crono-cultural. Outros, por seu lado, apresentam já mobiliários votivos eminentemente evoluídos – como Buço Preto 7 (com pontas de seta de base côncava e placas de xisto gravadas), Rencovo (com placas de xisto gravadas), Palmeira 7 (com tipos cerâmicos e grandes lâminas retocadas morfo-tipologicamente equiparáveis aos dos *tholoi* da região, para além de um “braçal de arqueiro”) e Belle France 1 (com um machado de cobre).

Apesar de estes últimos se tratarem igualmente de pequenos monumentos, nota-se uma certa tendência para o alongamento do eixo longitudinal das câmaras (lembrando o exemplares andaluzes) – estando ausentes os monumentos de câmara e corredor diferenciados típicos do Sudoeste peninsular (e presentes em Alcalar, a escassas dezenas de quilómetros do núcleo de Monchique). Poderá tratar-se assim de uma evolução local, numa micro-região específica, de um tipo concreto de monumentos – não necessariamente independente (como o demonstram as características dos espólios), mas com uma certa autonomia em relação ao supra-grupo megalítico do Sudoeste peninsular.

A par destes trabalhos, outros se terão desenvolvido na área alentejana implicando a escavação de pequenas antas de câmara simples, embora não enquadrados num quadro teórico de referência – como são aqueles desenvolvidos na área de Elvas por Afonso do Paço (PAÇO, FERREIRA, & VIANA, 1957) ou por António Dias de Deus e António Luís Agostinho (VIANA, 1950; DEUS & VIANA, 1953; VIANA & DEUS, 1952, 1955 e 1957). De todos os pequenos sepulcros escavados nesta área durante esta época (incluindo Colónia, Poço Pereira, Miraflores, Cabeça Gorda, Torre das Arcas 4) merece destaque até ao momento o sepulcro de Sobreira 1, uma pequena sepultura de planta subelíptica que forneceu recentemente uma datação absoluta centrada em meados do IV milénio a.n.e, embora as características genéricas do espólio indiquem utilizações mais recentes (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013).

A década de 50 do século passado regista ainda, como dito, um retorno ao conjunto de Mora, com os trabalhos de Irisalva Moita nos monumentos de Tera, Montinho de Cima, Barroca e Moita durante os anos de 1952 e 1953. Estas acções foram motivadas devido ao facto de os investigadores sectários das diversas teses vigentes à época para a emergência do fenómeno megalítico no Ocidente peninsular “*continuarem a fundamentar as suas teorias na obra El neolítico de Pavia, de Vergílio Correia, obra que, mau grado a categoria do autor, fundamenta-se em escavações apressadas e plantas construídas sem precisão*” (MOITA, 1956, p. 136).

Na esteira de Manuel Heleno, distingue dois grupos genéricos para o Megalitismo da área de Mora: Grupo Primitivo e Grupo Evoluído (MOITA, 1956, p. 170). Ao primeiro grupo faz corresponder os pequenos monumentos sem corredor, de câmara rectangular ou arredondada; ao segundo grupo (mais complexo e variado) correspondem monumentos de câmara poligonal ou arredondada com corredor, dividindo-os em algumas variantes: monumentos de câmara e corredor indiferenciados em altura (tipo de transição), monumentos de corredor curto, monumentos de corredor desenvolvido (tipo mais evoluído).

A distinção destes dois grupos baseia-se igualmente nas características dos mobiliários votivos. Ao primeiro grupo pertenceriam as associações de armaduras geométricas, machados de secção subcircular e corpo picotado e escassa cerâmica, destacando a ausência de placas de xisto gravadas. Para o segundo grupo, aponta a substituição dos geométricos por pontas de seta, a persistência dos artefactos de pedra polida (mas obtidos por técnicas distintas, com a substituição do picotado pelo polimento integral ou parcial das superfícies), a maior variedade das cerâmicas e a introdução de placas de xisto gravadas (considerando-as como elemento característico deste grupo).

De acordo com os seus trabalhos, o primeiro grupo estaria representado pelos monumentos de Tera 2 e Montinho de Cima (pequenos sepulcros com planta em ferradura) e as Sepulturas 1 e 2 da Barroca (pequenos sepulcros de tendência rectangular). As primeiras variantes do segundo grupo, corresponderiam os pequenos monumentos de corredor de Tera 1 e Barroca 1, correspondendo Moita 1 à sua última variante. Mais problemática é a classificação do monumento de Moita 2, um pequeno monumento alongado (de tipo galeria), com espólio evoluído semelhante ao da contígua anta da Moita 1.

Concordando em pleno com as ideias de Manuel Heleno (que bem conhecia), recusa as teses orientalistas, em que os pequenos sepulcros seriam uma degenerescência dos monumentos megalíticos complexos inspirados nos *tholoi* do Mediterrâneo oriental (tese que Georg e Vera Leisner já haviam refutado para o caso de Reguengos de Monsaraz), defendendo uma origem e desenvolvimento locais do Megalitismo alentejano. Refere especificamente (MOITA, 1956, p. 171): “*O arcaísmo mais acentuado do mobiliário dos dólmenes em forma de câmara rectangular – se não se trata dum caso de degenerescência difícil de explicar, mas que não é impossível – parece querer indicar que estamos em presença duma evolução e não dum retrocesso*”, assumindo-os assim como pertencentes a uma fase inicial do Megalitismo do Sudoeste peninsular.

Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, o estudo do Megalitismo do Sudoeste peninsular segue outros trilhos – caracterizados pelos trabalhos de António Correia Serralheiro, Ruy Freire de Andrade, Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski, principalmente dedicados aos *tholoi* do Baixo Alentejo (assim como a alguns monumentos dolménicos do Alentejo Litoral, como Pedra Branca). No que ao Megalitismo dolménico diz respeito, serão de referir os trabalhos de Henrique Leonor Pina nas áreas de Évora e Reguengos de Monsaraz (PINA, 1961, 1963 e 1971; PINA & CARVALHO, 1961) e de Agostinho Farinha Isidoro na área do Crato (ISIDORO, 1962, 1963 a, 1963 b, 1964, 1965-1966, 1967-68, 1970, 1971, 1973 a, 1973 b e 1975). No entanto, denota-se um certo esvaziamento teórico na investigação (salvaguardando-se, contudo, a escavação quase exemplar da anta da Velada das Éguas), sem a colocação de novos questionários sobre a origem e desenvolvimento do Megalitismo.

Com efeito, os trabalhos desenvolvidos no Crato incidiram preferencialmente nos monumentos de maiores dimensões, não tendo os pequenos monumentos sido sequer identificados. Estes, contudo, existem nesta área, em associação aos monumentos de maiores dimensões, como se atestou posteriormente com os trabalhos de Rui Parreira, principalmente com a identificação dos monumentos de Couto dos Algarves e Crucieira / Taliscas (PARREIRA, 1996). A escavação de um destes monumentos, Couto dos Algarves 2 (ROCHA, 2002), demonstrou que efectivamente os pequenos sepulcros atribuíveis a uma fase inicial do Megalitismo, com espólio de cariz “arcaico” também se registam na área do Crato.

É apenas a partir da década de 80 do século passado (e extensível até à actualidade) que o estudo dos pequenos sepulcros megalíticos, com novas directrizes e metodologias de análise, conhece uma nova dinâmica (mesmo que baseada em leituras realizadas em outras latitudes; por exemplo, cf. JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b). Estando bem caracterizada a fase plena do Megalitismo do Sudoeste peninsular, restavam por definir com rigor as suas fases iniciais – principalmente em época anterior à oportuna recuperação dos famigerados *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno.

A “inauguração” desta nova fase no estudo dos pequenos sepulcros é efectuada com a escavação da sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém), identificada em 1978 por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (SILVA & SOARES, 1983). Este monumento foi assumido como representante de uma fase inicial no Megalitismo no litoral alentejano, numa etapa anterior aos monumentos de corredor da Palhota e Pedra Branca (correspondendo estes, respectivamente, a uma fase média e a uma fase evoluída). A partir deste modelo, Carlos Tavares da Silva ensaia a sua comparação com uma área contígua: o Baixo Alentejo interior, constatando que “a evolução da arquitectura megalítica funerária das duas áreas [...] parece ter-se processado de forma independente e autónoma, segundo modelos distintos” (SILVA, 1987, p. 86). Com efeito, à sequência evolutiva *pequenas sepulturas fechadas de câmara simples subelíptica* → *monumentos de corredor e câmara sub-rectangular* → *monumentos de corredor bem diferenciado e câmara poligonal ou subcircular* → *monumentos de falsa cúpula* registada no Alentejo Litoral, parece que condiz, no Baixo Alentejo, a sequência evolutiva *pequenas sepulturas fechadas de câmara simples sub-rectangular* → *monumentos abertos de câmara simples sub-rectangular* → *monumentos de corredor indiferenciado e câmara oblonga* → *monumentos de falsa cúpula*.

Apesar de seguir um esquema de evolução linear, o único possível tendo em conta a exiguidade da amostra (e principalmente porque não se encontram escavados os pequenos sepulcros baixo-alentejanos, como aqueles apresentados em VIANA *et al.*, 1959, LEISNER & LEISNER, 1959 e LEISNER, 1965), é reconhecido um certo polimorfismo arquitectónico nestas duas regiões, assumido como “o reflexo, por um lado, dos diferentes estádios evolutivos do fenómeno megalítico em cada região e, por outro, da especificidade regional de cada processo evolutivo ocorrido em função de factores históricos e ecológicos” (SILVA, 1987, p. 92).

A partir da década de 90, o volume de informação acerca dos pequenos sepulcros cresce consideravelmente, com um maior número de monumentos a ser identificado e escavado – mercê de projectos genéricos de levantamento arqueológico (sendo de referir, nos casos já publicados, as Cartas Arqueológicas do Alandroal, Redondo e Mora) e de projectos de investigação específicos orientados para caracterização das malhas de povoamento neolítico e calcolítico (que incluem, como é óbvio, os espaços funerários). São de destacar, nestes últimos, os trabalhos de Manuel Calado na área genérica do Alentejo Central (CALADO, 2001, 2003 e 2004), de Victor S. Gonçalves na área de Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1992, 1999, 2001, 2003 a e 2013; GONÇALVES & SOUSA, 2000), de Rui Parreira na área do Crato (PARREIRA, 1996), de Leonor Rocha na área de Pavia (ROCHA, 1999), de Miguel Lago e João Albergaria na área de Elvas (ALBERGARIA & LAGO, 1995; ALBERGARIA & DIAS, 2000; LAGO & ALBERGARIA, 2001), de Rui Boaventura, na área de Monforte (BOAVENTURA, 2001 e 2006) e de Marco António Andrade, na área da Ribeira da Seda (ANDRADE, 2009 e 2013).

Como referido, estes trabalhos possibilitaram a identificação de uma série de novos pequenos sepulcros megalíticos, ampliando assim a sua distribuição geográfica. Os monumentos que anteriormente eram tidos como surgindo normalmente isolados (conforme referido em SILVA & SOARES, 1983 ou KALB, 1989, não estando ainda “cientificamente” reconhecidas com rigor as grandes concentrações de pequenos monumentos das áreas de Coruche e Montemor escavadas por Manuel Heleno), surgem agora em associações evidentes como componentes válidos de necrópoles megalíticas, por vezes associados a monumentos de maiores dimensões, como atestado nas áreas de Montemor-o-Novo (núcleo do Tojal; CALADO, 2003), Elvas (núcleo do Torrão; LAGO & ALBERGARIA, 2001), Crato (núcleos de Couto dos Algarves e Crucieira / Taliscas; PARREIRA, 1996), Mora (núcleo das Oliveiras / Condes; ROCHA, 1999), Monforte (núcleo de Rabuje; BOAVENTURA, 2001 e 2006) e Avis / Alter do Chão (núcleos de São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Almanhares e Couto da Madalena; ANDRADE, 2009 e 2013).

Os novos trabalhos de escavação realizados no âmbito desses projectos permitiram, com menor ou maior rigor, testar os pressupostos teóricos comumente aceites para os episódios iniciais do Megalitismo, incluídos num questionário prévio a respeito da sua origem e desenvolvimento. Estes trabalhos incluem o retorno a grupos já objecto de análises anteriores, assim como a abertura de “novas áreas megalíticas” sobre as quais a investigação arqueológica de fundo ainda não se havia debruçado.

O retorno ao grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz, com os trabalhos desenvolvidos por Victor S. Gonçalves (GONÇALVES, 1992, 1999, 2003 a e 2013), permitiu a escavação de pequenos monumentos de câmara simples (como Capelinha 2) e de pequenos monumentos de corredor curto (como Santa Margarida 2 e Piornal 1 a 3) – todavia não alterando substancialmente o quadro evolutivo inicialmente proposto por Georg e Vera Leisner, mas disponibilizando um maior volume de informação, alargando o campo de análise e reforçando as proposições e respectivas leituras interpretativas.

Na área de Elvas, os trabalhos realizados no âmbito do projecto MODELVAS por Miguel Lago e João Albergaria (ALBERGARIA & LAGO, 1995; ALBERGARIA & DIAS, 2000; LAGO & ALBERGARIA, 2001), permitiram a identificação de três novos pequenos sepulcros na área do Torrão – nomeadamente, Cegonha, Torrão 2 e Torrão 3, tendo sido objecto de escavação o monumento de Torrão 2 e o interessante monumento da Venda.

Os trabalhos realizados na área do Alandroal incluíram a escavação dos monumentos do Lucas 1 e 6, duas pequenas antas de xisto de corredor curto incluídas numa extensa necrópole de pequenos sepulcros (CALADO, 1994; ROCHA, 2007). Não se tratam propriamente de monumentos de câmara simples, sendo contudo sepulcros de reduzida dimensão, com conjuntos votivos que os remetem para uma fase prévia ao apogeu do Megalitismo alentejano.

Para a área de Évora, e no âmbito de um projecto de investigação específico, merece destaque o conjunto das Murteiras, onde foram escavados os pequenos monumentos da Hortinha, sendo particularmente interessantes os resultados de Hortinha 1 (ROCHA, 2015).

O retomar do estudo dos pequenos sepulcros da área de Pavia, na sequência dos trabalhos de Vergílio Correia e Irisalva Moita enunciados acima, efectivou-se com a escavação do pequeno sepulcro dos Condes (ROCHA, 1999; ROCHA & ALVIM, 2015), um monumento alongado, de altura reduzida, construído em xisto – característica rara, mas não desconhecida, no grupo megalítico de Pavia.

Recentemente, com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura (e na sequência do projecto COMONPH), procedeu-se à escavação de pequenos sepulcros das áreas do Redondo e Monforte – nomeadamente os monumentos dos Godinhos, Chãs, Barroca, Lacrau 2

e 3, Enxara de Cima 1 e Rabuje 5, apresentados no presente texto (Rabuje 5 e Godinhos já primeiramente apresentados em BOAVENTURA, 2006 e MATALOTO *et al.*, 2015, respectivamente).

Um caso também escavado recentemente no âmbito da Arqueologia de Salvaguarda, e que poderá trazer algumas luzes sobre os inícios das arquiteturas funerárias no Sudoeste peninsular, é o do sítio das Atafonas (Évora), um povoado neolítico no espaço do qual se identificaram três pequenos sepulcros muito característicos (ALBERGARIA, 2007).

Outros trabalhos realizados em pequenos sepulcros, no âmbito da Arqueologia de Salvaguarda, incluem a escavação dos monumentos de Couto dos Algarves 2 (ROCHA, 2002) e Cerro do Malhão (CARDOSO & GRADIM, 2003).

Este relançar da investigação dos pequenos sepulcros megalíticos alentejano muito beneficiou da recuperação dos míticos *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno. Anteriormente à sua disponibilização, Philine Kalb, fazendo a súmula da génese do Megalitismo e do seu papel nos processos de neolitização, segue uma linha um tanto contrária àquela esboçada por Vera Leisner, acima explanada (LEISNER, 1966 e 1983). Os pequenos sepulcros das fases iniciais do Megalitismo poderiam assim “*ser o resultado do contacto mútuo entre a cultura megalítica e a cultura dos concheiros na zona geográfica de contacto. Quer dizer, eles não representam o início do megalitismo, mas um reflexo periférico e secundário, o que explicaria perfeitamente o número reduzido desses monumentos*” (KALB, 1989, p. 42) – propondo-se, assim, que estes pequenos sepulcros seriam contemporâneos, se não mesmo mais recentes, que os monumentos de média e grande dimensão, de câmara e corredor diferenciados.

Para a área do Crato, seguindo sensivelmente nesta linha e paralelizando com as leituras obtidas para a Serra da Aboboreira e consequentes modelos esboçados por Vítor Oliveira Jorge (JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b), Rui Parreira propõe que, dada a associação destes pequenos sepulcros a monumentos de maiores dimensões, parecendo disporem-se em função destes, aqueles poderiam reflectir diferenças culturais, mais do que diferenças cronológicas, agindo de modo diferencial na constituição de uma necrópole (PARREIRA, 1996) – hipótese sensivelmente semelhante à defendida para a área ocidental de Cáceres, em que os pequenos monumentos simples poderiam constituir, não uma fase inicial, mas precisamente uma fase plena ou final do fenómeno megalítico (BUENO RAMÍREZ, 1988, 1989 e 1994; BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004).

Para uma área contígua à do Crato, a margem esquerda da Ribeira da Seda, foi proposto por um de nós (ANDRADE, 2009 e 2013) que, apesar de se ter em conta não só fenómenos culturais específicos como também a própria capacidade imediata das comunidades à altura da construção dos monumentos (na óptica da reunião dos recursos humanos necessários e respectiva canalização de esforços), o grosso dos dados arqueográficos disponíveis remete estes pequenos monumentos para uma etapa inicial do Megalitismo – sendo que a sua associação a monumentos mais evoluídos poderá indicar apenas um uso continuado dos espaços funerários durante toda a diacronia do Megalitismo, “inaugurados” precisamente por estes pequenos monumentos, como se poderá atestar no núcleo de São Martinho/Paço Branco/Terrosa (Fig. 10). Mas aqui, mais uma vez, a escassez de dados não permite defender com rigor qualquer hipótese explicativa. Neste sentido, os dados obtidos por Rui Boaventura no *cluster* de Rabuje, apresentado adiante, parecem justamente conformar esta hipótese, com uma sucessão diacrónica fundada por pequenos sepulcros (BOAVENTURA, 2006).

Dois núcleos que poderão condicionar aquelas leituras são precisamente os de Montargil e do Deserto, extensos conjuntos de várias dezenas de monumentos. Aqui, com efeito, os pequenos sepulcros encontram-se associados a monumentos de maiores dimensões; no entanto, a leitura da sua distribuição espacial permite evidenciar que os pequenos monumentos (com espólio eminentemente antigo) se concentram na área central

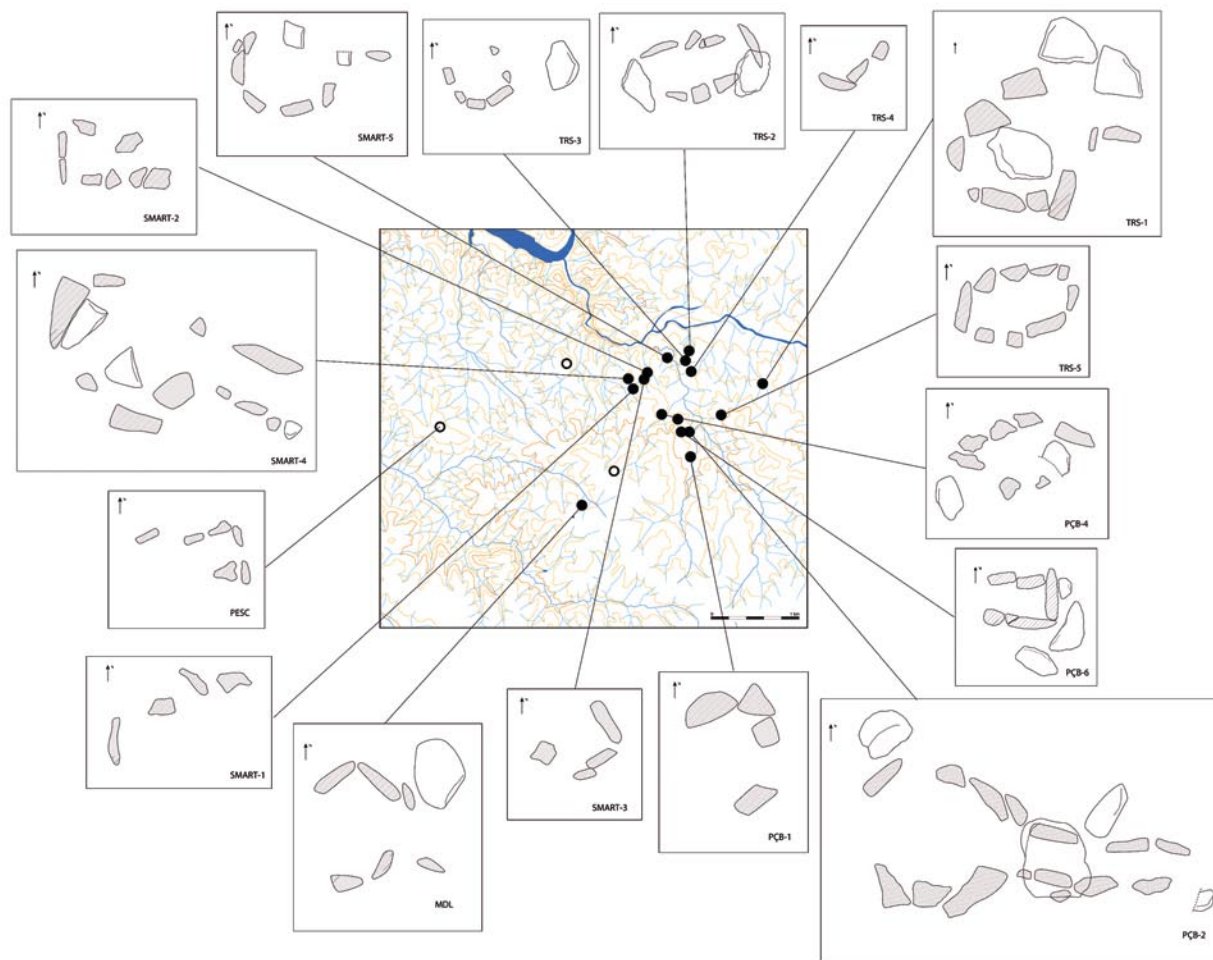


Fig. 10 – A “necrópole megalítica” de São Martinho/Paço Branco/Terrosa (Avis), com indicação dos diferentes tipos de monumentos que a compõem.

dos espaços funerários, situando-se os monumentos de maiores dimensões (com espólio evoluído) em espaços já periféricos. Tal evidência permite considerar uma evolução *centro-periferia* na construção destes espaços funerários, com os pequenos sepulcros a serem construídos e utilizados em primeiro lugar, estabelecendo-se os monumentos de maiores dimensões aparentemente em função daqueles (LEISNER & LEISNER, 1953; GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

No estado actual dos conhecimentos, e compilados os dados referentes às escavações de Manuel Heleno (ROCHA, 2005), parece assim incontestável que a larga maioria destes pequenos sepulcros pertençam a uma etapa inicial do Megalitismo regional. Lembremos, contudo, como o próprio Manuel Heleno anotou, que poderão haver destes sepulcros de “*arquitectura primitiva*” com espólio evoluído – salvaguardando-se os eventuais (e possíveis) casos de reutilizações.

Seja como for, a questão cronológica destes pequenos sepulcros parece estar sensivelmente bem resolvida, com um óptimo de construção e utilização centrado em meados do IV milénio a.n.e. (atendendo às datações absolutas actualmente disponíveis, basicamente dispostas entre 3700 e 3300 a.n.e.), curiosamente contemporâneo das utilizações funerárias em cavidades cársicas (como Lugar do Canto e Bom Santo, ou Escoural, na área alentejana) e sensivelmente anterior aos pequenos monumentos de corredor curto

(atendendo à datação de Santa Margarida 2, centrado no último quartel do IV milénio a.n.e., embora em outros contextos geográficos estes monumentos ofereçam datações mais antigas como, na área da Estremadura, as antas das Pedras Grandes e Carrascal; *cf.* BOAVENTURA, 2009) e às primeiras construções e utilizações de grutas artificiais (como Sobreira de Cima ou Monte Canelas, ressalvando-se o caso de Sobreira de Cima 3, com uma datação estatisticamente semelhante à dos pequenos sepulcros megalíticos; VALERA, 2013).

Desta maneira, parece que se regista, a nível universal genérico (e ressalvando-se as particularidades de cada região, com as suas diversas matizes), uma evolução sistemática do simples para o complexo comum às diversas “regiões megalíticas” europeias (*cf.* BOUJOT & CASSEN, 1992 e 1993; FURHOLT & MÜLLER, 2011; GUILAINE, 1996; JOUSSAUME, 1999; LE ROUX, 1999; PAJOT, 1999; RODRÍGUEZ CASAL, 1999; SAUZADE, 1999; SCARRE, 1992 e 2002; SCARRE *et al.*, 2003; TARRÊTE, 1999; TARRÚS, 1999; THOMAS, 2012). Todavia, pensamos que será de certa forma tendencioso defender um esquema de evolução linear. Será sempre necessário matizar esta perspectiva, tendo em conta as óbvias dinâmicas locais das comunidades, ponderando as múltiplas variáveis que actuam na construção de monumentos megalíticos (desde logo, para além de factores culturais, a manifesta influência de factores económicos e sociais), considerando o polimorfismo (arquitectónico e ritual) como reflectindo potencialmente a “contemporaneidade do surgimento de soluções diferentes” (JORGE, 1983-1984, p. 44; *cf.* também JORGE, 1986 a).

Neste sentido, a sequência evolutiva que parece fazer mais sentido actualmente é precisamente aquela proposta por Leonor Rocha com base nos trabalhos de Manuel Heleno (Fig. 11). Não teríamos assim uma substituição imediata e espontânea de um modelo arquitectónico por outro, mas antes uma substituição progressiva – sendo assim os últimos sepulcros “cistóides” ou alongados crono-culturalmente coevos dos primeiros monumentos de câmara e corredor, considerando igualmente potenciais acções de “reutilização” e “trasladação” (ROCHA, 2005, p. 265-271). Tal premissa é sintetizada da seguinte forma (ROCHA, 2005, p. 1): “A proposta defendida assenta, em primeiro lugar, no conceito de polimorfismo evolutivo, segundo o qual, em diferentes ritmos, à medida que novas formas arquitectónicas (e rituais) são adoptadas, as anteriores continuam, durante algum tempo, a ser construídas e contêm, por isso, espólios análogos; não se exclui, ao mesmo tempo, a possibilidade de certas formas arquitectónicas arcaicas, terem ressurgido, em épocas tardias, assinalando a deca-

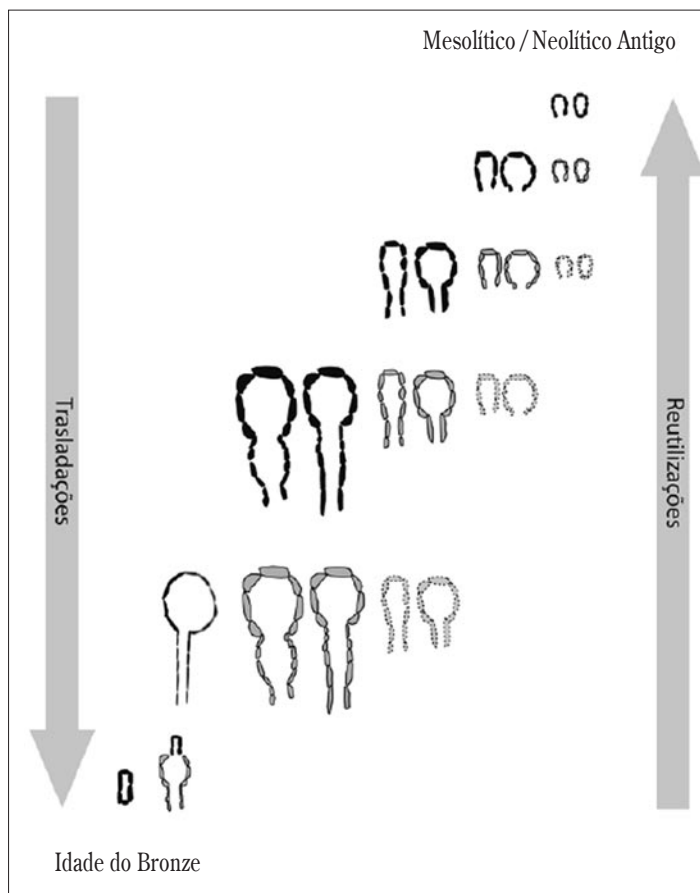


Fig. 11 – Modelo explicativo para a sequência evolutiva do Megalitismo alentejano, com base na relação entre arquitecturas e espólios, proposto por Leonor Rocha, de acordo com os dados colectados por Manuel Heleno (adaptado de ROCHA, 2005, p. 270, Fig. 10.3).

dência e o abandono das soluções mais monumentais e anunciando o regresso ao enterramento em sepultura individual.”

Outra questão a debater, para além da questão cronológica, é precisamente a questão cultural (ou mais propriamente, ritual) em relação a estes pequenos sepulcros – na perspectiva de se referirem a monumentos abertos ou fechados, e conseqüentemente de se destinarem a inumações individuais ou colectivas (questão já abordada em MATALOTO *et al.*, 2015).

Monumentos de tendência “cistóide”, de planta sub-rectangular ou subelíptica, poderiam ser considerados como sepulcros fechados (embora em poucos casos o sejam comprovadamente). No entanto, como se evidenciou no caso do Marco Branco, com a deposição de vários indivíduos em períodos diferentes, o acesso ao monumento seria possível, sendo igualmente evidente o seu cariz “não-individual” (mesmo que pudesse corresponder a enterramentos mono-familiares). Neste caso, dadas as dimensões reduzidas do sepulcro, um acesso lateral não seria tão necessário, podendo o acesso ser feito precisamente pelo topo com a remoção das lajes de cobertura (e sua recolocação após a deposição funerária).

Outros, por seu lado, apresentam-se como eminentemente abertos, seja tanto pequenos sepulcros alongados como sepulcros de planta em ferradura ou de tendência “cistóide” (como os casos da Hortinha acima referidos). E mesmo quando aparentam tratar-se de sepulcros fechados, especificamente no caso dos últimos tipos referidos, aquilo que funcionara como fecho (normalmente localizado no lado Este do sepulcro) poderia trabalhar alternativamente como uma estrutura amovível, de fácil remoção para facilitar o acesso ao interior do espaço funerário, como sugerido para os casos de Monforte e Redondo aqui apresentados, de acordo com a presença blocos pétreos aparentemente formando “portais”, e como também já se mencionou para o caso do Cabeço da Areia, com espólio e datação antiga, onde na fotografia de campo os blocos que servem de fecho da entrada têm um cariz, em nosso entender, claramente amovível (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64).

Neste sentido, dever-se-á referir especificamente o caso dos pequenos sepulcros de Rabuje 5 ou Sobreira 1, onde se regista a presença de um corredor, mesmo admitindo a possibilidade de se tratar de um acrescento posterior à sua construção original.

Outro ponto a considerar nesta questão é especificamente o volume de espólio recolhido neste tipo de monumentos, normalmente pouco numeroso e que intuitivamente fariamos corresponder a uma única deposição (o que a dimensão reduzida do espaço útil destes sepulcros também permite considerar). Existem contudo monumentos que, igualmente de pequeno tamanho, forneceram uma quantidade ainda considerável de espólio, como Casarões do Zambujeiro ou Deserto 7, com mais de duas dezenas de geométricos e artefactos de pedra polida (contabilizando, em ambos casos, mais de 30 artefactos). Nestes casos, um uso colectivo (ou múltiplo) do sepulcro é sugerível – mesmo que num modelo mono-familiar, como acima indicado para o caso do Marco Branco.

Para o debate desta questão podemos citar o exemplo do pequeno sepulcro andaluz de Cerro de la Corona. Trata-se de um pequeno sepulcro de câmara alongada, em xisto, semelhante ao já aqui referido de Condes (ou às pequenas antas de câmara alongada de granito das áreas de Coruche, Montemor e Mora, por si semelhantes a anta da Barroca, aqui apresentada), com um espólio votivo composto unicamente por um recipiente cerâmico, uma enxó e um triângulo. Empiricamente, fariamos corresponder este conjunto a um único enterramento. No entanto, os restos osteológicos recolhidos indicam um número mínimo de 10 indivíduos aí depositados – indicando um contexto eminentemente colectivo (RECIO *et al.*, 1997, p. 19). Tal facto também se atesta nas grutas naturais e artificiais com utilizações funerárias crono-culturalmente coevas dos pequenos sepulcros megalíticos, inferindo-se que o número de artefactos votivos presentes é consideravelmente inferior ao número de indivíduos aí depositados. O caso de Vale de Barrancas (FERNANDES, 2013), em Beringel, Beja, no qual se escavaram oito

hipogeus, com um número mínimo de indivíduos entre 3 e 15, mas sempre com um espólio votivo em número muito inferior, por vezes nulo (veja-se, a título de exemplo o hipogeu 3 com 15 indivíduos e apenas um machado, uma lâmina e três geométricos), é particularmente elucidativo sobre a dificuldade, se não impossibilidade, de supor o uso individual ou colectivo das pequenas antas a partir do espólio recolhido.

Mas, obviamente, para o esclarecimento desta hipótese na área do Alentejo aqui analisada, seria necessário dispor de conjuntos osteológicos relativamente bem conservados que permitissem leituras semelhantes àquelas obtidas para o monumento de Cerro de la Corona.

2 – “OS BOIS PELOS NOMES”: BREVES QUESTÕES DE NOMENCLATURA

A nomenclatura, pode dizer-se, nunca foi, em nosso entender, um forte apanágio da Arqueologia portuguesa em geral, e do Megalitismo em particular. No estudo deste último, mesmo nas fases onde tal era imperativo, pelo cariz normativista das correntes histórico-culturalistas, como era o caso dos finais da primeira metade do século XX e décadas seguintes, quando Manuel Heleno desenvolveu os seus intensos e extensos trabalhos de campo, nunca houve uma tentativa alargada de sistematizar, definir e normalizar terminologias e designações, estando tal acção sempre inquinada quer pelas múltiplas quezílias entre os diversos intervenientes da acção arqueológica, quer igualmente pela falta de rigor e publicação dos resultados de extensos trabalhos de campo, raramente acompanhados, sequer, por um registo detalhado da informação e dos dados. A destoar claramente deste contexto temos que realçar o trabalho de Georg e Vera Leisner, que procuraram sistematizar designações e tipologias associadas, com base num estudo alargado e bem documentado da região de Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 19 e ss.) e principalmente expresso no volume de 1956 dos seus *Megalithgräber*, onde procuram uniformizar as designações atribuídas aos diversos tipos de monumentos (LEISNER & LEISNER, 1956). Efectivamente, estipula-se aqui um quadro terminológico e tipológico em termos arquitectónicos bastante detalhado, talvez até excessivamente, como apontou V. S. Gonçalves (1992, p. 120) que, todavia mantendo-se bastante operante para grande parte do Alentejo até recentemente, como bem sublinhou este último autor, não evitou uma verdadeira “cacofonia” de termos e designações que se multiplicam, especialmente no que diz respeito, justamente, às pequenas antas, de longe o tipo de sepulcro menos trabalhado por Georg e Vera Leisner. Na realidade, a sua quase ausência em Reguengos de Monsaraz, aliada à inacessibilidade dos parques dados de Manuel Heleno, que apesar de algumas interessantes notas não nos deixou um trabalho sistemático de registo das centenas de sepulcros por si mandados escavar, muitos deles, como vimos, integráveis nesta categoria de pequenas antas, inviabilizou um trabalho detalhado de sistematização terminológica para esta realidade, multiplicando-se, como se viu acima, expressões como: *cistas megalíticas, sepulturas megalíticas, sepulturas cistoides, dólmene em galeria, dólmene em ferradura, sepulturas protomegalíticas, submegalíticas, paramegalíticas, etc.* É certo, como se viu acima, que Manuel Heleno fez as suas tentativas de sistematização – Caderno n.º 28, *Escavações em antas dos arredores do Siborro (Montemor-o-Novo), 6.ª campanha, Set. e Out. 1936*, posteriormente alterada para uma “proposta final” Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – as quais acabaram por não sair dos seus cadernos e aulas, ainda que tenham tido reflexo, como se viu, em diversos autores posteriores. Contudo, a falta de um manual, de uma sistematização gráfica e descritiva, e o contexto particular da Arqueologia portuguesa em que se desenvolveu, impediu uma sistematização válida e devidamente fundamentada para este tipo de sepulcros que fosse adoptada de modo mais universal. Por outro lado, as propostas de Manuel Heleno, tal como outras mais recentes, ainda que as possamos reconhecer como “filhas do seu Tempo”, enfermam da tentativa, errada

quanto a nós, de valorizar o sentido tipológico e cronológico numa leitura evolutiva, introduzindo demasiado “ruído” numa avaliação global.

Regressando ao trabalho seminal do casal Leisner para a área de Reguengos, uma falha determinante na sua proposta é a não definição de intervalos métricos para a caracterização de alguns tipos, deixando assim uma larga margem para subjectividade, ou dificuldade de seguimento da mesma face a uma realidade bastante diversa, e em condições de conservação bastante diferenciada. V. S. Gonçalves na revisão alargada deste trabalho reconhece algumas destas limitações, procurando saná-las, como no caso da dimensão do corredor, assinalando igualmente como é absolutamente determinante uma leitura e sistematização dos dados referentes às estruturas de cobertura e delimitação dos sepulcros (GONÇALVES, 1992, p. 148).

É com toda a clareza que reconhecemos, tal como J. Oliveira o fez para a sua área de estudo (OLIVEIRA, 1998, p. 231), a dificuldade de efectuarmos uma proposta tipologicamente séria e globalizante quando, em especial para as pequenas antas, nos faltam registos sólidos e bem documentados sobre as suas arquitecturas que, como se verá, nos surge bastante variável no conjunto aqui apresentado, sem deixar de ter uma linha comum que as aproxima. A forma paradoxal como o modelo “Helénico” se reproduziu, e reproduz, sem que o seu mentor o tenha alguma vez verdadeiramente sistematizado numa publicação, introduz um “lastro” enorme na investigação, do qual é particularmente complexo afastar-nos, como ficará patente ao longo deste trabalho. Todavia, achamos que apenas com a escavação e publicação de novos pequenos sepulcros, de regiões diversas, e a reavaliação de outros já intervencionados (GONÇALVES & ANDRADE, 2016), poderemos começar a construir uma nova base de análise que nos permita afastar dos velhos modelos, os quais não refutamos liminarmente, mas que achamos devem ser abordados e sustentados a partir de novos dados.

Um dos casos mais emblemáticos desta situação é a da existência de sepulcros de planta fechada, elíptica, ou mesmo sub-rectangular, nomeadamente nas antas do Cabeço da Areia (Caderno n.º 11, *Explorações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Agosto de 1933* – APMH/2/1/11/11, fl. 26; MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), Cural da Mosca, Courela de Fretes 2, Peral 6 (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Out. 1933* – APMH/2/1/11/31), Cabeceira 7 (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. de 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 18) ou Deserto 8 e 14 (Caderno n.º 33, *Explorações nos arredores do Siborro, Primavera Fev. a Maio 1938* – APMH/2/1/11/33), como não podia deixar de ser escavadas a mando de Manuel Heleno, das quais nos ficaram justamente alguns esquiços das plantas que indiciavam aquela forma fechada. Contudo, uma leitura atenta das observações registadas durante as escavações deixam entender como o próprio Manuel Heleno compreende que as mesmas teriam uma “porta”, sempre em posição oposta à designada “cabeceira”, com um ou mais blocos de dimensões menores, os quais fariam parte de um processo de encerramento da entrada do sepulcro, correspondendo então a uma câmara aberta. Nas diversas fotografias a que temos hoje felizmente acesso fica bem patente em diversos casos o efectivo cariz diferenciado deste bloqueio da entrada, normalmente a Nascente, indiciando não apenas a presença de um sepulcro aberto, como também a clara ideia de um encerramento declarado do mesmo. Este facto, aparentemente lateral e menor, parece-nos ser de máxima relevância por estar imbuído de um sentido simbólico, e eventualmente cosmogónico, bastante relevante, determinando a ideia de utilização e encerramento múltiplos e não o conceito de fechado e imobilizado, como que proporcionando ao Vivos o controlo e acesso ao Mundo dos Mortos, que não é enclausurado, mas passível de acesso.

Como foi já apresentado, a anta dos Godinhos na sua configuração superficial deixava entender que se trataria de um sepulcro fechado, contudo, os trabalhos vieram a revelar que o bloco de fecho, que lhe dava uma configuração fechada, poder-se-ia dizer “cistoide”, correspondia a uma adição tardia, resultante de um processo de adaptação já de finais do III milénio a.n.e. (MATALOTO *et al.* 2015). Outros casos, intervencionados mais

recentemente, como o emblemático Marco Branco (SILVA & SOARES, 1983), são tidos como sepulturas fechadas sem que, na realidade, para tal existam dados inequívocos, mas que ao associar-se à mais antiga fase do Megalitismo se tinha que enquadrar nos sepulcros fechados do modelo de Manuel Heleno.

Os dados extraordinariamente interessantes do sítio do Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz), no qual se regista a uma extensa necrópole de sepulturas individuais, ou duplas, em fossa, muito semelhante a Castelo Belinho, em Portimão (GOMES, 2012), datadas do primeiro quartel do IV milénio a.n.e. (VIJANDE, 2009, p. 273) de onde se destacam pelo menos duas sepulturas com revestimento lítico, E7 e E11, bastante semelhantes ao caso das Atafonas (como veremos à frente), podem bem elucidar-nos sobre os antecedentes das pequenas antas mas que, uma vez mais e mesmo aqui, não são completamente fechadas. Assim, e não deixando de assumir que possam ter existido sepulturas individuais fechadas, estas não seriam certamente o caso, em nosso entender, da esmagadora maioria das pequenas antas escavadas por Manuel Heleno na região de Montemor-Coruche-Mora. Contudo, os casos de Peral 5 (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Out. 1933* – APMH/2/1/11/31) e de Santa Cruz 5 (Caderno n.º 34, *Explorações nos arredores do Siborro, Primavera Fev. a Maio 1938* – APMH/2/1/11/34) são mais complexos de aceitar como sepulcros abertos com “porta”, na justa medida em que os blocos que a encerram pelo Nascente são de maiores dimensões, especialmente no primeiro caso, com 1,10 m de altura, semelhante aos restantes, deixando então entender uma efectiva construção fechada, mas que deveria ser absolutamente minoritária. Perante o estado da questão, cremos, então, que a ter existido uma efectiva fase de sepulturas individuais, essas deveriam principalmente acompanhar os casos documentados no Campo de Hockey, sendo então em fossa, revestidas a pedra, com pouca expressão superficial, algo pois que não deveremos designar de megalítico ou, pelo menos, de antas, sem que, no entanto, possam ter existido alguns casos de transição para a nova realidade arquitectónica e cosmogónica que as antas denunciam, não apenas pelo conceito de partilha do espaço funerário, eventualmente múltiplo mas não colectivo nestas pequenas antas, mas pela criação de uma nova relação, aberta e periódica com o espaço funerário.

Convém, no entanto, assinalar que os contextos de enterramentos individuais, ainda que pareçam caracterizar um momento “pré-megalítico” que, iniciado ainda no V milénio a.n.e se prolongará para o primeiro quartel do seguinte, quando se inicia a colectivação da Morte, e as práticas funerárias associáveis ao Megalitismo em sentido lato, como vimos defendendo (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 96), continuarão a estar presentes, como o indicam os enterramentos da Mina das Azenhas 6 (ainda que pareça tratar-se de um contexto “peculiar”, TOMÉ, SILVA & VALERA, 2013, p. 857) ou, ainda mais tarde, os enterramentos das fossas 7 e 11 dos Perdigões (VALERA *et. al.*, 2012, p. 38; SILVA *et al.*, 2015), deixando entender que, em determinadas condições as tumulações individuais, ou múltiplas, em fossa continuarão a ocorrer, como continuará a acontecer mesmo dentro do III milénio a.n.e.

Aqui chegados, julgamos relevante assinalar que, sem desmerecer as propostas anteriores, é hoje mais prudente assumir posturas mais abrangentes em termos tipológicos, menos segmentadas, reforçando o cariz iminentemente arquitectónico, focado mais na dimensão das mesmas e menos nas plantas, muitas delas parcelares, mal documentadas ou resultantes apenas de trabalhos de superfície.

Também na sequência das velhas propostas de Manuel Heleno, ainda recentemente, no célebre encontro “*Muitas antas, pouca gente*” (GONÇALVES, 2000), alguns autores reincidiram e reforçaram a proposta de existência de uma fase “protomegalítica”, que haviam proposto anteriormente (SILVA, 1987), caracterizada por pequenos sepulcros com espólios arcaicos (SOARES & SILVA, 2000, p. 128), tendo esta designação ganho boa aceitação e difusão. Posteriormente, com “*Muita gente, poucas antas*”, M. Calado, sem que descartasse uma fase “protomegalítica”, manifestava a escassa consistência do conceito, na justa medida em que assumia de modo demasiado linear o sentido evolutivo proposto, dificultando a aceitação da existência de pequenos

sepulcros contemporâneos dos verdadeiramente megalíticos, pelo que, para uma abordagem mais focada no seu cariz arquitetural, dadas as reais dimensões não megalíticas de muitos dos ortóstatos utilizados, propunha uma classificação como sepulcros “paramegalíticos” para as pequenas antas (CALADO, 2003, p. 363).

Em nosso entender, ainda que a expressão “protomegalitismo” possa ter alguma utilidade, encontra-se demasiadamente eivada das leituras iniciais das classificações “Helénicas”, na qual se fundia um sentido arquitectónico a uma leitura evolutiva crono-linear, que depois o próprio Manuel Heleno tinha dificuldades em aplicar e aceitar cabalmente, como a própria segunda tentativa de “sistematização” deixa entender, escrita a vermelho/rosa num dos seus cadernos de campo (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 19-25), como acima expusemos. Efectivamente, cremos que a classificação de “protomegalítica” introduz demasiado “ruído” nas classificações ao misturar considerações de índole arquitectónica com outras de cariz cronológico e cultural, tornando-se demasiadamente preconceituosa, restringindo em demasia, cremos, o universo da sua aplicação.

Assim, perante os dados atuais (e como demos já a entender, MATALOTO *et al.*, 2015, p. 74), cremos que perante a necessidade de começarmos uma reavaliação sistemática do Megalitismo do Sul do país, como bem entendeu Rui Boaventura ao iniciar o seu projecto MEGAGEO, a classificação dos sepulcros megalíticos/ortostáticos se deveria limitar, num primeiro momento à dimensão da sua arquitetura, avaliada nesta primeira abordagem segundo o diâmetro transversal máximo da câmara em três patamares: pequena < 150 cm; média – 151 – 300 cm e grande > 301 cm. No mesmo sentido, de algum modo, se pronunciou Leonor Rocha separando pequenas de médias antas, mantendo, no entanto, a classe de “sepulturas” – o que nos coloca sérias reservas – bem como não discriminando a fronteira para as grandes antas, para as quais se limita a aceitar a proposta de V. S. Gonçalves referente aos corredores (ROCHA, 2005, p. 122).

Cremos que esta proposta métrica, que poderá alterar-se segundo os dados venham a favorecê-lo, poderá constituir um bom ponto de partida para um mais cabal entendimento do que falamos, quando falamos de pequenas ou grandes antas. É claro que, numa segunda fase, se deveria fazer um intento de correlação entre o diâmetro da câmara e a altura média dos esteios, que permitissem de algum modo contrastar estas categorias com o volume das mesmas edificações, procurando igualmente patamares métricos que confirmassem, infirmassem ou multiplicassem estas categorias arquitectónicas, aproximando-nos da noção de esforço investido, um pouco como J. Oliveira nos deixa entender nos cálculos efectuados para o peso e mobilização de esteios no Nordeste alentejano (OLIVEIRA, 1998, p. 215). No entanto, estamos cientes que, perante a escassez de escavações circunstanciadas, um grau elevado de destruição e “abate” dos esteios, o critério do diâmetro máximo transversal da câmara será o de mais fácil e alargada utilidade na região alentejana.

É claro que esta proposta métrica se deve complementar, de forma progressiva e conseqüente, com propostas de tipologia arquitectónica sustentadas em observações e análises alargadas, que entendam e encarem os sepulcros como efectivos monumentos que contemplaram, em muitos casos, mais que a simples estrutura funerária da câmara, mas que apresentam, em muitos casos desde cedo, uma complexidade estrutural que vai bem para além desta. Todavia, no momento que nos encontramos julgamos conveniente começar por esboçar uma divisão de análise elementar para as pequenas antas, que dividimos em câmara simples e câmara simples alongada (independentemente da geometria da sua planta, em ambos casos), para estabelecer ligeiras diferenciações, a valorizar futuramente. Para além destas, assumimos depois antas de corredor curto, aceitando o critério de J. Oliveira (1998, p. 231, nota 16) que simplifica as propostas de V. S. Gonçalves (1992, p. 148): corredor curto até um comprimento igual ou inferior ao diâmetro transversal da câmara, e longo quando se situa acima desse valor. Como todos os outros, estes critérios carecerão de uma análise alargada, que poderá introduzir novas subdivisões. É conveniente ainda assinalar a necessidade de, no futuro, compreender nesta

divisão tipológica a complexidade, ou não, das estruturas tumulares, que proporcionam sepulcros com impactos visuais na Paisagem substancialmente distintos, para além de evidenciarem um volume de trabalho totalmente distinto, por vezes em realidades muito próximas, como se verá no caso das pequenas antas das Chãs e da Barroca que apresentaremos em seguida.

Resta dizer, que muita desta reflexão e entendimento foram resultado de longas horas de conversa e debate com Rui Boaventura, na sua senda de estabelecer uma base universal alargada para se reavaliar o Megalitismo funerário de antas pelo menos do Centro-Sul de Portugal, algo que apenas começou por fazer no seu programa MEGAGEO através da verdadeira “limpeza” da informação, e que apenas teve tempo de começar o processo, absolutamente necessário, de relocalização das realidades ainda preservadas, mas que queria continuar caminhando para uma sistematização do conhecimento e descrição do existente. Partiu cedo demais, para tão hercúlea tarefa... Saibamos nós continuar.

3 – NOVAS PERIFERIAS OU NOVOS CENTROS: AS PEQUENAS ANTAS DE REDONDO E MONFORTE

Obviando as anotações de Manuel Heleno, centradas nos trabalhos entre Montemor-o-Novo e Coruche, devemos a G. e V. Leisner a ideia de que a génese do “tipo primitivo de sepultura megalítica”, e logo do próprio Megalitismo, se deveria encontrar nas regiões mais ocidentais do Alto Alentejo, curiosamente no limite da grande mancha hercínica, na transição para os terrenos terciários (como Coruche-Montemor, Montargil e Mora, Fig. 1), onde as pequenas sepulturas cistoides teriam sido mais abundantes expandindo-se mais tarde para a restante região alentejana, daí que no território de Reguengos de Monsaraz elas fossem quase inexistentes (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 21). Ainda que reconhecessem a presença alargada de pequenos monumentos em outras áreas mais orientais, esta era a melhor forma de compreender a sua ausência em Reguengos, onde parece que se teria atingido o máximo expoente do Megalitismo. H. Savory, na sua síntese sobre a Pré-História de Espanha e Portugal, retoma esta teoria (SAVORY, 1969, p. 98), acabando por reforçar as bases deste modelo expansionista do Megalitismo, a partir de um núcleo fundacional situado na transição entre o Mundo litoral e o interior, que acabaria por deixar entender, durante longos anos, que a própria neolitização do Alentejo se faria justamente através da expansão do próprio Megalitismo. Com este trabalho pretendemos, então, reforçar os dados que apontam para uma presença muito mais alargada de pequenas antas fora do “contexto inicial”, que nos deverá fazer reflectir sobre a existência efectiva de um foco inicial de expansão, ou se estaremos perante uma realidade bastante mais disseminada pelo território, como os dados aqui apresentados indicam, bem mais compatível com a descoberta recente das realidades hipogeicas suas contemporâneas, bem no interior alentejano.

Deste modo, cremos que as realidades aqui em estudo, não devem ser entendidas como novas periferias dos centros de expansão, mas sim a materialização de uma realidade mais complexa e multidirecional que apenas agora começa a separar-se do foco centralizador da atenção que foi a actuação de Manuel Heleno nos anos 30 (Fig. 1).

3.1 – A aba Sul da Serra d’Ossa: enquadramento megalítico

A aba Sul da Serra d’Ossa (Fig. 1, Zona 2), composta em boa medida pela metade Norte do concelho de Redondo, foi, desde cedo, zona de “passeio megalítico” e de reconhecimento da presença destes sepulcros, como tivemos ensejo de sintetizar recentemente (MATALOTO *et al.*, 2015), pelo que desde os finais do século XIX dispomos de informação, inclusive gráfica, sobre os mais relevantes destes monumentos.

Todavia, este reconhecimento nunca se traduziu num plano de trabalhos vocacionado para a escavação de sepulcros megalíticos na região, ao invés do acontecido logo na margem Norte da serra, pela mão de G. e V. Leisner (1955). Desta forma, apenas com a elaboração da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001) e de trabalhos subsequentes de prospecção e escavação levados a efeito por um de nós (R.M.), o megalitismo da margem Sul da Serra d'Ossa tem vindo a revelar melhor os seus contornos, ainda que de modo titubeante e algo aleatório, dadas as usuais carências de meios.

A serra d'Ossa eleva-se acima da planície cerca de 400 m, criando vales que se adentram nela e que desembocam em importantes portelas onde a travessia para Norte nos surge facilitada. Na margem Poente do lado Sul desenvolve-se um extenso patamar de paragnaisses, que medeia entre a serra de xistos e a planície granodiorítica.

Esta orografia será determinante, cremos, para a compreensão da mancha megalítica da aba Sul da Serra d'Ossa, concentrando-se os agrupamentos de sepulcros, designados de *clusters* por R. Boaventura, justamente na margem da planície, por vezes em áreas de transição e acesso à serra e à sua travessia, como fica patente nos conjuntos da Herdade das Casas, Quinta do Freixo, Colmieiro ou Convento-Candieira.

Assim, no geral, do que é conhecido, o megalitismo da aba Sul da Serra d'Ossa é composto principalmente por médios e grandes sepulcros, nunca intervencionados, em granito, que se agregam em conjuntos inferiores a uma dezena. Pontualmente conhecem-se sepulcros de xisto, como a anta da Candieira (BOAVENTURA *et al.*, np) ou a anta da Vinha, de grande dimensão. Junto das portelas de travessia da “*Crista de Redondo*”, longa linha de cumeeada perpendicular à serra d'Ossa, a Nascente, situa-se um tipo de sepulcro megalítico relativamente peculiar, de planta circular e corredor, de que já foi escavado e parcialmente publicado o do Caladinho (MATALOTO & ROCHA, 2007).

As pequenas antas são uma realidade pouco documentada na aba Sul da Serra d'Ossa, concentrando-se as que se conhecem no patamar sul-ocidental, caso da anta dos Godinhos e anta 1 e 2 das Chãs, todas elas identificadas no âmbito da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001). A anta da Barroca, distante menos de um quilómetro das Chãs, foi identificada posteriormente, mas partilha com estas a mesma implantação genérica no patamar. Estamos certos de que um trabalho de prospecção mais sistemática no extenso patamar até Evoramonte poderá vir a revelar mais sepulcros deste tipo. Escassos quilómetros para Nascente da planície megalítica de Redondo, mas de alguma forma ainda na aba Sul da Serra d'Ossa, existe o *cluster* do Lucas, com quase duas dezenas de antas pequenas e médias num raio muito reduzido (CALADO & ROQUE, 2013), no qual já se intervencionou a pequena anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) e a anta 6, de maiores dimensões, mas igualmente em xisto (ROCHA, 2007).

É, assim, interessante verificar que o megalitismo das pequenas antas na aba Sul da Serra d'Ossa nos surge periférico, afastado da planície e dos férteis solos, antes junto de velhos caminhos naturais, em solos pobres, arenosos e leves, como que associados a comunidades talvez mais ligadas a práticas essencialmente pastoris, que esperassem novas condições técnicas e sociais para avançar com segurança para uma ocupação da planície, ali ao lado, algo que sucederá pouco depois, emergindo com grande força o megalitismo das grandes antas, especialmente de granito.

3.1.1 – A anta dos Godinhos¹

A pequena anta dos Godinhos foi publicada muito recentemente (MATALOTO *et al.*, 2015) pelo que nos limitaremos a fazer aqui uma síntese dos resultados dos trabalhos aí apresentados extensivamente, dando ênfase apenas à ocupação inicial, neolítica.

¹ 38°42'9.69"N / 7°36'54.36"W (*datum* WGS84).



Fig. 12 – Vista geral da ligeira elevação em que se implanta a anta dos Godinhos, situando-se o sepulcro ao centro.

O sepulcro dos Godinhos implanta-se num pequeno cabeço da margem direita da ribeira de São Bento, integrado no extenso patamar que antecede as principais elevações da Serra d’Ossa pelo lado sul. A fisionomia do território é bastante complexa, marcada por um intenso ondular de solos pobres de gnaisses, recortados pontualmente por profundos vales de ribeiras, hoje intensamente arborizados por um montado fechado de sobreiro. As pequenas antas que analisaremos em seguida, Chãs e Barroca, situam-se escassos quilómetros a SW dos Godinhos, mas no mesmo extenso patamar “*gnaissico*”, que se alarga bastante nessa direcção.

O sepulcro dos Godinhos situa-se, cremos, sobranceiro a este velho caminho, numa elevação, ganhando um destaque paisagístico absolutamente inusitado para quem se aproxima pelo lado Poente, sobretudo se assumirmos um coberto arbóreo mais esparso e menos elevado. Deste modo, cremos que a implantação do sepulcro se faz, em grande medida, em função do caminho e da sua posição entre dois territórios e duas paisagens unidas por um eixo estruturante de transitabilidade. Deste modo aproxima-se dos sepulcros que trataremos em seguida, ainda que assuma uma proeminência face ao caminho completamente distinta daqueles, que surgem bastante menos destacados, mas igualmente visíveis.

Os trabalhos arqueológicos desenrolaram-se, de modo intermitente, entre Dezembro de 2010 e Março do ano seguinte.

Em termos metodológicos, optou-se, tal como nos restantes, pela metodologia *Open Area*, com registo em planta e fotografia de cada unidade estratigráfica, seguindo os preceitos definidos por E. Harris (1979). A área de intervenção centrou-se na estrutura central do monumento, construindo-se uma quadricula axializada por aquele, com 5 m × 4 m, alargando-se posteriormente em 8 m² (2 m × 4 m) para Norte e 2 m² (1 m × 2 m) para Poente, por forma a melhor documentarmos a interessante estrutura tumular, entretanto exposta.

Em termos arquitectónicos, o sepulcro é composto por uma câmara cistóide de 4 esteios de gnaiss, antecedida por um corredor/portal, virado a sudeste, meramente indicado por dois pequenos monólitos oblongos, também de gnaiss, cravados ao alto (Figs. 13 e 14). Uma laje de maiores dimensões, provavelmente componente da cobertura, [45], surgia disposta em cutelo, fazendo antever violações de tempo indeterminado, sendo o único elemento em granito que acompanhava os esteios de gnaisses locais. Outra laje em cutelo, também de gnaiss poderia corresponder a um lintel, também ele derrubado.

Acâmara, de planta sub-rectangular, com apenas 1 m de largura e 2 m de comprimento, apresenta um esteio de cabeceira, [5], que se encontrava claramente inclinado para o exterior, mas com a base ainda próxima da posição original (Figs. 13 e 14). Do lado Norte, a câmara encontra-se delimitada por dois pequenos esteios, [6] e [7], cravados em cutelo. O lado Sul era, no entanto, delimitado apenas por um esteio, [4], igualmente em cutelo, mais comprido que alto. Em frente de ambos e a marcar a entrada, encontram-se dois blocos cravados ao alto, [8] e [9], esboçando um corredor curto ou simplesmente um portal.

A estrutura tumular, com cerca de 4,3 m de diâmetro máximo era composta por espessa camada de terra argilosa, bastante avermelhada e compacta, envolvia o monumento, ficando menos espessa na área Nascente. Na base desta, no lado exterior ao esteio de cabeceira, documentou-se um interessante depósito composto por três pequenas pedras esféricas de quartzito, quartzo e uma rocha granitóide, [44],

que comentaremos melhor adiante. Sobre a estrutura argilosa da mamoa, nas áreas escavadas, verificou-se, principalmente na periferia, uma coroa, de largura variável, de pedras pequenas de xisto e gnaisses, que se adensava junto da entrada do sepulcro que, todavia, deixava livre. Efectivamente, esta construção mantém-se afastada da estrutura central do monumento excepto junto dos pequenos esteios do portal ou corredor curto, como que reforçando o conjunto cénico do acesso através destes empedrado de planta genericamente em “ferradura”. A entrada esteve, provavelmente, fechada pela laje [22], de gnaisse, encontrada quase deitada defronte do portal, tendo sido desviada em momento posterior à sua função original.

A sequência estratigráfica é relativamente simples e sequencial, mas não isenta de problemas específicos. No geral, cremos documentar dois momentos distintos de uso do interior (Fig. 15).

Um primeiro momento, aparentemente subsequente à fase de construção, é composto por um conjunto de unidades que em pouco diferem das restantes, ao estarem marcadas por terras bastante avermelhadas, com frequente cascalho miúdo local, que se adensa junto ao substrato. No seio destas unidades registaram-se duas deposições de vasos cerâmicos, [33] e [34]. Estes encontravam-se em locais distintos, um junto ao esteio [6]

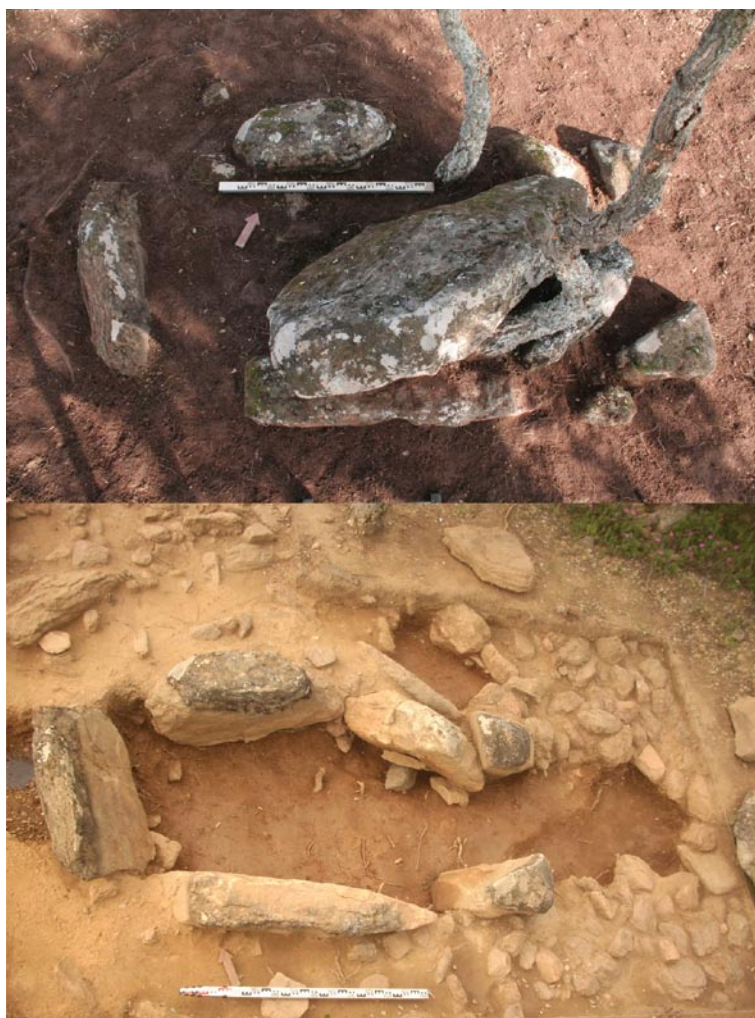


Fig. 13 – Vista geral da anta dos Godinhos no início e no final dos trabalhos.

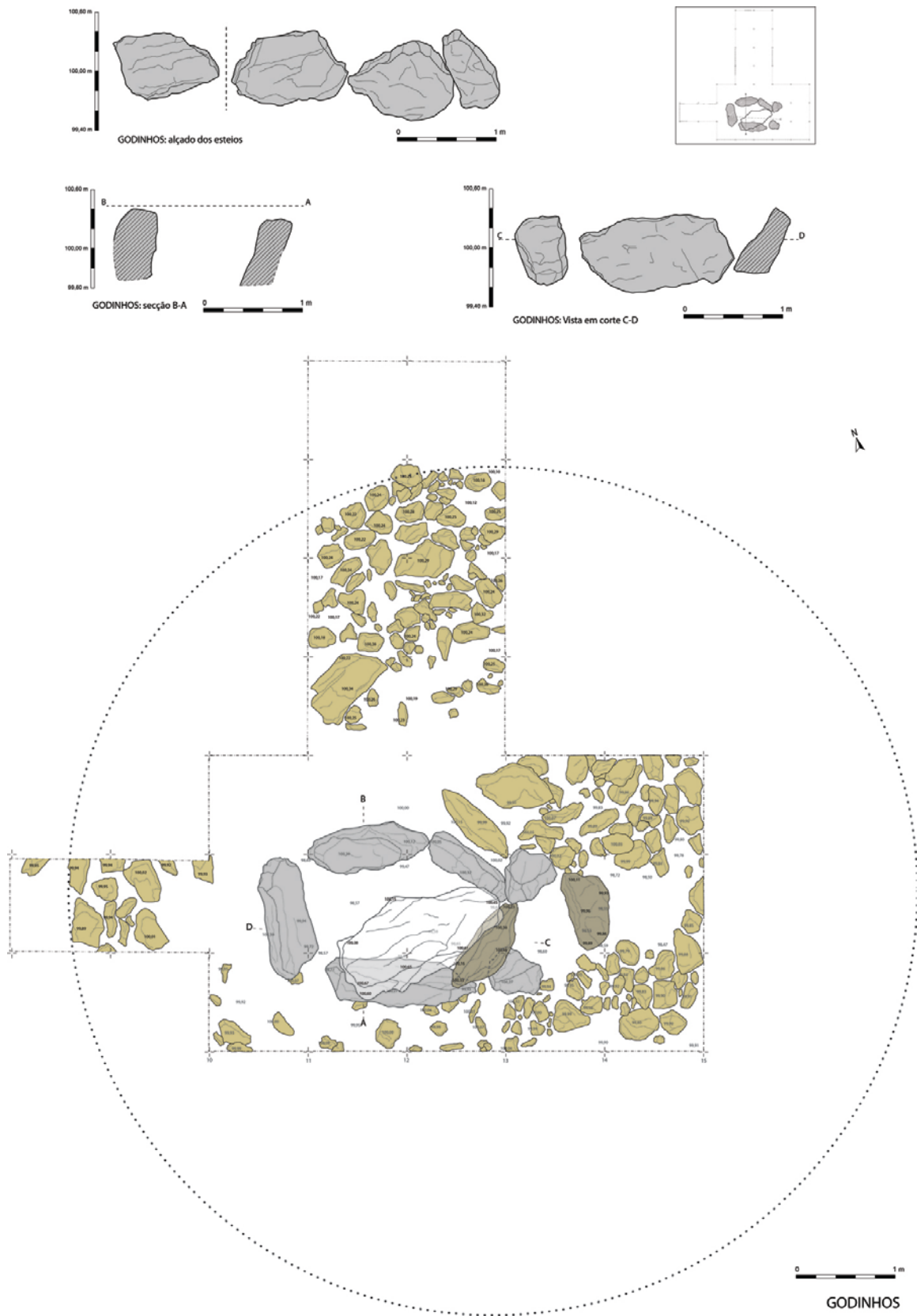


Fig. 14 – Planta geral, vistas e cortes da anta dos Godinhos.

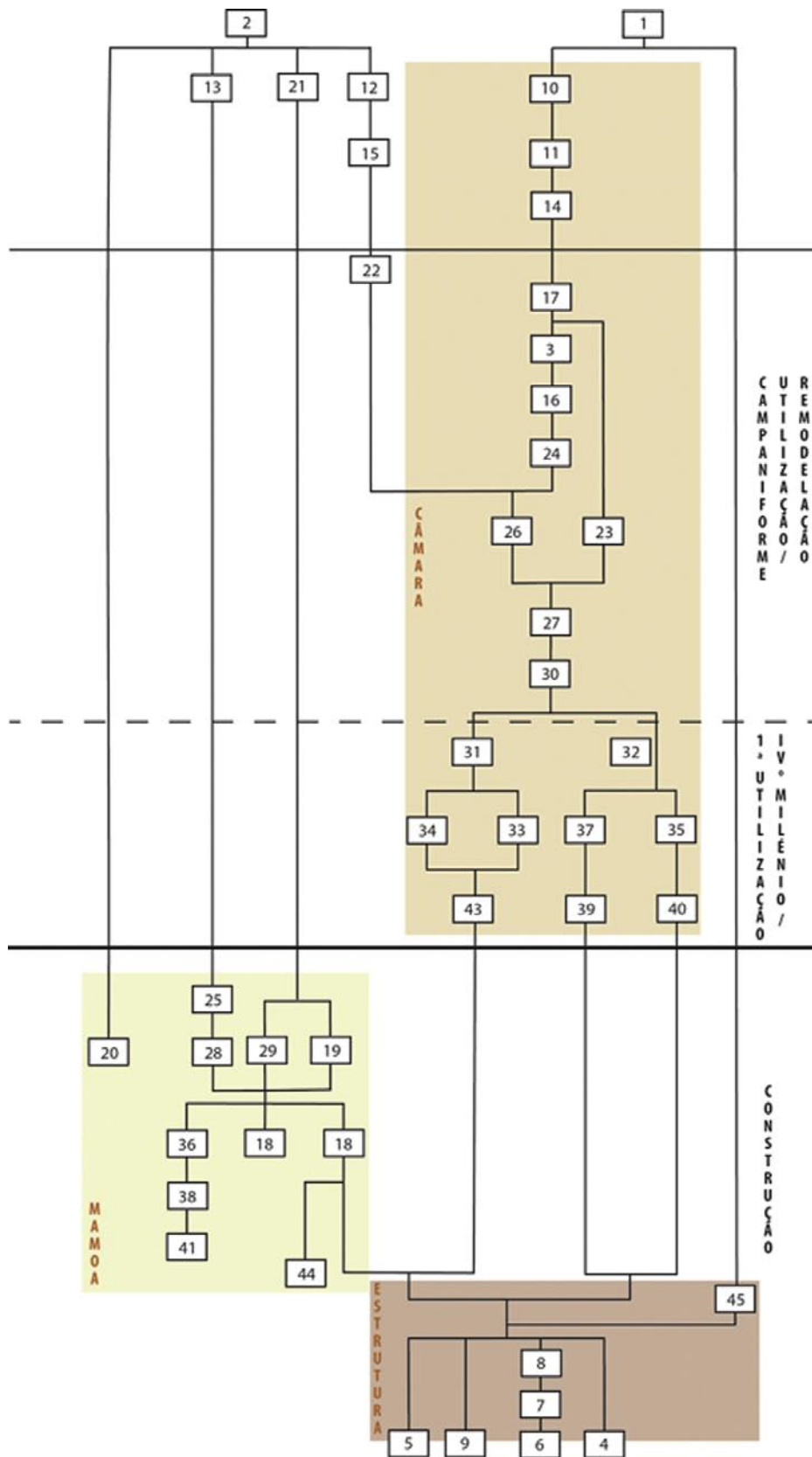


Fig. 15 – Matriz estratigráfica da anta dos Godinhos.

e outro adjacente ao limite Sul do esteio [5], estando, no entanto, ambos na área mais afastada da entrada do sepulcro, em que, putativamente, alguns indivíduos, provavelmente poucos, terão sido ali inumados.

Sobre esta estratigrafia dever-se-á ter efectuado a utilização mais tardia, constituindo a unidade [30] o interface de utilização sobre o qual terá sido depositado o putativo féretro, do qual nada se conservou. Sobre esta nova utilização colocou-se uma camada de pedras de pequeno calibre, [27], e várias outras unidades com terras avermelhadas, argilosas, com mais ou menos pedras, fechando o acesso ao monumento com a colocação de uma laje de gnaiss ao alto, [3].

As acções posteriores, nomeadamente a mobilização do esteio de cabeceira e da tampa, não deixaram traços cronológicos. Todavia, dado o estado de conservação dos achados, e apesar da clara mobilização dos maiores blocos do monumento, a afectação foi mínima em profundidade, verificando-se a presença do espólio de acompanhamento / oferenda *in situ*, cremos. Tal facto não obsta a que possam ter existido acções pontuais de remobilização, as quais poderão explicar a recolha de um pequeno geométrico no exterior do contentor pétreo.

Este sepulcro, ainda que passível de se integrar nos momentos mais antigos do Megalitismo regional, apresenta já uma arquitectura de certo modo complexa, mas longe da padronização característica de momentos mais avançados. A câmara apresenta uma estrutura simples, sub-rectangular e aberta, com portal, construída em blocos de dimensão relativamente reduzida. Todavia, a presença de uma mamoa e um *kerb* bem estruturados, que parecem realçar a frontaria do sepulcro, a par de um possível ritual fundacional, como se verá, deixa entender que a simplicidade estrutural e simbólica destas estruturas era apenas aparente (Fig. 14).

No presente trabalho importa realçar a ocupação fundacional, neolítica, remetendo-se para a respectiva publicação monográfica os detalhes da fase mais recente (MATALOTO *et al.*, 2015).

Os elementos artefactuais que reportamos a uma primeira utilização não foram todos recuperados na estratigrafia referente a este momento, surgindo alguns elementos em posições estratigráficas posteriores. Assim, em seguida, ensaiar-se-á uma análise crono-funcional das realidades atribuíveis à primeira ocupação, comentando o respectivo contexto (Fig. 16). Foram identificados três trapézios

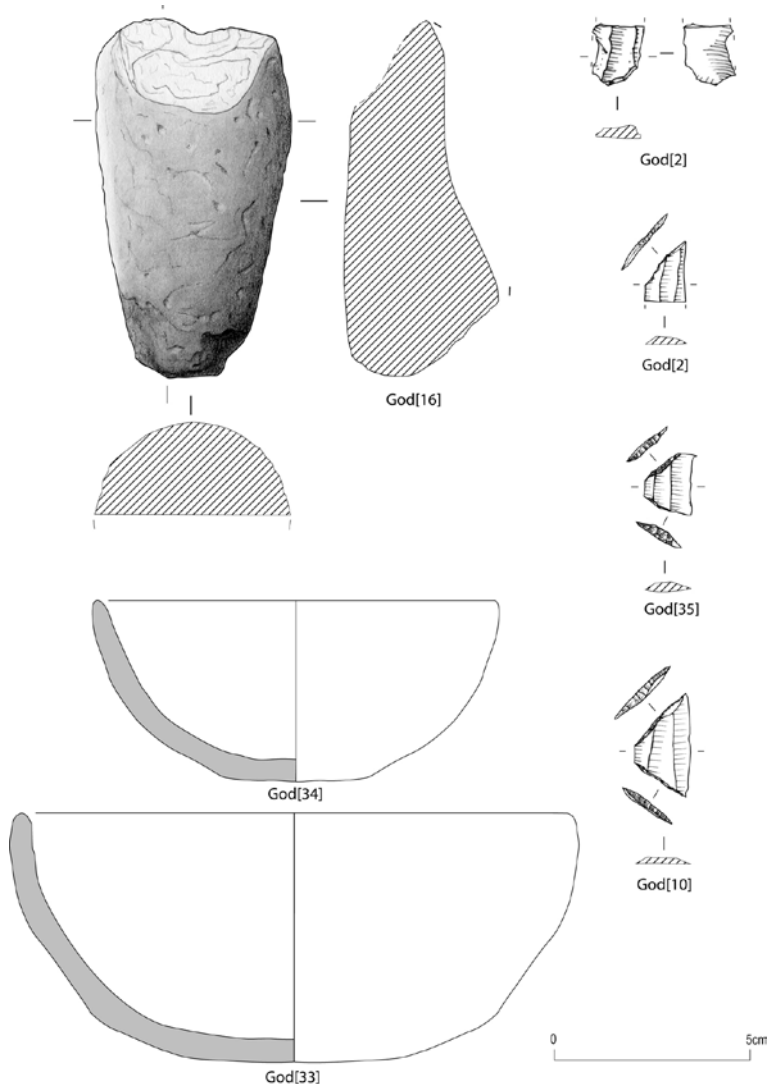


Fig. 16 - Espólio votivo da fase Neolítica da anta dos Godinhos.

(dois inteiros e um putativamente fragmentado) na escavação das U.E. 2, 10 e 35. As duas primeiras unidades correspondem a estratos superficiais da mamoa e câmara, respectivamente, pelo que a sua presença resulta, com muita probabilidade, de remeximentos posteriores. Já a Unidade [35] corresponde a um nível de base do enchimento, estratigraficamente contemporâneo das duas deposições cerâmicas. Em termos tecno-tipológicos, os dois trapézios inteiros são assimétricos, embora a diferença métrica entre as duas truncaturas seja reduzida. O retoque é abrupto e directo, formando truncaturas rectas, e as secções são trapezoidais. As larguras máximas atingem os 14 mm, no maior exemplar, enquanto os restantes apresentam uma largura de apenas 11 e 12 mm, respectivamente. Os comprimentos, nos dois exemplares inteiros, atingem os 26 mm e os 15,2 mm.

No sepulcro dos Godinhos temos, também, um fragmento de trapézio apenas com uma truncatura retocada, de delineação recta. A presença de trapézios de forma aparentemente “rectangular”, mas apresentando apenas uma truncatura retocada, parece ser algo recorrente em sepulcros megalíticos do Sul de Portugal, situação visível no espólio lítico da pequena anta do Cabeço da Areia (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), bem como, segundo os registos gráficos de V. Leisner (1985), das antas centro-alentejanas Talha 3, Outeiro de Santa Clara, Lobeira de Baixo 3, Azinhal 3 ou Vale de Covas, Deserto 5, Filtreira 1 ou Fuletreira e Besteiros 3, entre outras. O domínio quase exclusivo de trapézios, sobretudo assimétricos, entre os geométricos surgidos em contextos funerários atribuíveis ao IV milénio a.C., encontra-se bem documentado na região alentejana.

A presença maioritária destas formas está atestada em vários sepulcros megalíticos, em concreto nos concelhos de Estremoz, Arraiolos, Mora, Coruche e Montemor-o-Novo (ROCHA, 2005, p. 163). Segundo o estudo realizado por L. Rocha sobre o megalitismo alentejano os geométricos encontram-se presentes em todos os tipos arquitectónicos de antas, mas são mais frequentes nas “sepulturas abertas”, seguidas das antas de corredor curto (ROCHA, 2005, p. 162) perspectiva que o pequeno sepulcro dos Godinhos vem reforçar. Da mesma maneira, e como veremos em seguida a respeito dos conjuntos votivos, os geométricos presentes em antas possivelmente mais tardias (finais do IV/inícios do III milénio a.n.e.) mostram algumas diferenças tecno-tipológicas em relação aos geométricos presentes nestes pequenos sepulcros e em monumentos de corredor curto, nomeadamente, a ocorrência de elementos com truncatura basal preferencialmente côncava, em oposição às truncaturas basais usualmente rectilíneas dos geométricos mais “antigos” (conforme demonstrado pelo exemplo de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (seg. BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015).

As dimensões dos trapézios do sepulcro dos Godinhos, nomeadamente ao nível dos comprimentos e larguras, coadunam-se com as apresentadas por exemplares dos sepulcros de Rabuje 5 (Monforte), como veremos, Cabeço da Areia (Montemor-o-Novo) ou Talha 3 (Estremoz).

É ainda de referir que, durante a escavação do sepulcro dos Godinhos, foi recuperado, sobretudo nas unidades superficiais, um conjunto relativamente numeroso de restos de talhe de quartzo, lascas (maioritariamente fracturadas) e alguns núcleos informes, ainda que a identificação de estigmas de talhe neste tipo de matéria-prima seja difícil, exigindo a colocação de necessárias reservas. Embora indicie a existência de uma indústria de carácter expedito, a sua atribuição crono-cultural é difícil.

Na base da estratigrafia foram documentadas duas pequenas taças cerâmicas [33] e [34], de perfil hemisférico, bastante usuais nos contextos funerários e não funerários alentejanos.

Um pequeno instrumento de pedra polida, de secção circular, bastante deteriorado e fracturado surgido na área de entrada, em estratos claramente mais tardios que a ocupação inicial, [10], pode também associar-se a este momento de uso mais antigo, mas remobilizado.

A construção, e primeira utilização, do sepulcro dos Godinhos deverá enquadrar-se num momento aparentemente avançado, mas anterior às últimas centúrias, da segunda metade do IV milénio a.n.e., se

atendermos à presença de pequenas taças cerâmicas e de um trapézio na base da estratigrafia do monumento. A existência de recipientes cerâmicos nestes pequenos monumentos de planta simples e dimensão modesta, considerados por alguns autores como “protomegalíticos”, parece ser ligeiramente posterior a um primeiro momento do Megalitismo regional, anterior ou em redor dos meados do milénio, durante o qual a cerâmica está ausente, como se tem vindo a propor (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013). Este espólio apresenta-se em tudo semelhante a monumentos de arquitectura dita “mais evoluída” da região, já com corredor curto, como os sepulcros de Poço da Gateira 1 ou Gorginos 2.

Como se verá, este elemento poderá indiciar algum distanciamento cronológico face aos sepulcros que trataremos em seguida.

3.1.2 – A anta 1 das Chãs²

A anta 1 das Chãs (CNS 29773) foi inicialmente identificada e publicada no âmbito da Carta Arqueológica do Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 28), na qual se reconhece, igualmente, a anta 2 das Chãs, situada menos de 100 m a noroeste desta (Fig. 17).

Estes pequenos sepulcros localizam-se no extenso patamar de gnaisses que antecede as elevações da serra d’Ossa, no seu lado Sul-Occidental. Implantam-se em suave elevação numa área de terrenos bastante aplanados, entrecortada por vales ligeiramente encaixados. O relevo, no patamar, é quase indiferenciado, sendo pontuado por pequenos afloramentos de gnaisses e granitos. Uma leitura global do território envolvente deixa entender que se situam nas imediações do que parece ser um caminho natural que margina as elevações da serra d’Ossa



Fig. 17 – Vista geral da anta 1 das Chãs, ao início dos trabalhos, e da sua envolvente.

² 38°43'21.00''N / 7°41'8.50''W (*datum* WGS84)

ANTA 1 DAS CHÃS
 Campanha 2014
 Matriz estratigráfica

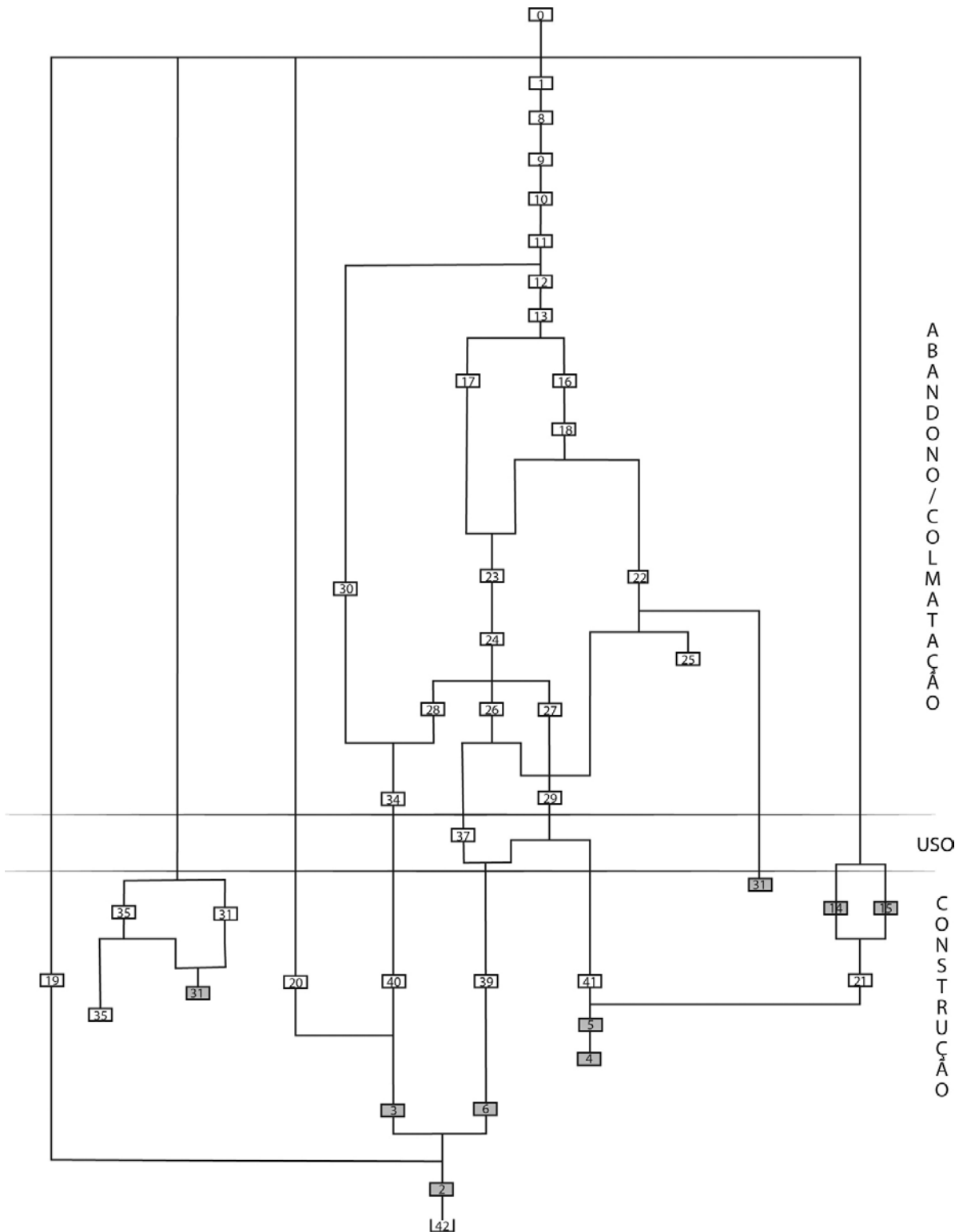


Fig. 18 - Matriz estratigráfica da anta 1 das Chãs.

pelo lado Sul, no sentido SE – NO, parcialmente aproveitado actualmente pela estrada Redondo-Evoramonte, junto do qual iremos encontrar, menos de 1 km para Ocidente, a anta da Barroca. Cremos que a relevância histórica desta ligação, que une as planícies a Sul da serra com a portela de Evoramonte, fica patente no facto da povoação do Freixo, hoje concelho de Redondo, corresponder, desde a fundação medieval, àquele concelho, extinto nas reformas liberais.

Os trabalhos de escavação na anta 1 das Chãs decorreram em dois períodos distintos, e no âmbito geral da nossa colaboração no Projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura. A escavação desenvolveu-se em dois curtos períodos de 4 dias em Março e Outubro de 2014, com a colaboração de diversos estudantes das Universidades de Lisboa e Porto.

A abordagem global efectuou-se segundo uma estratégia em área, com a definição de uma área quadrangular de 4 m × 4 m, genericamente axializada com o monumento (130°) e que o enquadrava por completo. Num segundo momento efectuaram-se dois alargamentos para respostas a questões estruturais concretas. Assim, genericamente para Nascente, alargámos uma área de 2 m × 2 m, de modo a melhor registarmos a estrutura delimitadora da mamoa. Depois, efectuámos uma vala de sondagem para Poente, com 4 m × 1 m por forma a delimitarmos e caracterizarmos, por este lado, a estrutura da mamoa. No total foram total ou parcialmente intervencionados 24 m², tendo-se atingido o substrato geológico apenas na câmara e na vala Poente.

Os trabalhos decorreram segundo uma metodologia de *Open Area*, segundo os preceitos defendidos por E. Harris (1979). A síntese da sequência estratigráfica, relativamente simples pode ser observada na respectiva matriz (Fig. 18). Esta apresenta-se relativamente simples, sem grandes transformações, mas com algumas perturbações de origem animal e provavelmente humana que, contudo, não devem ter perturbado os estratos mais antigos do sepulcro.

A estrutura, simples, é construída por blocos de rocha disponível localmente, de gnaisses e granitos muito alterados, dispostos em cutelo horizontalmente, em pequena vala de fundação, apenas pontualmente delimitada e escavada, [42], mas estruturadas por pedras pequenas e médias, tanto no interior como no exterior, onde se usam, no lado Norte, alguns blocos de maiores dimensões, a modo de contrafortes ([14 e 15]) (Fig. 19). A sequência construtiva, ao invés do que queremos usual em monumentos de maiores dimensões, eventualmente mais tardios, parece ter sido iniciada com a implantação do esteio Sul, [2], o de maiores dimensões, implantado em cutelo com o eixo maior paralelo ao terreno. Logo depois, aparentemente, implantou-se a cabeceira, [3], não sendo fácil compreender o espaçamento de tempo para com a implantação do lado Norte, [4] e [5], na justa medida em que aquele e o primeiro destes não mantêm relação estratigráfica directa.

Se [2] e [4] são os esteios maiores e estruturantes, que definem com a cabeceira uma área sub-rectangular, com cerca de 1 m de largura, já [5] e [6], de menores dimensões, cravados ao alto, definem como que um verdadeiro portal, ainda que o primeiro se possa entender também como parte da definição do lado Norte do monumento, na justa medida em que [4] é de menor comprimento do que [2]. Em frente a [5] existia ainda uma laje em cutelo, como que esboçando o arranque de um pequeno corredor, que não tinha qualquer paralelo no lado Sul, ainda que [6], de algum modo, cumprisse também essa função. Assim, o eixo maior da câmara apresentava cerca de 1,8 m, considerando a distância entre o esteio de cabeceira e o início da estrutura, estando orientado, tanto quanto nos é possível avaliar, a 115°, isto é, genericamente ao Solstício de Inverno.

A altura interna do sepulcro deveria ser bastante reduzida, não superando 1 m no fundo da câmara, na justa medida em que os esteios laterais parecem estar completos, não tendo a cobertura deixado quaisquer vestígios, ainda que acreditemos dever tratar-se de bloco único, eventualmente removido no mesmo momento em que se desmantelou a câmara do sepulcro 2 (Fig. 19).

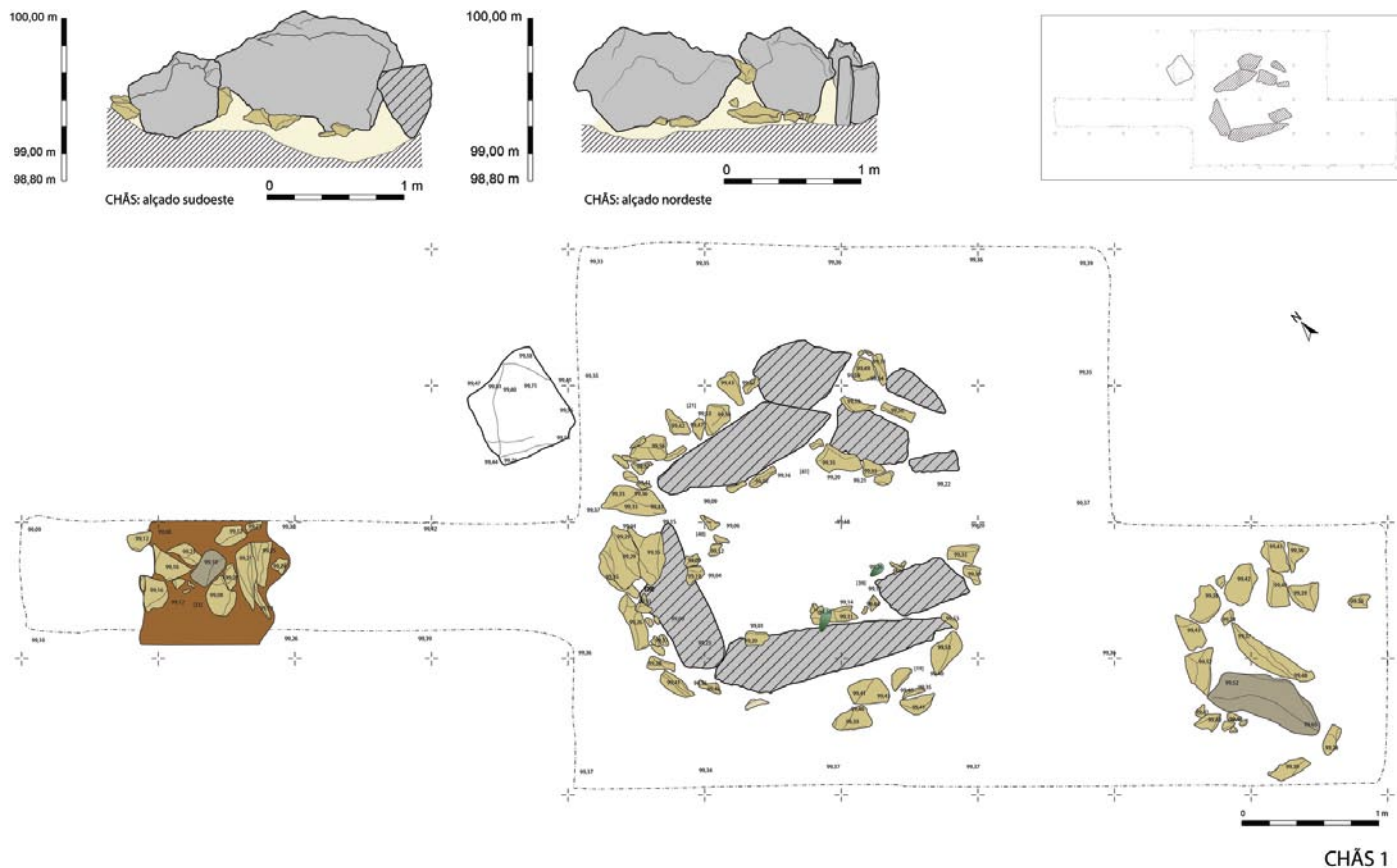


Fig. 19 – Planta e alçado da anta 1 das Chãs.

A estrutura do monumento terá sido completada com um túmulo de terra, em cujo limite se desenvolvia um pequeno *kerb* de pedras locais de pequena e média dimensão. Esta estrutura perimetral foi identificada tanto na vala de sondagem a Poente, a cerca de 3 m da câmara, como a Nascente, na área fronteira ao monumento, a mais curta distância (2 m). No total teríamos uma estrutura tumular com cerca de 8 m de diâmetro total. Julgamos relevante assinalar que no *kerb*, genericamente em frente à entrada do monumento, se encontrava amortizado um enorme dormente de mó (c. 1 m), em granito, com a parte activa virada para baixo, num acto que pode ser tido como ritual e simbólico, em particular para estas comunidades de agricultura ainda muito incipiente. No mesmo sentido se deve interpretar a presença de uma enxó, com vestígios de uso, mas ainda funcional, por entre as pequenas pedras dos calços externos do lado Norte, [21], na área mais próxima ao esteio de cabeceira (Fig. 20).

Como já se assinalou, a estratigrafia interior do sepulcro não aparentava grandes remobilizações, ainda que a presença das lajes [9] dispostas em cutelo possam indiciar alguma forma de remeximento que, todavia, se deve ter circunscrito ao fundo da câmara. Deste modo, o posicionamento dos achados deve ser bastante próximo da sua posição original, ao menos ao nível da pedra polida, ainda que o micrólito de [13], deva estar remobilizado.

O machado, de maiores dimensões (151 mm × 51 mm), e a pequena enxó (85 mm × 41 mm) (Fig. 21) foram recuperados junto aos calços do lado Sul, dentro da câmara do sepulcro, adjacentes aos esteios [2]

e [6] respectivamente, distantes cerca de 30 cm entre eles (Fig. 22). Esta presença junto aos esteios, mais próximos da entrada parecem seguir um padrão de há muito registado que aponta para a acumulação do espólio junto das áreas de acesso nas pequenas antas, de que o exemplo de Azinhal 3 (Coruche) é o mais evidente (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24) (Fig. 9), mas que trabalhos recentes têm permitido alargar a outro tipo de sepulcro de cronologia e espólio semelhante, caso da Sobreira de Cima, onde se registaram verdadeiros depósitos à entrada dos sepulcros 1 e 5 (VALERA, 2013, p. 55).

A presença de um elemento geométrico, aparentemente do tipo crescente (25,3 mm × 8,3 mm) (Fig. 21), é relativamente interessante, dada a sua escassez nos contextos funerários alentejanos, onde os geométricos trapézios são largamente maioritários, como se comentou acima. Segundo L. Rocha, com base nos dados parciais do legado de Manuel Heleno publicados por V. Leisner (1985), os geométricos de tipo crescente corresponderiam a cerca de 13,6% do conjunto analisado

(ROCHA, 2005, p. 163). Atendendo aos dados mais recentes, de outras paragens alentejanas é certo, ou mesmo olhando para os de Reguengos de Monsaraz, temos algumas reservas quanto à representatividade deste valor no contexto global do Alentejo. Assim, ou o conjunto analisado não é verdadeiramente representativo, ou poderá indiciar tradições culturais locais, coincidentes com as regiões trabalhadas por Manuel Heleno, que poderão, eventualmente, emascarar, também, questões de índole cronológica. Neste mesmo sentido, tendo em conta um *case study* particular, o dos núcleos megalíticos do Deserto e Barrocal das Freiras, no total dos pequenos sepulcros (com utilizações extensíveis por toda a segunda metade do IV milénio a.n.e.), os crescentes ascendem a cerca de 13,56%, sendo os conjuntos claramente dominados pelos trapézios (83,05%), com um peso residual (3,39%) de triângulos (GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

No megalitismo de Reguengos, os crescentes apenas se documentam num dos mais pequenos monumentos, a anta 1 do Poço da Gateira (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. IV) e num dos maiores, a “Anta Grande” do Olival da Pega (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXIII), seguindo esta região a tendência geral,

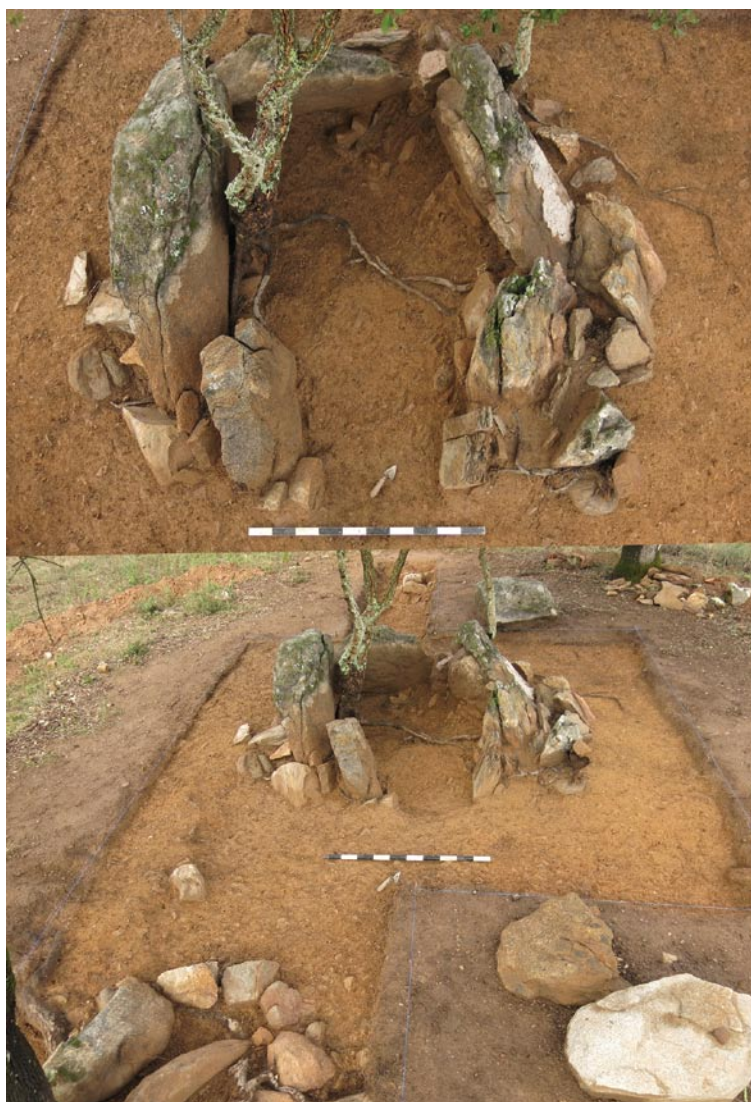


Fig. 20 – Vista da câmara e geral da anta 1 das Chãs , ao final dos trabalhos..

com a predominância de trapézios (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 54) e a sua presença nos diversos modelos arquitectónicos megalíticos, como se mencionou acima (ROCHA, 2005, p. 162). Todavia, julgamos conveniente reforçar que, ainda que presentes em sepulcros de dimensões e arquitecturas bem distintas, os geométricos não são omnipresentes, estando documentados apenas em dez dos sepulcros de Reguengos de Monsaraz, dos quais se escavaram várias dezenas.

Também nos hipogeus que se têm vindo a documentar no Baixo Alentejo, os trapézios são absolutamente dominantes, como na Sobreira de Cima, ainda que se reconheçam pequenas diferenças tipológicas face ao universo registado na planície megalítica de Reguengos (CARVALHO, 2013, p. 74-75).

Em território algarvio esta realidade parece manter-se, atendendo aos casos documentados nos dois hipogeus da Barrada, nos quais os trapézios são dominantes, acompanhados em menor número de triângulos (BARRADAS, 2014).

Em termos globais, o sepulcro 1 das Chãs pode associar-se a um momento relativamente arcaico do megalitismo alentejano, algo anterior ao documentado na anta dos Godinhos, se atendermos à proposta que temos vindo a defender nos últimos anos (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013), na esteira, aliás, do defendido já pelo casal Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 175), que certamente não foram alheios às ideias defendidas por Manuel Heleno (CARDOSO, 2002, p. 188).

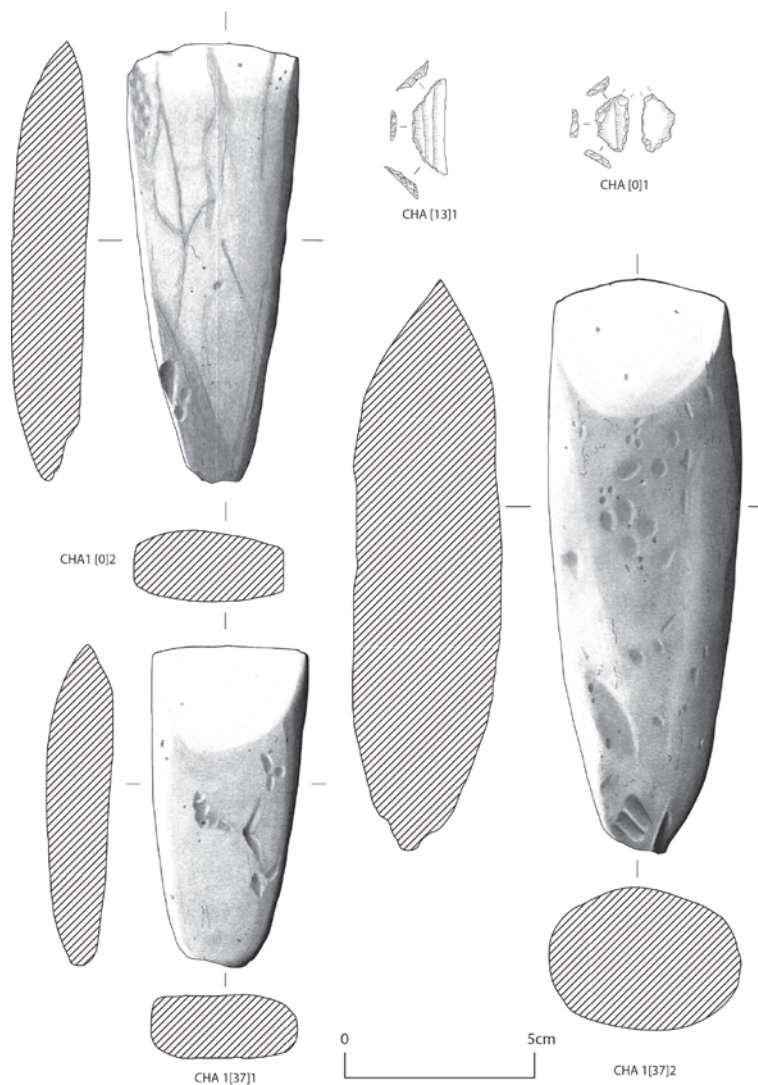


Fig. 21 - Conjunto votivo recolhido na anta 1 das Chãs.



Fig. 22 - Vista de detalhe do posicionamento do espólio votivo da anta 1 das Chãs.



Fig. 23 – Vista geral da anta da Barroca e sua envolvente.

3.1.3 – A anta da Barroca³

A anta da Barroca encontrava-se inédita até este momento, tendo sido identificada casualmente por um de nós (R.M.). Apesar da sua identificação tardia, este sepulcro encontra-se imediato à estrada Redondo-Evoramonte, junto da qual também se situam os sepulcros 1 e 2 das Chãs, situados a poucas centenas de metros a SE. Assim, partilha com eles a sua localização no extenso patamar de gnaisses que antecede as elevações da serra d'Ossa. Implanta-se em pequena rechã numa área relativamente ondulada, entrecortada por vales ligeiramente encaixados, onde correm linhas de água sazonais, emergindo a espaços pequenos afloramentos de granito e gnaisse, que tornam a zona bastante pedregosa.



Fig. 24 – Vista geral da anta da Barroca após limpeza da vegetação superficial.

O sepulcro situa-se numa área aplanada, entre dois pequenos afloramentos, dos quais pouco se destacava antes da nossa intervenção, sendo, todavia, bastante perceptível uma estrutura circular, de pedras fincadas, que circundava a área da câmara a curta distância, e que equacionámos, desde logo, tratar-se de um pequeno *kerb* (Fig. 24). Contudo, o continuar dos trabalhos havia de demonstrar uma realidade bastante mais complexa.

³38°43'37.29"N / 7°41'39.09"W (datum WGS84)

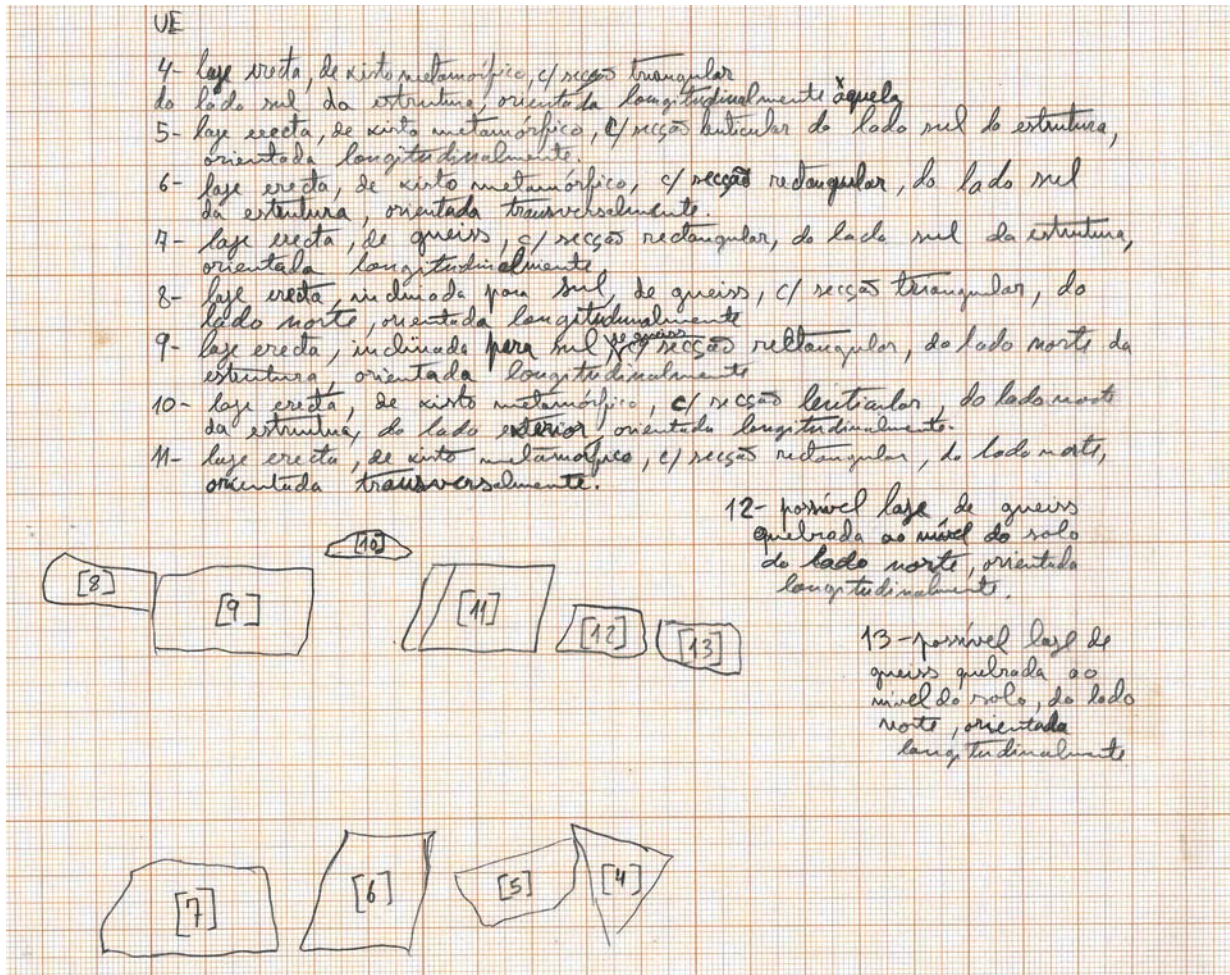


Fig. 25 – Descrição de campo dos esteios da anta da Barroca, feita por Rui Boaventura no Verão de 2015 quando, pela última vez, nos acompanhou em trabalhos de escavação.

Os trabalhos desenvolveram-se em diversas fases, muito espaçadas no tempo, consoante as possibilidades, durante 2015 e 2017⁴, coordenados por dois de nós (R.M. e A.P.), numa primeira fase com a colaboração de Rui Boaventura (Fig. 25).

A abordagem geral desenvolveu-se, desde logo, com o intuito de caracterizar devidamente a estrutura tumular visível e intervencionar a câmara sepulcral. Deste modo, implantámos uma área de escavação axializada com o eixo longitudinal da câmara do monumento, com 8 m x 10 m (7-170/16-24N) (Figs. 26 e 27). A quadrícula encontra-se genericamente orientada a 135°. Na metade Sul da área marcamos apenas a limpeza da vegetação superficial, tendo-se registado os vestígios de estruturas presentes à superfície. Na metade Norte efectuou-se o desmonte da estratigrafia até atingirmos a estrutura pétreo da mamoa, genericamente situada logo sob o nível superficial, excepto na área envolvente à câmara do monumento, delimitada pela primeira linha de anéis estruturais de lajes em cutelo. Na área fronteira ao lado Nascente do monumento, escavámos um metro mais a Sul, por forma a melhor caracterizarmos esta área, tendo-se atingido o substrato geológico.

⁴O facto de termos terminado há poucas semanas a intervenção impede-nos de apresentarmos a matriz da mesma. Esta será oportunamente publicada.

Por forma a caracterizarmos a estrutura tumular, sem afectar sobremaneira o seu grau de conservação, efectuámos uma vala de sondagem na mesma, com um metro de largura e 3 m de comprimento, para Poente da câmara do sepulcro (7-10° / 20-21N).

Os trabalhos desenvolveram-se em paralelo na estrutura tumular e definição da construção pétrea e no interior da câmara. A estratigrafia exterior era bastante simples, com um grande estrato superficial, relativamente solto e arenoso, que sobrepunha a estrutura tumular e o estrato geológico na área mais a Nascente. Na câmara a estratigrafia não era muito extensa, sendo relativamente linear, ainda que marcada claramente por uma sequência diferenciada, com estratos em geral pouco espessos, muito compactos e argilo-arenosos no fundo da câmara, e mais soltos e arenosos na parte mais a Nascente.



Fig. 26 - Vista aérea da anta da Barroca próximo do final dos trabalhos.

A entrada do monumento encontrava-se bloqueada por um conjunto de pedras dispostas em cutelo e na sub-horizontal, bem imbricadas, tendo sido apenas parcialmente desmontadas, na sua metade Sul (Figs. 26 e 27); nesta última a estrutura de bloqueio da entrada apresenta cor mais escura.

O sepulcro apresenta uma câmara alongada, de tendência elipsoide, faltando-lhe o esteio de cabeceira, conservando o que parece ser um pequeno corredor indiferenciado da câmara, com dois ou três pequenos esteios (Figs. 27 e 28).

Na câmara, o esteio de cabeceira terá sido arrancado, mas sem perturbar extensivamente a estratigrafia interna. A diferenciação entre o putativo corredor e a câmara é relativamente ténue, esboçada pela menor altura dos esteios [4] e [5], a Sul, e [12] e [13], a Norte, face aos primeiros esteios da câmara, [6] e [11], respectivamente a Sul e a Norte, os quais se apresentam transversalmente ao eixo maior, desenvolvendo a imagem de portal. Estes esteios, ambos de xisto e secção quadrangular, surgem-nos aparentemente completos e com cerca de 1,20 m de altura. Os dois esteios seguintes, [7] e [9], em granito algo alterado, aparentemente local, de secção sub-rectangular, encontram-se dispostos com a largura maior paralela ao eixo da câmara, sendo ligeiramente menores que os anteriores. O esteio [9] apresenta-se bastante inclinado para o interior, podendo esta situação ser antiga, dada a presença de um reforço dos calços junto a este, pelo interior. Entre este esteio e [11] surgia, ligeiramente desfasado para o exterior, um possível esteio de reforço, [10], em xisto, e ligeiramente menor que estes (Fig. 27).

A parte mais a Poente da câmara apresenta-se bastante afectada, desde logo pela falta do esteio de cabeceira, não sendo fácil determinar o que serão os elementos pétreos do contraforte externo ou esteios menores seccionados. Assim, no lado Sul, depois de [7], apenas registámos a presença de um pequeno bloco de xisto, disposto em cutelo, [40], que poderemos, de algum modo, associar a um pequeno esteio fragmentado. No lado oposto, ou seja, a Norte, depois de [9] verificou-se a presença de um esteio menor, em granito, que deveria igual-

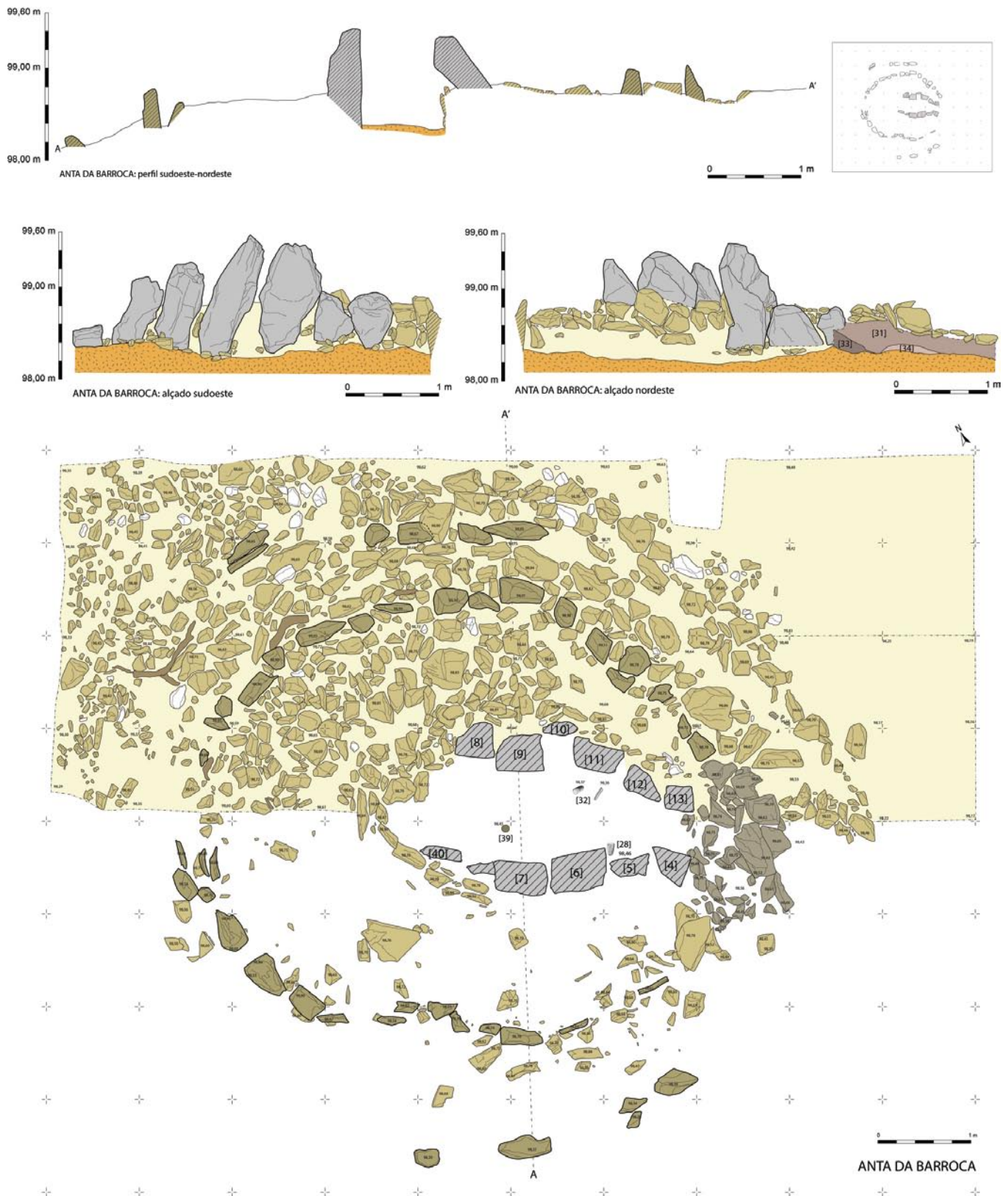


Fig. 27 - Planta, alçados e corte da anta da Barroca. A cinzento-escuro, estrutura de clausura da entrada do sepulcro.

mente anteceder o de cabeceira. A câmara do monumento apresentava cerca de 1 m de largura máxima, sendo o comprimento total, aproximadamente, dada a ausência de esteio de cabeceira, de 2 m, a que haverá que acrescer cerca de 1 m de corredor. A câmara sepulcral não se encontrava centrada com a estrutura tumular, desenvolvendo-se, claramente mais para Nascente face ao centro daquela (Figs. 26 e 27).

A partir dos dados obtidos na vala de sondagem da estrutura tumular, e da limpeza da metade Norte da mesma, é possível reconstituir o processo de construção do monumento. Com a erecção da

estrutura da câmara dá-se início à construção do monumento, implantando-se os esteios em alvéolos estruturados com pequenas pedras em cutelo, pelo interior, enquanto no exterior se adicionou um potente contraforte pétreo. A cerca de 1,5 m da câmara edificou-se uma estrutura de lajes e blocos de gnaisses e quartzo, de média dimensão, dispostas em cutelo e dupla fiada preenchida com blocos menores, com planta genericamente em ferradura, aberta a Nascente, que deixava ao centro, ligeiramente deslocada para Este, a câmara. O espaço entre estas foi preenchido com pedras de gnaisse, de pequeno e médio calibre, bem imbricadas e dispostas na horizontal, embaladas por uma terra amarelada e arenosa, criando uma plataforma relativamente aplanada na envolvente da câmara.

Pelo exterior da estrutura [37] parecem desenvolver-se círculos concêntricos de blocos e lajes em cutelo, de dimensões menores, mas ainda assim consideráveis, que permitem definir uma importante estrutura tumular pétrea que, contudo, se não desenvolve para a zona fronteira do monumento. No canto noroeste da área intervencionada a estrutura tumular perdia o aspecto compacto e imbricado de pedras de médio calibre para se definir por um conjunto denso de pequenas pedras, não reconhecível em qualquer outra área do espaço intervencionado.

Deste modo, cremos que a câmara sepulcral foi rodeada a Norte, Oeste e Sul por uma carapaça pétrea, altamente estruturada, de construção cuidada, que deverá, em si, ter representado um volume de trabalho, pelo menos, equivalente ao desenvolvido para erigir aquela. O modo como as pedras da estrutura [37] se elevam bem acima das restantes e a plataforma criada em torno da câmara levou-nos a colocar a hipótese da estrutura tumular ser completada com uma mamoa de terra delimitada pelas lajes de [37] e rodeada pela restante estrutura pétrea exterior a esta.

Tudo isto parece-nos fazer contrastar a simplicidade da estrutura da câmara sepulcral face à complexidade da estrutura tumular, evidenciando um monumento de características bem distintas das reconhecidas na anta 1 das Chãs, localizada a escassas centenas de metros.

O sepulcro da Barroca é, então, um monumento com forte sentido estético, de arquitectura complexa, que realça a própria estrutura tumular, provavelmente em terra delimitada por um anel intermédio de lajes em



Fig. 28 – Vista da câmara e corredor da anta da Barroca, ao final dos trabalhos.

cutelo, enquadrada por um empedrado envolvente em forma de ferradura, deixando livre o espaço fronteiro do monumento (Figs. 26 e 27).

Tal como no sepulcro das Chãs, o espólio recolhido na anta da Barroca é escasso, sendo composto por uma enxó, um machado e uma pequena lâmina. Um pequeno recipiente, com cerca de 8 cm de diâmetro foi documentado no centro da câmara, sobre o solo original encoberto por uma terra muito argilosa e compacta, estando depositado com o bordo para baixo. Ainda a carecer de um tratamento de pormenor, pelo que as observações serão todas preliminares, este recipiente cerâmico aparenta ter um perfil em “s”, sendo claramente um pequeno vaso e não uma taça, o que nos pode estar a remeter para utilizações mais tardias. Ao ter-se localizado completo no centro da câmara afastava-se completamente do restante espólio votivo, concentrado na transição desta para o corredor.

Os resultados que têm vindo a ser apresentados para contextos cronoculturalmente semelhantes no território baixo alentejano, com melhor preservação dos restos ósseos, deixa clara a dificuldade em relacionarmos o espólio com o número de enterramentos, ou mesmo na sua correlação com os féretros.

A enxó, elaborada num xisto relativamente brando, apresenta 95 mm de comprimento e 13 mm de espessura máxima, de secção longitudinal plano-convexa e transversal elíptica, apresentando o corpo integralmente polido, com arestas laterais parcialmente vincadas. Um dos aspectos mais relevantes da sua presença, cremos, era a sua localização no interstício entre o último esteio do lado Sul do corredor e o primeiro da câmara, em cutelo longitudinal.

O machado, em anfíbolito, apresenta 70 mm de comprimento e 32,5 mm de espessura máxima, sendo de secção biconvexa, corpo curto sub-rectangular apenas picotado. Este encontrava-se próximo do primeiro esteio do lado Norte da câmara, muito próximo da transição para o portal/corredor. Não deixa de ser interessante verificar que aqui, ao invés do sepulcro anterior, o machado assume menores dimensões, sendo a enxó, ainda que menos espessa, mais alongada. O machado assume um verdadeiro cariz de miniatura, apesar de robusto, sendo muito semelhante a um outro publicado de há muito proveniente de Azinhal 3 (Coruche) (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24). Ambos se apresentavam com o gume em perfeitas condições, sem traços de uso, situação que vem sendo usualmente associada à ritualidade destas presenças no Megalitismo regional

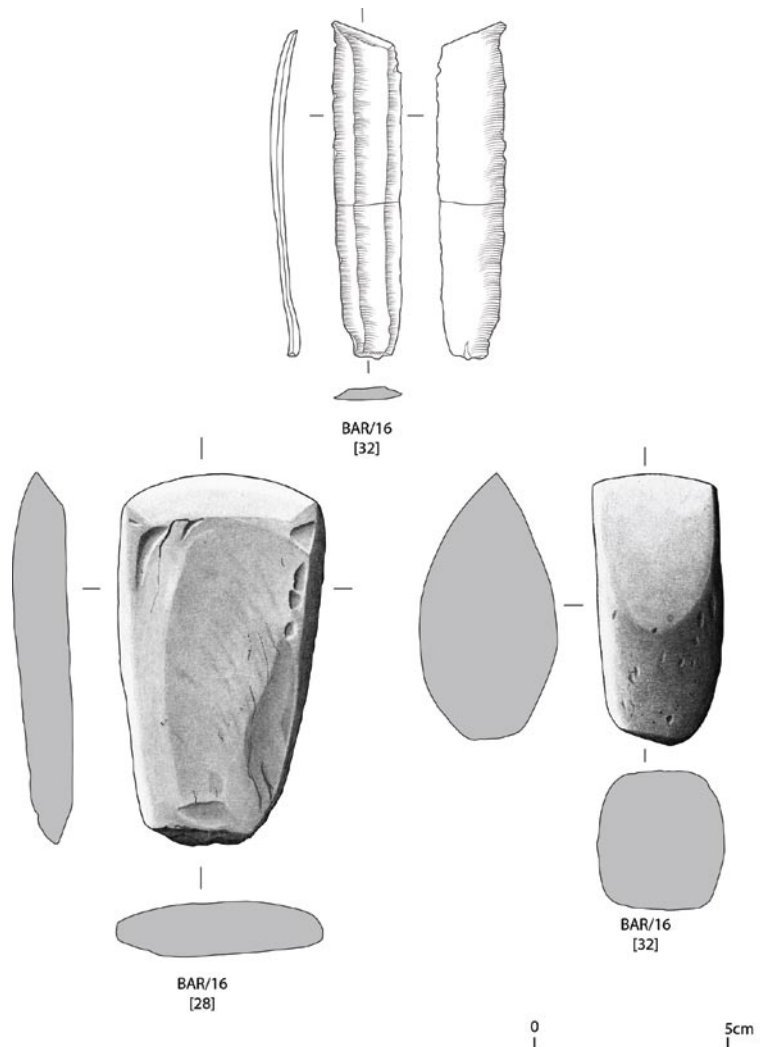


Fig. 29 - Conjunto votivo recolhido na anta da Barroca.

(LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 163). A diferença nas matérias-primas entre ambos, onde a enxó é usualmente fabricada numa rocha mais branda, seguindo uma tendência também verificada em grutas da Estremadura com espólio semelhante, caso do Bom Santo ou lugar do Canto (CARDOSO, 2014, p. 193), mas também em Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1992, p. 66), poderá estar segundo este último autor associado ao seu cariz votivo e não funcional. Todavia, não cremos que tenha que ser objectivamente assim, na justa medida em que, a sua utilização no trabalho de certas madeiras mais brandas (Amieiro, Aloendro), e usualmente mais trabalháveis para elementos



Fig. 30 – Localização do espólio votivo na anta da Barroca, aquando da sua descoberta; à esquerda enxó em cutelo, entre os esteios; à direita, machado e lâmina, em primeiro plano.

decorativos, e logo de maior valor simbólico, poderia requerer um utensílio em si mais brando de incisão menos agressiva, reforçando então o valor intrínseco destes elementos em rochas mais brandas.

A presença neste sepulcro, e no anterior, de um machado e uma enxó constitui uma associação básica, quase “clássica”, nas fases mais antigas do Megalitismo regional, sendo mesmo entendido como um conjunto ritual por G. e V. Leisner, atendendo aos dados provenientes da anta 1 do Poço da Gateira (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 163). Todavia, se na anta 1 das Chãs essa associação nos surge com clara evidência, já que as duas peças se encontravam juntas, já no caso da Barroca, ao estarem posicionados cada um a seu lado do sepulcro, estando mesmo a enxó colocada num interstício entre esteios, tal associação directa nos levanta mais dúvidas. Os dados provenientes do sepulcro 1 da Sobreira de Cima, ainda que apresentem um valor quase idêntico (10 enxós e 9 machados) não permitem a sua associação directa, de 1 + 1, primeiro porque a sua presença junto à entrada do sepulcro não é proporcional entre si a cada lado, ou seja, mais enxós a Norte, e mais machados a Sul; em segundo lugar, porque existe uma estimativa, aparentemente subvalorizada de 22 indivíduos sepultados, sucedendo algo similar no sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 54). Assim, por muito sugestiva que a proposta do casal Leisner possa ser, deve ser lida com bastante cautela, e nunca de modo taxativo.

A questão das secções da pedra polida, onde de modo abusivo se alastrou a ideia da maior antiguidade da secção circular, ainda que nasça, de certo modo, do questionamento de Manuel Heleno ao longo dos seus trabalhos, foi também por ele afastada pouco depois (ROCHA, 2005, p. 104). Ainda que esta autora volte a defender esta posição, da maior antiguidade dos machados de secção circular (ROCHA, 2005, p. 105), contra mesmo a opinião de M. Heleno como se disse, os resultados que se têm vindo a obter em grutas naturais e artificiais, desde o Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 274) ou Bom Santo (CARDOSO, 2014, p. 187) a Sobreira de Cima (VALERA & CABAÇO, 2013, p. 95) demonstram claramente a grande contemporaneidade das mesmas, quando não mesmo o domínio absoluto das secções sub-rectangulares, sendo as elípticas / subrectangulares quase exclusivas nas enxós, como acontece, aliás, tanto no sepulcro 1 das Chãs como neste da Barroca.

Em posição semelhante, junto da entrada da câmara encontrava-se a lâmina em sílex, fracturada *in situ* em duas partes. Esta corresponde ao que se pode designar de pequena lâmina, ou Grupo 1, seguindo os critérios utilizados em outros contextos funerários regionais e não regionais (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173), ainda assim ligeiramente distintos dos seguidos em outros trabalhos (BOAVENTURA, 2009, p. 223) o que, contudo, não cremos que se traduza em grandes diferenças de análise. O exemplar aqui recolhido apresenta 87 mm × 17 mm × 3,1 mm, não apresentando retoque nem traços evidentes de uso.

A presença dos artefactos de pedra polida e da lâmina junto à entrada da câmara encontra-se bem documentada em diversos sepulcros megalíticos alentejanos, sendo o caso da anta Azinhal 3, mencionado acima, ou da anta Texugo 2 (DEUS & VIANA, 1953, p. 234-236), bastante expressivos desta situação (LEISNER & LEISNER, 1959, Tafel 10, 3). Também o caso da anta do Cabeço da Areia, escavada por Manuel Heleno, se encontrou uma “faca” junto das pedras que estava a bloquear a entrada e a “porta” (Caderno n.º 11, *Explorações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Agosto de 1933* – APMH/2/1/11/11, fl. 24). Este padrão tem-se vindo a documentar igualmente nos hipogeus alentejanos, como fica bem patente na entrada da câmara do sepulcro 1 da Sobreira de Cima, com uma importante acumulação de lâminas do lado Sul e pedra polida do lado Norte (VALERA, 2013, p. 54), ou no ritual registado nos hipogeus do Outeiro Alto, com a deposição de uma lâmina junto à entrada (VALERA & FILIPE, 2012, p. 34). Este facto parece, com alguma clareza, para além das semelhanças artefactuais, indiciar um fundo cultural e ritual comum às diferentes arquitecturas e geografias do interior alentejano.

Contudo, cremos que, neste momento, as diferentes visibilidades dos espaços sepulcrais poderão esconder uma realidade cultural e comunitária mais complexa que importa descortinar. Claro é, todavia, que o contraste entre a complexidade arquitectural da anta da Barroca e os sepulcros da Sobreira de Cima poderá ser bem menos evidente se tivermos em linha de conta o pouco que conhecemos sobre as estruturas à superfície destes últimos, como bem fica patente na área de acesso do sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 28).

Num breve remate, cremos haver ficado claro como a aba Sul da Serra d’Ossa compartilhou com os territórios mais tradicionalmente relacionados com a origem do Megalitismo, situados a Ocidente (Montemor, Coruche, Mora), o arranque da construção de uma Paisagem funerária megalítica, seguindo padrões arquitectónicos semelhantes que, tal como ali, se revelam múltiplos e diversos, longe da aparente padronização que se irá conhecer na edificação de antas de maiores dimensões, putativamente em momentos mais avançados do IV milénio a.n.e.

3.2 – As planícies onduladas de Monforte

O concelho de Monforte apresenta um forte desenvolvimento Norte-Sul, transversal a uma realidade paisagística diversa, mas essencialmente aplanada, de onde emergem, a espaços, elevações, como a Cabeça de Vaiamonte, e cerros adjacentes, drenada pela densa rede hídrica das cabeceiras da Ribeira Grande, junto da qual, por vezes, o relevo se intensifica, em proeminentes caos graníticos, sendo justamente a intrincada e diversa geologia, entre granitos diversos, ortognaisses, xistos e calcários, de acentuado desenvolvimento SE-NW, subordinado à orogenia das serras de São Mamede e Ossa, que lhe confere uma certa diversidade de paisagem, mas quase sempre aberta e de fácil transitabilidade (Fig. 1, Zona 1). Os trabalhos de Rui Boaventura e Carla Lopes permitiram, desde meados do anos 90, obter uma imagem bem mais completa do pouco conhecido megalitismo de Monforte, apesar da acção precursora de homens como Luiz Wittnich Carrisso e António Sardinha (BOAVENTURA, 2012) e da passagem do casal Leisner e Abel Viana, apara além dos levantamentos no âmbito da Carta Geológica de Portugal.

A presença megalítica hoje conhecida não esgota certamente toda a realidade que existiu, nem mesmo, eventualmente, a existente, ainda que traduza já um amplo conjunto que, por um lado, se dispersa de Norte a Sul do concelho, por outro se concentra em agregações que Rui Boaventura gostava de designar de *clusters* caso de Torre do Curvo, Peral-Meada, Carrajola, Enxara de Cima, Vale de Romeiras, Lacrau-Santo António, Danta, Rabuje, Arneiros e Pocilgais (BOAVENTURA, 2006, p. 62). Um outro aspecto bastante relevante é a diversidade arquitectónica que, ainda que tendo bem presente as típicas antas médias e grandes de 7 esteios, em granito, não deixa de apresentar um nutrido conjunto de monumentos diverso, menor em tamanho e em termos geológicos – igualmente extensível a áreas contíguas incluídas na mesma unidade geográfico, como Fronteira, Alter do Chão e Avis. Efectivamente, a presença de um conjunto de pequenas antas disperso pelo território torna-o particularmente interessante, em particular para o estudo deste tipo de sepulcro usualmente pensado como fortemente concentrado em regiões concretas, como Montargil, Montemor, Coruche ou Mora, e quase ausente do restante território, como acontece em Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951 a). Assim, à presença de pequenas antas como as aqui apresentadas do Lacrau 3 e 2, Enxara de Cima 1 e Rabuje 5 deve apensar-se a existência de diversas outras, por vezes bem próximas de alguns destes núcleos, como a mamoa do Belo (CNS 10900) face às primeiras, mas igualmente Enxara de Cima 2 (CNS 11372), Geodésico de Besteiros 3 (CNS 11508), face a Rabuje 5 e, mais a Sul, Montinho das Pretas (CNS 11875) ou Gafa 1 (CNS 11537).

Os sepulcros intervencionados, um há quase 15 anos, e outros mais recentemente, no âmbito do Projecto MEGAGEO, pretenderam dar continuidade, com os escassos recursos disponíveis, à investigação dos inícios do megalitismo nesta região, escolhendo antas pequenas, com acessos facilitados e proprietários favoráveis, sem esquecer o interesse científico de que se revestiam.

Os três sepulcros escavados situam-se, então, numa área central do concelho de Monforte, justamente na área de maior concentração megalítica, sem que afastarem muito de núcleos maiores, como Enxara de Cima 1 face a Vale de Romeiras, ou pertencendo a um deles, como no caso do Lacrau 3 e 2 e Rabuje 5.

3.2.1 – A anta do Lacrau 3⁵, e breve apontamento a Lacrau 2⁶

A anta do Lacrau 3 (CNS 17213) foi detectada nos finais dos anos 90 no âmbito do Projecto COMONPH por Rui Boaventura e Carla Lopes, momento em que registaram, igualmente, 3 outros sepulcros nas imediações. O sepulcro do Lacrau 1 (CNS 17212), dotado de uma destacada mamoa pétreia com mais de 2 m de altura situa-se a menos de 100 m a Norte, ficando o discreto e algo desmantelado sepulcro do Lacrau 2 (CNS 23985) apenas a 150 m a NE; também a cerca de 150 m, mas agora para SE localiza-se Lacrau 4 (CNS 17214), caracterizado igualmente por uma evidente mamoa pétreia. Este conjunto de sepulcros situa-se numa cumeada extensa e bastante aplanada de Ortognaisses graníticos e sieníticos hiperalcalinos, que configura uma paisagem bastante pedregosa, com pequenos afloramentos, onde por vezes resulta bastante complexo identificar com clareza quer pequenos sepulcros, quer mesmo pequenas estruturas tumulares.

O conjunto do Lacrau é, na acepção que Rui Boaventura lhe costumava dar (BOAVENTURA 2006), um verdadeiro *cluster*, dada a proximidade e diversidade dos diversos sepulcros sendo, pois, bastante complexo compreender este monumento sem ter em atenção os restantes, que não foram estudados da mesma forma (Fig. 31).

⁵ 39°4'36.98"N / 7°26'54.93"W (datum WGS84)

⁶ 39°4'41.25"N / 7°26'51.88"W (datum WGS84)



Fig. 31 – Vista geral, de Poente, da anta do Lacrau 3, vendo-se ao fundo a estrutura tumular do sepulcro 1, situando-se Lacrau 2 no limite do horizonte, à direita.

O sepulcro do Lacrau 3 apresentava-se, ao início dos trabalhos, como uma pequena sepultura, aparentemente fechada, com 7 esteios visíveis, algo afectada do lado Norte, com uma mamoa de cerca de 15 m de diâmetro, constituída por um acumular de blocos pétreos de pequena e média dimensão, muitos deles de quartzo, que lhe permitiam sobressair ligeiramente na paisagem aplanada. Todavia, a continuação dos trabalhos viria a revelar-nos uma realidade bem, diferente.

Os trabalhos decorreram em diversos momentos entre Novembro e Dezembro de 2013, terminando-se em inícios de Junho de 2014, tendo-se desenvolvido no âmbito do Programa MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura.

Os trabalhos iniciaram-se com a implantação de uma quadrícula de 3 m × 2 m, que abarcava toda a câmara do monumento, tendo-se posteriormente expandido mais um metro no eixo maior. Este estava orientado genericamente a 65°, acompanhando, segundo criamos, o eixo maior do monumento. Não foi realizada nem equacionada uma vala de sondagem na estrutura tumular dados os constrangimentos de tempo, contudo assumimos que seria relevante.

Se inicialmente havia a noção do monumento se encontrar em relativo bom estado de preservação, o avançar dos trabalhos vieram a revelar uma realidade muito distinta. A sequência de unidades estratigráfica desenvolvia-se com estratos muito semelhantes entre si, relativamente arenosos, com alguma argila fina, que embalavam algumas pedras soltas pequenas e médias, como [13] e [14]. Após a remoção destas ficou desde logo patente a presença de uma grande laje fracturada no interior da câmara, [16], documentando-se na área mais a Poente, junto aos esteios em posição original uma sequência de unidades, [15], [17] e [18] de terras escuras, por vezes mais avermelhadas, nas margens ou no fundo, sem que fosse clara a presença de carvões, tendo uma textura algo pastosa, que nos indicava uma forte destruição e mesmo utilização relativamente recente, alterando a perspectiva de boa preservação do monumento. Nesta fase ficou patente que, na realidade, a grande laje sub-rectangular e espessa [16] seria metade de uma tampa fracturada e caída para o interior do monumento, de que [12] seria a outra metade, ainda que caída na vertical e encostada pelo interior aos

esteios do lado Sul. Este facto impôs uma acção distinta, tendo reunido uma pequena equipa de “veteranos”⁷ nestas lides para, de modo totalmente braçal, tratarmos de remover os blocos, experienciando também as dificuldades de mover megálitos com recurso a cordas e troncos (Fig. 32).

Após a remoção de ambas metades ficou bastante claro que todo o interior deveria ter sido fortemente perturbado, com excepção de uma pequena faixa, [23], situada sob e por detrás de [12], na qual viemos a documentar o único objecto pré-histórico identificado, uma lâmina, muito semelhante à documentada na anta da Barroca, mas mais robusta, apresentando 111,5 mm × 21,5 mm × 6,3 mm, com vestígios de uso, mas não retocada. Assim, atendendo aos critérios mencionados acima, esta lâmina situa-se mais próxima do designado Grupo 2 daqueles autores (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173), contudo, o facto de haver tido tratamento térmico deve ser um indicador da sua integração no Grupo 1 (Fig. 33).

Essa destruição e remeximento ficou patente na extensa vala de destruição [26-45], marcada na base da estratigrafia. O mencionado alargamento permitiu-nos verificar que os grandes blocos [41] e [42], subjacentes a [1], se encontravam, tal como este, remobilizados dentro da grande vala de destruição, que acabou por dismantelar boa parte do sepulcro, na sua metade Nascente, impedindo uma leitura mais concreta da sua planta. Todavia, alguns considerandos são possíveis.

O sepulcro do Lacrau 3, atendendo ao que se conserva, deveria ter tido uma planta simples, em “U”, com um esteio de cabeceira pouco destacado. Os esteios, de ortognaisses locais, apresentam formas subparalelepípedicas, com cerca de um metro de altura, e largura variável, entre os 0,7 m e os 0,4 m, todos dispostos na vertical, deixando escassa margem entre eles (Figs. 34 e 35). Pelo interior, e mesmo atendendo



Fig. 32 – Vista geral dos trabalhos de remoção dos fragmentos de tampa [12] - [16], caídos no interior da câmara. Em baixo, em primeiro plano, os dois fragmentos de tampa reunidos e ao fundo a equipa de trabalho, a partir da esquerda: Rui Mataloto, José Inverno, Filipa Santos, Pedro Angeja, Rui Monge, Rui Godinho e Rui Boaventura (30 de Dezembro de 2013).

⁷ Assim, para além de um de nós (R.M.) e de Rui Boaventura, gostaríamos de realçar a presença amiga e possante de: Rui Monge, Rui Godinho, José Inverno, Pedro Angeja e Filipa Santos. Com eles partilhámos a difícil e sábia tarefa de mover megálitos de modo inteiramente braçal. Importa-nos realçar aqui o *skill* notável que Rui Boaventura já tinha nestas tarefas, como em tantas outras, gerindo a equipa com sabedoria mais que força.

às perturbações sofridas, os calços não eram evidentes, estando alguns apenas ligeiramente inseridos numa ligeira depressão escavada no solão de base, enquanto outros estavam manifestamente sobrelevados em relação a este, o que poderá indicar que a própria estrutura tumular fosse ou de construção simultânea à câmara, ou mesmo anterior à instalação de alguns esteios. De realçar ainda a tampa quebrada, de longe a peça de maiores dimensões, e certamente a mais pesada, deixando claro que mesmo estes monumentos pequenos deverão, em muitas situações, contado com pesadas pedras de cobertura. Esta era a única pedra claramente granitoide do conjunto, destacando-se também por isso. A fractura da grande laje ao meio, e o modo como acabou por se dispor indica que terá partido com o espaço da câmara vazio, provavelmente já derivado da destruição e saque bem marcada pela vala [26-45], sobre a qual a metade Norte, [16], acaba por desabar.

No geral, este sepulcro não se afasta muito de outros aqui tratados, como a anta da Barroca, construídos com lajes dispostas principalmente na vertical, com espólio simples, em ambas surge uma pequena lâmina, e estruturas tumulares destacadas, que infelizmente aqui não tivemos oportunidade de explorar.

Como já afirmámos, apenas a cerca de 150 m para nordeste localiza-se a anta do Lacrau 2. Enquanto decorriam os trabalhos, e dadas as dúvidas que se levantavam sobre a mesma, na justa medida em que à superfície surgia apenas um

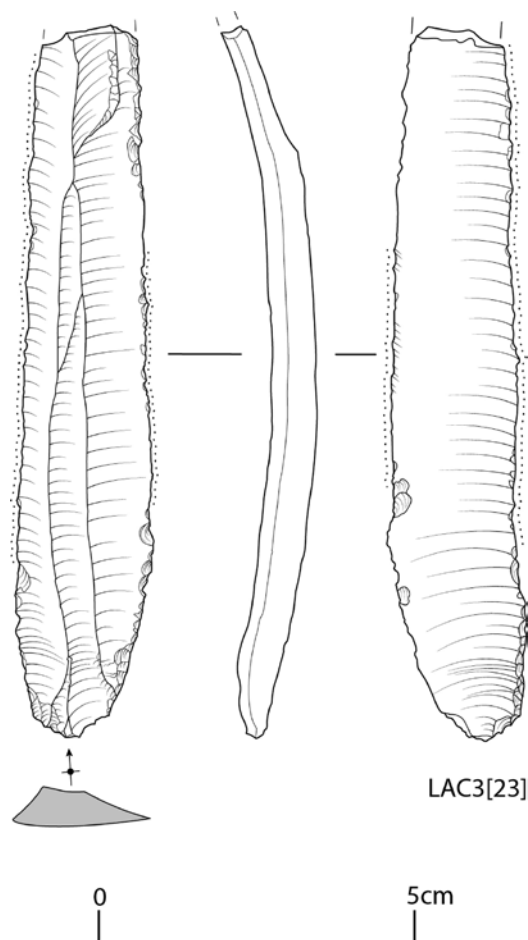
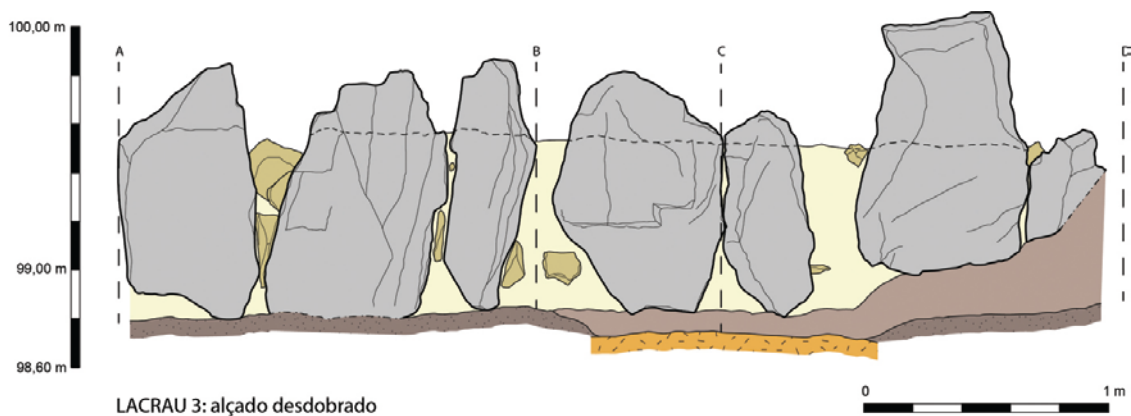


Fig. 33 – Lâmina em sílex, parcialmente retocada e com vestígios de uso, de Lacrau 3 (desenho de Diana Nukushina, a quem se agradece)



Fig. 34 – Vista geral da anta do Lacrau 3 ao início e ao final dos trabalhos.



LACRAU 3: alçado desdobrado

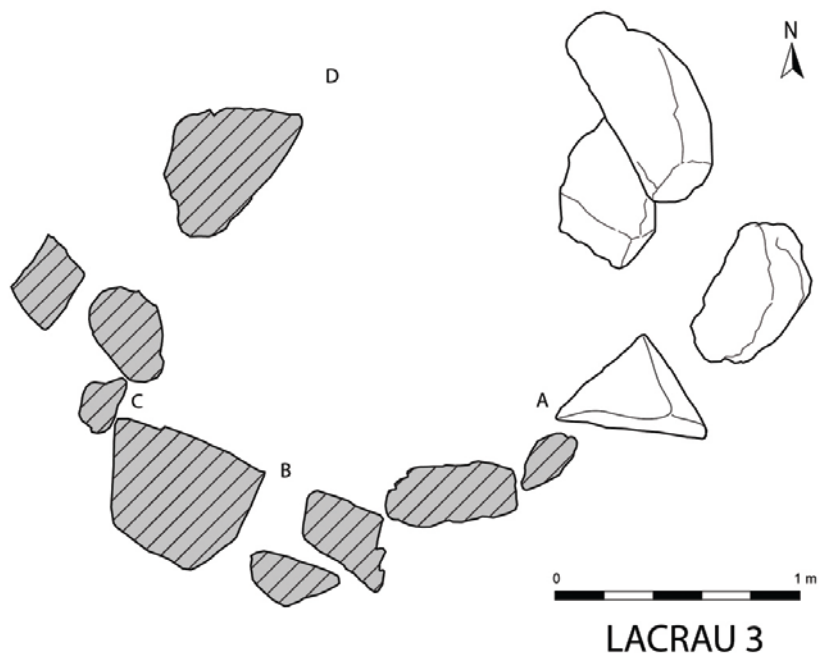


Fig. 35 – Planta e alçado da anta do Lacrau 3.

alinhamento de blocos apenas levemente desfasado em relação às linhas de afloramento, e sem que qualquer vestígio de estrutura tumular fosse visível, ao invés dos restantes do *cluster*, decidimos efectuar “*uma ligeira décapage*”, parafraseando um reconhecido arqueólogo. Assim, implantámos uma quadrícula de 3 m × 2 m, com o eixo maior concordante com o alinhamento de blocos. A escavação apenas do estrato superficial permitiu, desde logo, confirmar a presença de um sepulcro de características similares a Lacrau 3, ainda que os esteios se afigurassem de menor dimensão (Fig. 36). A identificação do esteio de cabeceira, invisível à superfície, posicionado na perpendicular do alinhamento ligeiramente arqueado que constituíam os blocos do lado Norte da câmara, não deixava qualquer dúvida, permitindo entender que deveríamos ter estado perante um sepulcro com uma planta em “ferradura” aberto a sudeste, como usual. Esperamos poder vir ainda a terminar esta intervenção, ajudando a melhor caracterizar o conjunto do Lacrau.

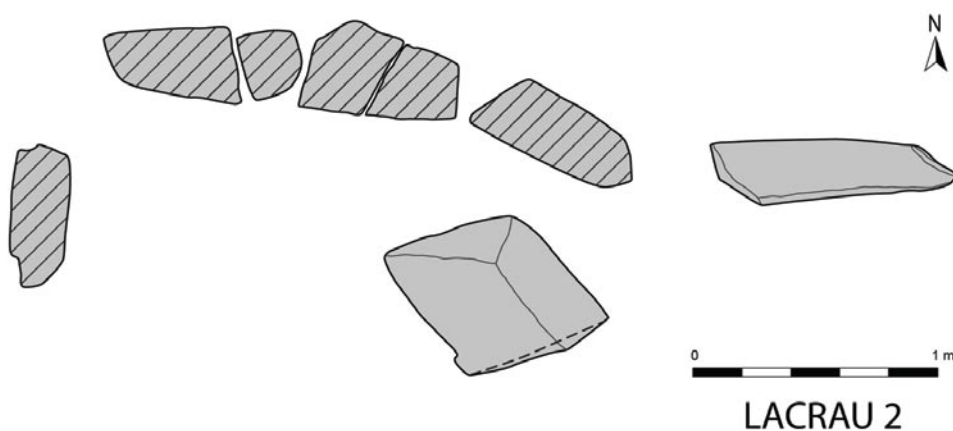


Fig. 36 – Planta e vista geral da anta do Lacrau 2.

A presença destes pequenos sepulcros contrasta claramente com o grande monumento do Lacrau 1, possivelmente mais tardio, deixando entender que mais que uma satelização do grande sepulcro, estes mais pequenos vêm claramente inaugurar uma paisagem funerária que terá o seu desenvolvimento e consolidação com a edificação da impressionante estrutura tumular daquele. Processo semelhante parece ocorrer com o conjunto de Rabuje, como foi já proposto (BOAVENTURA, 2006).

3.2.3 – A anta da Enxara de Cima 1⁸

A anta da Enxara de Cima 1 foi identificada ainda nos anos 90, no âmbito do projecto COMONPH, dirigido por Rui Boaventura e Carla Lopes. Logo nessa altura foi registado como pequeno monumento de seis esteios, e uma estrutura tumular com cerca de 10 m de diâmetro, que veio a receber o CNS 11865.

⁸39°0'38.27''N / 7°27'19.81''W (datum WGS84)



Fig. 37 – Vista geral, para Poente, a partir da anta, antes da intervenção.

No âmbito do projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura, decidiu-se intervir neste sepulcro, o que se levou a efeito entre 14 e 16 de Dezembro de 2013, com a colaboração de vários alunos, que importa reter pela exemplar prestação: Ana Olaio, Filipa Santos e Pedro Angeja.

A anta da Enxara de Cima 1 implanta-se numa linha de cumeeada suave que serve de fecho entre a ribeira de Almuro, a Sul, e a Ribeira da Leca, a Norte, que poucos quilómetros a Poente, desaguam juntas na Ribeira Grande, subsidiária da margem direita do Tejo, através do Rio Sorraia. A partir do sepulcro, a paisagem abre-se longamente, em particular para Poente, sobre a depressão onde corre a Ribeira Grande, sendo mais levemente ondulada para Nascente.

A cerca de 300 m a noroeste deste sepulcro, ao longo da linha de cumeeada, situa-se um outro, Enxara de Cima 2 (CNS 11372), igualmente de pequena dimensão, de que se divisam os topos de 6 pequenos esteios e os restos de uma estrutura tumular pétreia com cerca de 8 m de diâmetro. Alguns quilómetros mais a Sul e mais a Norte encontram-se, respectivamente, os pequenos núcleos da Carrajola e Vale Romeiras, que contemplam, já, a presença de monumentos de muito maior dimensão.

A imagem inicial de Enxara de Cima 1 era bastante desoladora, com o amontoado de pequenas pedras e dos marcos de protecção, implantados por Rui Boaventura por forma a evitar a destruição da estrutura tumular que, todavia, continuava a ser lavrada. Nesse momento, o seu achador chegou a levantar dúvidas sobre a antiguidade da mesma, contudo, os trabalhos viriam a revelar um monumento exemplar.

Após uma limpeza inicial implantou-se uma quadrícula de apenas 3 m × 2 m, sendo o eixo maior estabelecido numa linha aproximadamente orientada a 60°, que nos pareceu ser a mais favorável face ao eixo longitudinal do sepulcro, o que não veio a verificar-se. Posteriormente abrimos uma vala de sondagem com 3 m × 1 m para Norte, por forma a avaliarmos a estrutura tumular. Na área fronteira à entrada escavámos até ao substrato geológico, tal como na vala, como forma de melhor avaliarmos a construção e utilização do sepulcro.

A sequência estratigráfica, quer no interior quer no exterior do sepulcro, era muito simples e linear, composta por terras bastante arenosas, com abundante areão de granito e raras pedras locais, cuja coloração



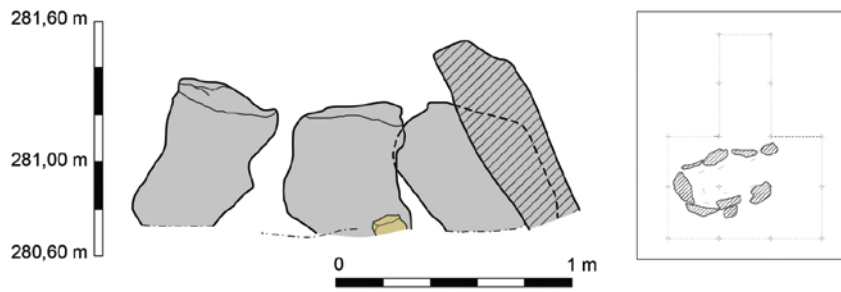
Fig. 38 – Vista geral da anta de Enxara de Cima 1 antes e no final dos trabalhos.

variava entre os tons mais alaranjados ou mais acinzentados dos amarelos. Não foi recolhido qualquer espólio, além de algumas lascas de quartzo, de trabalho bastante duvidoso, e recolhidas nas terras exteriores. Não encontramos evidências claras de violação intencional. Debrucemo-nos, então, sobre a interessante arquitectura.

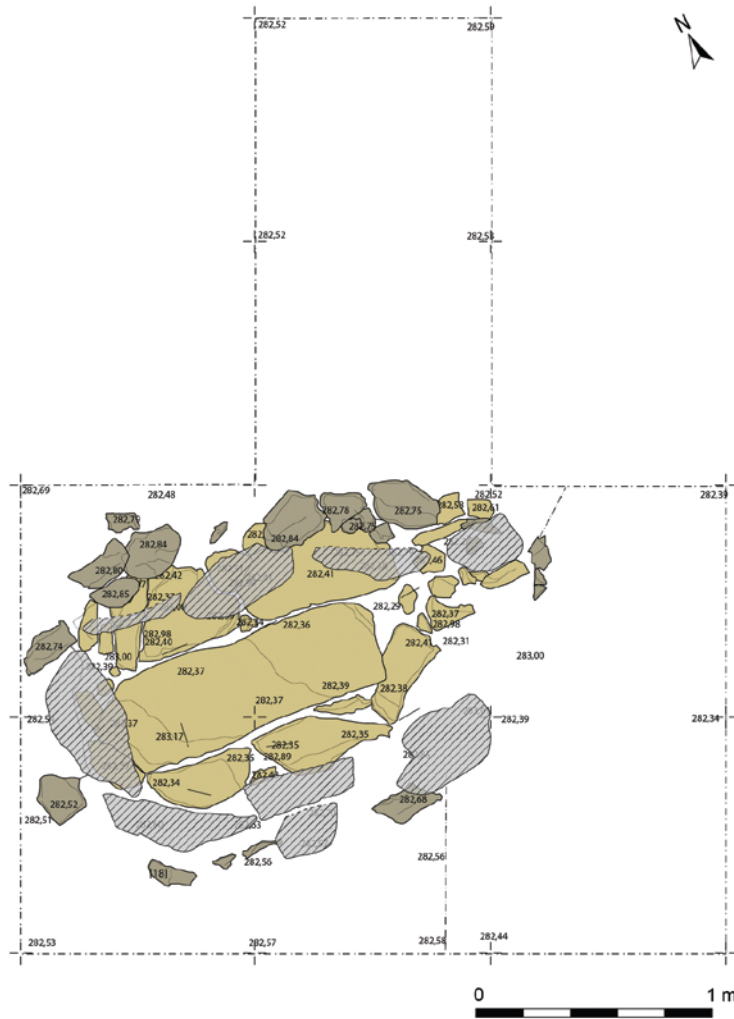
Este sepulcro encontrava-se, apesar da sua pequenez, relativamente bem conservado, à excepção de algum esteio partido *in situ*, ou algum maior, como [6], quase arrancado. O monumento estruturou-se a partir de um esteio de cabeceira, [3], de forma paralelepípedica irregular, que não se ergue mais de 0,8 m acima do pavimento da câmara. Após este parecem ter sido colocados, de cada lado, os esteios [2] e [5], em gnaisses e granito respectivamente, estando ambos bastante inclinados para o interior, devendo ser de altura sensivelmente semelhante ao de cabeceira. Estes correspondiam aos 2.º e 3.º esteio do lado Sul e Norte, respectivamente. Entre estes e a cabeceira estavam [13] a Sul e [4] a Norte, em forma de laje sub-rectangular e ambos em anfibolito. Do lado Norte, a Nascente de [5], documentou-se ainda a laje de anfibolito [12], de relativa pequena dimensão, que se encontrava fracturada.

A entrada do sepulcro encontrava-se bem marcada por dois esteios, verdadeiros pilares, de altura apenas ligeiramente menor que a cabeceira, que acabavam por constituir um verdadeiro portal, que estrangulava ligeiramente a entrada da câmara funerária, sem que se pudesse afirmar que seriam um esboço de corredor. No interior, os esteios encontravam-se bem travados por pequenos blocos, de rochas granitoides e quartzos, a modo de calços. Pelo exterior dos esteios desenvolvia-se um poderoso contraforte de blocos de pequena e média dimensão, [18] a Sul e [16] a Norte, parcialmente sobrepostos por uma terra amarela alaranjada, arenosa e compacta, que deveria ser o que restava, imperturbado, da antiga estrutura tumular.

Creemos que após a edificação do sepulcro, mas eventualmente antes da sua cobertura, instalou-se um pavimento de lajes de anfibolitos locais, relativamente regulares, centralizado por uma grande laje aplanada acompanhada de outras menores, imbricadas de modo bastante compacto, cuidadoso e nivelado, deixando curiosa reserva justamente na área do “portal”, marcando bastante bem o interior sepulcral, do espaço exterior.



ENXARA DE CIMA 1: alçado interno sul



ENXARA DE CIMA 1

Fig. 39 – Planta geral e alçado em corte do interior Sul da câmara da anta da Enxara de Cima 1.

A câmara apresentava-se assim bastante bem marcada por um pavimento muito bem construído, com 1,75 m × 1 m, surgindo-nos, então, de muito limitada dimensão, de planta em “U”, com ligeiro estrangulamento pelos elementos do portal, que se erguiam acima da altura dos próprios esteios (Fig. 39). Sendo todos eles de modesta largura, uns mais “lajiformes” e outros mais irregulares, a câmara acaba por ser delimitada por

dois esteios do lado Sul e três do lado Norte, para além da cabeceira e dos dois elementos do portal. Esta presença de blocos bem marcados na entrada, a modo de portal, tem vindo a ser documentada em outros monumentos da região, caso dos dois descritos acima, Godinhos e Chãs, mas igualmente de alguns casos “clássicos” como a anta 10 das Areias (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXXVII, III), a qual exhibe uma outra característica que começa a assumir rasgos de alguma tipicidade, dois esteios do lado Norte e apenas um do lado Sul, tal como estas últimas.



Fig. 40 – Vista geral da anta de Enxara de Cima 1 com simulação funerária com “modelo” humano de 1,55 m de altura (A. Olaió).

Como ficou patente pela “experiência” no local, este espaço dificilmente receberia dois corpos em simultâneo, sendo em boa medida “individual” (Fig. 40).

Importa referir que, apesar de carecer de análise mais afinada, ficou patente que o monumento se abria bastante para Nordeste, o que é manifestamente raro no Sudoeste peninsular (HOSKINS, 1998) onde, apesar de tudo, existem estranhos casos de orientações completamente fora da norma, como por exemplo Deserto 5 e 16, como nos menciona M. Heleno. Ainda que não exista um levantamento exaustivo sobre este tipo de sepulcros, os dados disponíveis parecem não se afastar substancialmente do reconhecido para a região nos restantes tipos de sepulcros megalíticos, de maiores dimensões (HOSKINS & CALADO, 1998, p. 79). Contudo, se atendermos a que poderíamos estar perante um momento relativamente precoce do desenvolvimento destas formas de sepulcro, a padronização dos rituais e como tal das arquitecturas e orientações não fosse ainda tão rígida.

O sepulcro da Enxara de Cima 1, apesar da sua pequena dimensão, corresponde com toda a clareza a uma pequena anta que segue os preceitos genéricos deste tipo de monumentos na região, apresentando, no entanto, um elemento claramente diferenciador como a presença de uma câmara pavimentada, de cuidada execução, vocacionada para acolher um número certamente limitado de féretros, neste caso aparentemente não acompanhados de espólio não percívél.

3.2.4 – A anta de Rabuje 5⁹

A anta de Rabuje 5 (CNS 11706) foi identificada, em meados da década de 90 do século passado, por Rui Boaventura e Carla Lopes na sequência de trabalhos de prospecção desenvolvidos no âmbito do Projecto COMONPH. Na sequência do seu achamento promoveu-se primeiro a limpeza de um forte morouço que a ocultava em grande medida, deixando perceptível apenas a estrutura tumular.

⁹ 39°5'34.83''N / 7°25'12.01''W (datum WGS84)



Fig. 41 – Em baixo, vista geral, de Sul, sobre os trabalhos na anta de Rabuje 5, observando-se a planura levemente ondulada na envolvente (foto Rui Boaventura)

Apenas em 2002 viria a ser possível a Rui Boaventura dar início à escavação deste pequeno sepulcro, o que veio a realizar em Junho desse ano e do ano seguinte. Pretendemos aqui fazer apenas uma primeira abordagem aos resultados obtidos, que infelizmente nunca chegou a publicar como desejava. Deste modo, faremos uma breve sinopse, que carecerá ainda de um trabalho mais detalhado, quando tivermos possibilidade de aceder a toda a documentação, como foi desejo expresso pelo Rui.

Ainda que a sua localização e enquadramento geológico já tenham sido objecto de estudo (BOAVENTURA, 2000; BOAVENTURA, 2006), importa aqui recordar e tecer alguns considerandos a este nível.

Como foi já sumariamente noticiado (BOAVENTURA, 2006), a anta de Rabuje 5 enquadra-se no designado *cluster* homónimo composto por sete sepulcros, conhecidos de modo bem diferenciado. Os sepulcros de Rabuje 2 a 5 situam-se numa pequena linha de cumeeada, dispondo-se em segmento de círculo cujas extremidades se afastam menos de 300 m, pelos que os quatro sepulcros se localizam a curta distância entre si. Depois, numa pequena rechã da encosta suave virada a Nascente, imediata à Ribeira de Assumar, em posição que quase nos atreveríamos a descrever como central, implanta-se a anta de Rabuje 1 (CNS 11876), de longe a mais imponente e monumental, na periferia da qual se documenta o possível sepulcro 6 (CNS 17220), apenas indiciado por ligeira estrutura tumular. Aproximadamente 100 m a Sul destas, numa dobra do terreno, mais próxima do leito da ribeira situa-se o possível sepulcro 7 (CNS 16425), marcado pela presença de apenas duas lajes cravadas e geologicamente descontextualizadas.

O designado *cluster* de Rabuje é, então, constituído por 7 sepulcros, dois com câmara de 7 esteios e corredor, anta 1 e 2, construídos essencialmente com esteios de granito e evidências de prolongamentos em xisto no início do corredor. Estes dois monumentos situam-se na extremidade Norte do conjunto, um em posição mais destacada, o 2, enquanto Rabuje 1 surge mais junto da Ribeira de Assumar, aparentemente mais discreta, mas certamente mais imponente para quem cruza aqui a linha de água ou se desloca ao longo do vale, deixando claro como o destaque nos surge com a perspectiva.

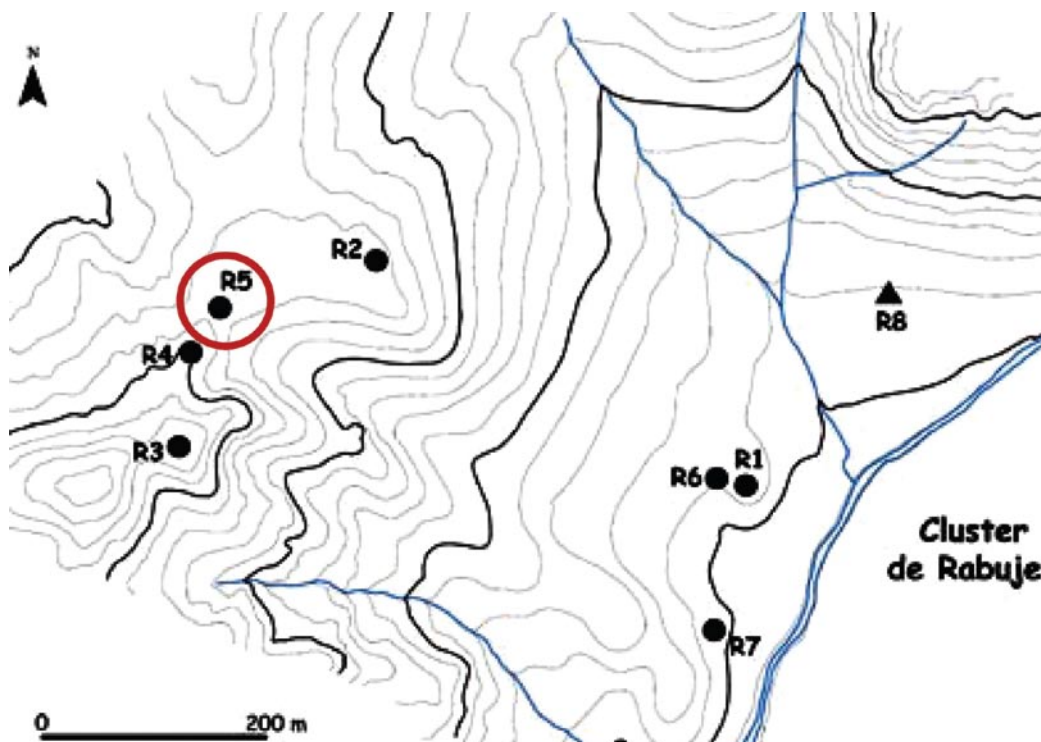


Fig. 42 – O cluster megalítico de Rabuje, com a anta 5 assinalada, segundo BOAVENTURA, 2006, p. 65.

O sepulcro de Rabuje 3 (CNS 7557) é, dos situados em posição mais elevada o que fica mais a Sul, apresentando uma pequena câmara de planta poligonal, com um esteio de cabeceira em granito e os restantes em xisto, com um curto corredor também em xisto. Este sepulcro, tal como noticiado, foi intervencionado por Rui Boaventura em 2004, tal como chegou a noticiar (BOAVENTURA, 2006), onde documentou uma câmara bastante perturbada, mas com um espólio bastante rico e diverso (placa de xisto, lâminas, ponta de lança, cerâmica, etc.). O corredor, em xisto e de planta romboide, não chegou a ser intervencionado.

A anta de Rabuje 4 (CNS 11878) situada igualmente na pequena linha de cumeada, entre o sepulcro 3 e o 5, apresenta uma câmara de 7 esteios e corredor, sendo o de cabeceira em xisto, enquanto os restantes da câmara são em granito, passando os do corredor de novo a xisto. A estrutura tumular encontra-se ainda razoavelmente bem conservada.

Os sepulcros de Rabuje 6 e 7 seriam de pequena dimensão, que fariam uso de lajes de xisto na sua construção, apesar de ainda não ser possível vislumbrar integralmente as suas plantas. Como já se afirmou, o aspecto mais interessante do primeiro destes é a sua grande proximidade a sepulcro maior, Rabuje 1.

A anta de Rabuje 5, do conjunto apresentado, foi a única extensamente intervencionada apenas por Rui Boaventura, de que nos deixou ainda testemunho, infelizmente parcelar (BOAVENTURA, 2006)¹⁰ e

¹⁰Da intervenção desta anta deixou-nos o Rui Boaventura dois relatórios, referentes às duas campanhas, nos quais ficam bem patentes quer as estratégias, quer os dados, questões e preocupações que envolveram toda a intervenção. Muito agradecemos a Filipa Bragança e à DGPC as facilidades concedidas no acesso aos mesmos, que muito ajudaram a completar a informação de que já dispúnhamos. Todas as observações aqui tecidas se baseiam nos dados obtidos e disponibilizados pelo Rui Boaventura, constantes nas plantas e relatórios. Contudo, o texto, perspectivas e leituras são unicamente nossas, sabendo que, como ainda planeámos, a sua publicação com o Rui assumiria, certamente, outros contornos.

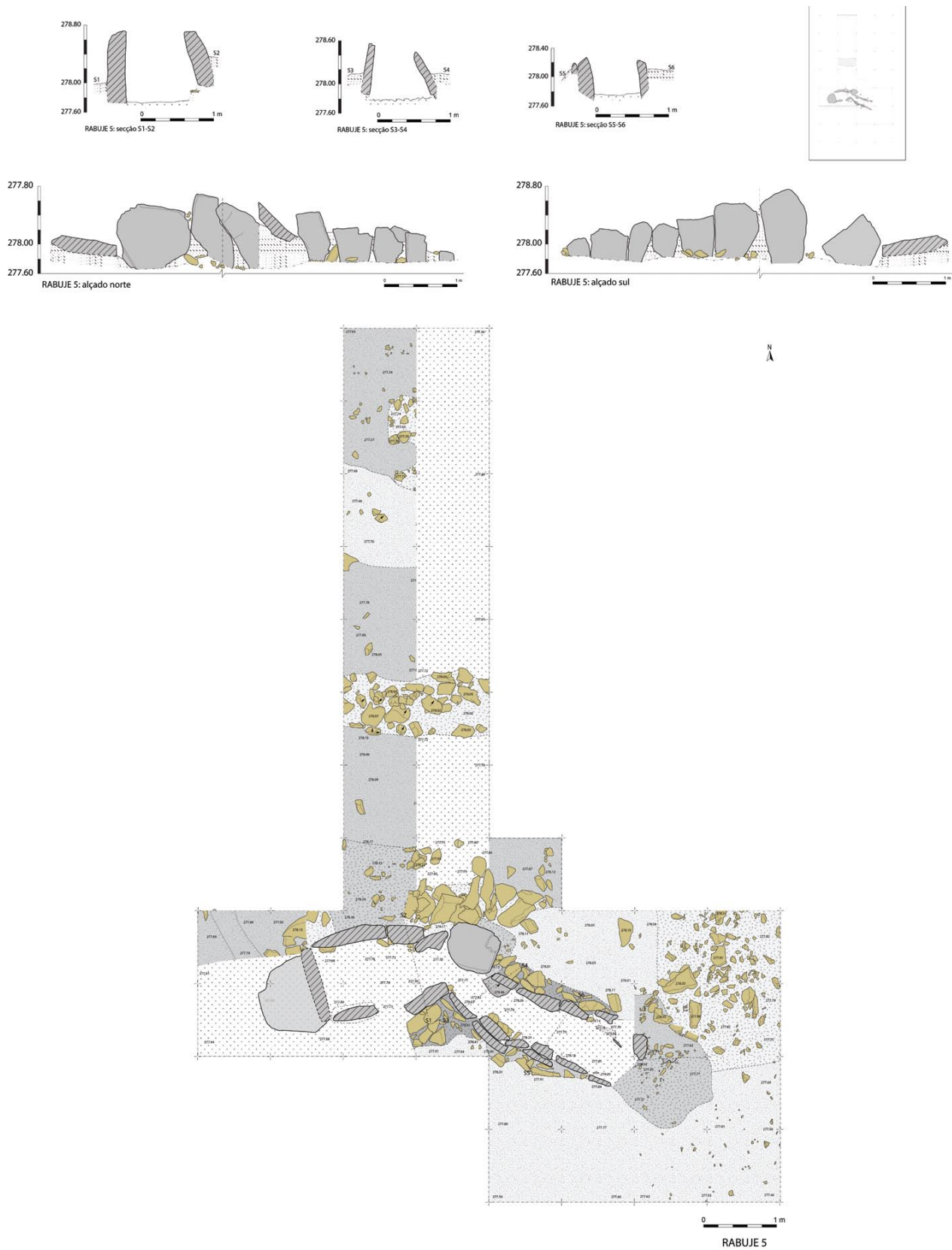


Fig. 43 – Planta, alçados e cortes da anta de Rabuje 5, segundo registo de Rui Boaventura.

que, por se tratar de uma pequena anta, analisaremos aqui de modo mais alongado, ficando para outra oportunidade uma apresentação circunstanciada dos dados, como foi sempre desejo do Rui.

Os trabalhos centraram-se na escavação da câmara do sepulcro, do seu corredor e área fronteira, para além de uma extensa vala de caracterização da estrutura tumular. Para tal abriu-se, em várias fases, uma área em T, centrada na câmara, e que se alargava na área do corredor, a Nascente. A vala de Sondagem Norte-Sul, com 8 m de extensão, partia do lado Norte da câmara, inicialmente com 2 m de largura, que posteriormente se reduziu a um em profundidade.



Fig. 44 – Vista geral, de Sul, da anta de Rabuje 5 (foto de Rui Boaventura).

Na área fronteira ao corredor procedeu-se ao alargamento da intervenção, por forma a melhor compreender essa área, a qual mostrou alguma complexidade.

A câmara surgia como uma estrutura simples, que poderíamos designar “em ferradura”, mais do que de forma “cistoide”, na esteira de V. Correia (1921), composta por seis esteios em xisto, de pequena dimensão, sub-rectangulares ou subquadrangulares, angulosos, com cerca de 1 m de altura, e entre 0,5 m / 0,6 m de largura, atingindo pontualmente maior largura, quer na cabeceira, [6], quer no lado Norte, [7]. Com excepção do esteio de cabeceira, claramente derrubado para o exterior, mas com a base *in situ*, os restantes da câmara encontravam-se ainda fincados mantendo, aparentemente, a altimetria original, à excepção de [12], junto à cabeceira do lado Sul, que estava claramente truncado e inclinado para o exterior. Entre este e [11], primeiro esteio da câmara do mesmo lado, poderá ter existido um outro esteio menor, arrancado, ou simplesmente parte de [12], truncado, deixando uma interrupção na estrutura. Tal como R. Boaventura ainda assinalou (BOAVENTURA, 2006), o mais provável é que tivesse existido mesmo outro esteio, atendendo aos escassos indícios, caso de pequenos calços, estando na área nordeste da estrutura tumular um bloco que apresentava as características ótimas para o fazer. Na realidade, a truncagem de [12] poderia ter sido antecedida do arranque deste.

A câmara apresenta, assim, 1,7 m de eixo longitudinal e 0,95 m de eixo transversal, assumindo uma dimensão bastante modesta, acompanhando outros casos já aqui apresentados, de que se aproxima bastante em termos arquitectónicos. A orientação do eixo maior da câmara, estabelecido, tal como nos restantes sepulcros, pelo centro do esteio de cabeceira e o centro da abertura, neste caso para o corredor, aponta genericamente para os 83°, acompanhando a tendência geral dos monumentos mais pequenos (HOSKINS & CALADO, 1998, p. 79). Contudo, a peculiaridade deste sepulcro é o facto do eixo do corredor estabelecer com o eixo da câmara um ângulo bastante obtuso, para Sul, correspondendo o alinhamento genérico do eixo do corredor em torno dos 115°, muito aproximado, então, do Solstício de Inverno, e não se afastando da orientação de muitos dos sepulcros conhecidos na região (HOSKINS & CALADO, 1998).

O corredor, com cerca de 3 m de comprimento, é construído em pequenas lajes de xisto, seis de cada lado, por vezes reforçadas com outras semelhantes fincadas pelo exterior ([18] e [22]), apresentando uma

altura crescente do exterior para o interior, iniciando-se com cerca de 0,25 m atingindo depois 0,75 m junto do acesso à câmara. Este facto deixa entender que a sua existência dificilmente terá sido estritamente funcional, podendo desenvolver um sentido essencialmente simbólico. Como Rui Boaventura propôs nos relatórios, este poderia ser apenas um corredor intratumular, sem que tenha alguma vez sido coberto, algo de que não somos totalmente seguros. Este tipo de corredor sem possibilidade de utilização é relativamente frequente, especialmente em pequenos sepulcros de xisto (CALADO, 2003, p. 362), tendo sido proposto que poderiam resultar de um sentido mimético tardio face aos grandes monumentos dotados de corredores funcionais (BUENO RAMÍREZ, 1994). Contudo, e atendendo ao caso concreto de Rabuje 5, em Monforte, mas também da anta 1 do Lucas (Alandroal) (CALADO, 1994), os indícios de alguma antiguidade dos espólios, e no primeiro caso da datação obtida, permitem questionar esta perspectiva, autorizando inverter a argumentação, assinalando essencialmente o seu sentido simbólico (CALADO, 2003, p. 362), pois a entrada das pequenas antas sem corredor é, em si, muitas das vezes também simbólica, impondo acessos superiores.

Efectivamente, os escassos indícios recolhidos sobre a eventual adição do corredor num segundo momento de construção parecem favorecer esta perspectiva da adição simbólica deste, deixando o esteio [10], na transição da câmara para o corredor, numa posição de facilitar o acesso directo ao interior da câmara. Como Rui Boaventura bem notou, este esteio, o único claramente inclinado para o interior do sepulcro, tinha uma base de assentamento bastante frágil, e sobrelevada em relação à própria câmara, deixando a noção da necessidade da sua mobilização, o que mais tarde imporia o seu colapso. Este elemento é claramente chave no processo de entendimento da construção da estrutura do sepulcro, ficando bem patente como se destaca, pela sua dimensão, do esteio utilizado no lado Sul para o início do corredor. A possível adição do corredor, e em particular do esteio [10], parece ter implicado um verdadeiro reforço da estrutura pelo lado Norte, surgindo assim, no momento em que o corredor foi adicionado, o contraforte [55], o qual não tinha paralelo do lado Sul, muito possivelmente porque a estrutura não estaria tão exposta pela necessidade de aceder, por esse lado, ao interior da câmara. Assim, ainda que [55] tivesse sido adicionado num momento posterior a [10], deixava uma margem para manobrar este, não estando claramente encostado a ele.

Se a putativa cobertura do corredor não tem qualquer indício, já para a câmara, o bloco documentado imediatamente a nordeste desta parece apresentar características óptimas para cumprir essa função. A estrutura tumular que teria coberto todo o conjunto arquitectónico encontrava-se desigualmente preservada, estando nos lados Sul e Oeste quase desaparecida. Pelo lado Norte e Este a mesma encontrava-se bastante melhor preservada, retendo ainda uma importante componente pétreo. Cremos que esta teria uma extensão, pelo menos preservada, de cinco metros de raio a partir da câmara, sendo composta por uma primeira camada de terra, arenosa e compacta, [38] e [39], sendo posteriormente sobreposta por um anel pétreo, [37], a cerca de 3 m da câmara, com um metro de largura e composto por lajes e blocos de pequena e média dimensão, dispostos na horizontal. Na área Este, lateral Norte da entrada do corredor surgia [32], a qual poderia, de algum modo, mas sem a mesma clareza estrutural, a continuidade de [37]. Estas estruturas poderiam resultar dum reforço da estrutura tumular pelo lado Norte, no momento em que se tivesse acrescentado o corredor, caso [32] e [37] fossem a mesma estrutura, ou então, como acontece na anta dos Godinhos, como se viu acima, fazerem desde logo parte de uma componente estrutural/simbólica do monumento inicial, procurando realçar



Fig. 45 – Proposta evolutiva, em duas fases, da arquitectura da anta de Rabuje 5.

a estrutura tumular. A não existência no lado Sul pode derivar, como já se apontou, de uma mais severa acção erosiva ou, então, de nunca ter existido, como se pode supor pela total ausência a Sul de uma estrutura de contraforte semelhante a [55], que cremos dificilmente desapareceria por si só devido a elementos erosivos.

Em modo de síntese, temos um sepulcro com uma pequena câmara em forma de “ferradura”, muito semelhante a outras das pequenas antas aqui apresentadas, à qual parece ter sido adicionado, num segundo momento, aparentemente não muito posterior, como veremos, um corredor relativamente longo (3 m) eminentemente simbólico, com uma orientação bastante sugestiva que se aproxima do solstício de Inverno.

Em termos estratigráficos o interior do sepulcro, quer no corredor quer na câmara, surgia-nos relativamente simples, sendo desde logo claro o elevado remeximento ocorrido na câmara, ao invés do ocorrido no corredor. Na câmara documentaram-se as unidades [2], [35] e [46], sendo a primeira claramente resultado de perturbações recentes que introduziram materiais em momento antigo, e possivelmente também contemporâneos, caso de um possível elemento de xorca e um botão, aparentemente ambos em cobre/bronze (BOAVENTURA & MATALOTO, 2011, p. 128). Além destes recolheu-se igualmente um trapézio. A unidade seguinte, [35], estaria aparentemente preservada, conservando a presença de três geométricos, dois trapézios e um crescente, este em xisto silicatado, dois junto à entrada da câmara e outro mais afastado para o interior, junto à base do esteio de cabeceira [6]. A unidade [46] correspondia, basicamente, já à desagregação do próprio substrato, com abundante presença de abundante cascalho grosseiro de quartzo resultante da desagregação dos filões de base.

Para além dos geométricos e elementos metálicos surgiam, tal como um pouco por todo o monumento, lascas de quartzo provavelmente resultantes de uma debitação expedida ditada ao longo da construção do próprio sepulcro. Estas carecem ainda de uma avaliação mais detalhada. Surgiu apenas um fragmento de cerâmica de pequena dimensão e bastante incaracterístico, que aparenta não resultar de actividades de deposição intencionais.

No corredor a estratigrafia resumia-se, essencialmente, às unidades [3], [40] e [41] concentrando-se os materiais votivos, como usual, junto das laterais e especialmente nas proximidades da entrada. Todavia, esta concentração junto à entrada resumia-se a cinco geométricos e uma lamela em quartzo hialino, correspondendo aqueles a 4 trapézios em sílex e um crescente em xisto silicatado (Fig. 46). Um dos trapézios apresenta truncaturas muito oblíquas, quase podendo integrar-se nos triângulos.

Documentaram-se ainda frequentes lascas e núcleos pouco característicos de quartzo, além de algumas lamelas de quartzo hialino. A estas há que juntar uma ponta de projectil em quartzo, as quais se encontram ainda muito mal caracterizadas. Esta, de forma subtrapezoidal, apresenta-se trabalhada apenas no seu lado distal esquerdo. Foram também documentadas pequenas lascas de sílex e um núcleo pequeno.

A cerâmica é sempre de muito pequena dimensão, incaracterística, ainda que de provável produção manual, surgindo bastante dispersa, quer na área da estrutura central, quer depois já fora da área tumular.

A pedra polida foi recolhida apenas no exterior da área sepulcral, principalmente na extremidade da área tumular, devendo resultar ou de deposições intencionais, ou de eventuais remobilizações posteriores (Fig. 47). Estes correspondiam a duas enxós, de secção ovalada, apenas com a área do gume bem polida, e a um machado, de secção elíptica achatada, igualmente polido apenas no gume.

Como já sugerido por Rui Boaventura (2006, p. 67) este conjunto artefactual apresenta características arcaicas, o que a obtenção de uma datação sobre carvões de *Arbutus unedo* L. (medronheiro – R5 (02)33-U33¹¹)

¹¹ Rabuje 5 (Beta-191133: 4650 ± 50 BP) *cal BCE* 1σ (68,2%) 3500-3360; *cal BCE* 2σ (95,4%) 3620-3330 (BOAVENTURA, 2009, p. 349); *cal BCE* 1σ (68,2%) 3514-3364; *cal BCE* 2σ (95,4%) 3630-3345. Estas e todas as datações citadas foram recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

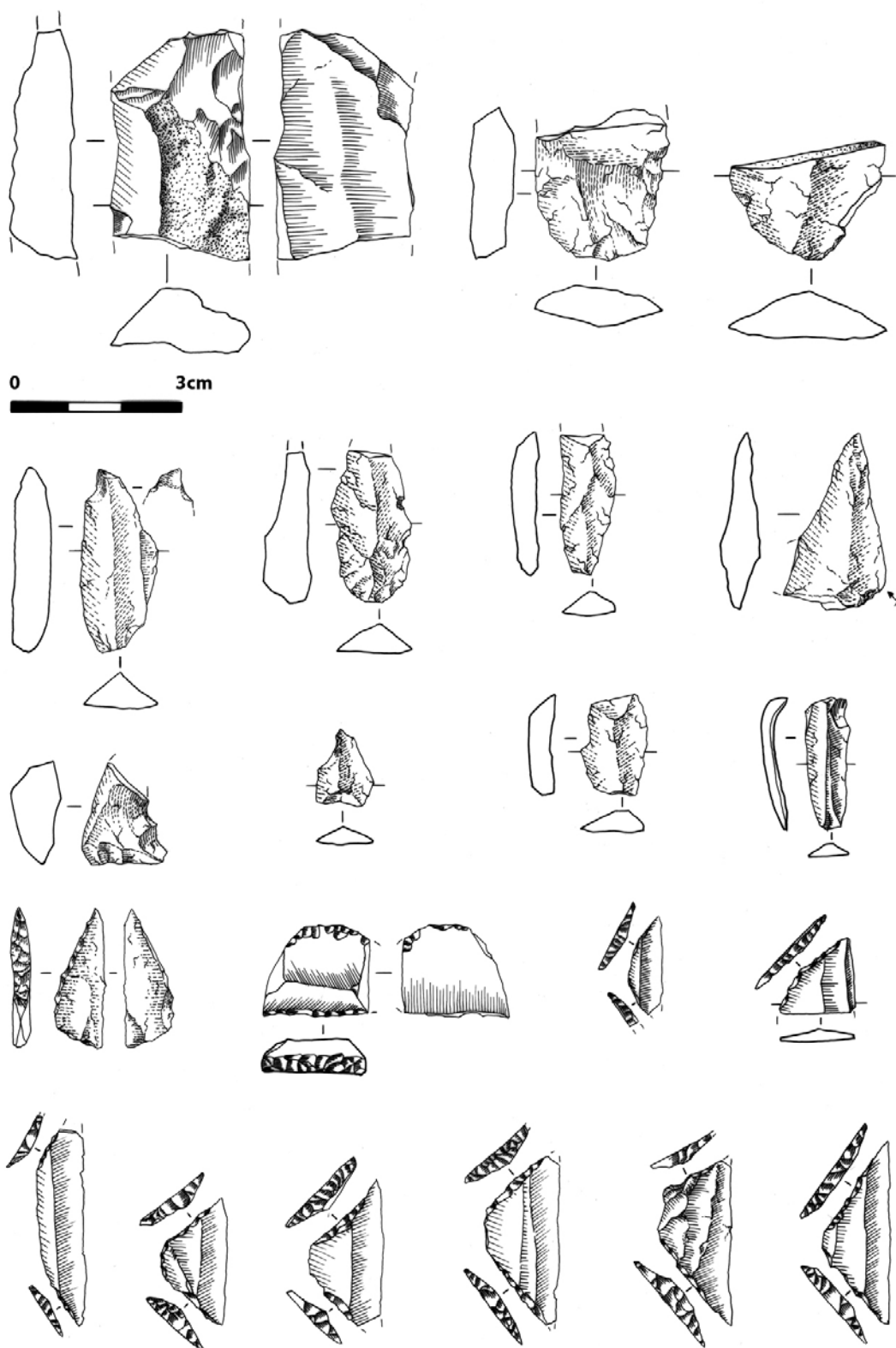


Fig. 46 - Conjunto de espólio lítico talhado da anta de Rabuje 5.

vem, de alguma forma, reforçar (BOAVENTURA, 2006, p. 67). O carvão datado provém da unidade [33], junto da base do esteio [10], que tombou sobre ela, provavelmente ajudando à preservação do elemento vegetal. Ainda que seja obtida sobre um carvão, que pode ou não ser de vida curta, não deixa de ser concordante com outras datações obtidas em pequenas antas (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 91), com arquitecturas e espólios semelhantes, como se verá.

A região de Monforte, tal como já assinalado acima para a aba Sul da Serra d'Ossa, não apenas participou deste processo de fundação de uma paisagem funerária megalítica (Fig. 48), como também nos apresenta um contexto particularmente diverso e rico onde, ao invés desta última, os pequenos sepulcros não surgem isolados, ou em aglomerações pequenas, afastadas dos principais núcleos, ou *clusters*, megalíticos. Em Monforte, as pequenas antas

fundam ou acompanham de perto uma verdadeira estruturação funerária da Paisagem onde se aglomeram, a espaços, sepulcros com dimensão arquitectónica e diacrónica distinta, criando verdadeiros *axis Mundi* ao longo de toda a cronologia megalítica, gerando verdadeiros *case study* que Rui Boaventura bem soube identificar mas que, infelizmente, não teve tempo de estudar a fundo.

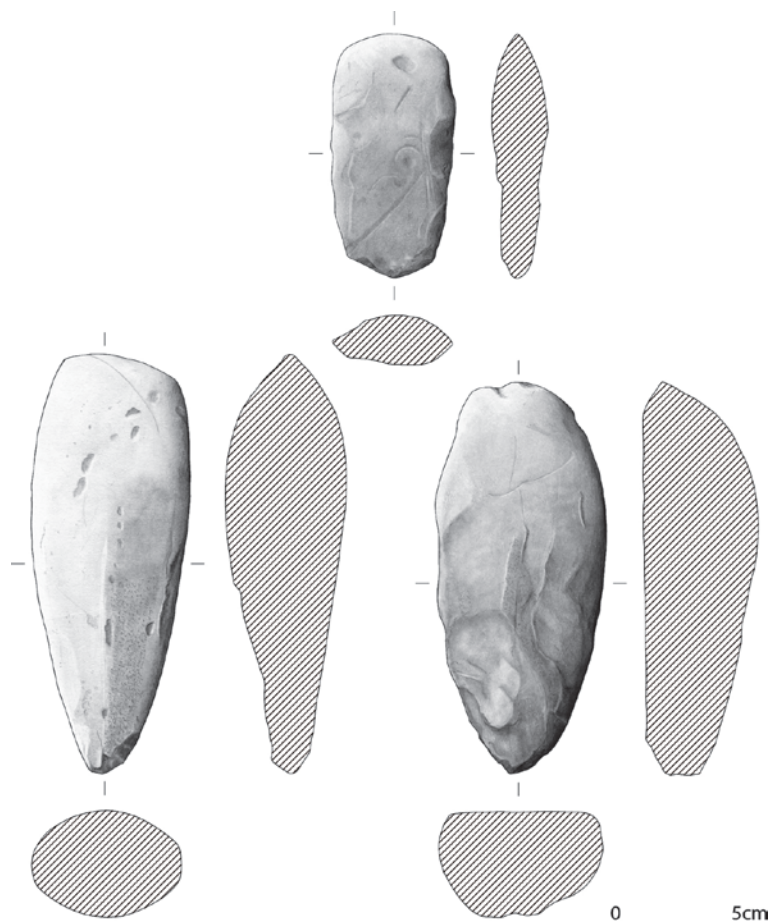


Fig. 47 - Conjunto de espólio lítico polido da anta de Rabuje 5.

4 - A BELEZA DAS PEQUENAS COISAS... ESPÓLIOS FUNERÁRIOS

É reconhecido que, no contexto do fenómeno megalítico do Sudoeste peninsular, é possível definir duas crono-culturas genéricas, caracterizadas por associações específicas de artefactos votivos (*cf.* BOAVENTURA & MATALOTO, 2013). Obviamente que estas associações não são estanques, havendo elementos que se imiscuem entre conjuntos - sendo contudo possível individualizar as suas características gerais.

Um primeiro conjunto caracteriza-se pelo tríptico: artefactos de pedra polida, pequenas lâminas ou lamelas não retocadas e armaduras geométricas, sendo rara a inclusão de recipientes cerâmicos nos mobiliários votivos. A sua presença regista-se essencialmente em pequenas antas de câmara subelíptica, subrectangular, ou alongada, mas também em monumentos de corredor curto, com cronologias enquadráveis em boa parte do IV milénio a.n.e. Estes mesmos conjuntos estão igualmente bem documentados em grutas naturais e grutas artificiais crono-culturalmente coevas.

Um segundo conjunto inclui já a introdução de outros itens votivos, como as placas de xisto gravadas, as pontas bifaciais (pontas de seta e dardo, punhais, alabardas), as grandes lâminas retocadas e os recipientes cerâmicos (por vezes em grande número e variedade de formas), presentes em monumentos megalíticos de média/grande dimensão e monumentos de falsa cúpula, atribuíveis já a finais do IV milénio a.n.e. e primeira metade do seguinte.

Como dito, nos conjuntos associáveis ao primeiro momento, os recipientes cerâmicos são raros, sendo a sua presença talvez já o indício, e o início, do processo de diversificação dos conjuntos votivos, mas que devemos ainda manter no mesmo patamar ritual e ideológico daqueles que caracterizam as fases iniciais do Megalitismo no Sudoeste peninsular. A sua inclusão nos conjuntos votivos, como registado nos Godinhos, Hortinha 1 ou em alguns dos monumentos do Deserto, acrescentando-se a um conjunto ritual

“original” composto pelo tríptico acima descrito, poder-se-á assumir como “evolução natural” dos gestos funerários, equiparando as pequenas antas de câmara simples aos primeiros monumentos de corredor curto, como Poço da Gateira 1 – talvez já no último terço do IV milénio a.n.e. (Fig. 49).

Os recipientes cerâmicos referem-se genericamente a formas simples, derivadas da esfera, sem claros elementos distintivos – salientando-se apenas a presença ocasional de recipientes com superfícies almagradas. A sua inclusão num pacote votivo individual (lido em termos de inumações específicas) é precisamente evidenciada no referido monumento de Poço da Gateira 1 (cf. LEISNER & LEISNER, 1951 a), surgindo como parte do conjunto votivo destinado a um único inumado espacialmente associados aos restantes elementos (artefactos de pedra polida, lâminas, geométricos).

Outros elementos de destaque nestes conjuntos são os vasos de boca elíptica, presentes em pequenos sepulcros como Deserto 7 ou Lobeira de Cima 1, assim como em grutas naturais com utilizações funerárias coevas, como na Lapa dos Namorados (cf. CARVALHO *et al.*, 2000) ou no Escoural, onde se encontram bem representados (cf. ARAÚJO & LEJEUNE, 1995). Contudo, este tipo de vasos não poderá ser assumido como

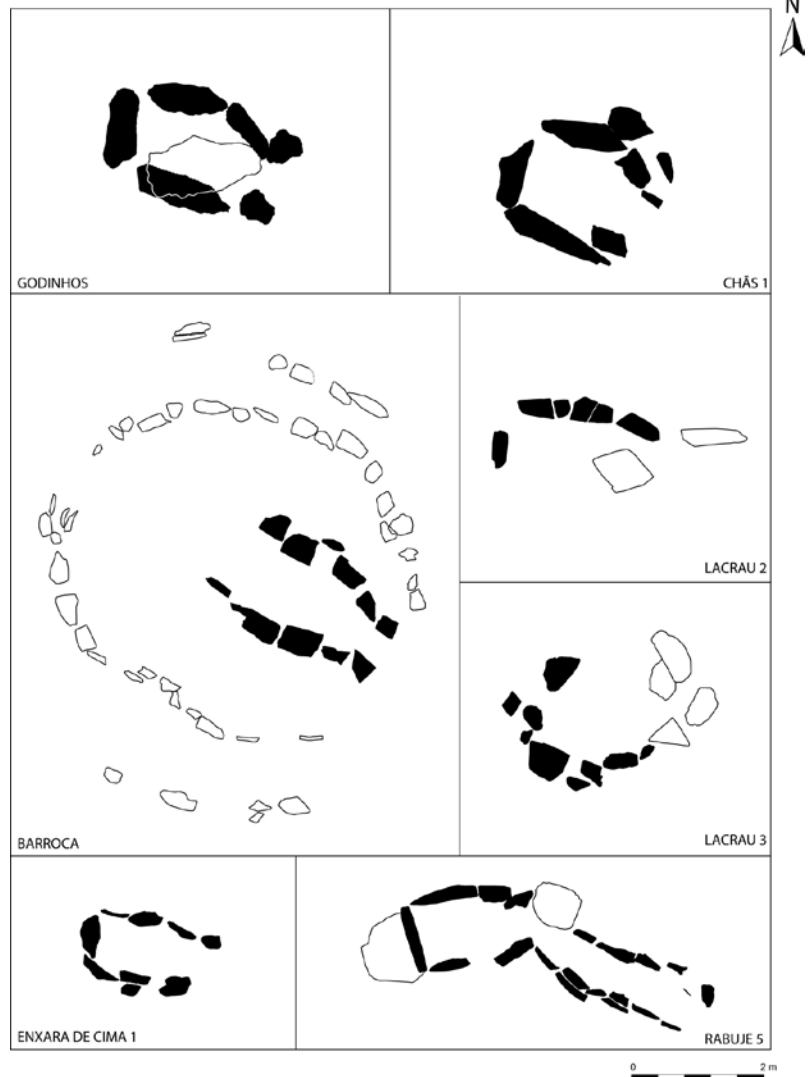


Fig. 48 – Planas dos sepulcros da aba Sul da Serra d'Ossa e de Monforte aqui apresentados.

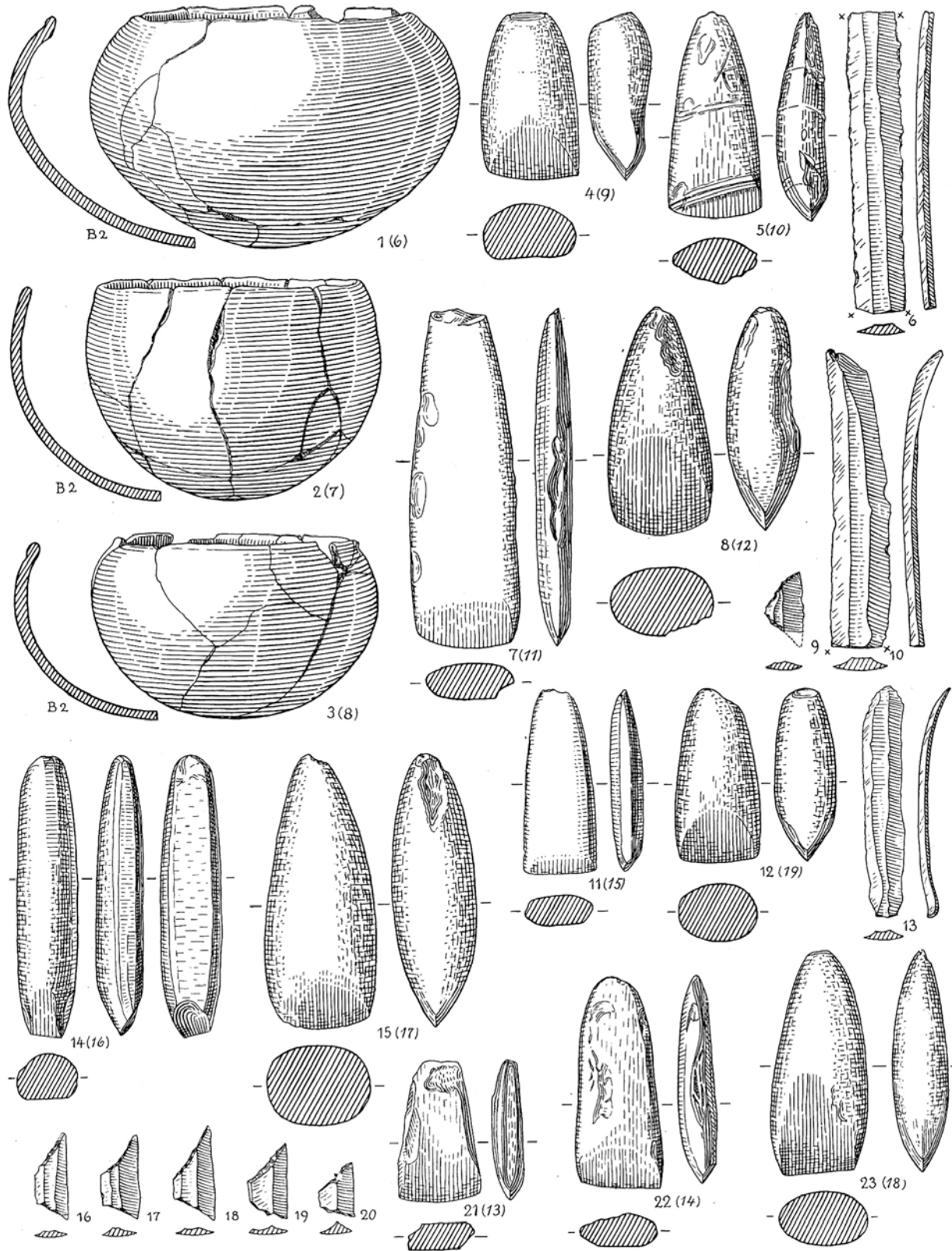


Fig. 49 – Exemplo de um conjunto votivo típico da segunda metade do IV milênio a.n.e., já com a inclusão de recipientes cerâmicos: amostra do espólio recolhido no monumento de orredor curto de Poço da Gateira 1 (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. III).

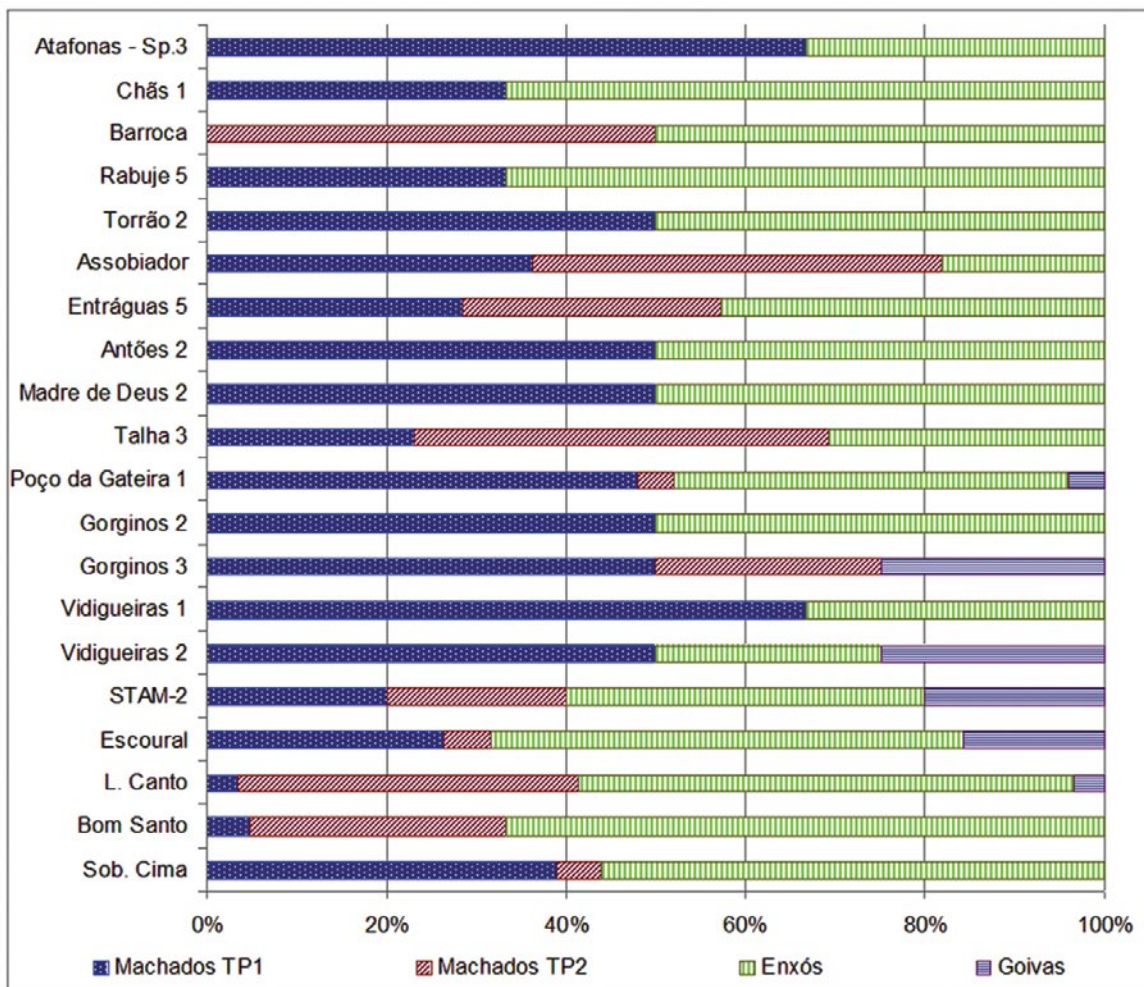


Fig. 50 – Relação percentual dos artefactos de pedra polida presentes em contextos funerários genericamente do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (Chãs 1, Rabuje 5, Torrão 2, Antões 2), pequenas antas de câmara simples alongada (Madre de Deus 2, Barroca, Assobiador, Entreáguas 5, Talha 3), pequenos monumentos de corredor curto (Poço da Gateira 1, Gorginos 2, Gorginos 3, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2), grutas naturais (Escoural, Lugar do Canto, Bom Santo) e grutas artificiais (Sobreira de Cima).

indicador crono-cultural fiável, registando-se igualmente a sua presença em contextos mais tardios, como nas antas da Ordem 1, Moita 1 e Tapadão da Relva, no *tholos* da Praia das Maças, na gruta artificial das Lapas ou nas grutas de Salve Rainha e Lapa da Galinha (embora para esta última se possam sugerir, pela avaliação de alguns elementos mais típicos, utilizações anteriores ao III milénio a.n.e.).

Nos casos aqui apresentados, como vimos acima, apenas no monumento dos Godinhos se registou a presença de recipientes cerâmicos, referindo-se a duas pequenas taças em calote simples identificadas na base do monumento – tendo sido sugerido que, tendo em conta a escassa representatividade destes elementos em monumentos congêneres, poderiam corresponder a uma fase tardia de utilização das pequenas antas de câmara simples, equiparável já a uma fase inicial dos pequenos monumentos de corredor, num momento avançado do IV milénio a.n.e. (*cf.* acima ponto 3.1.1; *cf.* também MATALOTO *et al.*, 2015).

Em relação aos artefactos de pedra polida, estes repartem-se entre machados, enxós e, em número minoritário, goivas – reconhecidos em qualquer um dos tipos de sepulcros funerários construídos e utilizados durante o IV milénio a.n.e. (Fig. 50).

Destaca-se, no primeiro tipo de artefactos, o caso dos machados de secção subcircular a subelíptica e corpo picotado (aqui designados como de Tipo 1), tradicionalmente assumidos como representativos de uma etapa inicial do Megalitismo (e, em termos gerais, do Neolítico), em oposição aos seus congéneres mais recentes de secção subquadrangular a subrectangular (aqui designados como de Tipo 2). Este enquadramento cronológico, assim como papel destes elementos na aferição crono-cultural dos monumentos megalíticos, foi particularmente evidenciado por Manuel Heleno, com a referência constante a “*machados redondos*” em monumentos “primitivos”, posição que posteriormente veio a matizar (ROCHA, 2005, p. 104) e por Georg e Vera Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951 a; LEISNER, 1966 e 1983) – assumindo-os precisamente como indicativos de uma etapa cronológica específica.

No entanto, apesar de este tipo de machados ser mais frequente, não é exclusivo, registando-se com frequência a sua coexistência com elementos usualmente considerados mais recentes, como o são os machados de secção subquadrangular a subrectangular. Este facto é particularmente evidente em três casos específicos, em que os artefactos de pedra polida, ascendendo a cerca de uma dezena de exemplares, permitem tratamento estatístico. Com efeito, nos monumentos de Entráguas 5, Assobiador e Talha 3, os machados de Tipo 1 coexistem em percentagens sensivelmente idênticas com os machados de Tipo 2, não se registando claros indicadores para a sua distinção cronológica (Figs. 51 e 52). O mesmo se parece reflectir no conjunto dos monumentos do Deserto, em que machados de Tipo 1 e de Tipo 2 se repartem, no cômputo geral dos monumentos analisados, em valores percentuais sensivelmente idênticos (GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

Por seu lado, e a título comparativo, a sua presença em pequenos monumentos de corredor curto é variável. Os machados de Tipo 2 estão completamente ausentes em monumentos como Gorginos 2, Vidigueiras 1 e 2, sendo minoritários no Paço da Gateira 1 e bem representados em Gorginos 3 e Santa Margarida 2 (LEISNER & LEISNER, 1951 a; GONÇALVES, 2001). Em contextos coevos de gruta artificial, os machados de Tipo 1 são dominantes, como se evidencia no conjunto dos sepulcros 1 e 5 da Sobreira de Cima (VALERA & CABAÇO, 2013).

Nas grutas naturais da Estremadura, com contextos crono-culturais semelhantes aos dos pequenos monumentos megalíticos (como Lugar do Canto e Bom Santo), nota-se uma clara incidência dos machados de Tipo 2. Este facto é explicado por questões possivelmente técnicas, em que uma menor disponibilidade da matéria-prima necessária à produção de machados (neste caso, o anfibolito) conduz a um melhor aproveitamento das clivagens naturais da rocha, resultando em superfícies aplanadas e conseqüentemente em secções mais rectilíneas, de tendência subquadrangular ou subrectangular (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARDOSO, 2014). Esta hipótese poderá encontrar fundamento no caso da gruta do Escoural ou nos sepulcros da Sobreira de Cima, registando-se em ambos casos uma clara maioria de machados de Tipo 1 associados à disponibilidade local de matéria-prima.

Tratam-se de peças fabricadas exclusivamente em anfibolito (ou seus derivados), normalmente de pequena ou média dimensão, com comprimentos dispostos entre 10 cm e 15 cm, com alguns exemplares com dimensões dispostas abaixo do valor inferior e outros raramente ultrapassando valor superior – opondo-se assim aos exemplares normalmente mais robustos registados em sepulcros mais tardios.

O “valor cronológico” dos machados de Tipo 1 é igualmente posto em causa quando se regista em antas “evoluídas”, associados a espólio mais diversificado, usualmente mais tardio, como documentado em vários exemplos da área alentejana – como Farisoa 1, Olival da Pega 1, Coureiros 4, São Lourenço 1, Horta Velha do Reguengo, Capela, Casa Branca 2 ou “Anta Grande” da Comenda da Igreja (LEISNER & LEISNER, 1951 a e 1959) – sendo de referir igualmente o caso dos exemplares de grande dimensão recolhidos nos monumentos das Romeiras, “Anta Grande” da Ordem, Cavaleiros 1 e Cabeças (LEISNER & LEISNER, 1951 b, 1953 e 1959;

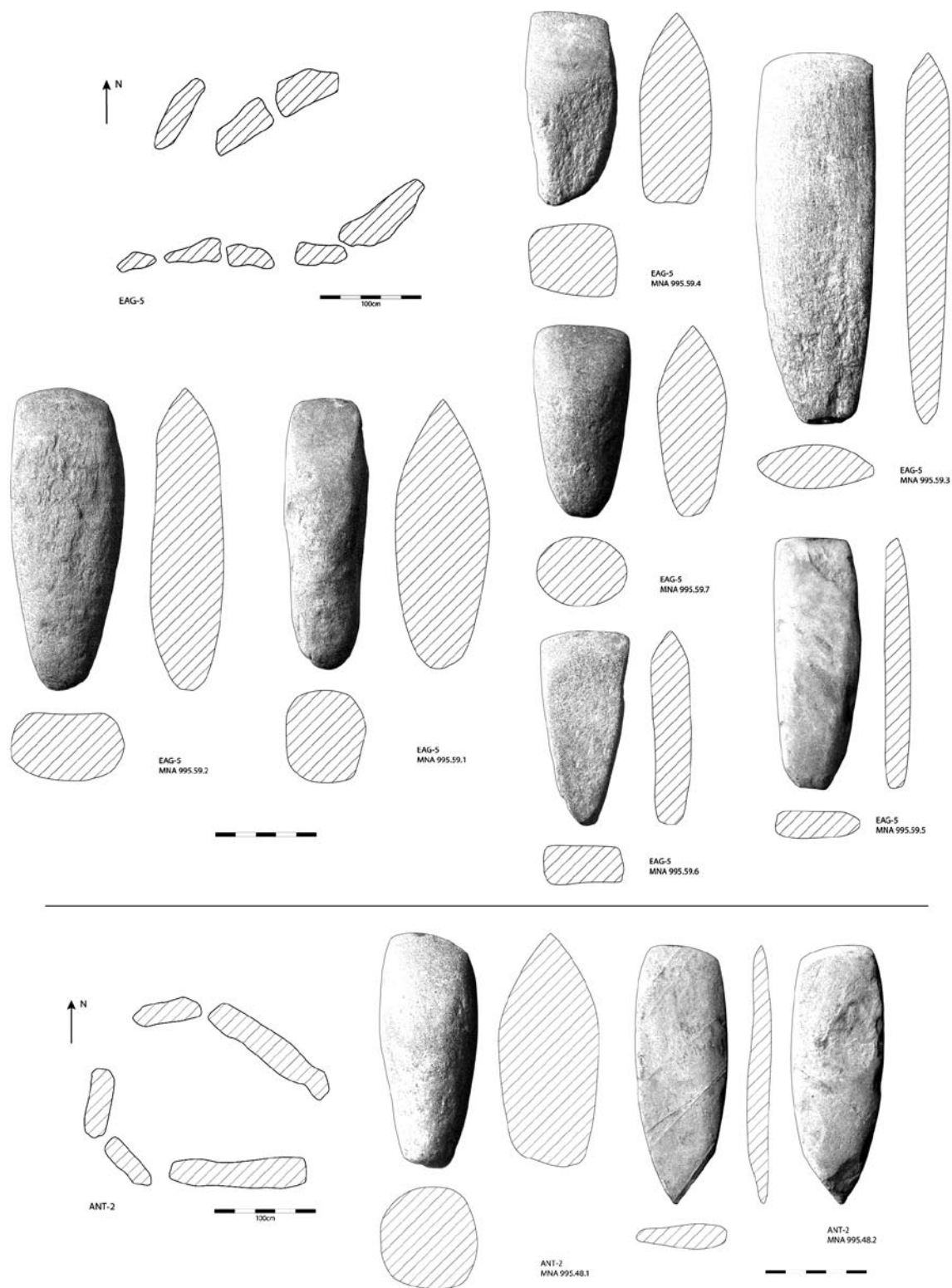


Fig 51 – Dois exemplos paradigmáticos de pequenos sepulcros da área de Pavia: os monumentos de Entreágua 5 e Antões 2 e respectivo espólio, notando-se a coexistência, no primeiro caso, de machados de secção subcircular / subelíptica e machados de secção subquadrangular/subrectangular.

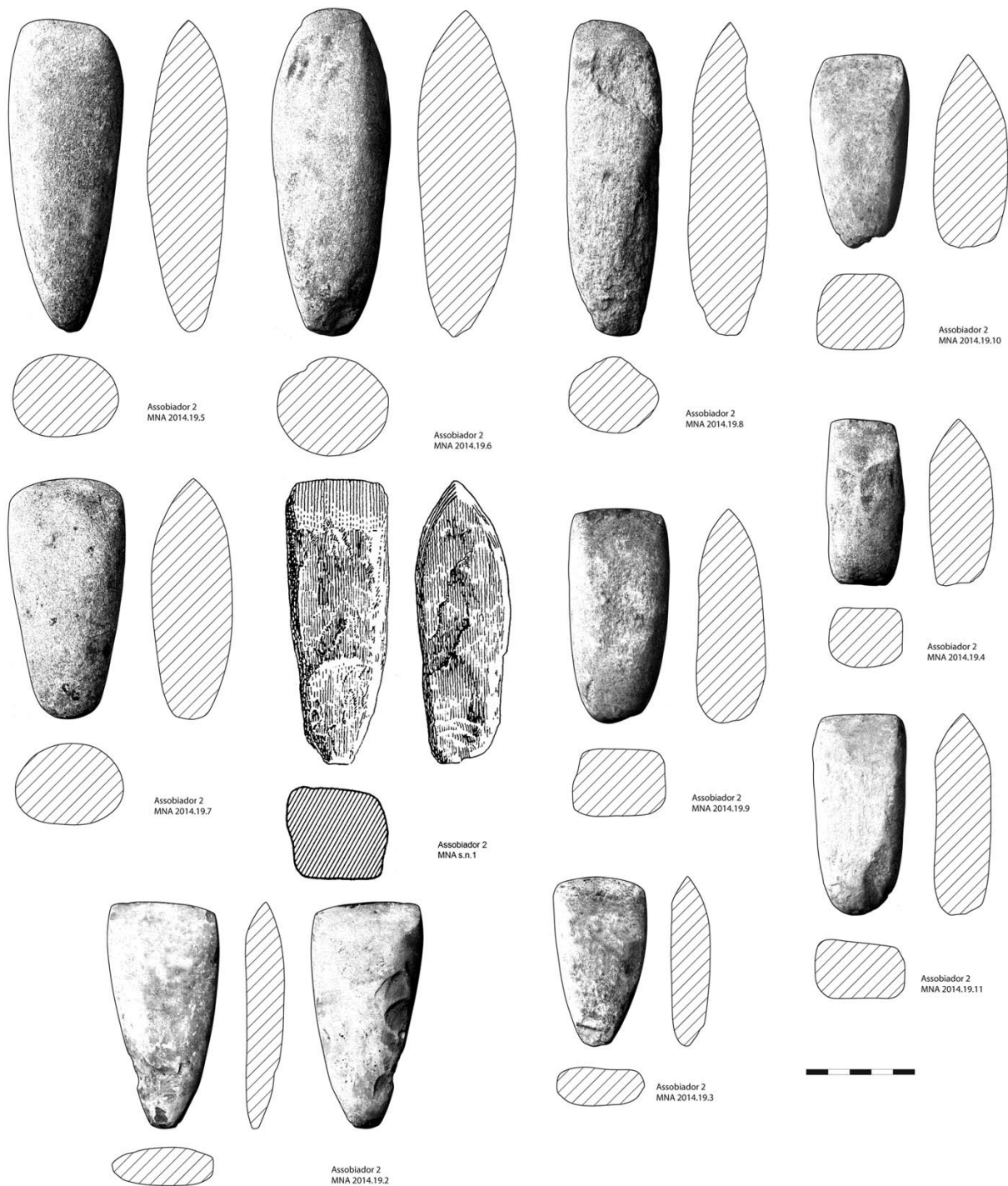


Fig. 52 – Artefactos de pedra polida recolhidos no pequeno monumento do Assobiador, notando-se a coexistência de machados de secção subcircular/subelíptica e machados de secção subquadrangular/subrectangular.

GONÇALVES & ANDRADE, 2014). No entanto, como sugerido para o caso de Xarez 1, a sua presença poderia indicar etapas mais antigas do monumento, relativas à sua construção e utilização original (GONÇALVES, 2013) – como também o parece indicar, segundo a “tradição oral”, o caso da “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012, p. 130).

A inclusão de enxós nos conjuntos votivos também é evidente, por vezes em número sensivelmente idêntico ao dos machados – possivelmente constituindo, como sugerido por V. S. Gonçalves, uma “associação simbólica” específica tendo em conta o número ligeiramente semelhante entre machados e enxós em Poço da Gateira 1 (GONÇALVES, 1992, p. 202).

Tratam-se de exemplares de pequena e média dimensão – atestando-se o seu acréscimo, em termos de número e tamanho, em contextos mais tardios, possivelmente relacionando-se com uma maior expressividade de práticas fundamentalmente agrícolas em relação a períodos antecedentes (GONÇALVES & ANDRADE, 2014-2015). Apresentam secções que se repartem entre subelíptica achatada, subrectangular achatada e subtrapezoidal.

Ao contrário dos machados, produzidos exclusivamente sobre rochas anfibólicas, as enxós surgem também produzidas sobre outro tipo de rochas – nomeadamente, rochas mais brandas, de tendência microcristalina, de aspecto silicioso, de tonalidade acinzentada a esverdeada (possivelmente rochas de contextos vulcano-sedimentares, sendo necessário análises específicas para confirmar esta hipótese). Esta matéria-prima, designada como “xisto verde” nos casos de Lugar do Canto e Bom Santo (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARDOSO, 2014), e classificada por Paulo Fonseca como “basalto filoniano alterado” nos exemplares de Santa Margarida 2 (*cf.* GONÇALVES, 2001), parece ter sido apenas especialmente utilizada (ou escolhida) para a produção de enxós durante o IV milénio a.n.e. (como o demonstra os exemplos do Assobiador, Entreáguas 5, Antões 2, Lebre e Talha 3). Esta situação não se regista ou, pelo menos, é muito pouco comum, na produção de enxós presentes em contextos funerários do III milénio a.n.e., conforme já constatado em GONÇALVES, 2001, p. 159. A sua utilização poderá assim funcionar como um indicador crono-cultural – leitura que, no entanto, deverá ser assumida com as devidas reservas, atendendo à sua presença em contextos habitacionais do III milénio a.n.e., como no caso de São Pedro (Redondo).

Outros artefactos, como as goivas, estão presentes em números manifestamente reduzidos. Ainda assim, apesar de raras, estão presentes em todos os contextos enunciados (pequenos sepulcros simples, pequenos monumentos de corredor curto, grutas naturais, grutas artificiais). A questão da sua cronologia possível foi já abordada noutra âmbito, referindo-se, no caso de Reguengos de Monsaraz, a sua especial incidência em monumentos “antigos”, sendo rara, mas não ausente, em monumentos “evoluídos” – mas para os quais, contudo, se podem equacionar utilizações mais antigas (GONÇALVES, 2001, p. 159-165). Poder-se-á sugerir, assim, a sua substituição posterior por formões – maioritariamente presentes, embora tão raros quanto as goivas, em contextos funerários do III milénio a.n.e. (GONÇALVES & ANDRADE, 2014-2015).

A sua inclusão nos “pacotes votivos” como componente válido de um conjunto específico lê-se precisamente na sua deposição conjunta com outro tipo de artefactos de pedra polida. Em Santa Margarida 2, encontra-se depositada juntamente com dois machados e uma enxó junto ao primeiro esteio da câmara, à entrada desta (GONÇALVES, 2001); em Vidigueiras 2, encontra-se associada a um machado de secção subcircular junto ao último esteio da câmara (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. VIII); em Gorginos 3, encontra-se depositada junto aos esteios do lado Sul da câmara, acompanhando dois machados de secção subcircular e uma enxó (ou machado achatado) de secção sub-rectangular (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. IX); no Poço da Gateira 1 encontra-se associada à fila de 10 vasos identificada na área Sul da câmara (cada um deles possivelmente

reflectindo uma inumação individual), na área entre o sétimo e o nono vaso (*cf.* LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. I), sendo sugerido que, numa inumação específica, tenha substituído a enxó como componente do “par simbólico” (GONÇALVES, 1999, p. 45).

Ainda na área alentejana, será de referir a sua presença na pequena anta de corredor curto de Tera 1, associada a machados de secção subcircular e geométricos (MOITA, 1956) ou no pequeno sepulcro da Sobreira 1 que, como já referido, apresenta espólio que poderá colocar a sua utilização em finais do IV milénio a.n.e. dispondo, contudo, de uma datação que indica um episódio mais antigo (BOAVENTURA *et al.*, 2013). Nas necrópoles de Monchique surgem preferencialmente em monumentos de cariz “antigo”, como Palmeira 6, Palmeira 14, Buço Preto 2 e Eira Cavada 1, estando, todavia, igualmente representadas em sepulcros mais tardios, como Palmeira 7 (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 45-46).

A sua ocorrência em contextos de gruta natural e gruta artificial com utilizações funerárias da segunda metade do IV milénio a.n.e. está também atestada. No primeiro caso, destacam-se os exemplos do Escoural e Lugar do Canto, o último dos quais correspondendo a um exemplar de grandes dimensões (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995; CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 275). No segundo caso, as goivas estão efectivamente ausentes dos conjuntos dos sepulcros da Sobreira de Cima estando, contudo, presentes em Monte Canelas e nas grutas artificiais estremenhas de São Pedro do Estoril 2 (cujo conjunto votivo se compõe exclusivamente por artefactos “arcaicos”) e Casal do Pardo (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961 e LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964), tendo sido já sugerido que a construção e utilização original destes monumentos poderia ser recuada até patamares cronológicos coevos com aqueles identificados em Sobreira de Cima – particularmente os casos de Casal do Pardo 3 e 4, onde se regista um número consideravelmente elevado de machados de secção subcircular e armaduras geométricas como já apontado em ANDRADE, 2015.

No conjunto dos monumentos aqui apresentados, os artefactos de pedra polida registam-se nos Godinhos, Chãs 1, Barroca e Rabuje 5, representados exclusivamente por machados e enxós, estando ausentes as goivas.

Os machados referem-se maioritariamente a exemplares de secção subcircular e subelíptica – registando-se secção subquadrangular apenas no pequeno machado da Barroca. Este, contudo, apresenta as arestas boleadas, conferindo-lhe um aspecto intermédio entre o subquadrangular e o subcircular. Esta geometria específica poderá estar relacionada com as questões técnicas referidas acima para os exemplares do Lugar do Canto e Bom Santo – sugerindo-se que um melhor aproveitamento das clivagens naturais do bloco conduziu a um corpo essencialmente subquadrangular, mesmo que, pelo projecto inicial, se pretendesse um corpo subcircular (como sugerido então pelas ângulos arredondados da secção).

As enxós estão presentes nos sepulcros de Chãs 1, Barroca e Rabuje 5 registando-se, nos dois primeiros, exemplares produzidos na rocha branda acima enunciada.

Os produtos líticos talhados alongados presentes nos pequenos sepulcros atribuíveis a este primeiro “pacote” votivo caracterizam-se por lamelas ou lâminas produzidas preferencialmente por percussão indirecta, submetidas a tratamento térmico, encontrando-se raramente retocadas, mas por vezes apresentando sinais de uso, evidente tanto pelo esquirolamento dos bordos como pela presença do designado “brilho de cereal”. Distinguem-se assim das suas congéneres mais tardias, obtidas preferencialmente por pressão e apresentando normalmente retoque contínuo em ambos bordos.

Genericamente, segundo os exemplos das grutas do Lugar do Canto e Bom Santo, assim como dos sepulcros da Sobreira de Cima, contextos francamente paralelizáveis com os pequenos sepulcros megalíticos, é possível dividir estes elementos em dois grupos dimensionais específicos, como se mencionou acima,

esboçados de acordo com os extremos de variação (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173):

Grupo 1

Produtos alongados com comprimentos compreendidos entre 25 e 100 mm e larguras compreendidas entre 8 e 20 mm, classificáveis como lamelas ou pequenas lâminas

Grupo 2

Produtos alongados com comprimentos compreendidos entre 120 e 180 mm e larguras compreendidas entre 18 e 28 mm, classificáveis como lâminas robustas

Processos técnicos específicos indicam que estes elementos seriam, como referido, preferencialmente debitados por percussão indirecta, registando-se a aplicação de tratamento térmico nos exemplares do Grupo 1, técnica que aparentemente não terá sido utilizada na produção dos exemplares do Grupo 2 (CARVALHO, 2009, p. 80 e 2013, p. 73). Encontram-se igualmente exemplares representativos de várias fases de debitage, identificando-se peças semi-corticais, peças de crista ou subcrista e peças de fase plena.

Em relação aos padrões métricos, várias observações são possíveis com base na avaliação de elementos recolhidos nos diversos tipos de contextos funerários do IV milénio a.n.e. (Fig. 53).

Os produtos alongados presentes nos pequenos sepulcros avaliados nesta análise estatística comparativa (Barroca – Redondo, Lacrau 3 – Monforte, Azinhal 3 – Coruche e Colónia – Elvas) apresentam um comprimento médio de $90,1 \pm 19,7$ mm para uma largura média de $18,0 \pm 2,7$ mm, sendo assim, em termos genéricos, integráveis no Grupo 1 (como o é, no contexto dos monumentos aqui apresentados, a lâmina da Barroca). No entanto, em termos individuais, e tendo em conta o alto valor do desvio padrão oferecido pelo comprimento médio, constata-se que alguns (embora escassos) elementos se poderão aproximar ao Grupo 2 – como os exemplares recolhido em Lacrau 3 e Colónia.

Refira-se, a título comparativo, os padrões métricos registados nos elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas (sepulcro 1), com um comprimento médio de $87,0 \pm 16,4$ mm para uma largura média de $16,0 \pm 0,9$ mm – incluindo-se facilmente no âmbito dos pequenos sepulcros megalíticos.

Os elementos presentes em antas já de corredor curto – tomando os exemplos de Poço da Gateira 1, Vidigueiras 1 e Vidigueiras 2 – apresentam um comprimento médio de $97,3 \pm 37,5$ mm para uma largura média de $17,3 \pm 3,4$ mm, podendo ser incluídos, tendo em conta o elevado valor do desvio padrão, tanto no Grupo 1 como no Grupo 2. Dos elementos analisados, apenas os exemplares de Vidigueiras 2 se poderão enquadrar no Grupo 2, sendo que um deles apresenta mesmo um comprimento de cerca de 173 mm para uma largura de 24 mm. Dever-se-á referir, contudo, que a presença de grandes lâminas também se regista em Poço da Gateira 1, não tendo sido contempladas nesta análise por se encontrarem fragmentadas, impossibilitando assim a aferição das suas medidas exactas, mas que facilmente corresponderão a exemplares do Grupo 2 (com comprimento máximo conservado de cerca de 135 mm, com larguras que atingem os 25 mm).

Os padrões métricos registados em grutas naturais revelam-se mais variáveis, principalmente devido a uma maior presença de elementos de pequena dimensão, como o são as lamelas, influenciando assim as médias de comprimento e largura. Para o caso do Lugar do Canto, a tendência recai num comprimento médio de $74,5 \pm 27,5$ mm para uma largura média de $12,7 \pm 5,2$ mm. Estes correspondem, assim, a produtos alongados com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre de 127 mm e 45 mm e larguras máximas e mínimas

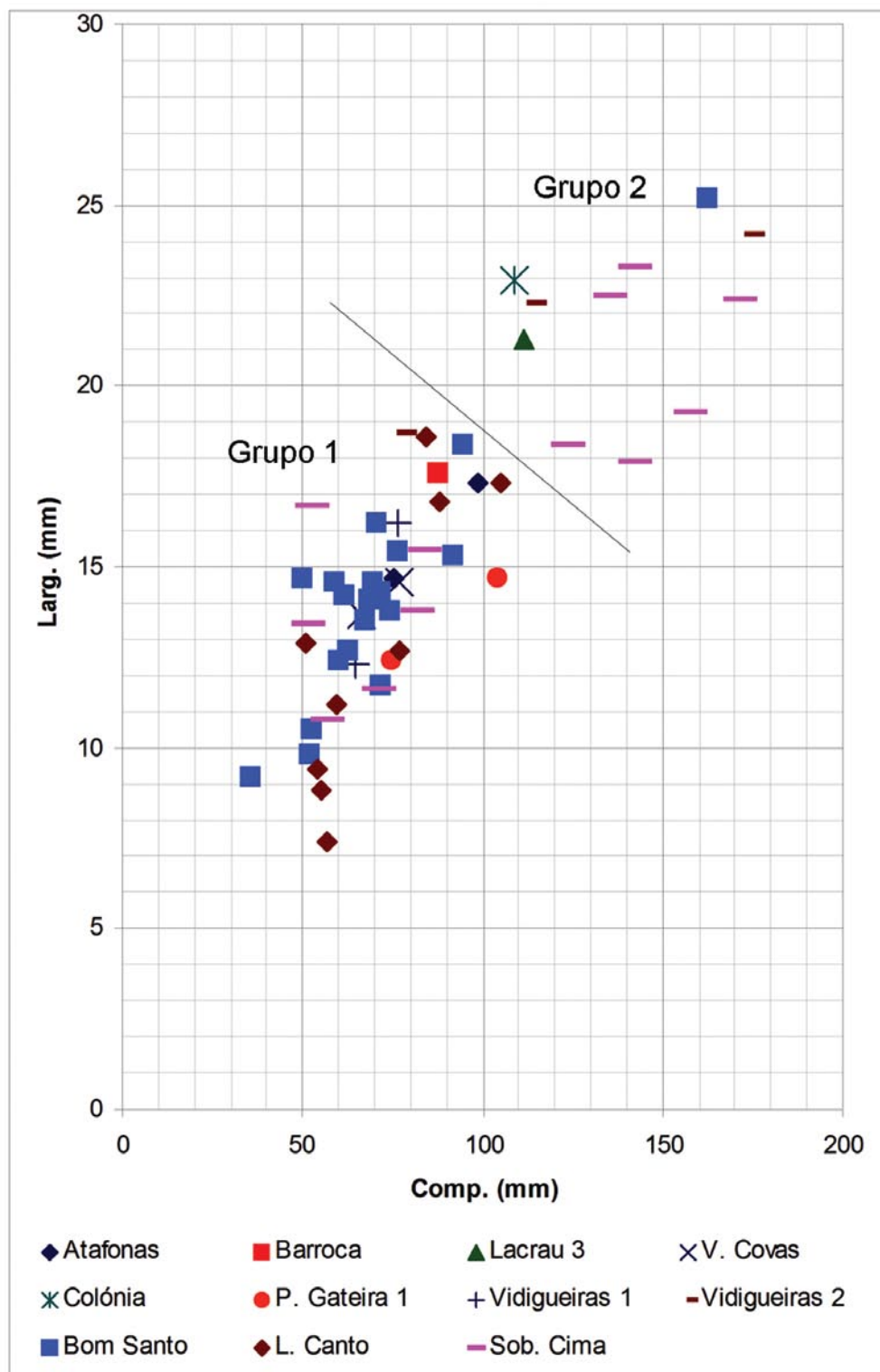


Fig 53 – Historiograma da relação comprimento/largura dos produtos alongados presentes em contextos funerários do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (Lacrau 3, Vale das Covas, Colónia), pequenas antas de câmara alongada (Barroca), pequenas antas de corredor curto (Poço da Gateira 1, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2), grutas naturais (Lugar do Canto, Bom Santo) e grutas artificiais (Sobreira de Cima), com indicação da separação morfo-métrica dos dois grupos definidos em CARVALHO, 2013; CARVALHO & GIBAJA, 2014.

dispostas entre 26 mm e 6 mm, com escassos exemplares integráveis no Grupo 2 (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 272). No caso da gruta do Bom Santo, apenas um elemento se enquadra no Grupo 2, correspondendo a uma grande lâmina com 162 mm de comprimento e 25 mm de largura. Os restantes elementos, revelando um conjunto muito homogêneo, apresentam um comprimento médio de $60,4 \pm 14,4$ mm para uma largura média de $12,7 \pm 3,1$ mm, correspondendo, então, a produtos alongados com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre de 90 mm e 30 mm e larguras máximas e mínimas dispostas entre 18 mm e 9 mm (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173-176).

Em relação às grutas artificiais, tomando o exemplo da Sobreira de Cima (sepulcros 1, 2 e 5), os produtos alongados atribuíveis ao Grupo 1 e ao Grupo 2 repartem-se em porções sensivelmente iguais. Dispõem de um comprimento médio de $90,5 \pm 39,2$ mm para uma largura média de $15,3 \pm 3,7$ mm – referindo-se a exemplares com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre cerca de 170 mm e 50 mm e larguras máximas e mínimas dispostas entre cerca de 23 mm e 7 mm (CARVALHO, 2013, p. 73-74).

Tendo em conta estes dados, constata-se que, independentemente do tipo de sepulcro, a maioria dos produtos alongados recai nos padrões métricos definidos para o Grupo 1, correspondendo a elementos que morfologicamente poderão ser considerados como lamelas ou pequenas lâminas. Contudo, denota-se igualmente uma significativa ocorrência de elementos integráveis no Grupo 2, classe onde se enquadram as lâminas robustas, antevendo, talvez, as típicas grandes lâminas do Neolítico Final e Calcolítico (CARVALHO, 2009). Estes dados revelam assim que “*a existência de dois módulos distintos nesta fase do Neolítico corresponderá à existência de dois processos de talhe laminar (ao que tudo indica) autónomos*” (CARVALHO, 2013, p. 73), distinguíveis não só pelos padrões métricos mas também pelos processos técnicos de fabrico apontados acima.

Em relação à matéria-prima dos produtos de talhe alongados, o sílex é manifestamente dominante, registando-se uma utilização menor de quartzos, normalmente destinados à produção de lamelas. Uma avaliação macroscópica deste sílex permite identificar, pelo menos, dois tipos distintos: um primeiro correspondente aos sílices cenomanianos (Cretácico) presentes em posição secundária na margem direita da bacia hidrográfica do Tejo; um segundo tipo, correspondendo a sílex opaco, de coloração acinzentada, apresentando características aparentemente oxfordianas (Jurássico). Contudo, não condiz exactamente, em termos petrográficos, com os sílices desta idade geológica reconhecidos em qualquer uma das potenciais áreas de aprovisionamento referenciadas até ao momento no Ocidente peninsular, pelo que a sua proveniência exacta continua por definir (cf. AUBRY *et al.*, 2009; 2014; MATIAS, 2012).

Curiosamente, neste âmbito crono-cultural específico, este segundo tipo de sílex é usado em percentagens sensivelmente idênticas aos sílices cenomanianos – seja na produção de lâminas, como na do Lacrau 3, ou de geométricos – parecendo que a sua utilização não é continuada em períodos sucedâneos, onde tanto lâminas como pontas de seta, e mesmo alguns geométricos, são produzidos quase exclusivamente sobre sílex cenomaniano. Ainda que carecendo de uma análise mais detalhada, e logo tomada com as devidas reservas, julgamos útil lançar como hipótese de trabalho a possibilidade do uso do sílex cinzento opaco, de características aparentemente oxfordianas, como indicador de contextos funerários associáveis ao IV milénio a.n.e.

Um elemento característico desta fase inicial do Megalitismo, onde se deve enquadrar a maioria as pequenas antas é precisamente as armaduras geométricas, entendidas como as predecessoras das típicas pontas de seta do Neolítico Final e Calcolítico. No entanto, estes elementos estão igualmente presentes em contextos posteriores, por vezes em número excessivamente significativo para serem considerados como uma mera “sobrevivência” ou um claro indicador de utilizações mais recuadas – sendo necessário, neste sentido, aferir se se registam evidentes divergências morfo-tipológicas nos geométricos presentes nos diversos contextos crono-culturais.

Assim, para a avaliação das características morfo-tipológicas das armaduras geométricas de contextos funerários distintos, foram consideradas as particularidades de cerca de 500 exemplares recolhidos em distintos tipos de monumentos (a nível tipológico e cronológico), de modo a aferir as suas especificidades.

De acordo com os dados recolhidos, as armaduras geométricas podem ser agrupadas nas seguintes tipologias (Fig. 54), adaptando e simplificando os esquemas propostos em BARRIÈRE *et al.*, 1969, muito próximo dos utilizados no tratamento recente de conjuntos de geométricos, dos casos que temos vindo a citar:

Tipo 1 – Geométricos Trapézios

- Subtipo A – Trapézios simétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo B – Trapézios assimétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo C – Trapézios rectângulos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo D – Trapézios rectângulos com truncatura basal muito côncava

Tipo 2 – Geométricos Crescentes

- Subtipo A – Crescentes simples
- Subtipo B – Crescentes alongados simétricos
- Subtipo C – Crescentes alongados assimétricos

Tipo 3 – Geométricos Triângulos

- Subtipo A – Triângulos isósceles
- Subtipo B – Triângulos escalenos
- Subtipo C – Triângulos rectângulos com truncaturas rectilíneas
- Subtipo D – Triângulos rectângulos com truncatura basal muito côncava

Saliente-se, nesta divisão, a ocorrência de elementos com alguns pormenores morfo-tipológicos que, no entanto, dada a sua irrelevância estatística, não justificavam a criação de subtipos próprios. Tal é o caso de trapézios com truncaturas muito oblíquas, quase fundindo-se no bordo esquerdo, conferindo-lhes um aspecto que se poderia confundir com o dos triângulos (tal como registado em um dos exemplares de Rabuje 5) – sendo no âmbito deste estudo incluídos no conjunto dos trapézios simétricos (Tipo 1A). Outra variante pouco comum é a dos trapézios designados como “*de truncaturas desfasadas*” (BARRIÈRE *et al.*, 1969), representados por um elemento de Aldeia de Bertandos 3, incluído no âmbito deste estudo no conjunto dos trapézios rectângulos (Tipo 1C)

Outra particularidade, registada em trapézios e crescentes, é a da existência de um entalhe lateral aplicado no bordo esquerdo – tendo estes elementos sido já designados como “*de tipo Monchique*” (LEITÃO *et al.*, 1987). Estão presentes em abundância na necrópole homónima (*cf.* LEISNER & LEISNER, 1959), assim como em contextos de gruta natural (como Lugar do Canto, Bom Santo e Poço Velho; *cf.* CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & GIBAJA, 2014; GONÇALVES, 2009) e gruta artificial (como Barrada, Sobreira de Cima ou Outeiro Alto 2; *cf.* BARRADAS *et al.*, 2013; CARVALHO 2013; VALERA & FILIPE, 2012). No contexto megalítico alentejano, apesar de aparentemente serem menos comuns no âmbito universal das armaduras geométricas, não deixam de estar presentes, reportando-nos aos “*silices com moosa*” de Manuel Heleno, presentes em sepulcros de cariz eminentemente antigo, como Lobeira de Cima 1, Deserto 4, Deserto 7, Zambujo, Aldeia de Bertandos 2 ou Casarões do Zambujeiro (LEISNER, 1985). Em Reguengos de Monsaraz parecem estar

virtualmente ausentes, apenas sugeridos, sem certezas absolutas, em um elemento recolhido em Vidigueiras 1 (cf. LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. VII).

Como dito acima, para a aferição das particularidades morfo-tipológicas das armaduras geométricas, de modo a atestar se se registam evidentes diferenças culturais ou cronológicas, foram analisados elementos provenientes de contextos funerários distintos, reunindo-se cerca de 500 exemplares (assumindo-se como uma amostra significativa) recolhidos em pequenos sepulcros simples de câmara subelíptica ou subrectangular (Godinhos, Chãs 1, Rabuje 5, Marco Branco, Torrão 2, Hortinha 1, Cabeço da Areia, Vale das Covas, Deserto 4, Deserto 5, Deserto 7 e Aldeia de Bertandos 2), Pequenos sepulcros alongados de câmara subtrapezoidal ou piriforme (Talha 3, Lebre, Casarões do Zambujeiro, Guarita 2 e Mouchão das Azinheiras 2), pequenos monumentos de corredor curto (Santa Margarida 2, Piornal 1, Piornal 2, Piornal 3, Poço da Gateira 1, Gorginos 2, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2, Aldeia de Bertandos 3, Pasmaceiras, Aldeinha, Penedo do Bispo, Carrascal e Pedras Grandes), antas de média ou grande dimensão de corredor médio a longo (“Anta Grande” da Comenda da Igreja, Olival da Pega 1, Comenda 2, Farisoa 1, Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, Paço 2, Amendoeira 1, Garcia 1 e Antas 1), grutas naturais (apenas aquelas com utilizações exclusivas do IV milénio a.n.e., como Escoural, Lugar do Canto e Bom Santo) e grutas artificiais (apenas aquelas com utilizações exclusivas do IV milénio a.n.e., como Sobreira de Cima – sepulcros 1, 2 e 5). A nível comparativo, foram igualmente considerados os elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas (sepulcro 1) e de contextos funerários em gruta do Neolítico Antigo (Caldeirão, Almonda – Galeria da Cisterna e Carrascos).

As medidas tratadas referem-se àquelas directamente obtidas a partir dos artefactos, como aquelas apresentadas na respectiva literatura ou determinadas a partir das ilustrações de apoio (ALBERGARIA, 2007; ALBERGARIA & DIAS, 2000; ARAÚJO & LEJEUNE, 1995; BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA *et al.*,

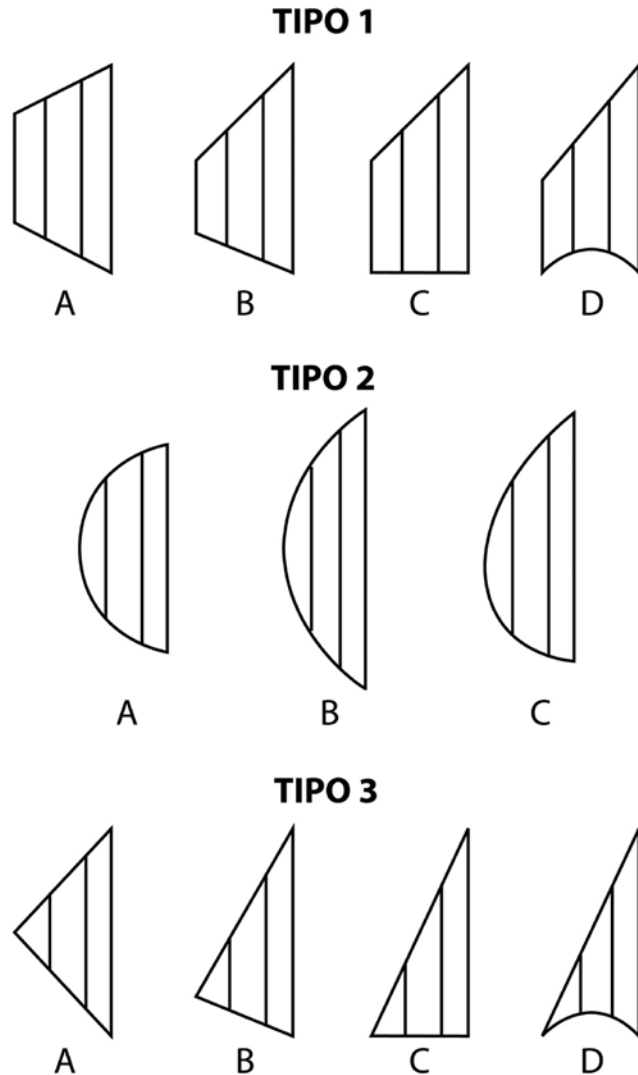


Fig. 54 – Tipos e sub-tipos discriminados para a classificação das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milénios a.n.e. Tipo 1A: trapézios simétricos de truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1B: trapézios assimétricos de truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1C: trapézios rectângulos de truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1D: trapézios rectângulos de troncatura basal muito côncava; Tipo 2A: crescentes simples; Tipo 2B: crescentes alongados simétricos; Tipo 2C: crescentes alongados assimétricos; Tipo 3A: triângulos isósceles; Tipo 3B: triângulos escalenos; Tipo 3C: triângulos rectângulos de truncaturas rectilíneas; Tipo 3D: triângulos rectângulos de troncatura basal muito côncava.

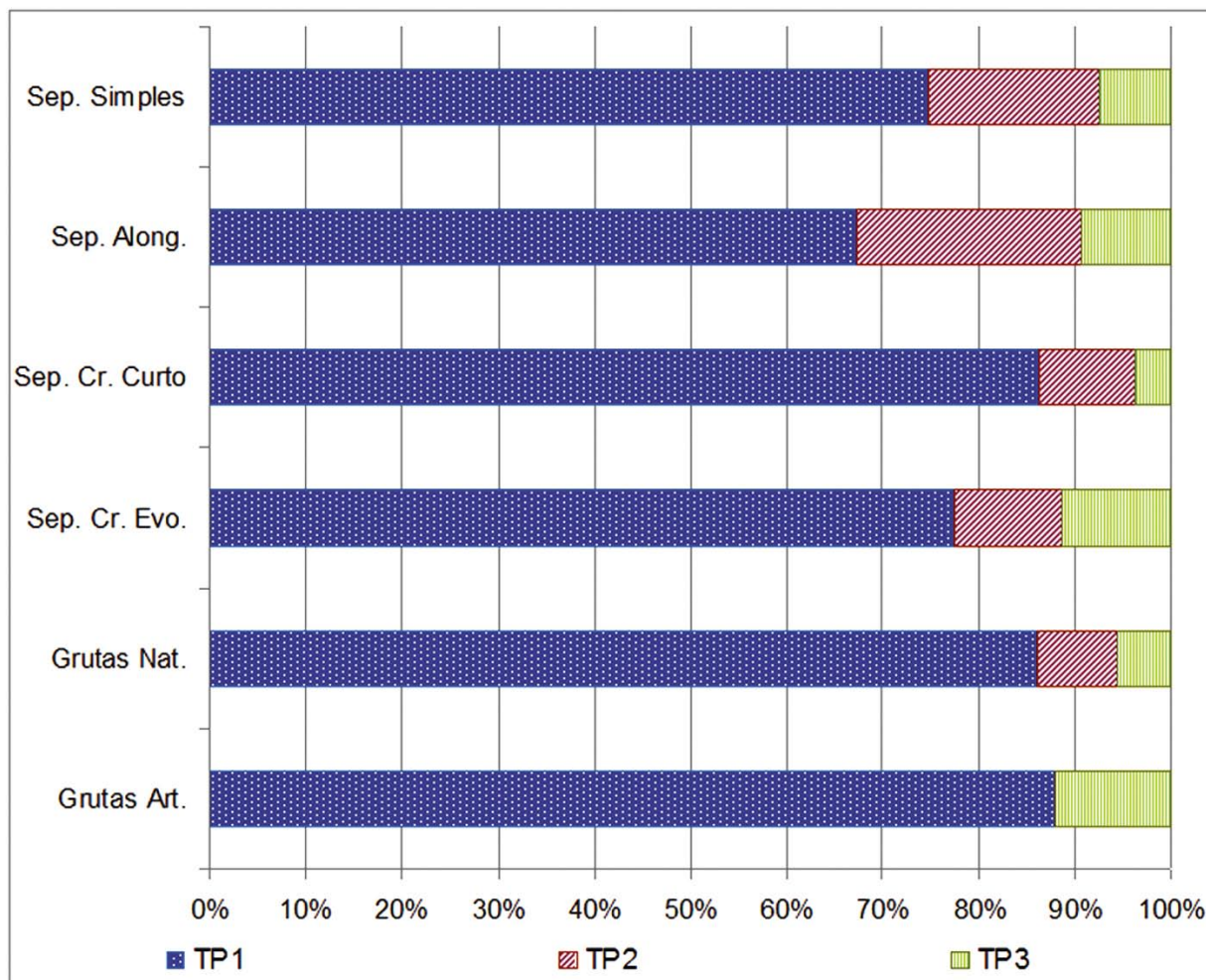


Fig. 55 – Relação percentual, por Tipo, das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milênios a.n.e., distinguindo-se pequenos sepulcros simples de tendência cistóide, pequenos sepulcros de tendência alongada, pequenos monumentos de corredor curto, monumentos de corredor evoluídos, grutas naturais e grutas artificiais. Tipo 1: trapézios; Tipo 2: crescentes; Tipo 3: triângulos.

2014-2015; CARVALHO, 2007 e 2013; CARVALHO & CARDOSO, 2008; CARVALHO & GIBAJA, 2014; GONÇALVES, 2001 e 2013; LEISNER & LEISNER, 1951 a e 1959; LEISNER, 1966, 1983 e 1985; MATALOTO *et al.*, 2015; ROCHA, 2007; SILVA & SOARES, 1983; ZILHÃO, 1992).

No cômputo geral destes diversos tipos de sepulcros, os conjuntos são claramente dominados pelos trapézios (Tipo 1), com valores dispostos acima dos 65%. A distribuição dos trapézios face ao total das armaduras geométricas corresponde, então nas antas de câmara simples alongada, a 67,19%, o valor mais reduzido, subindo a sua frequência nas pequenas antas de câmara simples (74,63%), antas de corredor curto (86,25%), antas de corredor alongado (77,46%), grutas naturais (85,92%) e grutas artificiais (87,88%) (Fig. 55).

Os crescentes (Tipo 2), ausentes nas grutas artificiais da Sobreira de Cima, encontram-se ainda relativamente bem representados nos restantes sepulcros, ascendendo a 17,91% do total das armaduras geométricas nas pequenas antas de câmara simples, 23,44% nas de câmara simples alongada, 10,00% nas pequenas antas de corredor curto, 11,27% nos monumentos de corredor longo e 8,45% nas grutas naturais. Visivelmente minoritários, os triângulos (Tipo 3) apenas se encontram melhor representados nos monumentos

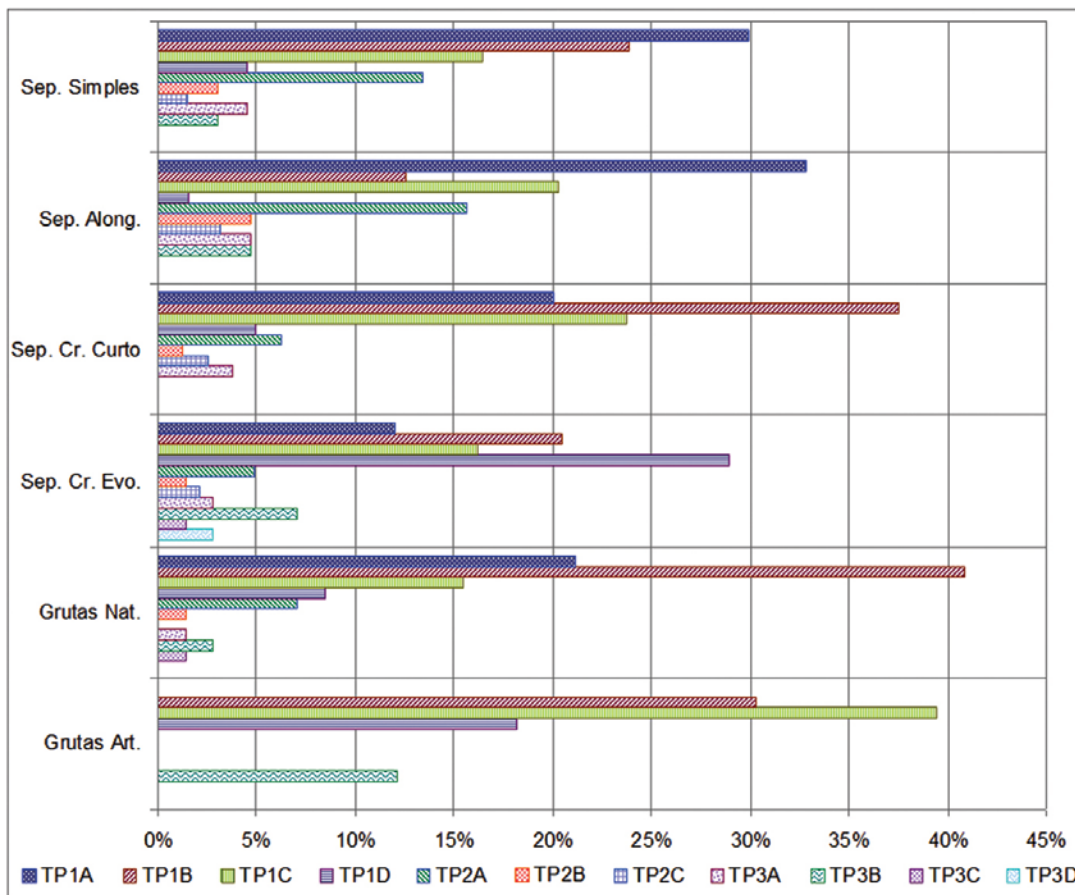


Fig 56 – Relação percentual das frequências, por Sub-Tipo, das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milênios a.n.e., distinguindo-se pequena anta de câmara simples, pequenas antas de câmara alongada, pequenas antas de corredor curto, antas de corredor longo, grutas naturais e grutas artificiais. Conferir no texto o enunciado dos diversos subtipos discriminados.

de corredor longo, apresentando valores percentuais idênticos aos dos crescentes (11,27% do total das armaduras geométricas). Nos restantes sepulcros correspondem, face ao total das armaduras geométricas, a 7,46% nas pequenas antas de câmara simples, 9,37% nos pequenos sepulcros alongados, 3,75% nas antas de corredor curto, 5,63% nas grutas naturais e 12,12% nas grutas artificiais.

Em relação às suas características tipológicas específicas (Fig. 56), de acordo com os diversos subtipos discriminados, verifica-se um claro predomínio dos trapézios simétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1A) em pequenos sepulcros de câmara simples ou alongada (respectivamente, 29,85% e 32,81% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas). Em antas de corredor curto, dominam os trapézios assimétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1B), correspondendo a 37,50% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas. A mesma tendência se regista também nas grutas naturais, referindo-se os trapézios assimétricos a 40,85% do total dos subtipos definidos. Nas grutas artificiais, os conjuntos são dominados pelos trapézios rectângulos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1C), correspondendo a 39,39% do total do universo em análise. Nas antas de corredor longo a maioria dos geométricos inclui-se no grupo dos trapézios rectângulos com truncatura basal muito côncava (Tipo 1D), traduzindo-se em 28,87% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas.

A leitura destes valores permite alguns considerandos a respeito dos potenciais patamares crono-culturais das diversas variantes de armaduras geométricas presentes nos diferentes tipos de sepulcros. Em primeiro lugar há que realçar uma maior incidência de trapézios simétricos (a par de um número ainda considerável de crescentes) nas pequenas antas de câmara simples e alongada, usualmente integradas numa fase inicial do Megalitismo do Sudoeste peninsular podendo, então, estas ocorrências estar relacionadas com questões iminentemente cronológicas; em segundo, evidencia-se um maior número de trapézios assimétricos em pequenas antas de corredor curto, equiparando-os culturalmente às grutas naturais, onde se regista a mesma frequência, e afastando-os das grutas artificiais, onde dominam os trapézios rectângulos, tal como já havia sido constatado por A. F. Carvalho (2013, p. 75) com base na comparação dos elementos geométricos dos sepulcros da Sobreira de Cima com aqueles recolhidos em monumentos de corredor curto da área de Reguengos de Monsaraz).

Por seu lado, e evidenciando já aparentes diferenças cronológicas, regista-se uma maior incidência de trapézios (ou triângulos) com truncatura basal muito côncava em antas de corredor já atribuíveis ao III milénio a.n.e. – algo que já havia sido constatado a respeito das armaduras geométricas da anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, sugerindo-se aí que esta morfologia de geométricos corresponderia a um tipo já “evoluído”, em oposição aos tipos mais antigos de truncaturas rectilíneas (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015).

Contudo, se se registam estas diferenças tipológicas, os padrões métricos das armaduras geométricas parecem não apresentar variações significativas em termos culturais ou cronológicos. Com efeito, mesmo registando-se alguns exemplares de menor ou maior tamanho, as dimensões médias parecem não variar, seja por tipo de sepulcro ou por tipo de artefacto. Conforme evidenciado para o conjunto do Bom Santo, mas extensível aos restantes contextos, os padrões métricos são quase redundantes, dado que demonstram conjuntos muito homogéneos nos quais os três tipos principais (trapézios, crescentes e triângulos) são praticamente indistinguíveis (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 179).

Com efeito, nos casos analisados, registam-se padrões sensivelmente semelhantes, com diferenças de dimensões médias registadas à escala de milímetros (conforme demonstrados nas (Figs. 57, 58 e 59).

Tipologia de sepulcro	Amostra	Comp. médio	Larg. média	Comp. max.	Comp. min.	Larg. max.	Larg. min.
Sep. câmara simples	63	26,1 ± 6,5	11,8 ± 2,5	40,1	14,1	18,1	4,2
Sep. câmara alongada	65	25,2 ± 5,0	11,5 ± 1,7	34,9	14,8	15,8	8,9
Sep. corredor curto	76	23,6 ± 4,3	12,5 ± 2,2	34,4	9,9	18,5	6,1
Sep. corredor longo	125	24,8 ± 5,2	12,5 ± 2,5	42,2	14,9	19,3	6,9
Grutas naturais	73	27,0 ± 5,6	12,4 ± 2,2	41,6	13,1	18,3	7,6
Grutas artificiais	34	22,9 ± 3,8	13,1 ± 1,9	31,9	14,7	16,8	10,1
Sep. “pré-megalíticos”	3	16,5 ± 2,2	8,1 ± 0,4	18,9	14,7	8,4	7,7

Fig. 57 – Padrões métricos médios das armaduras geométricas, segundo o tipo de sepulcro.

Refira-se igualmente os valores sensivelmente inferiores apresentados pelos elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas, com um comprimento médio de 16,5 ± 2,2 mm para uma largura média de 8,1 ± 0,4 mm aproximando-se, aparentemente, dos valores registados em contextos do Neolítico Antigo (como Caldeirão, Almonda e Carrascos). Refira-se, no entanto, que esta leitura se baseia apenas em três elementos recolhidos num único sítio, sendo necessário expandir a amostra para confirmar ou refutar esta tendência.

De qualquer forma, mesmo que façamos, a nível comparativo, leituras individuais de conjuntos que possibilitem análise estatística, os padrões métricos dos geométricos parecem não variar em grande medida de contexto para contexto, e eventualmente de cronologia para cronologia, atendendo às propostas mais usuais. Para as pequenas antas de câmara simples, tomando o exemplo de Deserto 7, os geométricos apresentam uma média de $29,5 \pm 5,9$ mm de comprimento e $11,8 \pm 1,7$ mm de largura; nas pequenas antas de câmara simples alongada, como Casarões do Zambujeiro, estes apresentam uma média de $28,9 \pm 4,2$ mm de comprimento e $10,8 \pm 1,4$ mm de largura; tomando o exemplo do Poço da Gateira 1 para as pequenas antas de corredor curto, a média é de $23,9 \pm 4,8$ mm de comprimento e $12,5 \pm 2,2$ mm de largura; em antas de corredor médio a longo, como a “Anta Grande” da Comenda da Igreja, Paço 2 ou Nossa Senhora da Conceição dos Olivais as médias são $26,0 \pm 5,7$ mm, $25,8 \pm 6,2$ mm e $22,0 \pm 3,7$ mm de comprimento e $13,0 \pm 2,6$ mm, $11,6 \pm 2,4$ mm e $13,5 \pm 2,0$ mm de largura, respectivamente. Os exemplos de grutas naturais e grutas artificiais também não apresentam grandes oscilações face a estes: o conjunto do Algar do Bom Santo apresenta um comprimento médio de $25,1 \pm 4,2$ mm para uma largura média de $11,5 \pm 1,5$ mm (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 179), enquanto o conjunto do Lugar do Canto apresenta um comprimento médio de $27,2 \pm 7,5$ mm para uma

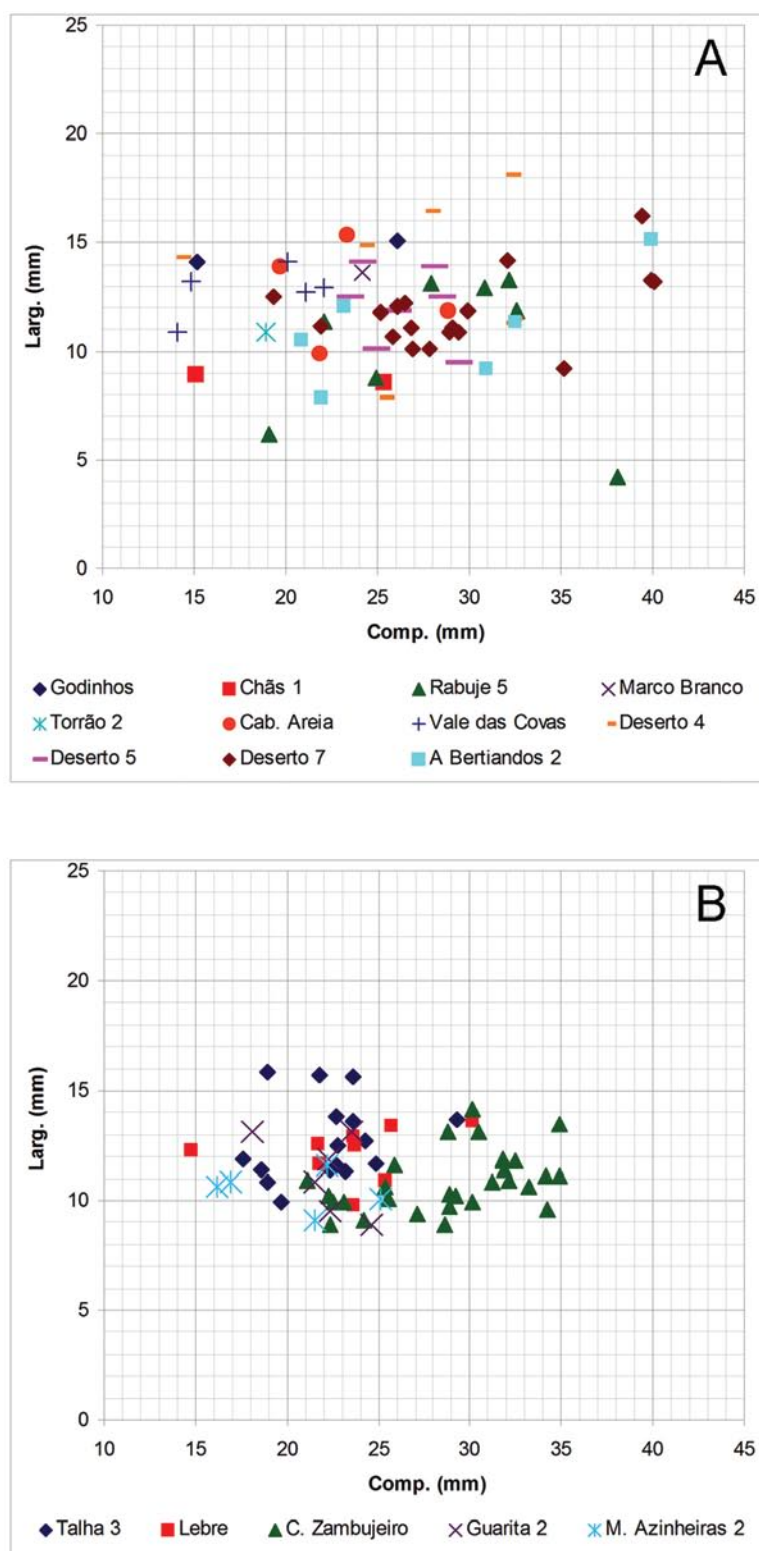


Fig. 58 – Historiograma da relação comprimento/largura das armaduras geométricas presentes em contextos funerários do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (A) e pequenas antas de câmara simples alongada (B).

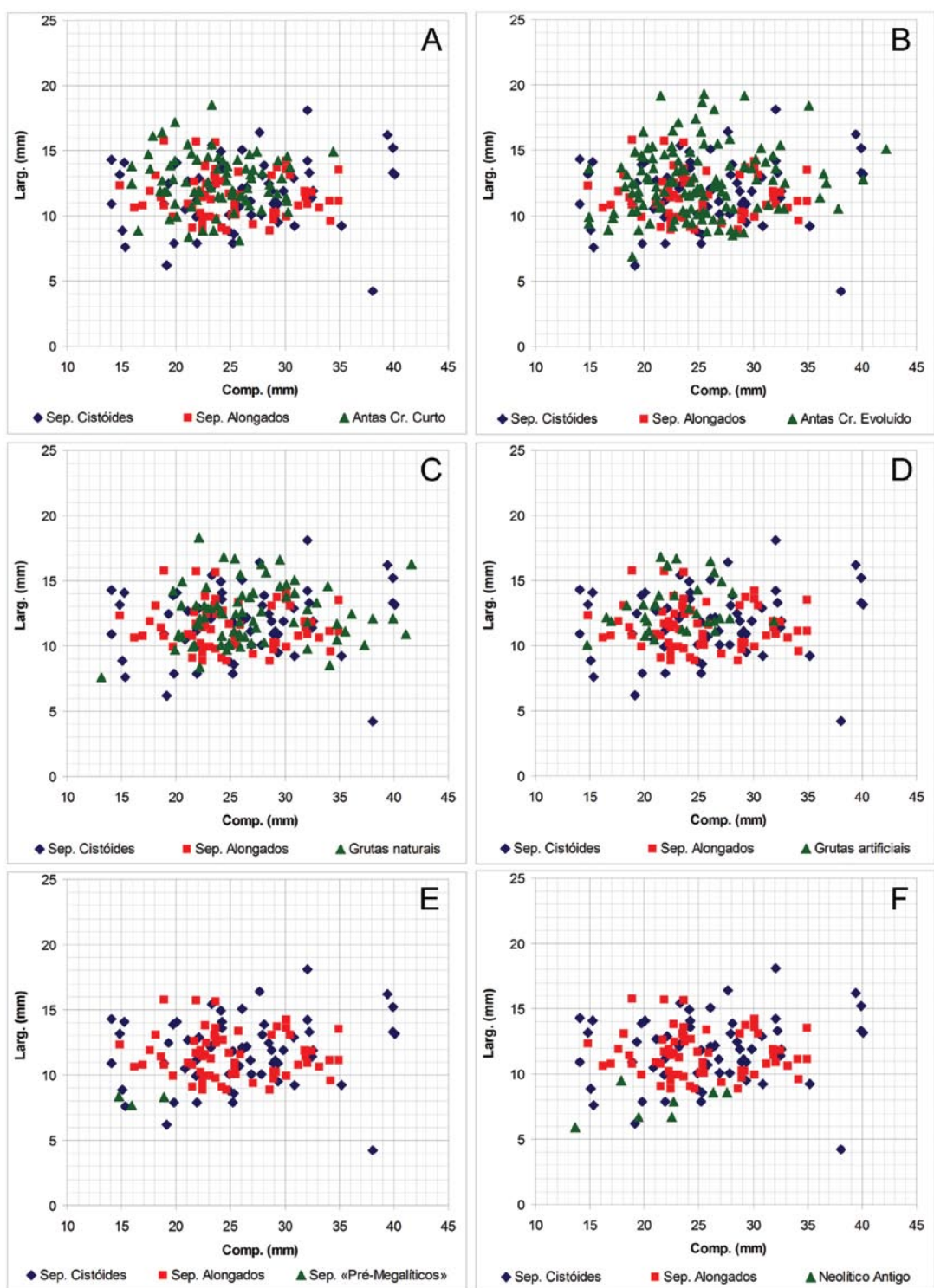


Fig. 59 – Historiograma de comparação da relação comprimento/largura das armaduras geométricas presentes em pequenas antas de câmara simples e pequenas antas de câmara simples alongada com as armaduras geométricas presentes em pequenas antas de corredor curto (A), antas de corredor longo (B), grutas naturais (C) e grutas artificiais (D). Apresenta-se igualmente, a título exemplificativo, a comparação com as armaduras geométricas presentes no sepulcro “pré-megalítico” das Atafonas – sepultura 1 (E) e nos contextos funerários do Neolítico Antigo das grutas do Caldeirão, Almonda – Galeria da Cisterna e Carrascos (F)..

largura média de $12,4 \pm 1,9$ mm (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 273); o conjunto da Sobreira de Cima (no total dos sepulcros 1, 2 e 5) apresenta um comprimento médio de $22,9 \pm 3,8$ mm para uma largura média de $13,1 \pm 1,9$ mm (medidas tomadas a partir de CARVALHO, 2013).

No total dos conjuntos analisados, é possível inferir que as larguras dos geométricos (independentemente da tipologia do sepulcro) se dispõem basicamente entre os 100 e os 170 mm, tendo sido obtidos sobre lâminas com padrões métricos semelhantes àquelas recolhidas nestes mesmos contextos e inseríveis no Grupo 1, conforme constatado para os monumentos da Sobreira de Cima (CARVALHO, 2013, p. 74). Um número relativamente reduzido de geométricos com larguras inferiores a 9 mm indica já a sua produção a partir de produtos alongados de menor dimensão, como o são as lamelas – e semelhante ao registado nos contextos funerários do Neolítico Antigo das grutas do Caldeirão, Almonda e Carrascos.

Ainda a respeito da produção das armaduras geométricas, estas apresentam truncaturas obtidas por retoque curto e abrupto, maioritariamente directo (com um número estatisticamente insignificante de exemplares com retoque inverso). Uma particularidade, registada num número significativo de trapézios rectângulos (Tipo 1C), é apresentarem a extremidade basal não retocada, sendo a fractura obtida por flexão do suporte.

Sobre as matérias-primas, registam-se elementos produzidos em sílex, quartzo e, minoritariamente, calcedónia, não parecendo, conforme constatado no caso de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015), a matéria-prima influenciar a tipologia e dimensões dos artefactos. Em relação ao sílex, e exclusivamente no caso dos contextos do IV milénio, este apresenta as mesmas características apontadas acima para o caso das lâminas, repartindo-se entre o sílex cenomaniano e o sílex opaco acinzentado de fonte ainda não determinada. Atestando-se mais uma vez a frequência deste último nas produções líticas de contextos funerários do IV milénio a.n.e. (aparentemente não utilizado em épocas mais tardias), nas perto de duas dezenas de armaduras geométricas recolhidas no sepulcro da Talha 3, aproximadamente metade são produzidas neste tipo de sílex (não sendo já usado na produção das pontas de seta recolhidas nos monumentos contíguos de Talha 2 e Cascalho).

Assim, tendo em conta o exposto, denotamos uma certa homogeneidade cultural genérica, embora com algumas ligeiras variações – patente como vimos no caso dos geométricos – nos mobiliários votivos presentes nos diversos contextos funerários atribuíveis a grande parte do IV milénio a.n.e., homogeneidade esta que poderá, contudo, dissipar-se nos finais da segunda metade deste milénio. Com efeito, baseando-nos nas datações entretanto obtidas para os diversos contextos sepulcrais, parece que se regista um certa evolução cultural entre as pequenas antas de câmara simples e as antas de corredor, mantendo-se, todavia, os traços gerais que caracterizam este período. Simultaneamente, regista-se a utilização de grutas naturais e a grutas artificiais reflectindo, na ritualidade da Morte, o mesmo quadro simbólico-ideológico, apenas adaptado a distintos contentores funerários, determinados mais por factores físicos (geológicos ou geomorfológicos) do que por factores culturais.

A introdução de novos itens, como as placas de xisto gravadas, as pontas bifaciais e a multiplicação e diversificação da cerâmica, deverá apenas indicar um novo patamar nesta tendência, e não uma ruptura com o contexto ideológico precedente. A inclusão de alguns elementos ditos “arcaicos” poderá precisamente concorrer para a aceitação desta hipótese – muito embora seja de todo lógico admitir que se poderão tratar simplesmente de elementos relativos a uma primeira utilização dos monumentos, anterior à introdução desses novos itens, recuando assim substancialmente a primeira construção e utilização dos monumentos de câmara e corredor diferenciados – como se parece constatar, por exemplo, na “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012).

Algo que todavia contrasta nestes pequenos monumentos em relação às grutas naturais e artificiais coevas, tendo em conta o exemplo da Sobreira de Cima, Outeiro Alto 2 e Barrada, é a ausência de elementos de

adorno sobre concha (como as braceletes de *glycymeris*, as contas de *dentalium*, os búzios perfurados de *trivia monacha*) e os furadores em osso. Embora o grosso da informação artefactual remeta para âmbitos culturais semelhantes (como atestado acima, no caso da pedra lascada e pedra polida), a ausência destes elementos poderia ser resultante de factores culturais distintos.

Poderia ser sugerido que, tal como os elementos osteológicos, estes elementos não se conservassem em solos ácidos. Com efeito, é reconhecida a fraca preservação de malacofauna em solos ácidos – sendo que a sua conservação nestes ambientes apenas se regista em grandes concentrações (como no caso dos concheiros), em que, por precipitação de carbonatos, é transmitido um teor alcalino a solos originalmente ácidos, possibilitando assim a preservação dos elementos. No entanto, em monumentos megalíticos da área estremenha (como Carrascal e Pedras Grandes), em ambientes calcários que permitem a conservação de vestígios osteológicos e com contextos de utilização cronologicamente coevos aos das grutas naturais, estes elementos não estão presentes. Da mesma maneira, a sua presença em contextos de interior está atestada, como o mostram os exemplos da gruta do Escoural ou dos sepulcros da Sobreira de Cima e Outeiro Alto 2, a primeira em plena área “megalítica”. Não se poderá assim apontar divergências cronológicas ou geográficas para justificar estas ausências, dado se registarem aparentemente nas mesmas áreas e nos mesmos períodos. Será então reflexo de diferenças efectivamente culturais?

Este é apenas um exemplo da necessidade de continuarmos a aprofundar a investigação nos diversos contextos regionais do Sudoeste peninsular, por forma a melhor compreendermos as comunidades que o habitaram durante o IV milénio a.n.e., e a forma como materializavam as suas cosmogonias.

Perante o quadro aqui exposto julgamos ser de manter uma perspectiva sequencial e aditiva dos espólios e preceitos funerários, conducente a uma progressiva diversificação em especial no final do IV milénio a.n.e., patente na proposta de um faseamento tripartido avançada anteriormente (BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013) que, mesmo que matizada com a necessidade de entender os fenómenos de mutação cultural como processos longos, é dificilmente compatível com a aceitação da manutenção em paralelo de dois pacotes votivos distintos, um mais conservador, sem pontas de seta nem cerâmica e outro mais diverso onde estes elementos, e as placas de xisto, surgem (VALERA, 2013, p. 116). Como em outro local avançamos, cremos que terá existido, efectivamente, uma sequência cronológica mais fina, impossível de aprisionar devidamente nos intervalos do radiocarbono, na qual os conjuntos e preceitos funerários conhecem uma real transformação e diversificação (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), reflexo de um quadro social, mental e cosmológico mais complexo, após um longo momento de estabilização e relativa uniformidade ao longo do segundo e terceiro quartel do IV milénio a.n.e., para depois se precipitar numa espiral de intensificação e mutação que representam os séculos finais do IV milénio e toda a primeira metade do III milénio a.n.e. coincidente, aliás, com o dinamismo que se conhecem nos espaços dos vivos.

5 – “O PRINCÍPIO É UM MOMENTO MUITO DELICADO”¹²: QUE TEMPO PARA AS PEQUENAS ANTAS?

Os trabalhos efectuados nas últimas décadas em sepulcros pré-históricos, com escavações devidamente documentadas, possibilitam um novo olhar sobre a questão das origens e desenvolvimento do Megalitismo no Sudoeste peninsular, enquanto conjunto das práticas funerárias das comunidades neolíticas, fornecendo novos

¹² Princesa Irulan, Abertura, *Dune*, 1984, de David Lynch, utilizado para fim idêntico em V. S. Gonçalves, 1999

elementos de análise, baseados em metodologias actuais, para a aferição do seu enquadramento cronológico rigoroso, permitindo superar as leituras assentes apenas no importante volume de dados recolhidos por Manuel Heleno, como foi apanágio durante longas décadas.

Nos últimos anos tem vindo a defender-se o início do Megalitismo, quer como as práticas funerárias da populações do final do Neolítico, quer como o arranque das edificações ortostáticas de cariz tumular, ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e., baseado no tratamento estatístico do conjunto de datas que tem vindo a ser dado à estampa (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011, p. 167; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 94; CARVALHO & CARDOSO, 2015. p. 50), curiosamente acompanhando propostas “intuitivas” estabelecidas há muito (SAVORY, 1969, p. 98). No caso dos pequenos sepulcros das áreas do Redondo e Monforte aqui apresentados, de acordo com as características do espólio, uma cronologia relativa que acompanhe este início do Megalitismo parece a mais acertada. Tal proposta poderá ser ratificada pela datação do sepulcro de Rabuje 5 (o único datado neste contexto), fornecendo, como indicado acima, um intervalo de tempo enquadrado entre 3630-3345 cal BC 2σ (Beta-191133: 4650 \pm 50 BP). Mesmo aceitando que esta poderá não estar directamente relacionada com a construção original do sepulcro, mas talvez à inclusão do corredor (admitindo que este se trata de uma adição posterior), o resultado parece que não diverge muito daquilo que podemos considerar como o espectro cronológico deste tipo de sepulcros. Com efeito, em Rabuje 5 o espólio recolhido na área do corredor não difere em grande medida daquele recolhido na câmara, ou em outros sepulcros arquitectonicamente semelhantes, pelo que podemos considerar que esta potencial nova fase construtiva terá ocorrido em períodos imediatamente sucedâneos aos da construção original, incluídos ainda no mesmo patamar crono-cultural. Outro ponto a tomar em atenção nesta ocorrência, para além da questão cronológica, é precisamente a questão cultural – a introdução de um corredor numa anta de câmara simples parece implicar a inserção de um espaço simbólico de mediação, eventualmente de cariz uterino, plenamente simbólico, possa ele ser funcional ou não, deixando entender as raízes cosmogónicas, mas também telúricas, inerentes a estas soluções. Estas preocupações já assaltavam Manuel Heleno perante antas de “*corredorsinho* [sic] *de pedras meúdas*” de “*saída impraticável*” questionando-se, e bem, em nosso entender, se não deveria ser entendido como a “*saída para a morte?*” (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 22).

O caso de Rabuje 5, a par de outras antas com corredor que, dado a sua reduzida dimensão, em termos de altura e largura, se tornam praticamente inutilizáveis, como a anta 1 do Lucas (CALADO, 1994), é particularmente interessante para o entendimento desta questão, quer do ponto de vista simbólico quer cronológico, pois permite assumir a sequência aditiva do processo evolutivo, por questões iminentemente simbólicas, como refere M. Calado (2003, p. 362), na justa medida em que todo o esquema arquitectónico/simbólico presente nos sepulcros megalíticos já se encontra presente nos pequenos sepulcros de câmara simples, sendo a introdução do corredor uma adição eventualmente de cariz “alegórico”, e posteriormente funcional em sentido estrito. Desde modo, em Rabuje 5, para além da eventual prova sequencial, com a adição do corredor, com nova orientação, agora muito próxima ao solstício de Inverno, a datação obtida sob um dos esteios, [10], de início do corredor, deixa entender que, pelo menos em meados do IV milénio a.n.e. poderíamos ter já a presença de antas de câmara e corredor, o que poderá ser acompanhado em sepulcros maiores, como se verá.

As características dos conjuntos votivos recolhidos nas pequenas antas do Redondo e Monforte enquadram-se perfeitamente nos critérios estabelecidos acima com base nos dados fornecidos para outras regiões e tipo de sepulcros, reconhecível nas particularidades dos artefactos de pedra polida, dos produtos líticos alongados e das armaduras geométricas. O único elemento de destaque é a inclusão de recipientes cerâmicos nos mobiliários votivos, representado apenas no caso dos Godinhos. Este facto poderá indicar uma

fase tardia de utilização, mas ainda relacionada com a fundação do monumento, num momento um pouco mais avançado do IV milénio a.n.e. (*cf.* também MATALOTO *et al.*, 2015), muito provavelmente contemporânea do bem conhecido exemplo do Poço da Gateira 1, de câmara simples e corredor curto, usualmente tida como exemplo do momento fundador do Megalitismo da região de Reguengos (LEISNER & LEISNER, 1951 a; GONÇALVES, 1992, p. 176).

Embora ainda se não disponha de um conjunto significativamente representativo para esboçar um diagrama cronológico rigoroso no qual fiquem expressas, com clareza, as mais antigas utilizações dos diversos tipos de sepulcros, as datações disponíveis são suficientes para se começar a traçar um quadro hipotético para o desenvolvimento do Megalitismo no Sudoeste peninsular, algo que temos vindo a tentar com base na informação disponível (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013), merecendo os devidos comentários (Fig. 60).

O caso mais expressivo é, sem dúvida, o de Cabeço da Areia (Montemor-o-Novo). Escavado por Manuel Heleno, trata-se de um pequeno sepulcro de câmara simples, com um conjunto votivo característico (lâminas e armaduras geométricas), bem enquadrado nos padrões estabelecidos acima (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64). A recolha de elementos osteológicos humanos, pertencentes a pelo menos dois indivíduos, permitiu obter uma datação situada no intervalo 3621-3356 cal BC 2σ (Beta-196091: 4650 ± 40 BP; *seg.* ROCHA & DUARTE, 2009, p. 776), indiciando a utilização deste sepulcro entre os finais do segundo e meados do terceiro quartel do IV milénio a.n.e. Cremos que esta deve ser efectivamente a data associável ao uso deste sepulcro pelas comunidades que o erigiram, não existindo qualquer argumento sustentável, cremos, para considerar tratar-se de uma reutilização avançada de um monumento supostamente mais antigo (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46), sendo para nós relativamente seguro aceitar a construção deste tipo de sepulcros no intervalo obtido, bem longe, pois, das cronologias de V milénio a.n.e que durante bastante tempo se lhes quiseram associar. Efectivamente, como veremos, os dados cronológicos que têm vindo a ser obtidos para outros sepulcros da mesma, ou maior, entidade, deixa cada vez mais clara a sua edificação em meados do IV milénio a.n.e., como notaremos nos exemplos seguintes.

O exemplo de Rabuje 5, já comentado acima sobre a relação entre a amostra de carvões e a potencial inclusão posterior do corredor (sendo desnecessário voltar a desenvolver aqui a questão), permite considerar que a “evolução arquitectónica” representada pela edificação de corredores, funcionais ou não, se terá processado ainda durante o pleno uso dos pequenos sepulcros simples em meados do IV milénio a.n.e., dado não se registarem, como dito antes, grandes diferenças entre o espólio recolhido na câmara e no corredor, algo que já não será tão claro no caso de Sobreira 1 (Elvas) (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013).

Com efeito, este sepulcro, uma pequena câmara simples, de tendência subelíptica com vestígios de ter possuído um corredor incipiente, muito próxima do caso da anta da Barroca, aqui apresentado, forneceu uma datação com resultado estatisticamente equiparável aos de Cabeço da Areia e Rabuje 5, nomeadamente 3643-3381 cal BC 2σ , obtido sobre amostra de osso humano (Beta-233283: 4770 ± 40 BP; *seg.* BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75). No entanto, em termos genéricos, o espólio recolhido aponta para utilizações mais avançadas no IV milénio a.n.e., eventualmente na transição do terceiro para o último quartel do IV milénio a.n.e., conforme o deixa entender a presença de uma ponta de seta, de recipientes carenados, mas também da goiva. Todavia, trata-se da datação directa de uma inumação, indicando assim uma inequívoca utilização funerária deste sepulcro em meados do IV milénio a.n.e., à qual se podia associar facilmente parte do espólio, como os artefactos de pedra polida ou até as pequenas lâminas não retocadas. Deste modo, talvez tenhamos uma utilização mais prolongada no tempo, ou mesmo uma nova utilização mais avançada, após alguns séculos de abandono, processando-se novo(s) enterramento(s) em momento mais tardio.

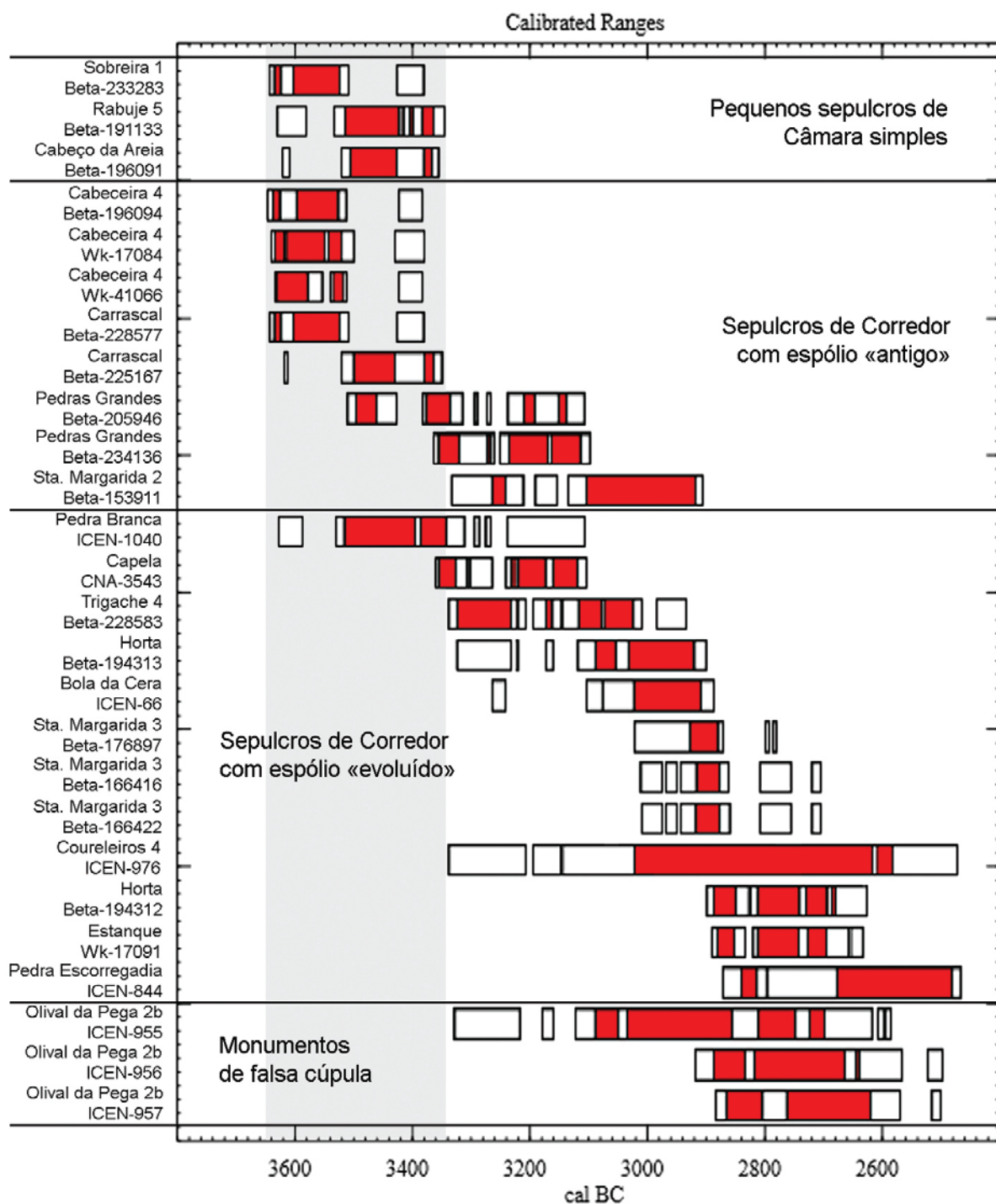


Fig. 60 – Datações para sepulcros megalíticos do Sudoeste peninsular, discriminados por tipologia “cultural”. Sepulcros de câmara simples: Sobreira 1 (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013), Rabuje 5 (BOAVENTURA, 2006 e 2009), Cabeço da Areia (ROCHA & DUARTE, 2009). Sepulcros de corredor com espólio “antigo”: Cabeceira 4 (ROCHA & DUARTE, 2009; CARVALHO & ROCHA, 2015), Carrascal (BOAVENTURA, 2009), Pedras Grandes (BOAVENTURA, 2009), Santa Margarida 2 (GONÇALVES, 2001). Sepulcros de corredor com espólio “evoluído”: Pedra Branca (SOARES, 2010), Capela (ODRIOZOLA *et al.*, no prelo), Trigache 4 (BOAVENTURA, 2009), Horta (OLIVEIRA, 2006), Bola da Cera (OLIVEIRA, 1998), Santa Margarida 3 (GONÇALVES, 2003 a), Coureleiros 4 (OLIVEIRA, 1998); Estanque (ROCHA & DUARTE, 2009), Pedra Escorregadia (GOMES, 1994). Monumentos de falsa cúpula: Olival da Pega 2b (GONÇALVES, 2003 a).

Como os próprios autores reconhecem (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75), seria de grande interesse a datação de todos os três indivíduos identificados, por forma a estabelecer uma cronologia de uso mais fina, ainda que não fosse obrigatória a resolução da questão, na justa medida em que os vestígios osteológicos recolhidos nas intervenções mais recentes não têm paradeiro conhecido (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 64).

O caso de Cabeceira 4 (Mora) assume particular relevância, a par de outros, como veremos, no contexto de análise das mais antigas deposições funerárias megalíticas. Igualmente escavado por Manuel Heleno, apresentava-se bastante destruído à altura da escavação, não sendo possível definir com rigor as suas características arquitectónicas e dimensões, ainda que tenha sido possível afirmar a presença de câmara, aparentemente arredondada, e corredor, para além de se anotar que o único esteio vertical tinha 1,96 m alt. × 1,35 m larg., e outro caído, com 2,37 m de comprimento, o que poderia indiciar estarmos na presença de uma anta de tamanho médio¹³, na qual apenas se recolheu um geométrico “com começo de moosa e um fragmento de faquinha” (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/31, fl. 36-37) para além de ossos do crânio e longos, que posteriormente se vieram a atribuir aparentemente a três indivíduos distintos, dois adultos e uma criança (ROCHA & DUARTE, 2009, p. 770).

Foram obtidas três datações, sobre ossos dos três indivíduos, que forneceram os seguintes resultados: Beta-196094: 4780 ± 40 BP – 3647-3383 cal BC 2σ, Wk-17084: 4759 ± 41 BP – 3640-3379 cal BC 2σ e Wk-41066: 4742 ± 20 BP – 3633-3383 cal BC 2σ (seg. ROCHA & DUARTE, 2009, p. 771; CARVALHO & ROCHA, 2015). Estas datações, estatisticamente idênticas entre si, associadas a três indivíduos distintos enterrados dentro de uma anta de média / grande dimensão, e genericamente associados a um trapézio assimétrico e um fragmento proximal de lâmina, solapam em grande medida as obtidas na pequena anta do Cabeço da Areia, deixando entender um desenvolvimento paralelo, ou muito próximo no tempo, de dois modelos arquitectónicos distintos, quer na sua dimensão, quer na sua formulação do espaço sepulcral. Assim, de alguma forma, os resultados obtidos na anta da Cabeceira 4, localizada no eixo central do conhecimento do Megalitismo das pequenas antas, impõem uma leitura substancialmente distinta do usual modelo de desenvolvimento linear das arquitecturas megalíticas alentejanas, não apenas na sua planta e dimensão, mas igualmente na suposta concepção colectiva do espaço funerário, que a construção de um sepulcro desta dimensão implica. Todavia, já outros dados vinham apontando neste sentido, ainda que provenientes de outras regiões, e sem a clareza que as três datas de Cabeceira 4 impõem.

O sepulcro do Carrascal (Sintra) (BOAVENTURA, 2009, p. 68) corresponde a uma anta grande, de cariz sepulcral colectivo, atendendo à presença de um número mínimo de dez indivíduos, com espólio de feição essencialmente “arcaizante”, que ofereceu datações estatisticamente indestrinçáveis das obtidas nos sepulcros anteriores. Estas, obtidas sobre duas amostras de *Homo* de indivíduos distintos, apresentaram os seguintes resultados: Beta-228577: 4770 ± 40 BP – 3643-3381 cal BC 2σ e Beta-228577: 4640 ± 40 BP 3618-3350 cal BC 2σ (seg. BOAVENTURA, 2009, Quadro 22). Estas duas datas vêm, assim, acompanhar o espectro cronológico apresentado para Cabeceira 4, que se pode caracterizar igualmente por ser uma anta média/grande, reforçando a contemporaneidade face à utilização dos pequenos sepulcros, com base na anta do Cabeço do Areia.

A anta das Pedras Grandes, igualmente um sepulcro de assinaláveis dimensões da Península de Lisboa, no qual se recolheu escasso espólio claramente votivo (BOAVENTURA, 2009, p. 123), permitiu também

¹³CNS 26695 – Monumento de grandes dimensões, com uma câmara que conserva 1 esteio *in situ* e 4 esteios caídos. Um dos esteios caídos a Este apresenta covinhas (4 visíveis). Não existem vestígios do corredor. Observam-se restos da mamao.

a obtenção de duas datações sobre ossos humanos, que forneceram resultados um pouco mais tardios, nomeadamente Beta-205946: 4590 ± 40 BP – 3510-3108 cal BC 2σ e Beta-234136: 4530±40 BP – 3364-3098 cal BC 2σ (seg. BOAVENTURA, 2009, Quadro 22), que nos parecem já transportar para o momento imediatamente subsequente ao anterior, mais centrado nos meados do milénio, enquanto aqui parece abarcar essencialmente o terceiro quartel do IV milénio a.n.e. Diga-se neste sentido que estes últimos, mesmo não sendo sepulcros manifestamente “monumentais”, não se tratam propriamente de antas de pequena dimensão, especialmente Pedras Grandes, como o próprio topónimo indica, reforçando a possibilidade de coexistência destas duas soluções arquitectónicas, mesmo que na Península de Lisboa as mais pequenas se não conheçam, o que não invalida que não tenham existido, ainda que as soluções naturais colmatassem as necessidades funerárias de pequenas comunidades, surgindo as grandes antas, não como necessidade de um amplo espaço de enterramento, mas sim como claras obras de ostentação/agregação comunitária, talvez mesmo mais que no Alentejo, onde as soluções funerárias não megalíticas eram mais escassas.

O caso de Pedra Branca (Grândola) revela-se mais complexo que os anteriores, especialmente por estarmos perante um sepulcro de muito longa diacronia de utilização. Se uma datação sobre amostra de *Homo* proveniente do corredor remete, com clareza para uma utilização dentro da primeira metade do III milénio a.n.e. (ICEN-1041: 4120 ± 50 BP – 2876-2505 cal BC 2σ; seg. SOARES, 2010, p. 76), já a datação proveniente de um indivíduo identificado na câmara, revela um período de utilização bastante mais recuado. Com efeito, forneceu um intervalo de 3628-3106 cal BC 2σ (ICEN-1040: 4620 ± 60 BP; seg. SOARES, 2010, p. 75), colocando uma vez mais uma anta grande, enquadrável principalmente dentro do terceiro quartel do IV milénio a.n.e., acompanhando outros sepulcros com espólios “arcaizantes”, como se verá. Como referido, a aparente “antiguidade” desta datação em relação à generalidade do mobiliário votivo (onde se destacam várias dezenas de placas de xisto gravadas), levou “*a procurar no registo artefactual proveniente da câmara funerária e em particular da área onde se recolheu a amostra de osso datada, evidências atribuíveis a essa primeira fase de tumulações*” (SOARES, 2010, p. 77). Desde logo que, no conjunto, merecem atenção as armaduras geométricas, como potencialmente correspondendo a essa etapa inicial de utilização do monumento. Curiosamente, um dos elementos apresentados aparenta ter sido produzido sobre o sílex cinzento opaco descrito acima (cf. SOARES, 2010, p. 80, Fig. 12), embora esta avaliação tenha sido feita apenas sobre a fotografia apresentada, não sendo obviamente suficiente para confirmar a hipótese.

Escusamo-nos aqui a comentar as datações obtidas por termoluminiscência para as antas do Poço da Gateira 1 e Gorginos 2, na justa medida em que hoje oferecem intervalos de tempo excessivamente antigos e dilatados (respectivamente, OxTL-169b: 4510 ± 360 BC e OxTL-169c: 4440 ± 360 BC, seg. WHITTLE & ARNAUD, 1975), que manifestamente nos surgem desadequados integrar no discurso actual, como bem comentou e propôs Rui Boaventura (2011, p. 161)

A única datação fiável disponível para antas médias de corredor na área alentejana, passível de ser ainda enquadrada em boa medida nos finais do IV milénio a.n.e. refere-se àquela obtida para Santa Margarida 2 (Reguengos de Monsaraz). Sob a estrutura de condenação identificada na transição corredor-câmara, foi recolhida uma amostra de carvões de *Erica umbellata* que, sujeita a datação, forneceu o seguinte resultado: 3334-2906 cal BC 2σ (Beta-153911: 4410 ± 60 BP; seg. GONÇALVES, 2001, p. 172). Este resultado estabelece, então, um *terminus ante quem* para o uso deste sepulcro, decorrendo o seu encerramento algures na viragem do IV para o III milénio a.n.e., deixando entender que este deverá ter sido essencialmente anterior à diversificação e multiplicação dos espólios votivos ocorrida, segundo cremos, justamente nesta transição de milénio, mas acompanhando, como se verá, utilizações crono-culturalmente semelhantes presentes em outros tipos de sepulcro, como as grutas artificiais/hipogeus.

Efectivamente, dispomos de diversas datações genericamente enquadráveis no último quartel do IV milénio a.n.e. associadas a antas de média e grande dimensão, nas quais se começa a verificar a diversificação e multiplicação dos espólios votivos, tanto no Alentejo¹⁴ como na Península de Lisboa, nomeadamente na anta da Horta (Alter do Chão), Bola da Cera (Marvão) e Trigache 4 (Odivelas). Estas datações, exceptuando aquela referente a Trigache 4, são aparentemente relativas aos níveis de base destes monumentos, associados a espólio “evoluído” com placas de xisto gravadas e recipientes cerâmicos com formas diversificadas. Qualquer um deles forneceu resultados estatisticamente semelhantes, nomeadamente 3325-2900 cal BC 2σ (Horta, Beta-194313: 4390 \pm 50 BP; seg. OLIVEIRA, 2006), 3264-2887 ca BC 2σ (Bola da Cera, ICEN-66: 4360 \pm 50 BP; seg. OLIVEIRA, 1998) e 3338-2934 ca BC 2σ (Trigache 4, Beta-228583: 4450 \pm 40 BP; seg. BOAVENTURA, 2009) – colocando-os genericamente no mesmo intervalo que o obtido para o encerramento de Santa Margarida 2.

A construção e utilização deste tipo de antas de média e grande dimensão parece manter-se durante os primeiros séculos do milénio seguinte, caracterizadas por mobiliários votivos diversificados, com datações principalmente centradas no primeiro quartel do III milénio a.n.e., evidente nos níveis de base de Santa Margarida 3 (Reguengos de Monsaraz), cujas datações sobre amostra de *Homo* forneceram resultados sensivelmente idênticos, nomeadamente, 3021-2780, 3011-2705 e 3011-2705 ca BC 2σ (respectivamente, Beta-176897: 4290 \pm 40 BP, Beta-166416: 4270 \pm 40 BP e Beta-166422: 4270 \pm 40 BP; seg. GONÇALVES, 2003 a, p. 297) – curiosamente contemporâneos dos primeiros monumentos de falsa cúpula (*cf.* o caso de Olival da Pega 2b; GONÇALVES, 2003 a, p. 297).

O conjunto de datações apresentadas acima referentes a antas do Alentejo e Península de Lisboa permitem assumir que, desde momentos recuados do IV milénio a.n.e. convivem como espaços funerários dois modelos de arquitecturas megalíticas: as pequenas antas de câmara simples e as antas de câmara e corredor, estas com módulos diversos, inclusive de grande dimensão. Deste modo, e com os dados disponíveis, torna-se bastante complexo assumir uma perspectiva evolutiva linear, do simples e pequeno, para o maior e mais complexo, seguindo as propostas evolucionistas baseadas nas ideias de Manuel Heleno que, como referimos mais acima, sendo resultado de quadros teóricos do seu tempo, enfermavam da ausência de cronologia absoluta, deficientes estratigrafias, e da estruturação teórica histórico-culturalista evolutiva na qual a diversidade era complexa de encaixar.

Assim, acompanhamos a proposta de Manuel Calado (2003, p. 360) que nos afirma a necessidade de aceitarmos a contemporaneidade, pelo menos parcial, dos dois modelos, e módulos, arquitectónicos, e de outras formas intermédias, sem que para tal tenhamos que rejeitar por completo o modelo evolucionista. A ausência de utilizações únicas de pequenos monumentos de câmara simples em momentos avançados do IV milénio a.n.e., passe uma ou outra situação conhecida de marcado regionalismo, como pode ser o caso de pequenas sepulturas de Monchique, deixa entender que, ao menos no Alentejo este tipo de sepulcros deixa de ser edificado, ainda que alguns autores continuem a defender, acerrimamente, a continuidade de construção das pequenas antas até momentos bastante avançados do III milénio a.n.e., fenómeno para o qual não cremos existirem dados consistentes no território em análise (BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004, p. 96).

¹⁴ A datação de Coureiros 4 (Castelo de Vide), obtida sobre amostra de carvão e oferecendo um intervalo de tempo bastante dilatado (nomeadamente, 3338-2471 cal BC 2σ ; ICEN-976: 4240 \pm 150 BP; seg. OLIVEIRA, 1998), torna-se pouco útil na avaliação destas utilizações.

Por outro lado, parece bem evidente nos dados avançados que as grandes e médias antas de corredor se edificam e usam desde meados do IV milénio a.n.e. até bem entrado o III milénio a.n.e., favorecendo, por um lado, o sentido evolutivo, assente numa contemporaneidade parcial de construção e uso dos diversos tipos de sepulcro, acompanhando, de certo modo, o modelo do “polimorfismo evolutivo” avançado por L. Rocha (2005, p. 268) com base nos dados de Manuel Heleno, mas dotando-o de uma dinâmica cronológica distinta onde, eventualmente, a um primeiro momento de pequenas antas se passa rapidamente a um modelo e módulo de muito maiores dimensões, que se prolongará bastante no Tempo, nas suas diversas morfologias e volumetrias. Esta deve ser uma leitura elaborada de modo independente dos conteúdos votivos depositados, e pensada essencialmente com base nas datações de ossos humanos disponíveis, que provem a utilização funerária dos espaços.

É certo que questões como a transladação sistemática de conjuntos ósseos e artefactuais (ROCHA, 2005, p. 269), associados a rituais de fundação e ao culto de antepassados, tal como a hipótese do “osso-memória” de São Pedro do Estoril (GONÇALVES, 2009, p. 492), ainda que seja uma solução “engenhosa” e teoricamente muito defensável, podendo ajudar a explicar algumas situações, como no caso de São Pedro do Estoril 1 onde o espólio “arcaico” é escasso, é quanto a nós pouco aceitável de forma sistemática e intensa, sendo uma solução parca, nascida apenas do preconceito incutido pelo modelo evolucionista de Manuel Heleno.

A prova deste modelo terá que lidar de modo consistente com a análise antropológica, como bem nos lembrou muitas vezes Rui Boaventura, sendo pouco provável que, num processo de transladação, por motivos rituais de cariz fundacional, se registasse a limpeza completa e a mudança absoluta de todas as componentes osteológicas, mesmo as de menores dimensões. Neste caso, o exemplo da anta do Carrascal, em Lisboa, impõe mais alguns comentários, na justa medida em que o espólio é exclusivamente “arcaizante”, e o número mínimo de indivíduos é de dez, incluindo-se um nutrido conjunto de dentes, mas igualmente ossos pequenos, como duas falanges (BOAVENTURA, 2009, vol. II), as quais usualmente faltam nas deposições secundárias, como se poderiam designar estas transladações.

Por outro lado, ao assumirmos que estas presenças resultavam, numa anta grande, do processo fundacional de transladações, quase seríamos forçados a aceitar que o sepulcro pouco ou nada teria sido utilizado posteriormente, o que nos parece manifestamente rebuscado, neste como em outros exemplos. Aliás, a argumentação de L. Rocha sobre a escassez de espólio em muitos dos sepulcros ser a putativa prova da sua “limpeza” para efeitos de transladação (ROCHA, 2005, p. 269) joga em desfavor desta hipótese ou impõe, uma vez mais, que depois de fundados, estes seriam abandonados sem nunca serem ocupados, como se poderia depreender dos dados, escassos, recolhidos em escavações recentes de várias antas de média dimensão, de câmara simples e corredor, mas com espólios votivos “arcaizantes”, como acontece nas antas de Piornal 1 e 2 (GONÇALVES, 2013). É certo que este exemplo se poderia multiplicar inúmeras vezes se nos referíssemos a sepulcros escavados por Manuel Heleno ou pelo casal Leisner. Por outro lado, resta invocar o exemplo mítico, por isso menos fiável, do evidente nível inicial da “Anta Grande” do Zambujeiro, apenas com espólio votivo arcaico (armaduras geométricas, pequenas lâminas, pedra polida e contas de “pedra verde”, sem cerâmica), e que teria ficado selado sob o colapso de um dos esteios, sobre o qual se desenvolveria uma longa diacronia mais tardia deposições. O próprio caso da anta da Cabeceira 4, publicado pela L. Rocha, com três datações, de três indivíduos distintos, incluindo os frágeis ossos do crânio de uma criança, “associados” apenas a um fragmento de lâmina e a um trapézio, impunham, de novo, a fundação e abandono do sepulcro. Assim, e mesmo que assumíssemos que nos finais do IV e ao longo do III milénio a.n.e. as práticas funerárias se diversificam e impõem a manipulação frequente de ossadas humanas (VALERA *et al.*, 2012), cremos ser manifestamente forçada a explicação, de forma sistemática, destas presenças através de actos de transladação. Deste modo,

deveremos entender, igualmente, de forma distinta a presença de espólios “arcaicos”, isolados ou partilhando a estratigrafia, em grandes antas.

Julgamos agora conveniente efectuar um breve apontamento sobre as cronologias absolutas de outros sepulcros, e a sua associação a conjuntos artefactuais votivos, para termos um melhor entendimento sobre a diacronia de uso dos mesmos, e do seu processo de mutação.

A par da construção e utilização das antas regista-se, como temos vindo a ver, no âmbito mais alargado das práticas funerárias abrangidas pelo “Megalitismo de largo espectro” (GONÇALVES, 1992; BOAVENTURA, 2009), a utilização de outras soluções mortuárias, designadamente, a utilização de cavidades cársticas e a construção e utilização de grutas artificiais. Não existindo aparentemente divergências crono-culturais latentes, poderemos argumentar que o recurso a estas distintas soluções poderá estar relacionado com condicionantes de ordem física – nomeadamente contextos geológicos e geomorfológicos específicos, sem que outras explicações de cariz cultural sejam de excluir, atendendo ao exemplo de Sobreira de Cima onde, nas imediações das diversas grutas artificiais se edificaram pequenas antas (VALERA, 2013), ou mesmo toda a Península de Lisboa, onde a presença de antas colide com a natural simplicidade de acesso às outras soluções.

Com efeito, as utilizações de grutas naturais evidenciam-se onde estas ocorrências se registam, não havendo uma clara distinção geográfica, coexistindo com o Megalitismo de antas na área estremenha (*cf.* BOAVENTURA, 2009), sendo de referir, igualmente, o caso do Escoural, localizado em plana “área megalítica” – lembrando, por exemplo, que se situa a escassas dezenas de quilómetros das grandes concentrações de pequenos sepulcros simples do grupo de Coruche-Montemor.

O caso das grutas artificiais parece ser mais complexo de avaliar, dada a clara influência mediterrânica (não oposto, mas concomitante com o Megalitismo, de influência atlântica), incidindo, até há pouco, principalmente em regiões costeiras (como a Estremadura e o Algarve). Contudo, como trabalhos recentes realizados no âmbito do sistema de Alqueva o tem evidenciado (VALERA & FILIPE, 2012; VALERA, 2013; FERNANDES, 2013; BAPTISTA *et al.*, 2013, VALERA *et al.*, 2014 a e 2014 b, entre muitos outros ainda não publicados), este fenómeno regista inusitado vigor e densidade no interior alentejano, essencialmente a Sul da serra do Mendro (Portel / Vidigueira), podendo considerar-se que a sua abertura seja motivada essencialmente por um determinismo geológico, condicionado pelo substrato facilmente escavável dos “Barros de Beja”. No entanto, nesta ampla região, o Megalitismo de antas, embora escasso, encontra-se atestado, principalmente na margem desta vasta área pedológica, e em particular a Sul dela, já nas estribações da serra algarvia. Todavia, a justificação geológica da dificuldade de obtenção de grandes lajes para a construção de sepulcros do tipo anta é apenas parcial, na justa medida em que são utilizados, com frequência, grandes blocos no fecho das entradas dos hipogeus neolíticos, ou mesmo da Idade do Bronze, que facilmente permitiriam a construção de pequenos sepulcros de câmara simples. Por outro lado, a intensa actividade humana registada desde sempre sobre estas áreas de férteis solos poderão ter tido um papel relevante na desaparecimento de muitos sepulcros do tipo anta.

Este certo determinismo geológico vem relançar o debate já levantado por Clara Oliveira e Jorge Oliveira sobre os aparentes “vazios megalíticos” registados na área alto-alentejana – sendo sugerido que, por influência dos contextos geológicos (nomeadamente, dos ambientes cenozóicos), as soluções mortuárias possam corresponder a estruturas subterreas actualmente de difícil identificação na paisagem (*cf.* OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2000)

Actualmente dispomos então de todo um novo panorama de análise que nos permite analisar esta realidade das grutas artificiais desde uma nova perspectiva. Com efeito, até bem recentemente, o fenómeno “hipogeico” era assumido como um fenómeno eminentemente litoral, com períodos de construção e utilização estabelecidos a partir de finais do IV milénio a.n.e. e estendendo-se por boa parte do seguinte. Como já se disse, novos

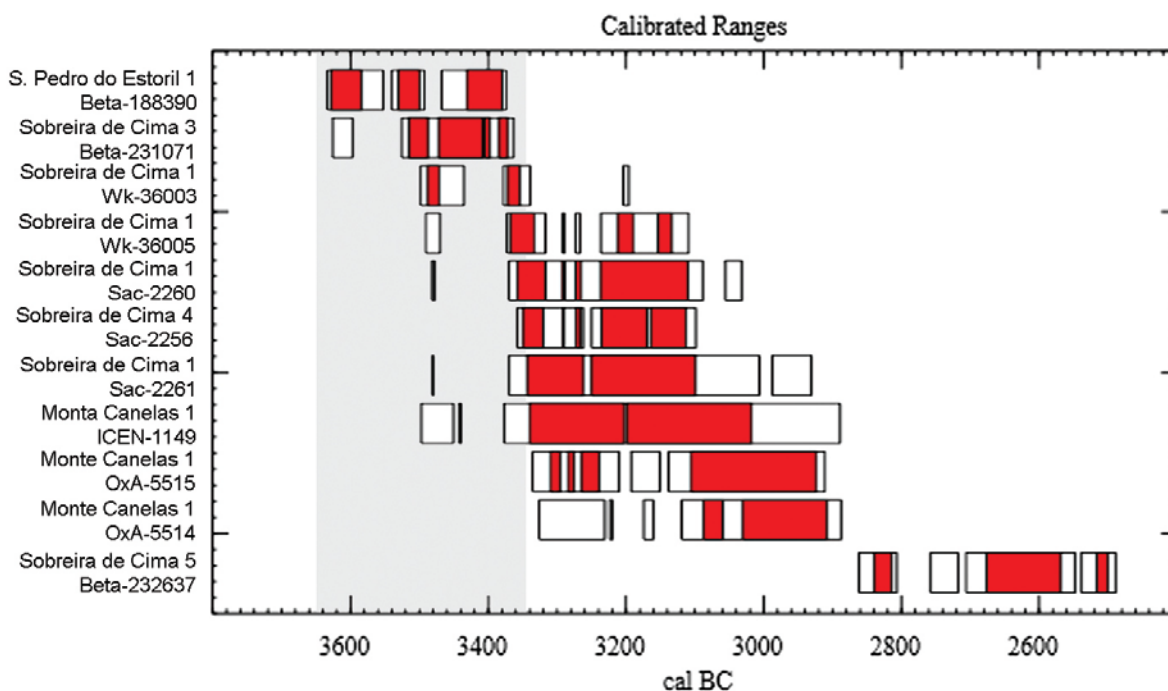


Fig. 61 – Datações para as primeiras utilizações funerárias de grutas artificiais durante o IV milénio a.n.e: São Pedro do Estoril 1 (GONÇALVES, 2009), Sobreira de Cima (VALERA, 2013), Monte Canelas 1 (PARREIRA, 2010). A banda cinzenta indica o espectro temporal de utilização dos pequenos sepulcros simples ($\approx 3640-3340$ cal BC 2σ). Datações recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMEIR, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

trabalhos motivados pelo empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, têm permitido alterar esta imagem, alargando não só o espectro geográfico deste tipo de sepulcros, como também o seu espectro cronológico, possibilitando a identificação e escavação de um conjunto significativo de grutas artificiais localizadas em regiões interiores, especialmente nos designados “Barros de Beja e Serpa”, construídas e utilizadas muito possivelmente a partir do segundo quartel do IV milénio a.n.e. (Fig. 61)¹⁵, com espólios votivos simples, conforme enunciado acima no ponto 4.

De acordo com dados recentes, a primeira utilização das grutas artificiais no contexto genérico do Sudoeste peninsular poderá efectivamente remontar a meados do IV milénio a.n.e., principalmente tomando em atenção a datação sobre amostra de *Homo* do sepulcro 3 da Sobreira de Cima, centrada em 3630-3357 ca BC 2σ (Beta-231071: 4670 ± 50 BP, seg. VALERA, 2013). Esta primeira utilização de grutas artificiais, de uso, se não colectivo, pelo menos múltiplo, poderá mesmo recuar se tivermos em conta, mesmo considerando o relativamente extenso intervalo de tempo, a datação para o contexto de Monte do Marquês 15, referente a 3771-3371 ca BC 2σ (Sac-2624: 4810 ± 90 BP; seg. BAPTISTA *et al.*, 2013).

Os sepulcros 1 e 4 da Sobreira de Cima reflectem já utilizações basicamente relativas à segunda metade do IV milénio a.n.e., enquadradas em $\approx 3500-2930$ cal BC, referindo-se aos intervalos dos extremos oferecidos

¹⁵Excluem-se as datações relativas aos III milénio a.n.e. (à excepção de Sobreira de Cima 5, por apresentar espólio exclusivamente simples), incluindo-se aquelas que, apesar de apresentarem espólio diversificado (como São Pedro do Estoril 1 e Monte Canelas 1), forneceram datações ainda enquadráveis dentro do IV milénio (podendo indicar os episódios de utilização “original”).

pelas datações Wk-36003: 4601 ± 26 BP e Sac-2261: 4500 ± 70 BP, respectivamente, a máxima e a mínima (seg. VALERA, 2013, p. 41). O sepulcro 5, com espólio simples e pouco diversificado, disponibilizou uma datação basicamente referente ao segundo quartel do III milénio a.n.e., designadamente, 2862-2489 ca BC 2σ (Beta-232637: 4080 ± 40 BP, seg. VALERA, 2013, p. 41). Tal resultado poderia voltar a equacionar a frágil dicotomia cultural *espólios simples – espólios diversificados*, com a possibilidade de coexistência temporal de distintos conjuntos votivos; no entanto, como referido, “*esta datação deverá ser olhada com pouca confiança, revelando o osso datado pouco colagénio*” (VALERA, 2013, p. 45).

Seja como for, o conjunto de sepulcros da Sobreira de Cima revela utilizações possivelmente iniciadas em meados do 4.º milénio a.n.e., sendo extensíveis por toda a sua segunda metade, colocando-os num extenso patamar cronológico que inclui a fase plena e final dos pequenos sepulcros megalíticos simples (conforme demonstrado na Fig. 61), toda a fase de desenvolvimento dos pequenos sepulcros de corredor com espólios simples e a fase inicial dos monumentos de corredor com espólios diversificados.

No caso de Monte Canelas 1, já na faixa costeira algarvia, apesar de as datações terem fornecido resultados sensivelmente idênticos aos registados pelas datações dos sepulcros 1 e 4 de Sobreira de Cima, correspondentes a um intervalo de ≈ 3500 -2890 cal BC (de acordo com as datações ICEN-1149: 4460 ± 110 BP, OxA-5515: 4420 ± 60 BP e OxA-5514: 4370 ± 60 BP, seg. PARREIRA, 2010), os espólios apresentados, correspondendo a mais de uma centena de deposições funerárias, são já diversificados, destacando-se as placas de xisto gravadas, pontas de seta e alfinetes com cabeça canelada (MORÁN & PARREIRA, 2007, p. 81-83). Embora dentro do espectro cronológico obtido se inclua igualmente aquele proposto para este tipo de artefactos, por comparação com os contextos de Sobreira de Cima, poderemos propor episódios de utilização crono-culturalmente semelhantes, sugeridos por algumas armaduras geométricas e alguns artefactos de pedra polida mais característicos. Esta hipótese poderá encontrar fundamento no sepulcro contíguo de Monte Canelas 3 (MORÁN & PARREIRA, 2007, p. 85-86), exclusivamente com mobiliários votivos simples compostos por artefactos de pedra polida (entre os quais, uma goiva integrando um depósito específico) e lâminas integráveis no Grupo 1, atribuíveis à segunda metade do IV milénio a.n.e., conforme indicado acima no ponto 4.

No mesmo sentido parecem também apontar os dados recolhidos nas grutas artificiais de Aljezur, tendo o sepulcro homónimo fornecido espólio eminentemente atribuível a finais do IV milénio a.n.e. e primeira metade do seguinte (LEISNER, 1965, Taf. 130-131), podendo algum pouco espólio de feição mais “arcaizante” sugerir utilizações mais recuadas, que se registam, efectivamente e em exclusivo, nos sepulcros da Barrada, com armaduras geométricas típicas (destacando-se os trapézios de “*tipo Monchique*”, correspondentes aos que Manuel Heleno designava “com moosa” ou seja um entalhe acentuado no bordo menor), artefactos de pedra polida e braceletes (BARRADAS *et al.*, 2013), tendo-se obtido uma datação com um intervalo genericamente enquadrado no último quartel do IV milénio a.n.e, sobre um osso humano recolhido nos níveis de enterramento superiores¹⁶. Esta datação, ainda que conhecida sumariamente vem, de alguma forma, sustentar a anterioridade destes conjuntos face aos associáveis às datações do sepulcro 1 de Monte Canelas, com espólio mais diversificado.

A relação cultural e cronológica entre estas grutas artificiais e as grutas naturais é inequívoca (à parte algumas pequenas divergências formais), evidente pela presença de itens característicos em ambos contextos, nomeadamente as braceletes e os furadores em osso – referindo-se aos exemplares identificados em Sobreira de Cima 1 e 2, Barrada e Outeiro Alto 2 (VALERA, 2013; BARRADAS *et al.*, 2013; VALERA & FILIPE, 2012;

¹⁶ Informação pessoal de Elisabete Barradas, que agradecemos.

VALERA *et al.*, 2014), associados a artefactos de pedra polida e geométricos. Indicam assim utilizações possivelmente fundeadas no Neolítico Médio, atribuição crono-cultural que poderá ser corroborada pelas datações conseguidas, particularmente aquela proveniente de Sobreira de Cima 3 – num patamar semelhante ao dos pequenos sepulcros megalíticos simples.

Tais dados permitem reavaliar igualmente as ocorrências de grutas artificiais na Estremadura, especialmente no conjunto de São Pedro do Estoril. Como referido acima, as deposições originais efectuadas no monumento 2 eram acompanhadas por espólio que se poderia considerar como “arcaico”, característico de etapas cronológicas centradas em meados do IV milénio a.n.e., caracterizado por escassa e atípica cerâmica, artefactos de pedra polida (destacando-se os machados de secção subcircular e as goivas), lâmina de sílex e furadores de osso (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964) – sabendo-se que corresponderiam à utilização original do monumento dado se encontrarem seladas pelo abatimento do tecto do sepulcro. Da mesma maneira, a datação sobre amostra de *Homo* recolhida no monumento 1, destacando-se das restantes atribuíveis ao III milénio a.n.e., indica um episódio de utilização centrado em 3634-3374 ca BC 2 σ (Beta-188390: 4720 \pm 40 BP, seg. GONÇALVES, 2009), coincidente então com a datação relativa atribuída à utilização original do monumento 2, e que originou a já mencionada hipótese do “osso-memória”, decorrente, então, de uma das duas hipóteses que o mesmo autor havia formulado anos antes: 1) A gruta 1 é posterior à gruta 2, revelando já espólios de características mais evoluídas; 2) A gruta 1 é contemporânea da gruta 2, mas os espólios foram removidos pelas utilizações posteriores ou confundem-se com os mais tardios (GONÇALVES, 2003 b, p. 144). Assim, aceitando a possibilidade da presença de uma deposição “fundacional” poder-se-ia aceitar a primeira proposta, ainda que a segunda seja igualmente plausível, sendo que apenas um esquema de datação intensiva talvez possa solucionar a questão.

A possível contemporaneidade das grutas artificiais da área estremenha face às mais antigas alentejanas é igualmente sugerida por alguns elementos recolhidos nos vários sepulcros do conjunto de Casal do Pardo (principalmente nos monumentos 3 e 4), tais como os abundantes geométricos (que, no monumento 3, ascendem a mais de 40) ou os numerosos machados de secção subcircular, muito embora a sua posição estratigráfica dentro dos conjuntos não seja discernível (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA 1961; *cf.* também ANDRADE, 2015).

Naquilo que ao Megalitismo poderá dizer respeito, excluindo obviamente as utilizações funerárias durante o Neolítico Antigo, as datações disponíveis para grutas naturais oferecem um espectro disperso ao longo de todo o IV milénio a.n.e. (Fig 62¹⁷), um ciclo possivelmente iniciado por contextos como a “Sala do Ricardo” da Lapa da Bugalheira¹⁸ ou o Horizonte NM da gruta do Caldeirão, datados respectivamente de 4032-3713 e 3943-3635 ca BC 2 σ (ICEN-739: 5090 \pm 60 BP, seg. ZILHÃO & CARVALHO, 1996; TO-349: 4940 \pm 70, seg. ZILHÃO, 1992). Outros contextos de gruta, como Casa da Moura (CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011), Cova da Moura

¹⁷Excluem-se as datações de contextos que registam igualmente utilizações sólidas do III milénio a.n.e. (como Cova da Moura, Casa da Moura, Lapa do Bugio ou Poço Velho), à excepção da Lapa da Bugalheira e Caldeirão por representarem níveis ou ambientes aparentemente fiáveis datáveis do IV milénio a.n.e. (“Sala do Ricardo” e Horizonte NM, respectivamente). Foram excluídas as seguintes datações: Oxa-4444: 5560 \pm 160 BP, da gruta do Escoural, considerada como não fiável (*cf.* anexo de A. M. Soares em ARAÚJO & LEJEUNE, 1995); ICEN-1181: 4030 \pm 280 BP, da gruta do Bom Santo, por apresentar um intervalo de tempo excessivamente dilatado (*cf.* CARVALHO, 2014).

¹⁸A Lapa da Bugalheira, escavada por Afonso do Paço, basicamente forneceu espólio relativo ao III milénio a.n.e.; posteriormente, durante trabalhos de desobstrução realizados pela STEA, foi identificada uma sala lateral selada, designada como “Sala do Ricardo”, onde se identificaram inumações exclusivas do IV milénio a.n.e., com uma datação de radiocarbono enquadrável no seu primeiro quartel (ZILHÃO & CARVALHO, 1996)

(SPINDLER, 1981; SILVA, 2002), Poço Velho (GONÇALVES, 2009), Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992), Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & CARDOSO, 2015), Bom Santo (CARVALHO, 2014), Algar do Barrão (CARVALHO, ANTUNES-FERREIRA, & VALENTE, 2003) e Escoural (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995), oferecem datações extensíveis por todo o IV milénio a.n.e., algumas delas recuadas até ao seu primeiro quartel, sendo de comentar aqui apenas os quatro últimos casos, onde não se registam, ao contrário dos restantes, utilizações massivas do III milénio a.n.e., assumindo-se assim como pontos fiáveis de comparação elementar para os pequenos sepulcros megalíticos.

Com efeito, qualquer um destes quatro casos apresenta datações equiparáveis àquelas obtidas para a “Sala do Ricardo” da Lapa da Bugalheira ou para o Horizonte NM da gruta do Caldeirão. Nos casos de Lugar do Canto, Bom Santo e Barrão, se podemos recuar as primeiras deposições funerárias para um momento centrado na primeira metade do IV milénio a.n.e., o grosso da sua utilização parece centrar-se entre 3650 e 3350 cal BC – intervalo sobre o qual recaem a expressiva maioria das datações obtidas para as mais antigas utilizações funerárias em antas, como vimos acima e conforme demonstrado na Fig. 62.

Outras datações indicam já patamares de utilização relativos ao último quartel do IV milénio a.n.e., principalmente nos casos de Bom Santo, Barrão e Escoural, às quais poderão estar associadas as deposições de recipientes cerâmicos nestes contextos, particularmente expressivos no caso do Escoural (*cf.* ARAÚJO & LEJEUNE, 1995), sendo contemporâneas de algumas deposições em antas médias com corredor, e claramente semelhantes a várias obtidas na gruta artificial de Sobreira de Cima 1, onde estes ainda não surgem.

Se a relação cultural, para além da cronológica, entre pequenos monumentos simples ou de corredor curto e grutas naturais se evidencia com base nos conjuntos artefactuais (principalmente no parâmetros específicos das armaduras geométricas, como acima vimos), mais sólida se torna com os resultados das análises de isótopos de estrôncio realizadas sobre elementos osteológicos do Bom Santo, confirmando-se que uma parte significativa dos indivíduos aí inumados seria originalmente proveniente do Alentejo, de contextos hercínicos, sugerindo-se pelo estabelecimento de cinturas geográficas intermédias (100 km de raio máximo), assim como pelo fácil acesso potenciado pelo vale do Sorraia, a área de Mora como possível zona de origem (CARVALHO & ROCHA, 2015; *cf.* CARVALHO, 2014). Obviamente, a nosso ver, poderemos alargar esta potencial proveniência a outras paragens onde se registem igualmente os mesmos substratos geológicos; com efeito, os conjuntos de pequenos sepulcros das áreas de Montemor-Coruche e Montargil não se distanciam em grande medida, em relação ao Bom Santo, dos da área de Pavia (sendo também facilmente acessíveis pelo vale do Sorraia), podendo-se mesmo sugerir regiões mais remotas como (e porque não?) as áreas de Redondo e Monforte, especialmente tendo em conta os contornos específicos, de fácil trânsito, da região alentejana.

Perante o rol de dados apresentados cremos que se mantém claramente operante o cenário evolutivo em três fases traçado para os conjuntos votivos que caracterizam o Megalitismo, enquanto fenómeno funerário global, associável às comunidades neolíticas (BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 94), independentemente do espaço sepulcral escolhido.

Deste modo, o Megalitismo, ou as práticas funerárias de cariz múltiplo ou colectivo, às quais se associa inicialmente um conjunto votivo reduzido de cariz lítico, para além de pontuais braceletes em concha, com claras reminiscências em contextos e cronologias anteriores, parecem arrancar ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e., como propusemos anteriormente (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 98), havendo sido recentemente lançada a data *c.* 3800 cal BC para o início da colectivização do espaço funerário, por oposição às deposições individuais anteriores (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46). Não sendo as duas propostas anteriores necessariamente contraditórias, uma das datas obtidas sobre osso humano de um dos enterramentos individuais do Campo de Hockey (Cádiz) (VIJANDE, 2009, p. 273), parece abarcar ainda todo

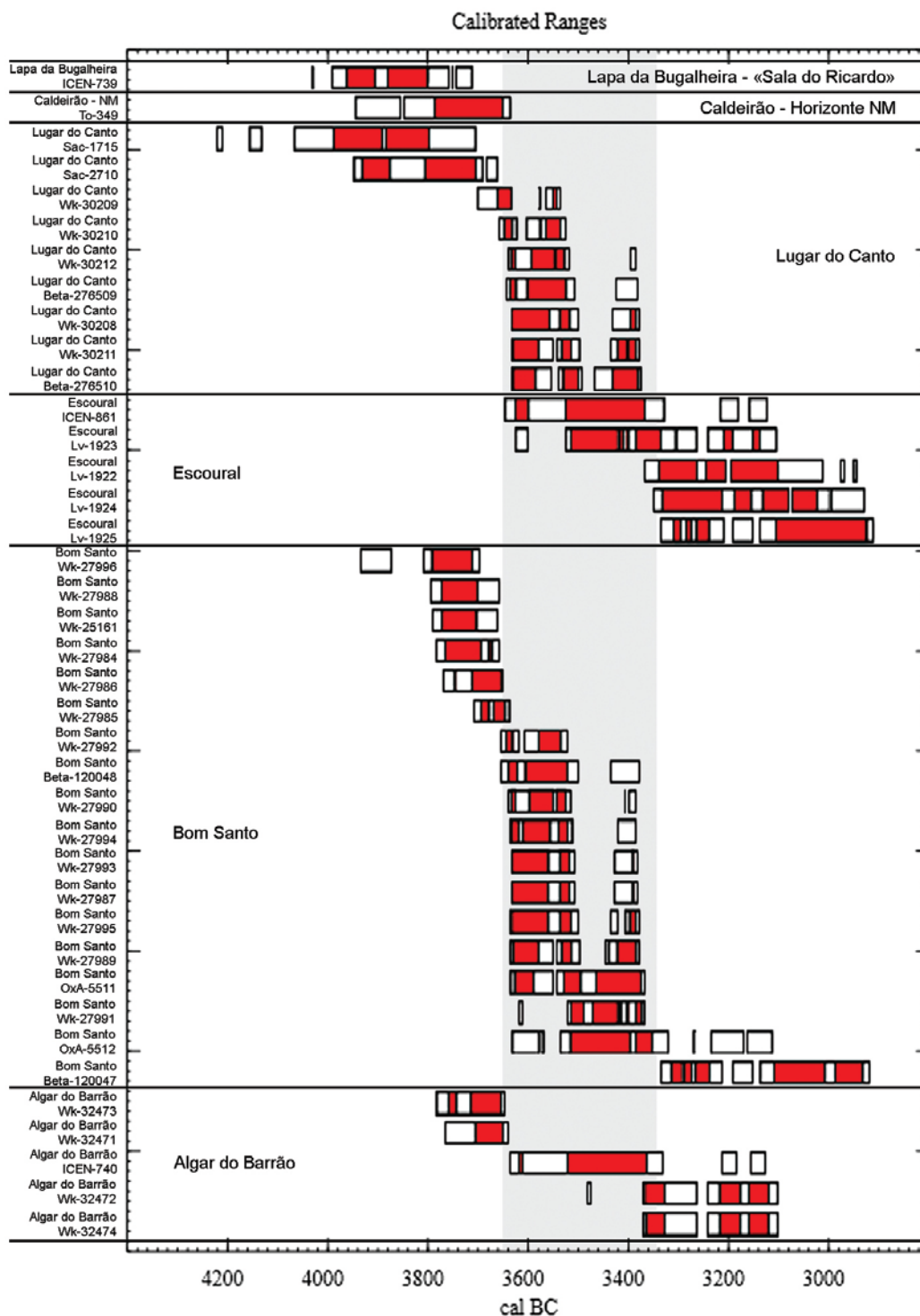


Fig. 62 – Datações para utilizações funerárias de grutas naturais durante o IV milénio a.n.e: Lapa da Bugalheira – “Sala do Ricardo” (ZILHÃO & CARVALHO, 1996), Caldeirão – Horizonte NM (ZILHÃO, 1992); Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & CARDOSO, 2015); Escoural (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995); Bom Santo (CARVALHO, 2014); Algar do Barrão (DUARTE, 1998; CARVALHO *et al.*, 2003). A banda cinzenta indica o espectro temporal de utilização dos pequenos sepulcros simples ($\approx 3640-3340$ cal BC 2σ). Datações recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

o primeiro quartel, deixando margem para que este processo decorra efectivamente ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e.

Na realidade, se exceptuarmos o designado “enterramento do fundador” H15-sec.C do Lugar do Canto, que parece mostrar ligeira anterioridade, centrando-se em boa medida no primeiro quartel do IV milénio a.n.e. (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 45), cremos que o arranque da construção ou uso funerário colectivo de antas, grandes e pequenas, grutas artificiais e naturais terá sido, segundo os dados disponíveis e a finura de leituras de radiocarbono possíveis, estatisticamente indiferenciáveis em todo o Sudoeste peninsular, portanto, algures durante o segundo quartel do IV milénio a.n.e.

6 – DE PEQUENINO... AS ANTAS E A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS FUNERÁRIAS AO LONGO IV MILÉNIO A.N.E.

Num momento em que o Megalitismo funerário parece perder cada vez mais “visibilidade” face à notoriedade ganha pela “invisibilidade” dos sepulcros subterrâneos, cremos que, ao menos para os territórios do Centro e Alto Alentejo, se deve recentrar e reforçar o entendimento do fenómeno megalítico, especificamente sem diluí-lo por completo no amplo fenómeno das “práticas funerárias das comunidades neolíticas” do Sudoeste peninsular. A força e presença dos monumentos megalíticos na Paisagem alentejana, no Passado e no Presente, não deve soçobrar perante o domínio existente na investigação das realidades “em negativo”, que muitas vezes anulam nos seus discursos a força de um fenómeno com a intensidade do Megalitismo. Cremos que os monumentos megalíticos funerários, mas também os não funerários, foram essenciais para estruturar a visão neolítica do espaço ocupado, constituindo verdadeiros marcadores culturais da presença dessas comunidades, desempenhando um papel muito além do mero “contentor” funerário. Certamente que o fizeram a par de outras formas de ocupar e marcar o território, mesmo as “negativas”, das quais conhecemos algo da parte subterrânea, mas pouco, quase nada, da parte aérea que teriam, cremos. Deste modo, e sendo patente que, com os dados materiais obtidos, não existe uma marcada diferenciação entre os espólios presentes nos diversos tipos de sepulcros, quer antas quer hipogeus, quer grutas naturais noutras paragens, iremos tentar centrar o nosso discurso nas antas e no papel que desempenharam na construção das paisagens. Neste sentido, cremos que a própria tradição megalítica menírica terá representado, justamente nesta região do Alentejo, um papel fulcral na fundação das paisagens das primeiras sociedades neolíticas, iniciando uma nova forma de estruturação e ligação ao território que, de algum modo terá a sua continuidade no Megalitismo funerário, podendo ambos ter na base o mesmo conceito de veneração dos antepassados (CALADO, 2004).

No estado actual dos conhecimentos, não descartando por completo leituras explicativas alternativas (JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b; KALB, 1981 e 1989; BUENO RAMÍREZ, 1988, 1989 e 1994; BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004; PARREIRA, 1996), cremos que, com a conjugação destes novos elementos com os dados de Manuel Heleno oportunamente divulgados, se poderá atribuir os pequenos sepulcros megalíticos de câmara simples a um momento possivelmente fundeado numa fase plena do Neolítico Médio (correspondendo a uma etapa inicial do Megalitismo regional), coexistindo culturalmente com os primeiros monumentos de corredor, assim como com grutas naturais e grutas artificiais, desde a fase final do Neolítico Médio ou já uma fase inicial do Neolítico Final, correspondendo a grande parte do IV milénio a.n.e.

Salvaguarda-se, contudo, e como o próprio Manuel Heleno anotou, que poderá registar-se a construção destes pequenos monumentos em etapas mais tardias, muito embora não nos pareça uma prática assim tão

frequente como poderia ser admitido. Com efeito, no total dos pequenos sepulcros escavados por Manuel Heleno (que ascendem a valores superiores a uma centena), os espólios recolhidos apontam genericamente utilizações reportáveis ao IV milénio a.n.e., sendo manifestamente raros aqueles que poderão apontar apenas utilizações mais tardias, como pode ser o caso de alguns de Monchique, ou do pequeno sepulcro do Cerro do Malhão (Alcoutim) que, apesar de bastante espoliado, forneceu um conjunto artefactual que não recuará a sua utilização para lá de finais do IV/inícios do III milénio a.n.e., não havendo qualquer elemento que indique uma utilização funerária anterior (CARDOSO & GRADIM, 2003). Desta maneira, reforçando o que acima se disse, a sequência evolutiva que mais se adequará ao fenómeno megalítico do Sudoeste peninsular, tendo em conta os dados disponíveis, parece ser precisamente aquela proposta por Leonor Rocha (ROCHA, 2005, p. 265-271) (*cf. supra* Fig. 11), registando-se a potencial coexistência teórica de tipos distintos de monumentos, sendo progressivamente abandonados os modelos mais antigos em detrimento de novas concepções sepulcrais e monumentais – possivelmente relacionadas com novas maneiras de encarar a Morte, reflectindo novas complexidades socio-culturais (GONÇALVES, 1999; THOMAS, 2012).

Teríamos assim, de acordo com o explanado, pequenos sepulcros de câmara simples que, ainda nos meados do IV milénio a.n.e. passariam a partilhar a construção de uma nova Paisagem com antas de maior dimensão, com câmara e corredor, sendo a construção dos primeiros progressivamente abandonada em detrimento de uma edificação preferencial destes, algures pelos inícios do último quartel do IV milénio a.n.e. Esta passagem parece reforçar não apenas a capacidade crescente de agregação, mas igualmente a necessidade de monumentalizar a Paisagem com um sentido colectivo claro, resultante de comunidades cada vez mais extensas, que ao longo desta segunda metade do IV milénio a.n.e. começarão igualmente a mobilizar esforços significativos para cercar as áreas habitacionais e de agregação com extensas estruturas de fossos. Deste mesmo processo de construção da Paisagem, em particular na área alentejana, fazem parte, desde cedo, as primeiras utilizações de grutas artificiais que, como ficou bem patente em Sobreira de Cima 5 (VALERA, 2013), poderiam apresentar uma componente visual e monumental aérea importante. Por outro lado, nas regiões onde estão disponíveis, as cavidades cársticas permanecem como parte importante da Paisagem funerária.

Deste modo, teríamos, assim, ao longo do IV milénio a.n.e uma transformação profunda da Paisagem do Sudoeste peninsular que deverá, ou mesmo terá, que reflectir acentuadas, ainda que paulatinas, mutações internas nas comunidades neolíticas que habitaram e transfiguraram este extenso território, muitas delas, cremos, não aprisionáveis apenas nas arquitecturas funerárias e habitacionais, mas igualmente, ainda com mais finura, nos espólios votivos, marcadores claros, assim os entendemos, das estruturas mentais e cosmológicas destas comunidades, as quais, como pensamos ficar patente na diversidade das ofertas votivas, apresentam crescente complexidade.

Manuel Heleno, na sua ânsia de lançar fundo “a coesão cultural e espiritual” do Povo Português, como um pilar fulcral da Nacionalidade (FABIÃO, 1999, p. 121; CARDOSO, 2013, p. 144), não deixa de apontar, como se referiu acima, que o “*grupo das antas primitivas*” “*teriam sido criadas pelos capsenses, como o provam os sílices deles análogos aos de Mugem, os quais tendo os enterramentos primeiros nos concheiros, começaram depois a fazê-los individualmente em sepulturas formadas de lages [sic]*” (Caderno n.º 14, *Escavações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Set. 1933* – APMH/2/1/11/14, fl. 14-15). Esta observação, tecida logo em 1933, irá ser estruturante, por si, do pensamento e enquadramento cronológico da “evolução” traçada para a arquitectura “dolménica”, basilar para a maior parte dos investigadores do Megalitismo em território actualmente português. Esta teoria, de forte cunho e pendor nacionalista, tomada por alguns com cariz mesmo “expansionista imperial” (FABIÃO, 1999, p. 121), haveria de ser recuperada, não sem alguma ironia, nos discursos de claro assento indigenista, equacionados já nos inícios da Democracia (ARNAUD, 1978, p. 104), ou anos mais tarde,

por vezes em autores teoricamente regidos pelos ditames do Materialismo Dialéctico (SILVA, 1987, p. 89; SOARES & SILVA, 2000), ainda que aqui matizada por razões teóricas, fazendo assentar as suas origens nas comunidades produtoras do litoral, mas ainda em fase bastante recuada. Aparentemente, os novos dados da mobilidade e da genética parecem vir aproximar, de novo, estas realidades, ao assumir-se que as comunidades humanas peninsulares do IV milénio a.n.e., apesar de algumas integrações de indivíduos externos, são ainda profundamente marcadas por indivíduos de marcadas origens indígenas, bastante recuadas (CARVALHO, 2014, p. 223). Contudo, e como Mariana Diniz e colaboradores apelam (DINIZ, NEVES & MARTINS, 2016, p. 138), perante a complexidade, e cariz por vezes dubitativo dos dados genéticos, especialmente para não geneticistas, e num quadro de aparente grande complexidade genética, é conveniente alguma contenção nas associações e deduções, ainda que um quadro de marcada continuidade fique patente. Efectivamente, mesmo na área centro-europeia, os processos não parecem lineares, ainda que emerja uma marcada penetração de novas comunidades com o início do Neolítico, posteriormente, no que designam *Event B*, justamente pelo início do IV milénio a.n.e. verifica-se uma acentuada miscigenação, com reforço dos haplogrupos “indígenas”, compondo um cenário bastante complexo (BRANDT *et al.* 2013, p. 260)

Ainda que o quadro genético possa reforçar as leituras de grande enraizamento local das comunidades, todavia, como bem notou Mariana Diniz (2000, p. 113) o arranque do Megalitismo funerário determina o fim de uma tradição justamente mesolítica de promiscuidade, ou coincidência, entre os espaços dos vivos e o dos mortos, marcada característica dos concheiros, mas igualmente das comunidades neolíticas até aos finais do primeiro quartel do IV milénio a.n.e., como se viu acima, e fica patente nas datas de Castelo Belinho (GOMES, 2008) ou Campo de Hockey (VIJANDE, 2009; VIJANDE *et al.*, 2015). A construção, seja ela subterrânea ou, em concreto neste caso, aérea, que exija não apenas a mobilização de parte da comunidade para a criação do espaço dos mortos, claramente separado dos vivos, representa uma clivagem cultural enorme, resultante de uma nova estrutura mental (DINIZ, 2000, p. 114), cosmogónica e provavelmente ontológica. Como diz esta autora, os monumentos megalíticos representam a efectiva “domesticação do morto” que, com o seu encerramento e controlo através de rituais específicos em estruturas construídas expressamente para o efeito, se transformam em antepassados, e permitem toda uma nova construção e estruturação da paisagem, partilhada pela comunidade que não apenas a ajudou a construir, como também se sente identificada com ela. Todavia, este processo de criação ou apropriação de uma nova paisagem, resultante da capacidade de agregação de uma comunidade não era, de forma alguma, desconhecida num momento anterior ao Megalitismo funerário, pois as mesmas de há muito se congregavam para a erecção e experienciação ritual ou simbólica em torno de menires e *cromlechs* (CALADO, 2004), o que apenas vem reforçar a profunda transformação mental que representa a criação e segregação real de uma Paisagem dos defuntos, ou dos antepassados, talvez antes apenas evocados pelas pedras meníricas erguidas.

Deste modo, cremos ser crucial compreender que o arranque do Megalitismo funerário não representa, na sua essência, uma transformação social e produtiva, capaz de assumir a agregação de uma pequena ou grande comunidade em torno da edificação de um pequeno ou grande sepulcro, pois essa de há muito existia perante o desafio de criação de espaços preñes de simbolismo, como o são os grandes menires ou os *cromlechs*. O arranque, então, do Megalitismo funerário, e desde logo da colectivização da morte que lhe está subjacente, representa uma profunda transformação mental e ideológica, talvez sem precedentes até então, resultando quiçá na criação da concepção de antepassado, decorrente do próprio processo de afirmação da agricultura. Na realidade, por outro lado, ainda que este facto possa representar uma profunda transformação mental, é clara a manutenção, consolidação e mesmo expansão de uma ideologia profundamente neolítica que venera o ciclo do “*Eterno Retorno*”, apanágio das sociedades agrícolas, enraizadas num território, sendo o mais

claro indício de tal a perpetuação da manutenção das orientações dos sepulcros para o quadrante Este, do Sol Nascente, tal como já acontecia com os *cromlechs* (CALADO, 2004).

Actualmente, o momento imediatamente anterior ao aparecimento desta paisagem segregacionista e simbólica, através do encerramento e controlo dos mortos e da morte (DINIZ, 2000, p. 114), pela edificação dos primeiros monumentos megalíticos, está ainda muito mal caracterizada, sendo raros, ou mesmo único, no espaço centro alentejano, o sítio que nos pode elucidar sobre essa fase em particular.

O caso das Atafonas poderá efectivamente trazer algumas luzes sobre o início da arquitectura funerária megalítica no Sudoeste peninsular. Trata-se de um povoado neolítico, possivelmente atribuível à segunda metade do V milénio a.n.e. (Neolítico Médio, destacando-se a ausência de qualquer tipo de cerâmica decorada; ALBERGARIA, 2007, p. 31), no espaço do qual se identificaram “três sepulturas construídas em momentos diferentes e com técnicas distintas” (ALBERGARIA, 2007, p. 7).

A sepultura 1 corresponde a uma fossa, aparentemente sem estruturação (embora se possa sugerir que a construção dos outros sepulcros tenha obliterado qualquer tipo de estrutura que tivesse existido), dentro da qual foi identificado um ossário com os restos de pelo menos quatro indivíduos; o espólio associado compunha-se por duas lamelas, duas lâminas e três geométricos, para além de um número reduzido de fragmentos cerâmicos incaracterísticos (ALBERGARIA, 2007, p. 15-16).

A sepultura 2 apresenta-se igualmente como um sepulcro implantado em fossa, estando contudo delimitado por uma estrutura anelar construída com blocos pétreos de dimensão variável, envolvido por um *Tumulus* constituído por blocos de menores dimensões (ALBERGARIA, 2007, p. 21). Aqui se identificaram os restos de um único indivíduo – não sendo possível inferir, dado o seu estado de conservação, se se trata de uma deposição primária ou secundária. O espólio, escasso, era unicamente composto por duas contas de colar de “pedra verde” (ALBERGARIA, 2007, p. 23).

A sepultura 3, adossada à Sepultura 2 e construída sobre a Sepultura 1 “é o resultado de uma profunda transformação arquitectónica e constitui mais uma etapa evolutiva na necrópole” (ALBERGARIA, 2007, p. 24). Corresponderá ao sepulcro mais tardio do conjunto, dado que a sua construção, para além de se encontrar sobre a sepultura 1, implicou a “desmontagem” de um troço do *Tumulus* da sepultura 2. Tal como esta, a fossa de inumação estava demarcado por uma estrutura anelar, de composição mais complexa, constituída por blocos pétreos de média dimensão, intervalados por blocos de dimensão mais reduzida, incluída num *Tumulus* de dimensões consideráveis (ALBERGARIA, 2007, p. 30). O espólio associado compunha-se por dois machados de secção subelíptica, uma enxó, duas lamelas e um fragmento de cerâmica manual (ALBERGARIA, 2007, p. 31).

Como referido, o conjunto das Atafonas, em Évora, não muito afastado dos grandes núcleos megalíticos da região, “*reúne características arquitectónicas e rituais funerários que entroncam na génese do megalitismo alentejano, mas simultaneamente apresenta elementos que se distinguem*” (ALBERGARIA, 2007, p. 7). Desde logo, há que notar que os “monólitos” perimétricos destes pequenos sepulcros não se tratam propriamente de esteios – ou seja, arquitectonicamente, não os poderemos fazer corresponder inequivocamente aos primeiros monumentos simples de tendência subrectangular ou subelíptica. No entanto, tratam-se efectivamente de “estruturas construídas” com o intuito de delimitar um espaço funerário, seladas com lajes “megalíticas” agindo como tampas. Assim, se não se podem encarar rigorosamente como “*monumentos megalíticos*”, podem pelo menos ser assumidos como representantes das “*primeiras arquitecturas funerárias*” (um “pré-Megalitismo” funerário?), de tendência “*mononuclear, dado que as três sepulturas estão integradas no mesmo edifício*” (ALBERGARIA, 2007, p. 33).

Sobre a sua cronologia específica, tanto a nível do espaço habitacional como do espaço funerário, é apontando um intervalo de tempo excessivamente dilatado disposto “*entre a segunda metade do V milénio e a primeira metade do IV milénio*” (ALBERGARIA, 2007, p.33).

Como indicado acima, o povoado poderá ser crono-culturalmente atribuível ao Neolítico Médio, podendo a sepultura 1 ter sido construída e utilizada ainda durante o período de vida útil deste sítio, podendo “expressar a materialização de uma prática funerária tardia, com ténues influências dos “*rituais mesolíticos*”, nomeadamente, *deposição em fossa e próximo do local de habitat [...] numa etapa anterior à construção das câmaras designadas ‘proto-megalíticas’*” (ALBERGARIA, 2007, p. 32) – e como expresso, por exemplo, no Castelo Belinho, datado de meados do V milénio a.n.e. (GOMES, 2008 e 2012), ou seja, ainda anterior ao verdadeiro momento de segregação espacial que a fundação do Megalitismo funerário parece implicar. As sepulturas 2 e 3, claramente mais tardias, poderão corresponder a uma etapa em que o povoado já não se encontrasse ocupado – não se registando uma relação directa (para além da espacial) entre ambos contextos.

A nível de espólio funerário, refira-se que o conjunto das Atafonas não difere muito daqueles reconhecidos em pequenos sepulcros megalíticos. Com efeito, os padrões métricos das lâminas da sepultura 1 coadunam-se com aqueles dos pequenos sepulcros de uma fase inicial do Megalitismo alentejano, notando-se apenas uma pequena discrepância em relação aos padrões métricos dos geométricos. Da mesma forma, também o conjunto dos artefactos de pedra polida se integra perfeitamente no que é reconhecido para os primeiros sepulcros megalíticos. Já a recolha de componentes de colar de “pedra verde” na sepultura 2 reporta-se a elementos geralmente identificados em contextos mais tardios, embora já apareçam aparentemente incluídos em conjuntos funerários do Neolítico antigo, conforme demonstrado no caso da gruta do Caldeirão – Horizonte NA1 (ZILHÃO, 1992, p. 109-110) ou nos níveis iniciais da “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012).

O caso seguinte foi, e de certo modo ainda é, determinante para a estruturação do conceito evolucionista da emergência das arquitecturas funerárias megalíticas, o qual assume já uma das particularidades do processo, a segregação espacial, ainda que curta, face ao contexto habitacional, o qual é igualmente utilizado para comprovar a sua antiguidade.

O Marco Branco trata-se de um pequeno sepulcro de planta subelíptica, constituída por pequenos monólitos implantados em fossa, com escasso espólio votivo associado. Apesar de se mencionar usualmente como um sepulcro fechado, é reconhecido que terá sido reaberto, sem que sejam claros os indícios da sua fase inicial, mais suposta ou intuída devido aos modelos vigentes, que atendendo à realidade arqueológica observada. O sepulcro terá conhecido vários episódios de utilização, com a deposição de pelo menos três indivíduos, embora dispostos num curto intervalo de tempo.

Sobre a sua cronologia específica, os autores apontam inicialmente a primeira metade do IV milénio a.n.e., correspondente a uma etapa inicial do Neolítico Médio (SILVA & SOARES, 1983, p. 85-86; SILVA, 1987, p. 85). Posteriormente, com base na proximidade entre este sepulcro e o povoado da Salema, admitem a possibilidade de que a sua construção pudesse ser recuada até um momento terminal do Neolítico Antigo Evoluído (SILVA, 1997; SOARES & SILVA, 2000). Extrapolando esta hipótese para o contexto genérico dos pequenos sepulcros, referem que mesmo “*não dispondo [à data] de quaisquer datações radiométricas para o protomegalitismo do Sul de Portugal, face à cronologia relativa apresentada, parece-nos razoável sugerir o V milénio cal BC, com um óptimo centrado em meados do milénio para a emergência deste fenómeno sepulcral*”, mencionando também que “*a partir de meados do IV milénio cal BC, e até ao final do ciclo funerário megalítico, não existem evidências de uso dos monumentos protomegalíticos*” (SOARES & SILVA, 2000, p. 124). No entanto, de acordo com as datações absolutas entretanto obtidas para pequenos sepulcros megalíticos alentejanos, há que reconhecer

que a sua utilização se centra precisamente em meados do IV milénio a.n.e., podendo ser recuada até à sua primeira metade, não havendo evidência até ao momento, no Sudoeste peninsular, de quaisquer utilizações anteriores a esta data.

Seja como for, e como referido acima, representaria uma fase inicial no Megalitismo no litoral alentejano, numa etapa eventualmente anterior às antas de câmara simples e corredor da Palhota e Pedra Branca, sendo que esta última deverá já ter sido erguida e utilizada, como se mencionou, no terceiro quartel do IV milénio a.n.e. evidenciando também aqui uma emergência relativamente antiga dos grandes monumentos.

Particularmente interessante é o conjunto das Murteiras (Évora), situado a menos de uma dezena de quilómetros das Atafonas, composto por dois pequenos sepulcros (ROCHA, 2015), imediatos ao povoado do Neolítico das Murteiras (CALADO, 2016), caracterizado pela presença frequente de taças carenadas. Os primeiros, Hortinha 1 e 2, correspondem a duas pequenas antas de câmara simples, planta subrectangular, implantados em áreas contíguas. Serão de realçar os dados fornecidos pelo primeiro monumento, tendo o segundo, bastante perturbado, permitido a recolha, em níveis remexidos, de um conjunto menos representativo composto por pequenas lâminas e um trapézio (ROCHA, 2015, p. 226).

Em Hortinha 1, por seu lado, foram identificadas três deposições específicas de artefactos votivos, compostas basicamente por artefactos de pedra polida: enxó e recipiente cerâmico depositados junto ao esteio de cabeceira; enxó depositada à entrada do monumento; enxó depositada em fossa aberta no centro da câmara e preenchida com argila e pigmento vermelho. Para além destes, foram recolhidos dois geométricos de atribuição espacial menos segura (ROCHA, 2015, p. 226). Refira-se, neste caso, que os padrões métricos destes elementos se aproximam mais daqueles aferidos para o caso das Atafonas do que para o caso dos pequenos sepulcros simples (*cf. supra* ponto 4), podendo-se sugerir que corresponderiam ao contexto habitacional subjacente, na justa medida em que se encontraria, aparentemente, implantado sobre um espaço de habitacional anterior, datável do Neolítico Médio, reconhecível pela recolha de cerâmicas com sulco abaixo do bordo. Este facto viria a reforçar, por um lado, a segregação dos espaços de vivos e mortos, tendo em conta que estes sepulcros se situam na periferia do povoado das Murteiras, mas por outro permitem igualmente assumir a posterioridade cronológica face àquele período.

Não é desconhecida, na região alentejana, a instalação de monumentos megalíticos sobre povoados anteriores do Neolítico Médio – referindo-se todavia a monumentos já mais tardios, como Vale de Rodrigo 2 e 3 (Évora) e possivelmente Figueira Branca (Marvão). É referido, para as antas da Hortinha, que não existirão grandes diferenças cronológicas entre o povoado e os sepulcros, tendo sido usados em períodos imediatamente sucedâneos (ROCHA, 2015, p. 227). Como ponto de comparação, refira-se que os contextos habitacionais identificados sob os *Tumuli* de Vale de Rodrigo 2 e 3, com paralelos artefactuais com o contexto sob Hortinha 1, se encontram datados da primeira metade do IV milénio a.n.e. (LARSSON, 2000; ARMBRUESTER, 2007; MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 55), podendo esta data, por inerência crono-cultural, ser extensível ao contexto habitacional identificado sob Hortinha 1 – constituindo assim um *terminus ante quem* para a construção e utilização do monumento, o que se coaduna com a média das datações obtidas até ao momento para os pequenos sepulcros alentejanos, centrada em meados do IV milénio a.n.e.

Por outro lado, e como foi sugerido em diversos contextos peninsulares e europeus, esta “coincidência” entre espaços sepulcrais e antigos espaços habitacionais poderá não sê-lo tanto assim, e resultar de uma estratégia específica de apropriação e identificação das comunidades mais recentes face a espaços reconhecidamente ocupados anteriormente, quer pelo reconhecimento de vestígios materiais, quer pela alteração no coberto vegetal, quer mesmo pela tradição oral, eventualmente existente entre comunidades com um mesmo fundo comum. Cremos que esta situação mereceria uma análise aprofundada no futuro.

Os trabalhos desenvolvidos por V. S. Gonçalves em Reguengos de Monsaraz não permitiram resolver a questão deixada em aberto por Georg e Vera Leisner: os inícios efectivos do fenómeno megalítico nesta área. Com efeito, a escavação do sepulcro da Capelinha 2, um pequeno sepulcro simples de planta subelíptica, não possibilitou a recolha de qualquer elemento que facilitasse o seu diagnóstico cronológico (GONÇALVES, 2013, p. 27-38). Estes trabalhos permitiram, contudo, consolidar os dados referentes às “antas de corredor de espólio neolítico”, com a escavação dos monumentos de Santa Margarida 2 e Piornal 1 a 3, sendo particularmente relevante o contributo do primeiro monumento mencionado, com uma datação absoluta para a amortização do seu corredor centrada no último quartel do IV milénio a.n.e. (GONÇALVES, 2001 e 2013). Efectivamente, e obviando aqui outros trabalhos sobre sepulcros mais recentes (GONÇALVES, 1999, 2003 a e 2013), resulta relevante questionar o porquê da ausência, ou escassez, de pequenos sepulcros de câmara simples, numa área tão densamente ocupada em termos megalíticos. A usual resposta da ocupação se processar num momento mais posterior à emergência do fenómeno na área supostamente nuclear de Montemor-Coruche-Mora, progredindo em lenta “onda de avanço”, não é hoje, desde o nosso ponto de vista, válida atendendo a que se conhece na área de Reguengos de Monsaraz uma importante ocupação do Neolítico Antigo e Médio, e mesmo anterior (GONÇALVES, SOUSA & MARCHAND, 2013), que inviabilizariam a possibilidade de uma “neolitização” tardia. A explicação poderá estar, justamente, na questão inversa. A presença de comunidades fortes, com acentuado sentido territorial e identitário, de solos férteis e abundante água, bastante estáveis, poderiam arrancar desde muito cedo com a edificação de sepulcros de maiores dimensões, eventualmente com cronologias semelhantes às disponíveis, como se viu, para Cabeceira 4, em Mora. Assim, e numa fase em que os espólios votivos eram ainda parcos, por razões certamente mais ideológicas que de “riqueza”, como por vezes nos fazem crer, poderiam já estar activas antas de dimensões consideráveis, caso das mencionadas de Santa Margarida 2 ou, principalmente, Piornal 3, pela magreza e “arcaísmo” do espólio.

Regressemos por fim à Serra d’Ossa e a Monforte, áreas que partilham com esta última, semelhanças e diferenças, e também entre si, como assinalámos acima.

Na aba Sul da Serra d’Ossa, os sepulcros aqui apresentados correspondem à quase totalidade das pequenas antas conhecidas, se exceptuarmos, nas estribeações da serra a Sudeste, o conjunto peculiar do Lucas.

Como se viu, estas pequenas antas aqui surgem isoladas, ou em pequenas agregações de sepulcros semelhantes, separados por escassos metros, ou escassas centenas, como acontece entre as Chãs e a Barroca, estando os Godinhos isolado. Por outro lado, surgem claramente afastados dos terrenos férteis, rodeados por áreas pobres e pedregosas, claramente na margem da área ocupada por sepulcros de maior dimensão, e cronologia aparentemente posterior, como se pode inferir dos escassos dados da anta da Vidigueira (MATALOTO & BOAVENTURA, 2010) ou do sepulcro do Caladinho, já mais distante (MATALOTO & ROCHA, 2007). Nesta margem da serra, os *clusters* de monumento assumem menor clareza do que aquela que reconhecemos, como se viu, tanto na Rabuje como no Lacrau, e quando existem, apresentam, na maior parte das vezes, grande semelhança arquitectónica e de dimensão entre si, como acontece no Colmieiro ou na Quinta do Freixo, apenas com antas médias e grandes, muito distante, assim, do que observámos nos dois *clusters* de Monforte mencionados.

Nesta região, algumas dezenas de quilómetros mais a Norte da Serra d’Ossa, o polimorfismo, em particular volumétrico, é característico, ficando bem patente na necrópole de Rabuje, onde os sepulcros mostram claras diferenciações entre si, mesmo de índole cultural e cronológica, algo que, tanto quanto nos foi possível averiguar, não acontece, de todo, na Serra d’Ossa. Deste modo, Monforte acaba por seguir maior proximidade com os territórios megalíticos contíguos de Avis e Crato, de maior polimorfia, cujo significado cronológico e cultural importa esclarecer, enquanto a Serra d’Ossa assume características de agregação e arquitectónicas de

maior proximidade com Reguengos de Monsaraz, onde os grupos ou *clusters* assumem, na grande maioria dos casos, maior proximidade entre os diversos monumentos.

Esta situação poderá, então, retratar duas ou mais comunidades com trajectos, traços culturais e dinâmicas próprias, que constroem a sua Paisagem de modo distinto, eventualmente dependentes de tradições e condições materiais distintas.

Perante o cenário aqui longamente traçado, é claro que muito ainda há a fazer, quer no que diz respeito, em particular, às pequenas antas, quer no que diz respeito à organização do território sepulcral ao longo do IV milénio a.n.e., algo que o Rui intuiu há muito, mas que as Parcas não lhe permitiram sustentar ...

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor João Luís Cardoso o convite e a oportunidade de fazermos esta justa homenagem ao nosso Amigo Rui Boaventura, numa revista que vai tendo a tradição de homenagear os grandes da Arqueologia da Península de Lisboa em particular, e de Portugal em geral. Depois gostaríamos de fazer um agradecimento ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, por todas as facilidades, sempre concedidas. Às colegas Filipa Bragança e Catarina Coelho, da DGPC, as facilidades concedidas no acesso aos relatórios do Rui Boaventura. Aos diversos proprietários que autorizaram os trabalhos, em particular o senhor Anibal do Monte do Outeiro, onde se situa as Chãs e ao senhor Gonçalo Marquez Correia, proprietário da Barroca. A todos aqueles que conosco escavaram nos sepulcros apresentados, destacando: Ana Olaio, Pedro Angeja, Filipa Santos, José Inverno, Ana Santos, Ana Barros, Hugo Morais, Sandra Söderling, Zanna Friberg, Tabatha Vantas Leaf e Rachel Breen. À Inês Conde e à Diana Nukushina agradecemos os desenhos a carvão, trabalhados depois por nós. Por fim, ao Rui, que conosco partilhou grandes momentos na escavação destes sepulcros.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, J. (2007) – O sítio neolítico das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 5-35.
- ALBERGARIA, J. & LAGO, M. (1995) – Cromeleque do Torrão (Elvas): identificação. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 53-60.
- ALBERGARIA, J. & DIAS, A. C. (2000) – *Antas de Elvas*. Lisboa: IPPAR (Roteiros da Arqueologia Portuguesa).
- ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de “megalitização” da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ANDRADE, M. A. (2013) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 417-426.
- ANDRADE, M. A. (2015) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcólicas no Maciço Calcário Estremenho. 2: As placas votivas da “necrópole megalítica” das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. 2.^a Série, 27, p. 293-322.
- ANDRADE, M. A. (2016) – Intervenções de Manuel de Mattos Silva no Megalitismo da área de Avis. 1: As antas de São Martinho e Assobiador (Maranhão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 41-62.

- ARAÚJO, A. C. & LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 8).
- ARMBRUESTER, T. (2007) – Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale de Rodrigo 3. *Vipasca*. Aljustrel. 2.^a Série, 2, p. 83-94.
- ARNAUD, J. M. (1978) – O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas. In *Actas III Jornadas Arqueológicas, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 97-112, il.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, J. & MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. A.; GOMES, A. & MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.) – *Proveniências de Materiais Geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, p. 165-192.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; CALVO TRIAS, M.; IGREJA, M. A.; KLARIC, L. & GAMEIRO, C. (2009) – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, Th. (ed.) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR/IP (Trabalhos de Arqueologia, 52), p. 129-270.
- BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L.; SOARES, A. M. & GOMES, S. (2013) – Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches, Beja) entre o IV e I.^o milénios a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 791-827. Edição electrónica.
- BARRADAS, E.; SILVÉRIO, S.; SILVA, M. J. D. & SANTOS, C. (2013) – O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final/Calcolítico inicial em Aljezur. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 407-415.
- BARRIÈRE, C.; DANIEL, R.; DELPORTE, H.; ESCALON DE FONTON, M.; PARENT, R.; ROCHE, J.; ROZOY, J.-G.; TIXIER, J. & VIGNARD, E. (1969) – Epipaéolithique-Mesolithique. Les microlithes géométriques. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 66, p. 355-366.
- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 61-74.
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte). Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 20).
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. 1, p. 159-190.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & NUKUSHINA, D. (2014-2015) – Estremoz 7 ou a anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.^a Série, 4-5, p. 171-231, no prelo.

- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J. & PEREIRA, A. (no prelo) – O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. In *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Serpa e Aroche, 24-26 de Outubro de 2014*
- BOSCH-GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76 (3-4), p. 249-306.
- BOUJOT, C. & CASSEN, S. (1992) – Le développement des premières architectures funéraires monumentales en France occidentale. In LE ROUX, Ch.-T. (ed.) – *Paysans et Bâisseurs: l'émergence du Néolithique atlantique et les origines du Mégalithisme. Actes du 17^{me} Colloque Interrégional sur le Néolithique*. Rennes: Association pour la Diffusion des Recherches Archéologiques dans l'Ouest de la France (*Revue Archéologique de l'Ouest*, Supplément 5), p. 195-211.
- BOUJOT, C. & CASSEN, S. (1993) – A pattern of evolution for the Neolithic funerary structures of the West of France. *Antiquity*. 67, p. 477-491.
- BRANDT, G.; HAAK, W.; ADLER, C.; ROTH, C.; SZÉCSÉNYI-NAGY, A.; KARIMNIA, S.; MÖLLER-RIEKER, S.; MELLER, H.; GANSLMEIER, R.; FRIEDERICH, S.; DRESELY, V.; NICKLISCH, N.; PICKRELL, J.; SIROCKO, F.; REICH, D.; COOPER, A. & ALT, K. (2013) – Ancient DNA Reveals Key Stages in the Formation of Central European Mitochondrial Genetic Diversity. *Science*. 342, 11 October.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Madrid: Ministerio de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España, 155).
- BUENO RAMÍREZ, P. (1989) – Cámaras simples en Extremadura. In *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. 1, p. 385-397.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1994) – La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 60, p. 25-104.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R. & BALBÍN BEHRMANN, R. (2004) – Construcciones megalíticas avanzadas de la Cuenca Interior del Tajo. El núcleo cacereño. *SPAL*. Sevilla. 13, p. 83-112.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolménica do Lucas (Terena, Alandroal). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CALADO, M. (2003) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p. 351-369.
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CALADO, M. (2016) – No caminho das pedras: o povoado “megalítico” das Murteiras (Évora). In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. (Estudos & Memórias, 9), p. 113-123.
- CALADO, M.; ROQUE, C. (2013) – *O Tempo dos Deuses, Nova Carta Arqueológica do Alandroal*. câmara Municipal do Alandroal e Faculdade de Belas Artes de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.

- CARDOSO, J. L. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970). O Arqueólogo e o Professor Universitário à luz de documentação inédita. *Al-madan*. II Série, 18, p. 131-146
- CARDOSO, J. L. (2014) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 185-194.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A.F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2003) – A cista megalítica do Cerro do Malhão (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 167-179.
- CARREIRA, J. R. (1995-1996) – Escavações de Leite de Vasconcelos e Júlio César Garcia em dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.
- CARTAILHAC, M. E. (1886) – *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Libraire.
- CARVALHO, A. F. (2009) – O final do Neolítico e as origens da produção laminar calcolítica na Estremadura Portuguesa: os dados da gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer, Lisboa). In GIBAJA, J. F.; TERRADAS, X.; PALOMO, A. & CLOP, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies; 13), p. 75-82.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional: Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 12).
- CARVALHO, A. F. (2013) – Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 71-85.
- CARVALHO, A. F. (ed.) (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).
- CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R. M.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M. A.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E.; PETCHEY, F.; PRICE, T. D.; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPAZ, P.; PIMENTA, C. & REGALA, F. T. (2016) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): Catchment, Diet and Patterns of Mobility of a Middle Neolithic Population. *Journal of European Archaeology*. 19 (2), p. 187-214.
- CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N. & VALENTE, M. J. (2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 101-119.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 18, p. 393-405.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, p. 35-63.
- CARVALHO, A. F. & GIBAJA, J. F. (2014) – Knapped stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 173-183.
- CARVALHO, A. F.; JACINTO, M. J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J. & SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. Torres Novas. 12, p. 151-172.

- CARVALHO, A. F. & ROCHA, L. (2015) – Datação directa e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4.^a (Mora, Portugal). Poster apresentado ao *XI Congresso Ibérico de Arqueometria*, Évora, 14-16 de Outubro de 2015.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DEUS, A. D. & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 227-240.
- DINIZ, M. (2000) – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 105-116.
- DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (2016) – Sociedades neolíticas e comunidades científicas: questões aos trajectos da História. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (coords.) – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias, 2), p. 131-153.
- DUARTE, C. (1998) – Necrópole neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2), p. 107-118.
- ESPANCA, J. J. R. (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congéneres: dissertação archeologica*. Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada. 2.^a Série, 8, p. 104-126.
- FERNANDES, P. (2013) – *Os Hipogeus de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja)*. *Práticas funerárias e análise antropológica dos restos ósseos humanos exumados*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências da Vida. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1952) – O monumento pré-histórico de Lousal (Grândola). *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 33, p. 247-255.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1955-1957) – Antiguidades do Lousal (Grândola). Sepulturas descobertas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 13, p. 190-202.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14 (1-4), p. 66-225.
- FURHOLT, M. & MÜLLER, J. (2011) – The earliest monuments in Europe – architecture and social structures (5000-3000 BC). In FURHOLT, M.; LÜTH, F. & MÜLLER, J. (eds.) – *Megaliths and Identities. Early Monuments and Neolithic Societies from the Atlantic to the Baltic*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH, p. 15-32.
- GOMES, M. V. (1994) – O sepulcro colectivo de Pedra Escorregadia (Vila do Bispo, Faro) – Notícia da escavação de 1991. In *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 79-91.
- GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian villages. In DINIZ, M. (ed.) – *Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and Transregional Components*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1857), p. 71-78.

- GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic Funerary Practices in Castelo Belinho’s Village (Western Algarve, Portugal). In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. & CHAMBON, Ph. (eds.) – *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2417), p. 113-123.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ/INIC (Estudos & Memórias, 2).
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. In *O Megalitismo do Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 115-135.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz: territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4 (2), p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2003 a) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 32).
- GONÇALVES V. S. (2003 b) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos: estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*, 2.ª edição, revista e aumentada com dois novos ensaios, Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 3).
- GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/DRCALLEN (Memórias d’Odiana, 2.ª Série, 4).
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico Crato-Nisa (anta das Romeiras e anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 61-94.
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (2014-2015) – *Muitos mortos no Deserto... “Monumentos-satélite” do núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras*. 1: A anta do Espragal (Foros de Vale de Figueira, Montemor-o-Novo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª Série, 4/5, p. 233-268, no prelo.
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (no prelo) – Construção dos espaços sagrados das antigas sociedades camponesas do 4.º e 3.º milénios a.n.e.: os núcleos do Deserto e Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo) na origem e desenvolvimento do Megalitismo no Alentejo médio. In *VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica: los cambios económicos y sus implicaciones sociales durante el Neolítico da Península Ibérica*. Granada.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/Universidade de Santiago de Compostela, p. 609-634.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 11-104.

- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & MARCHAND, G. (2013) – *Na margem do grande Rio. Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.^a Série, 12).
- GUILAINE, J. (1996) – Proto-mégalithisme, rites funéraires et mobiliers de prestige neolithiques en Méditerranée Occidentale. *Complutum*. Madrid. Extra 6 (1), p. 123-140.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Critica.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 221-237.
- ISIDORO, A. F. (1962) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 44, p. 5-27.
- ISIDORO, A. F. (1963 a) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (1), p. 71-75.
- ISIDORO, A. F. (1963 b) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (II). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (2), p. 174-177.
- ISIDORO, A. F. (1964) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (III). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (3-4), p. 353-359.
- ISIDORO, A. F. (1965-66) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (1-2), p. 29-57.
- ISIDORO, A. F. (1967-68) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22, p. 285-297.
- ISIDORO, A. F. (1970) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – III. *Anais da Faculdade de Ciências*. Porto. 54 (1-2), p. 145-160.
- ISIDORO, A. F. (1971) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22 (1), p. 41-56.
- ISIDORO, A. F. (1973) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22 (2), p. 107-123.
- JORGE, V. O. (1983-1984) – Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço. *Portugalia*. Porto. Nova série, 4-5, p. 37-47.
- JORGE, V. O. (1986 a) – Monumentalização e necropolização no megalitismo europeu. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 26 (1-4), p. 233-237.
- JORGE, V. O. (1986 b) – Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d’Aboboreira. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 86 (3), p. 177-182.
- JOUSSAUME, R. (1999) – Le Mégalithisme du Centre-Ouest de la France. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 59-74.
- KALB, Ph. (1981) – Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgräber. *Madrider Mitteilungen*. 22, p. 55-77.
- KALB, Ph. (1989) – O Megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-48.
- LAGO, M. & ALBERGARIA, J. (2001) – O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. Lisboa. 4, p. 39-62.
- LARSSON, L. (2000) – Symbols in stone – ritual activities and petrified traditions. In JORGE, V. O. (ed.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 4, p. 445-458.

- LE ROUX, Ch.-T. (1999) – Réflexions autour d'une chrono-typologie du Mégalithisme armoricain des Ve et IVe millénaire avant J.-C. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 41-55.
- LEISNER, G. (1949) – *Antas dos arredores de Évora*. Évora: Edições Nazareth (Separata de *A Cidade de Évora*, 15-16, 17-18).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951 a) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951 b) – A anta das Cabeças. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 1, p. 7-36.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1953) – Contribuição para o registo das antas portuguesas: a região de Montargil, concelho de Ponte de Sôr. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 2, p. 227-256.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (1).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (2).
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (3).
- LEISNER, V. (1966) – Die Verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. Groningen. 12, p. 363-372.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- LEISNER, V. (1985) – *Mikrolithen. Aufzeichnungen im National Museum fuer Archaeologie und Ethnologie in Lissabon*. Lisboa: Deutsches Archaeologisches Institut.
- LEISNER, V.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1961) – *Les Grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memórias 8, nova série).
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 5, p. 37-66.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.^{or} Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.^a Série, 5, p. 51-448.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13 (1), p. 5-24.
- MATALOTO, R. & ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.

- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; INVERNO, J.; SOARES, R. M.; RODRIGUES, M. & BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissertação de Mestrado em Geo-Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 135-176.
- MORÁN, E. & PARREIRA, R. (2007) – *Alcalar. Monumentos megalíticos*. Lisboa: IGESPAR (Roteiros da Arqueologia Portuguesa).
- ODRIOZOLA, C. P.; MATALOTO, R.; MORENO-GARCÍA, J.; VILLALOBOS GARCÍA, R. & MARTÍNEZ-BLANES, J. M. (2013) – Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el sw peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 19, p. 125-142
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2000) – Economia e sociedade dos construtores de megálitos da bacia do Sever. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 429-444.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, C. D. & OLIVEIRA, J. (2000) – Continuidade e rupturas do megalitismo no distrito de Portalegre. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 459-471.
- PAÇO, A.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1957) – Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca. 8, p. 111-133.
- PAJOT, B. (1999) – Les dolmens du Quercy. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Ethiopien*. Paris: Éditions Errance, p. 143-172.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- PARREIRA, R. (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcalar). In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 2), p. 399-419.
- PEREIRA, G. (1875) – *Dolmens ou Antas dos arredores de Évora*. Évora: Typ. Francisco da Cunha Bravo.
- PINA, H. L. (1961) – A anta do Duque. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (1-2), p. 13-26.
- PINA, H. L. (1963) – A anta da Azinheira, Reguengos de Monsaraz. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (1), p. 25-46.
- PINA, H. L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação/Junta Nacional de educação. 1, p. 151-162.
- PINA, H. L. & CARVALHO, A. M. G. (1961) – A anta da Velada das Éguas, Barrocal – Évora. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. Évora. 2, p. 159-202.
- PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) – Antas do districto de Portalegre. *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguesas*. Leiria. 1, p. 3-16.

- RECIO, A.; MARTÍN, E.; RAMOS, J.; MORATA, D.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S. & MACÍAS, M. (1997) – Enterramento colectivo en la Axarquía. El dolmen del “Cerro de la Corona” de Totalán. *Revista de Arqueología*. Madrid. 189, p. 14-21.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos Prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2002) – A anta do Couto dos Algarves 2 – Crato. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 20, p. 39-60.
- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ROCHA, L. (2007) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 73-93.
- ROCHA, L. (2015) – The funerary megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. In ROCHA, L.; BUENO RAMÍREZ, P. & BRANCO, G. (eds.) – *Death as Archaeology of Transition. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2708), p. 221-230.
- ROCHA, L. & ALVIM, P. (2015) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: UNIARQ, p. 557-563.
- ROCHA, L. & DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ & GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.
- RODRIGUEZ CASAL, A. A. (1999) – Le Mégalithisme en Galice. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 93-105.
- SAUZADE, G. (1999) – Des dolmens en Provence. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 125-140.
- SAVORY, H. N. (1969) – *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SCARRE, Ch. (1992) – The Early Neolithic of Western France and Megalithic Origins in Atlantic Europe. *Oxford Journal of Archaeology*. 11 (2), p. 121-154.
- SCARRE, Ch. (2002) – Contexts of Monumentalism: Regional diversity at the Neolithic transition in North-West France. *Oxford Journal of Archaeology*. 21 (1), p. 23-61.
- SCARRE, Ch.; ARIAS, P.; BURENHULT, G.; FANO, M.; OOSTERBEEK, L.; SCHULTINH, R.; SHERIDAN, A. & WHITTLE, A. (2003) – Megalithic Chronologies. In BURENHULT, G. & WESTERGAARD, S. (eds.) – *Stones and Bones: Formal Disposal of the Dead in Atlantic Europe During the Mesolithic-Neolithic Interface 6000-3000 BC*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1201), p. 65-112.
- SCARRE, Ch.; LAPORTE, L. & JOUSSAUME, R. (2003) – Long Mounds and Megalithic Origins in western France: recent excavations at Prissé-la-Charrière. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 69, p. 235-251.
- SHERRATT, A. (1990) – The genesis of Megaliths: Monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic North-west Europe. *World Archaeology*. 22 (2), p. 147-167.

- SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final / Calcolítico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiado.
- SILVA, A. M.; LEANDRO, I.; VALERA, A.; PEREIRA, D. & AFONSO, C. (2015) – Late Neolithic pit burial from Perdigões enclosure (Portugal): preliminary results of the paleobiological analysis of the exhumed human bones. In ROCHA, L.; BUENO RAMÍREZ, P. & BRANCO, G. (eds.) – *Death as Archaeology of Transition. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2708).
- SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). In *Actas de la Mesa Redonda El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 85-93.
- SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/ Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a Série, 1, p. 63-88.
- SILVA, J. P. (1878) – Novos monumentos megalíticos em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archaeologos Portuguezes*. Lisboa. 2.^a série. 2 (6), p. 90-91.
- SILVA, M. M. (1895 a) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. “Anta Grande” da Ordem. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 120-125.
- SILVA, M. M. (1895 b) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 2: anta da herdade da Capella. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 214-216.
- SILVA, M. M. (1896) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 3: anta da herdade do Assobiador. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 2, p. 239-240.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 117-134.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datações radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- SPINDLER, K (1981) – *Cova da Moura*. Mainz am Rhein: Verlag Phillip von Zabern (Madrider Beiträg, 7).
- TARRÊTE, J. (1999) – Diversité du Mégalithisme dans le bassin parisien. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 77-90.
- TARRÚS, J. (1999) – Réflexions sur le Mégalithisme en Catalogne. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 109-121.
- THOMAS, J. (2012) – Los monumentos megalíticos de Europa. In ROJO GUERRA, M.; GARRIDO PENA, R. & GARCÍA MARTÍNEZ, I. (eds.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Ediciones Cathedra, p. 55-70.
- TOMÉ, T., SILVA, A. M. & VALERA, A. C. (2013) – Bioantropologia da Pré-História Recente do Baixo Alentejo: Dados complementares do estudo de um conjunto de séries osteológicas humanas da região de Brinches (Serpa). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 853-875. Edição electrónica.

- VALERA, A. C. (ed.) (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).
- VALERA, A. C. & CABAÇO, N. (2013) – A pedra polida na necrópole da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja) In. VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 91-96.
- VALERA, A. C. & FILIPE, V. (2012) – A necrópole de hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 8, p. 29-41.
- VALERA, A. C.; GODINHO, R.; CALVO, E.; MORO BERRAQUERO, F. J.; FILIPE, V. & SANTOS, H. (2014 b) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa). In 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 14), p. 55-73.
- VALERA, A. C.; SILVA, A. M.; CUNHA, C. EVANGELISTA, L. (2014 c) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigueiros ditched Enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 2676), p. 37-57.
- VALERA, A. C.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (2014 a) – Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 14), p. 83-95.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.
- VASCONCELOS, J. L. (1898) – Excursão archeológica ao Sul de Portugal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 4, p. 103-134.
- VASCONCELOS, J. L. (1910) – Crónica: excursão archeológica, excavação, aquisições. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15 (1-2), pp. 247-252.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1886) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1887) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1889) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 3.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12, p. 289-322.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1952) – Exploración de algunos dolmenes de la región de Elvas, Portugal. In *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional, Madrid, 1951*. Zaragoza: Secretaría Nacional de los Congresos, p. 185-201.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1955) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. Nova Série, 15 (3-4), p. 143-189.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1957) – Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal). In *Congreso Arqueológico Nacional, 4, Burgos, 1955*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, p. 89-100.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. & FORMOSINHO, J. (1949) – Necrópolis de las Caldas de Monchique. Investigaciones de 1948 y 1949. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 77, p. 291-312.
- VIANA, A. & FERREIRA, O. V.; FORMOSINHO, J. (1950) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Investigações de 1948 e 1949. In *XIII Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa. 8, p. 75-89.

- VIANA, A. & FERREIRA, O. V.; FORMOSINHO, J. (1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze do ano de 1937 ao de 1944. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15, p. 17-54.
- VIANA, A. & FORMOSINHO, J. (1942) – Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 369-389.
- VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRADE, R. ; SERRALHEIRO, A. & FERREIRA, O. V. (1959) – Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. In *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. *Actas*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 197-213.
- VIJANDE VILA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 11, p. 265-284.
- VIJANDE VILA, E.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; CANTILLO DUARTE, J. J.; MARTÍNEZ LÓPEZ, J. & BARRENA TOCINO, A. (2015) – Social inequalities in the Neolithic of Southern Europe: the grave goods of the Campo de Hockey necropolis (San Fernando, Cádiz, Spain). *Compte Rendus Palevol*. 14 (2), p. 147-161.
- WHITTLE, E. H. & ARNAUD, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal. *Archaeometry*. 17 (1), p. 5-24.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 6).
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: Crono-estratigrafia e povoamento. In *I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà: Bellaterra, p. 659-671.

ANEXO I

Datações de radiocarbono para os contextos funerários discutidos no texto, recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013), intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC 2σ	Referências
Pequenos sepulcros de Câmara simples					
Sobreira 1	Beta-233283	<i>Homo</i>	4770 ± 40	3643-3381	BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013
Rabuje 5	Beta-191133	Carvão <i>A. unedo</i>	4650 ± 50	3630-3345	BOAVENTURA, 2006 e 2009
Cabeço da Areia	Beta-196091	<i>Homo</i>	4650 ± 40	3621-3356	ROCHA, 2005
Pequenos sepulcros de corredor curto com espólio “antigo”					
Cabeceira 4	Beta-196094	<i>Homo</i>	4780 ± 40	3647-3383	ROCHA, 2005
Cabeceira 4	Wk-17084	»	4759 ± 41	3640-3379	»
Cabeceira 4	Wk-41066	»	4742 ± 20	3633-3383	CARVALHO & ROCHA, 2015
Carrascal	Beta-228577	»	4770 ± 40	3643-3381	BOAVENTURA, 2009
Carrascal	Beta-225167	»	4640 ± 40	3618-3350	»

Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC 2 σ	Referências
Pedras Grandes	Beta-205946	<i>Homo</i>	4590 \pm 40	3510-3108	BOAVENTURA, 2009
Pedras Grandes	Beta-234136	»	4530 \pm 40	3364-3098	»
Santa Margarida 2	Beta-153911	Carvão <i>E. umbellata</i>	4410 \pm 60	3334-2906	GONÇALVES, 2001
Sepulcros de corredor com espólio “evoluído”					
Pedra Branca	ICEN-1040	<i>Homo</i>	4620 \pm 60	3628-3106	SOARES, 2010
Pedra Branca	ICEN-1041	»	4120 \pm 60	2876-2505	»
Trigache 4	Beta-228583	»	4450 \pm 40	3338-2934	BOAVENTURA, 2009
Horta	Beta-194313	»	4390 \pm 50	3325-2900	OLIVEIRA, 2006
Horta	Beta-194312	»	4190 \pm 50	2898-2627	»
Bola da Cera	ICEN-66	»	4360 \pm 50	3264-2887	OLIVEIRA, 1998
Santa Margarida 3	Beta-176897	»	4290 \pm 40	3021-2780	GONÇALVES 2003 a
Santa Margarida 3	Beta-166416	»	4270 \pm 40	3011-2705	»
Santa Margarida 3	Beta-166422	»	4270 \pm 40	3011-2705	»
Coureiros 4	ICEN-976	Carvão	4240 \pm 150	3338-2471	OLIVEIRA, 1998
Estanque	Wk-17091	<i>Homo</i>	4182 \pm 39	2900-2630	ROCHA, 2005
Pedra Escorregadia	ICEN-844	»	4060 \pm 70	2872-2467	GOMES, 1994
Monumentos de falsa cúpula					
Olival da Pega 2b	ICEN-955	<i>Homo</i>	4290 \pm 100	3328-2584	GONÇALVES, 2003 a
Olival da Pega 2b	ICEN-956	»	4180 \pm 80	2918-2497	»
Olival da Pega 2b	ICEN-957	»	4130 \pm 60	2883-2501	»
Grutas Naturais					
Lapa da Bugalheira	ICEN-739	<i>Homo</i>	5090 \pm 60	4032-3713	ZILHÃO & CARVALHO, 1996
Caldeirão – NM	TO-349	»	4940 \pm 70	3943-3635	ZILHÃO, 1992
Lugar do Canto	Sac-1715	»	5120 \pm 80	4222-3706	CARVALHO & CARDOSO, 2015
Lugar do Canto	Sac-2710	»	5000 \pm 60	3946-3662	»
Lugar do Canto	Wk-30209	»	4849 \pm 29	3700-3536	»
Lugar do Canto	Wk-30210	»	4819 \pm 32	3658-3524	»
Lugar do Canto	Wk-30212	»	4772 \pm 30	3642-3385	»
Lugar do Canto	Beta-276509	»	4770 \pm 40	3643-3381	»
Lugar do Canto	Wk-30208	»	4742 \pm 34	3636-3379	»
Lugar do Canto	Wk-30211	»	4733 \pm 29	3634-3378	»
Lugar do Canto	Beta-276510	»	4720 \pm 40	3634-3374	»
Bom Santo	Wk-27996	»	4993 \pm 30	3935-3698	CARVALHO, 2014
Bom Santo	Wk-27988	»	4960 \pm 31	3794-3658	»
Bom Santo	Wk-25161	»	4960 \pm 30	3792-3660	»
Bom Santo	Wk-27984	»	4949 \pm 32	3786-3656	»
Bom Santo	Wk-27986	»	4929 \pm 30	3769-3651	»
Bom Santo	Wk-27985	»	4887 \pm 30	3709-3638	»

Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC 2 σ	Referências
Bom Santo	Wk-27992	<i>Homo</i>	4810 \pm 35	3655-3522	CARVALHO, 2014
Bom Santo	Beta-120048	»	4780 \pm 50	3654-3378	»
Bom Santo	Wk-27990	»	4769 \pm 30	3640-3384	»
Bom Santo	Wk-27994	»	4756 \pm 30	3637-3383	»
Bom Santo	Wk-27993	»	4745 \pm 30	3635-3381	»
Bom Santo	Wk-27987	»	4744 \pm 30	3635-3381	»
Bom Santo	Wk-27995	»	4739 \pm 35	3636-3378	»
Bom Santo	Wk-27989	»	4732 \pm 31	3634-3377	»
Bom Santo	OxA-5511	»	4705 \pm 65	3634-3368	»
Bom Santo	Wk-27991	»	4671 \pm 30	3619-3367	»
Bom Santo	OxA-5512	»	4630 \pm 60	3631-3114	»
Bom Santo	Beta-120047	»	4430 \pm 50	3334-2919	»
Bom Santo	ICEN-1181	»	4030 \pm 280	3354-1779	»
Algar do Barrão	Wk-32473	»	4929 \pm 39	3782-3646	CARVALHO & CARDOSO, 2015
Algar do Barrão	Wk-32471	»	4907 \pm 39	3766-3640	»
Algar do Barrão	ICEN-740	»	4660 \pm 70	3637-3125	»
Algar do Barrão	Wk-32472	»	4553 \pm 37	3483-3102	»
Algar do Barrão	Wk-32474	»	4551 \pm 36	3470-3102	»
Escoural	OxA-4444	»	5560 \pm 160	4766-4002	ARAÚJO & LEJEUNE, 1995
Escoural	ICEN-861	»	4680 \pm 80	3646-3124	»
Escoural	Lv-1923	»	4610 \pm 60	3624-3104	»
Escoural	Lv-1922	»	4500 \pm 60	3368-2944	»
Escoural	Lv-1924	»	4460 \pm 70	3350-2928	»
Escoural	Lv-1925	»	4420 \pm 60	3336-2911	»
Grutas artificiais					
Monte do Marquês 15	Sac-2634	<i>Homo</i>	4810 \pm 90	3771-3371	BAPTISTA <i>et al.</i> , 2013
S. Pedro do Estoril 1	Beta-188390	»	4720 \pm 40	3634-3374	GONÇALVES, 2009
Sobreira de Cima 3	Beta-231071	»	4670 \pm 50	3630-3357	VALERA, 2013
Sobreira de Cima 1	Wk-36003	»	4601 \pm 26	3498-3196	»
Sobreira de Cima 1	Wk-36005	»	4566 \pm 30	3491-3109	»
Sobreira de Cima 1	Sac-2260	»	4530 \pm 50	3482-3032	»
Sobreira de Cima 1	Sac-2261	»	4500 \pm 70	3481-2931	»
Sobreira de Cima 4	Sac-2256	»	4520 \pm 35	3358-3099	»
Sobreira de Cima 5	Beta-232637	»	4080 \pm 40	2862-2489	»
Monte Canelas 1	ICEN-1149	Carvão	4460 \pm 110	3497-2889	PARREIRA, 2010
Monte Canelas 1	OxA-5515	<i>Homo</i>	4420 \pm 60	3336-2911	»
Monte Canelas 1	OxA-5514	»	4370 \pm 60	3326-2888	»